

**A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL
AS VISITAS DE ESTADO LUSO-BRASILEIRAS (1910- 1974)**

José Miguel da Silva Fernandes e Tavares Duarte

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

JULHO, 2009



INTRODUÇÃO

A presente dissertação pretende apresentar, no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, da Universidade Nova de Lisboa, as relações entre os Presidentes de Portugal e do Brasil, assim como o efeito das visitas de Estado efectuadas pelos seus mais altos magistrados, durante a primeira República e o Estado Novo, sendo que as diferentes matizes dos contactos entre os dois Estados nem sempre foram os mais calorosos. Assim, tentaremos encontrar uma relação de causa/efeito, da qual se possa extrair alguma conclusão. Terão sido proveitosas, em termos de política, economia e comércio as relações entre os presidentes dos países em questão ou, não trouxeram consequência nenhuma as visitas de Estado realizadas aos longo deste sessenta anos?

O relacionamento entre Portugal e o Brasil, desde o reconhecimento por parte de Portugal da sua independência que ocorrera em 1822 e só é aceite na Metrópole, através do Tratado de Paz e da Aliança em 1825, experimentou longos períodos de ressentimentos e indiferença, atenuados apenas pela teia de afectividade entre as populações aquém e além-mar. O grande fluxo de emigração portuguesa para o Brasil, aumentando a colónia portuguesa que começa a ter peso no Brasil e que manda divisas para o seu país, também participa nessa reconstrução que durante muito tempo ditou o afastamento e a incompreensão. Os laços históricos, familiares, culturais, institucionais e até associativos, reforçam a dinâmica da vertente social que durante muito tempo estivera em letargia.

Com o fim do século XIX e o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, apesar da diferença entre os regimes políticos, ambos os governos tratam de restaurar a confiança que outrora existira. É importante recordar que este entendimento avia sido quebrado num gesto de solidariedade da Marinha portuguesa com a brasileira, que se insurgira contra o governo do Rio de Janeiro. Não pensamos ser descabido reproduzir nesta introdução as palavras que o primeiro representante diplomático brasileiro, após o restabelecimento das relações, Joaquim Francisco de Assis Brasil, profere no seu discurso aquando da apresentação de credenciais ao Rei D. Carlos. “As relações entre Portugal e o Brasil sofreram uma crise passageira; fossem quais fossem, porém, as razões que levaram o Governo brasileiro a julgar do seu dever

declarar o rompimento, ele pôs sempre o maior empenho em demonstrar por factos, que apenas escrúpulos de carácter diplomático ou doutrinário estavam em questão e nunca a profunda estima com a qual a natureza mais do que a vontade dos homens, vinculou os dois povos na mais estreita solidariedade.”, mostrando desta maneira o empenho do Governo brasileiro no restabelecimento destas relações.

Mas, como já foi referido, nem sempre estas relações foram as que todos desejariam. Com efeito, desde o mau estar causado pela presença e possível envolvimento – se bem que discreto, aliás, simplesmente ideológico - do Presidente do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca, nos acontecimentos de 5 de Outubro de 1910, até ao problema do chamado *nativismo*, que apesar de ser de longa data, é no início da década de 20 que podemos, mais explicitamente, observar a tensão existente entre os dois países irmãos.

Se este período da história recente dos dois Estados ainda não está suficientemente estudado e as fontes escasseiam, pelo contrário, as descrições das visitas presidenciais e as mais diversas e documentadas iniciativas de ambas as partes – lembramos, por exemplo, a viagem de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral – provam o enorme esforço que existiu no sentido de contornar as divergências e salientar aquilo que unia os dois países, abrindo assim as portas a uma cooperação a diversos níveis privilegiada, principalmente pela tomada consciência da nossa herança histórica e cultural comum.

Assim, através da descrição das viagens dos presidentes brasileiros a Portugal e dos presidentes de Portugal ao Brasil, como a viagem de António José d’Almeida ao Brasil na década de 20, ou a de Medici a Portugal, um ano antes da revolução quem depôs o regime em Portugal, propomo-nos explicar qual a importância diplomática dos contactos com um Estado como o Brasil e a forma como isso influenciou a sociedade, a economia e a política da época.

O resultado das visitas do Chefe de Estado português a terras de Vera Cruz e dos Brasileiros a Portugal, materializam-se na assinatura de Tratados, Acordos e Convenções. Assim, mais do que conhecer o conteúdo desses documentos, interessa saber qual o resultado prático que eles tiveram nas relações dos dois países neste período de tempo.

Hoje é, para nós, normal o contacto regular e profícuo entre os dois Estados. Documentos como um acordo ortográfico ou sobre a emigração é algo de corriqueiro para o comum dos portugueses ou dos brasileiros, mas, à época que nos reportamos – e

para prová-lo estão os complicados preparativos das viagens presidenciais – representava um esforço titânico pôr em marcha todos os mecanismos diplomáticos para que estes acontecessem.

Não só a recém formada República Portuguesa, a braços com os mais variados problemas internos e externos, carecia de meios e de prestígio internacional para levar a cabo uma bem sucedida abordagem, mas também, à época, a modernidade ainda não nos tinha trazido o desenvolvimento técnico necessário às facilidades diplomáticas que hoje conhecemos.

Desta forma tentamos mostrar como foram mantidas as relações entre Portugal e Brasil durante a Primeira República e Estado Novo, através de uma abordagem quase no âmbito da cultura e das mentalidades, mas elaborada ao mais alto nível, com máquinas e aparelhos de Estado que estudam, elaboram, apoiam e suportam todas as intervenções do mais alto magistrado de ambas as nações.

Toda a diplomacia actual tem em si, no seu *essere* mais profundo, aquilo que – bem ou mal – semearam os nossos antepassados. Os contactos entre Portugal e o Brasil não são excepção, bem pelo contrário, daí que o estudo e apresentação destas raízes históricas e a consequente descrição do passado seja por nós considerado pertinente. Eis aquilo a que nos propusemos.

I - DIPLOMACIA PRESIDENCIAL

I.1 – Diplomacia, Política Externa e Relações Internacionais

A Diplomacia, de acordo com a definição do *Oxford English Dictionary*, é “a condução das relações internacionais através de negociações. O método através do qual estas relações são reguladas e mantidas por embaixadores e encarregados; o ofício ou a arte do diplomata.” Assim, depreende-se que o método utilizado para a condução destas negociações, e não o conteúdo das mesmas, é o objecto da diplomacia.¹

O percurso da diplomacia como conceito e prática é longo e só no século XIX é que esta obtém a sua definitiva consagração, apresentando-se num anexo ao Tratado de Viena e num protocolo do Congresso de Aix-la-Chapelle, onde são, pela primeira vez codificadas quatro categorias de diplomatas: 1- embaixador, legado, núncio; 2- enviado extraordinário e ministro plenipotenciário; 3- ministro residente; 4- encarregado de negócios. É, também nesta altura que os Estados começam a perceber a necessidade de pertencer a uma comunidade de nações, o que juntamente com o desenvolvimento das comunicações e a crescente influência da opinião pública, leva a um desenvolvimento das actuais formas de Diplomacia. Já no século XX, com a revolução tecnológica, a grande variedade de meios de comunicação, o ingresso nas relações internacionais de inúmeros factores novos e condicionantes, como seja a ideologia, determinam a progressiva e acelerada transferência de funções clássicas do diplomata de outros tempos, para o homem político. Para fazer frente a este novo tipo de diplomacia, a diplomacia política, também denominada por *open diplomacy*, que muitas vezes é multilateral e não bilateral, exige-se que o actual diplomata seja, sobretudo, um correcto informador.²

Ainda neste contexto, Zília Osório de Castro, na apresentação do seu livro³, refere que, na intervenção inaugural do Colóquio Internacional organizado pelo Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, que dá nome a esta obra, o Professor Adriano Moreira “situou magistralmente no tempo e nas circunstâncias as

¹ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, Dicionário de Política, volume 1, Editora UNB, Dinalivro, 12ª Edição, pag. 348.

² BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, Dicionário de Política, volume 1, Editora UNB, Dinalivro, 12ª Edição, pag. 349.

³ CASTRO, Zília Osório de, (coordenação) *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Livros Horizonte, Lisboa, Fevereiro 2004, pag. 9.

concepções próprias das relações entre os Estados e determinantes da prática diplomática. E “teorizou-as” para os dias de hoje mediante a noção de Diplomacia Pública. Diplomacia que usa o diálogo e não o secretismo, que aponta para a transnacionalidade e não para a internacionalidade, que ultrapassa os limites tradicionais do Estado soberano e fragiliza a sua autoridade”. Em resumo: que, segundo as palavras do autor, se exerce “*em função de causas mais do que programas, implicando com a mudança mais do que com os elementos fortes da estabilidade, dialogando com a incerteza. Enfim, uma diplomacia nova para os novos tempos e que exige um novo diplomata.*”

Na supra referida obra, o Professor Adriano Moreira, no seu texto, referindo-se a um autor que defende a Guerra contra a França revolucionária, e obviamente ainda neste contexto, diz que “*conviria guardar a nota de que sustentou, para além da magnificação do Estado, o princípio da intervenção, invocando uma chamada «lei da vizinhança», hoje da maior actualidade.*” Refere ainda que “*A perspectiva da diplomacia é a da «condução das negociações entre Estados», objectivo que exigiu a organização de um complexo ramo da administração, definindo um conjunto de privilégios para os agentes diplomáticos, tudo orientado no sentido de conciliar os conflitos de interesses sem recurso à força, e até, eventualmente, dispensando o próprio direito internacional porque também a observância dos seus normativos exige com frequência que sejam considerados indicativos e não imperativos.*”⁴

Para uma uniformização de procedimentos e o seu enquadramento legal, as nações sentiram necessidade de elaborar um documento que, paralelamente, vinculasse todos os Estados que o ratificassem. Assim, surge a Convenção de Viena sobre relações e imunidades diplomáticas, realizada em Neue Hofburg, na capital austríaca, em Março e Abril de 1961. É seguidamente depositada junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, tendo entrado em vigor no dia 24 de Abril de 1964, de harmonia com o disposto no seu artigo 51º.⁵

⁴ CASTRO, Zília Osório de, (coordenação) *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, intervenção do Professor Adriano Moreira na sessão inaugural do Colóquio Internacional organizado pelo Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa, Fevereiro 2004, pag. 12.

⁵ O Artigo 51º da Convenção de Viena tem a seguinte redacção: “A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia que se seguir à data do depósito, perante o secretário-geral das Nações Unidas, do vigésimo segundo instrumento de ratificação ou adesão.” Nº 2 – “Para cada um dos Estados que ratificarem a Convenção ou a ela aderirem depois do depósito do vigésimo segundo instrumento de ratificação ou adesão, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito, por esse Estado, do instrumento de ratificação ou adesão.”

No que diz respeito a Portugal, a Convenção foi aprovada para adesão em 27 de Março de 1968, tendo o respectivo instrumento de adesão sido depositado na sede da Organização das Nações Unidas, em 11 de Setembro do mesmo ano. Assim, e nos termos do nº2 do Artigo 51º da Convenção, esta entrou em vigor em Portugal no dia 11 de Outubro de 1968.

Mas é impossível falar de diplomacia sem se abordar a questão da Política Externa e das Relações Internacionais.

Começando com algumas definições de política externa, que no nosso entender se complementam, e porque esta nos interessa especialmente no estudo que agora se elabora, iniciamos com a apresentada por Dario Battistella, que diz que “*a política externa constitui-se como a matéria-prima por excelência das relações internacionais, sendo que o objecto destas – as interacções desenrolam-se para lá do espaço controlado pelo Estado – inclui por definição as acções e decisões dos Estados em torno de outros actores – estatais e não estatais – da cena internacional.*”⁶

Já Marcel Merle apresenta a política externa como um elemento das relações internacionais, sendo “*constituída por um conjunto de iniciativas que derivam do actor estatal e que visam mobilizar o máximo de factores disponíveis no contexto interno bem como no contexto externo.*”⁷

No seu estudo, este autor, além de distinguir o domínio interno e externo, dá ênfase à influência que os regimes políticos têm na formulação da política externa. No que diz respeito à capacidade dos dirigentes políticos para rentabilizarem as interacções entre a política interna e a externa, Merle refere que a dimensão externa é aproveitada quando os Estados conseguem, através dela, afirmar a sua identidade nacional, indispensável para o sucesso da política externa.⁸ O regime político torna-se importante quando são analisadas as tensões entre os dois domínios, já que possibilita a avaliação da eficácia no controlo das ameaças criadas por essas mesmas tensões. Neste sentido, o “problema” das democracias é a real possibilidade de serem muito menos eficazes no controlo das influências externas, visto estas, contrariamente ao que acontece nos regimes autoritários, não têm um domínio absoluto das suas fronteiras.

⁶ BATTISTELLA, Dario, *Théories des Relations Internationales*. 2ª Edição, Paris, Presses de Science po, 2006, pag. 323.

⁷ MERLE, Marcel, *Traité de Science Politique*, Paris, Press Universitaires de France, 1984, pags. 530-531.

⁸ FONSECA, Carmen Sofia Rodrigues Silva, *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007. Entre a retórica e a Concretização*, Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos, da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008, pag.11.

Merle tenta, ainda explicar que, os regimes políticos devem conjugar todos os sectores da sua actividade nacional, para não serem ameaçados pela crescente inter-relação do interno e do externo.⁹

Também neste âmbito, Frédéric Charillon apresenta a política externa como “*o instrumento através do qual o Estado tenta moldar o seu ambiente político internacional, mas já não é apenas uma questão entre governantes.*”¹⁰ Charillon diz, ainda que a política externa pode ser vista como uma política pública específica, na medida em que o palco da sua actuação vai para além do seu território nacional e o seu processo de decisão é muitas vezes opaco, sendo considerado um “domínio reservado” aos altos responsáveis do Estado. No pensar deste autor a política externa não se desenrola num circuito fechado, mas sim com inúmeros actores, que se foram multiplicando a partir da segunda metade do século XX.¹¹

Um outro autor, Christopher Hill, entende a política externa como o conjunto das relações externas conduzidas, normalmente pelo Estado. Desta forma, “*é o canal através do qual as acções externas e as responsabilidades são direccionadas, mesmo que não se utilize o termo. A política pública tem qualquer coisa que é relacionado com o exterior e se necessário relacionado com as instituições internacionais. Ao contrário, a política externa encontra um desafio maior, precisa de decidir, mas não iludir, de ser democrática, mas não paralisada, ética mas ancorada numa determinada sociedade.*”¹² O autor diz, ainda, que “*a política externa é ao mesmo tempo mais e menos do que as relações externas que os Estados desenvolvem constantemente em todas as frentes.*”¹³ Defende, também a ideia de que a análise da política externa não pode ser feita assumindo de imediato que os factos são sempre exteriores e independentes das percepções e dos conhecimentos dos autores.

⁹ FONSECA, Carmen Sofia Rodrigues Silva, *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007. Entre a retórica e a Concretização*, Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos, da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008, pag.11.

¹⁰ CHARILLON, Frédéric (org.), *Politique Étrangère. Nouveaux Regards*, Paris, Press de Science Po, 2002, pag. 13.

¹¹ FONSECA, Carmen Sofia Rodrigues Silva, *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007. Entre a retórica e a Concretização*, Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos, da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008, pags.9-10.

¹² HILL, Christopher, *The Changing Politics of Foreign Policy*, New York, Palgrave Macmillan, 2003, pags. 23-24.

¹³ Idem, pag. 5.

Podemos, assim, verificar que a definição de política externa tem sempre por base questões como: “*Quem actua? Para quem? Com que efeito?*”¹⁴, sendo que a sua análise pressupõe a resposta a outras questões: “*Quem beneficia? Qual o sentido concreto da acção? Que instituições servem melhor os nossos objectivos?*”¹⁵ Assim, poderemos ver que a evolução da política externa dá-nos a possibilidade de avaliar as linhas de continuidade e de mudança na acção internacional dos Estados e definir quais as suas prioridades e objectivos.

Nesta linha, a percepção da existência de influências de uma dimensão interna e outra externa, faz diferenciar o conceito de Relações Internacionais e o de Política Externa. Assim, segundo Marcel Merle¹⁶ podemos adoptar três abordagens teóricas, directamente relacionadas com a evolução conceptual da política externa. A primeira centrada no primado da dimensão interna sobre a política externa; a segunda centrada no primado da dimensão externa sobre a política interna; e, por último, a terceira centrada numa dialéctica que encontra interacções entre a política interna e a externa. No entanto esta interacção dos dois domínios apresenta-se limitada pela distinção de três sectores: as *high politics* que correspondem ao núcleo duro da política externa, onde se incluem alianças, defesa ou cooperação; as *low politics* que se referem de ordem meramente interna e que não produzem qualquer impacto na política externa; e por último, um sector intermédio com fronteiras muito ténues e onde frequentemente se desenvolvem interacções entre o externo e o interno, onde, por exemplo, se pode encontrar o domínio económico, social e cultural.¹⁷

O conjunto mais ou menos harmonioso das respostas e interpelações aos poderes tece a teia da política externa de um Estado, que forçosamente terá que se modificar por adequações inteligentes à transformação da própria conjuntura. As opções, que se cruzam no espaço internacional, resultam das mais diversas interacções entre as políticas internas, as sensibilidades dos momentos históricos dos Estados, as personalidades dos seus governantes e os condicionamentos das suas opiniões públicas,

¹⁴ HILL, Christopher, *The Changing Politics of Foreign Policy*, New York, Palgrave Macmillan, 2003, pag. 2.

¹⁵ Idem, pag. 11.

¹⁶ MERLE, Marcel, *Traité de Science Politique*, Paris, Press Universitaires de France, 1984, pag. 149.

¹⁷ FONSECA, Carmen Sofia Rodrigues Silva, *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007. Entre a retórica e a Concretização*, Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos, da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008, pag.11.

que se apresentam como o reflexo dos valores políticos das sociedades que são legitimadores das decisões dos dirigentes do Estado.¹⁸

Cabe aos Estados a execução da política externa, apesar de esta poder sofrer a influência de uma grande quantidade de actores. A influência das alterações dos regimes na definição de estratégias na política externa¹⁹ poderá ser verificada ao longo do estudo que agora apresentamos, se bem que neste caso em particular as grandes bases das relações entre presidentes de Portugal e do Brasil vão-se mantendo ao longo de todo o percurso, já que assentam na primazia da amizade, fraternidade e “laços de sangue”.

Também é objecto deste estudo tentar entender a génese da conjuntura mundial, uma compreensão que surge através da análise das linhas gerais da formação das políticas externas com maior significado e o modo como estas foram afectando os Estados ao longo destes sessenta e quatro anos, em particular o Brasil e Portugal.²⁰

Neste prisma, aparece-nos as Relações Internacionais como o complexo das relações que intermedeiam entre os Estados, entendidos quer como aparelhos quer como comunidades.²¹

I.1.a. As teorias emergentes nas Relações Internacionais

Considera-se que a origem das Relações Internacionais, enquanto disciplina científica moderna, remonta a 1919 aquando da criação da primeira cátedra em Relações Internacionais na Universidade de Gales, em *Aberystwyth*, como reacção aos graves danos que a Primeira Guerra Mundial provocou²². Esta é também a opinião de E. H. Carr, que afirma que “*as relações internacionais surgiram das cinzas de uma*

¹⁸ SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratado do Milénio – 500 anos para Redescobrir a História*, in CASTRO, Zília Osório, SILVA, Júlio Rodrigues da, SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-200*, Coleção Biblioteca Diplomática, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pag 292.

¹⁹ Apesar de não se ter encontrado nenhuma teoria ou autor uma clara ligação entre as alterações de regimes políticos e formulação das políticas externas por parte dos Estados.

²⁰ SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratado do Milénio – 500 anos para Redescobrir a História*, in CASTRO, Zília Osório, SILVA, Júlio Rodrigues da, SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-200*, Coleção Biblioteca Diplomática, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pags 289-290.

²¹ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, Dicionário de Política, volume 2, Editora UNB, Dinalivro, 12ª Edição, pag. 1089.

²² CRAVINHO, João G. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pág. 106.

SCHMIDT, Brian C. (2002), “On the History and Historiography of International Relations.” In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, SIMMONS, Beth A. eds. 2002, pág. 4.

Handbook of International Relations. Reprinted in 2006. London: Sage Publications.

grande e funesta guerra; e o irresistível propósito que inspirou e dominou os pioneiros desta ciência foi o de obviar a repetição desta doença do corpo político internacional”²³.

De acordo com a visão ortodoxa da história das Relações Internacionais esta tem evoluído através de uma série de debates que tiveram lugar ao longo da sua história²⁴. O primeiro debate, denominado por alguns de “mito fundador da disciplina”, ocorreu entre os idealistas do período entre guerras e os realistas do período pós segunda guerra mundial. Conforme a cronologia oficial, este debate foi ganho pelos realistas que assim direccionaram a disciplina para uma vertente mais “prática e científica.” Assim, ficaram obscurecidos os argumentos dos primeiros realistas mas sobretudo os dos idealistas, considerados como um grupo díspar de pacifistas utópicos e legalistas que focavam mais a sua atenção no que “devia ser” em detrimento do “como era”²⁵. O segundo debate opôs os tradicionalistas aos behaviouristas, ou cientistas. Neste debate contrapunha-se, à metodologia tradicional de construção das ciências sociais, uma visão mais moderna e positivista que se propunha a construir uma teoria mais científica²⁶. O terceiro debate, ocorrido no início dos anos 80, reflecte uma discussão inter-paradigmática entre realistas, pluralistas e estruturalistas. O cerne da questão era um desajuste, que se vinha a constatar desde a década de 70, entre as principais premissas do realismo e acontecimentos internacionais no âmbito económico e da paz e segurança. Um outro “terceiro debate” ocorreu quando algumas correntes das Relações Internacionais atacaram as fundações epistemológicas positivistas, tentando reavaliar as opções teóricas numa era pós-positivista²⁷.

De acordo com Schmidt, o facto de a literatura referir duas controvérsias, essencialmente diferentes, pelo mesmo rótulo espelha que existe algo de profundamente errado em entender a história das Relações Internacionais segundo este prisma²⁸. Esta abordagem é também aquela que Gomes Cravinho reflecte nas suas “Visões do Mundo”

²³ DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF Jr., Robert L., *Relações Internacionais: As Teorias em Conflito*. Lisboa: Gradiva, 2003, pág.83.

²⁴ SIMÕES, José Luis, “*As Correntes de Pensamento Emergentes nas Relações Internacionais e o Impacto dos Actores Não Estatais na Formulação Estratégica do Estado*.”, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2008, pág. 4.

²⁵ SCHMIDT, Brian C., “On the History and Historiography of International Relations.” In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, SIMMONS, Beth A. eds. 2002, pág. 10.

²⁶ Idem, pág. 11.

²⁷ Idem, pág. 11.

²⁸ Idem, pág. 11.

quando refere, a propósito da história das Relações Internacionais, que “a crónica tradicional é uma caricatura cuja relação com a realidade é razoavelmente distante”²⁹.

I.1.b. Teorias e Correntes: O Realismo (Clássico e Neo-realismo), O Liberalismo (Matriz base e Neo-liberalismo) e a Síntese Neo-neo.

Quanto ao Realismo, importa começar por referir que para uma grande diversidade de autores este não é um único paradigma das Relações Internacionais, possuidor de um conjunto de premissas universalmente aceites pelos proponentes do paradigma. Na verdade, considera-se que existem várias correntes de realismo ou vários realismos. Esta é a opinião de Schmidt, segundo a qual, vários autores têm questionado se o realismo representa uma única posição teórica coerente, avançando a ideia da existência de vários realismos³⁰. Entre estes estão, o realismo clássico, o neo-realismo, ou realismo estrutural, o realismo neoclássico e o realismo de escolha racional³¹.

O Realismo Clássico considera-se como herdeiro de uma longa linha de pensamento que privilegia o foco nos interesses do Estado ao invés da ideologia, a procura da paz através da força e que reconhece que as Grandes Potências podem coexistir mesmo que tenham valores e crenças opostos³². O facto de o realismo proporcionar algo como um “manual” para maximizar os interesses do Estado no ambiente hostil explica, em parte, porque é que se mantêm como “a tradição central no estudo da política mundial”³³.

João Gomes Cravinho enumera os princípios que Hans Morgenthau³⁴, na sua obra emblemática *Politics Among Nations*, consideradas “*leis fundamentais, objectivas*

²⁹ CRAVINHO, João G. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pág. 90.

³⁰ SCHMIDT, Brian C., “On the History and Historiography of International Relations.” In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, SIMMONS, Beth A. eds. 2002, pág. 9.

³¹ “Rational Choice Realism”, no original.

DUNNE, Timothy, SCHMIDT, Brian C., “Realism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.), “*The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*.”, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, pág. 165-167.

³² Idem, pág. 162.

³³ Idem, pág. 162.

³⁴ Morgenthau, é considerado um dos principais e mais influentes autores dentro do paradigma do realismo Clássico.

e permanentes pelas quais se rege o sistema internacional”³⁵. São eles: a política obedecendo a princípios que são constantes e iguais em toda a parte, já que têm as suas raízes na natureza humana; a política como área distinta das outras áreas de intervenção humana pela procura do poder, sendo este definido em termos do interesse do Estado, definido como poder, tem um valor perpétuo no estudo da política, porém sem contornos imutáveis; a política vivendo em tensão permanente e inevitável com os preceitos éticos, já que o realismo rejeita qualquer identificação entre os objectivos de um determinado Estado e a vontade divina; e defende a autonomia e a especificidade da esfera política em relação a outras esferas, como a económica e a jurídica³⁶.

Já segundo Schmidt, numa abordagem um pouco mais abrangente, em termos do realismo clássico, enumera os seis cânones principais deste paradigma como: o Estado soberano é o principal actor nas relações internacionais; o comportamento do Estado pode ser explicado racionalmente; os Estados são actores unitários; existe uma grande distinção entre a política doméstica e internacional; os Estados perseguem o poder num ambiente anárquico onde impera a auto-ajuda; e que as questões da guerra e da paz são dominantes³⁷.

Quanto à natureza do sistema internacional importa também salientar que a noção de anarquia não significa o caos ou desordem mas sim, conforme explica Mearsheimer, “*é um princípio ordenador, que expressa que o sistema é composto por Estados independentes, que não possuem qualquer autoridade central acima deles*”³⁸.

O neo-realismo coloca grande ênfase na estrutura do sistema internacional fazendo com que a conduta do Estado seja passível de ser compreendida como sendo determinada pela estrutura do sistema internacional. Embora os neo-realistas não neguem a importância de explicações ao nível dos actores, consideram necessário considerar a estrutura do sistema. Segundo Lamy, citando Kenneth Waltz, “*a estrutura*

³⁵ CRAVINHO, João G. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pág. 131.

³⁶ CRAVINHO, João G. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª ed. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pág. 131-136.

³⁷ SCHMIDT, Brian C., “*On the History and Historiography of International Relations.*” In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, SIMMONS, Beth A. eds. 2002, pág. 9.

³⁸ MEARSHEIMER, John J. *A Tragédia da Política das Grandes Potências*. Ed. Gradiva, Lisboa, 2007, pág. 44.

*é definida pelo princípio ordenador do sistema internacional, que é a anarquia, e da distribuição das capacidades através das unidades que são os Estados*³⁹.

Para os realistas estruturais, a natureza humana não tem uma relação directa com o facto do porquê dos Estados quererem poder. É a estrutura, ou arquitectura, do sistema internacional que obriga os Estados a procurar poder. Na essência, as grandes potências estão encurraladas numa jaula e não têm escolha senão competir entre si pelo poder se quiserem sobreviver⁴⁰. Devido à preponderância do sistema nesta teoria, o neo-realismo é normalmente apelidado de realismo estrutural como em Viotti e Kauppi⁴¹ e outros. Pode inferir-se desta característica que a actuação dos actores infra-estatais, nomeadamente decisores políticos, partidos políticos etc., é considerada inconsequente. Devido a isto, o neo-realismo é por vezes acusado de um certo determinismo estrutural⁴². Embora nem todas as correntes do neo-realismo sejam designadas de realismo estrutural a grande maioria é enquadrada nesta designação. Outra importante diferença entre o realismo clássico e o neo-realismo resulta da forma como ambas encaram o poder. Para os realistas o poder é um fim em si. Embora considerem vários elementos do poder, o poder militar é considerado o poder por excelência. Para os neo-realistas o poder é a combinação das capacidades dos Estados⁴³.

Uma das visões, que poderemos considerar bastante esclarecedora, é a expressa por Dunne e Schmidt que argumentam que o realismo, nas várias vertentes, subscreve três princípios que, devido às suas iniciais, são designadas de os três “Ss”: “*statism*”, “*survival*” e “*self-help*”⁴⁴. O estatismo corresponde à visão de que o Estado é o actor central nas relações internacionais (estatocentrismo) e de que a soberania é o seu traço distintivo. O Estado, internamente, não reconhece outro poder igual. Quando a segurança interna for alcançada, a sociedade civil pode iniciar-se. Assim, numa perspectiva realista, o primeiro passo é a organização do poder doméstico. No exterior

³⁹ LAMY, Steven L., “*Contemporary Mainstream Approaches: Neo-realism and Neo-liberalism.*” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford University Press, 3rd ed. with corrections, New York, 2006, pág. 209.

⁴⁰ MEARSHEIMER, John J. *A Tragédia da Política das Grandes Potências*. Ed. Gradiva, Lisboa, 2007, pág. 72.

⁴¹ VIOTTI, Paul R., KAUPPI, Mark V. “*International Relations and World Politics: Security, Economy, Identity*”. 3rd ed Prentice Hall, London, 2006, pág. 18.

⁴² DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF Jr., Robert L., “*Relações Internacionais: As Teorias em Conflito.*”, Ed. Gradiva, Lisboa, 2003, pág. 125.

⁴³ LAMY, Steven L., “*Contemporary Mainstream Approaches: Neo-realism and Neo-liberalism.*” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). “*The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.*”, Oxford University Press, 3rd ed. with corrections, New York, 2006, pág. 209.

⁴⁴ DUNNE, Timothy, SCHMIDT, Brian C., “*Realism.*” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.), “*The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.*”, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, pág. 172.

do Estado, nas relações entre Estados soberanos independentes, existem perigos e ameaças à própria existência do Estado. A explicação para este facto é a inexistência de um soberano na ordem internacional. Os Estados, externamente, não reconhecem superior. Nesta condição de anarquia os Estados competem entre si por segurança, mercados, influência etc. Outro aspecto fundamental é a constante procura de acumulação de poder. Este é definido como relacional e relativo. Relacional, uma vez que é exercido em relação a outrem, não existindo no vácuo. Relativo, porque tem sempre que ser confrontado com as capacidades que conferem poder ao outro. A primazia do actor Estado é fulcral e incontestada. Os outros actores necessitam de operar e afirmar-se num sistema internacional cujas regras são estabelecidas pelos Estados⁴⁵. O princípio da sobrevivência requer que esta é o objectivo principal da política internacional. A segurança é a preocupação última dos Estados e é uma pré-condição para a obtenção de todos os outros objectivos. Existe uma clara distinção entre os princípios éticos e regras morais a aplicar nas relações internas e nas externas. A principal ética externa é uma ética de responsabilidade para com o Estado que pode levar à quebra das regras internacionais. Assim, o bem supremo é o Estado e não existe comunidade para além das suas fronteiras⁴⁶.

A necessidade do princípio da auto-ajuda parte da compreensão de que não existe uma autoridade superior que impeça e contrarie o uso da força. Assim, a segurança só pode ser alcançada através da auto-ajuda. Mas ao providenciar a sua segurança um Estado está a promover a insegurança dos outros. Isto dá origem a uma espiral de insegurança a que se dá o nome de “dilema de segurança.” Acerca deste princípio afirmou Kenneth Waltz que: “um sistema de auto-ajuda é um sistema baseado no interesse próprio⁴⁷ e a “*auto-ajuda é, necessariamente, o princípio de acção numa ordem anárquica*”⁴⁸.

Num sistema caracterizado por este tipo de condições os realistas estruturais afirmam que surgirá, inevitavelmente um equilíbrio de poderes.⁴⁹ Já os realistas clássicos afirmam que este equilíbrio terá que ser construído⁵⁰.

⁴⁵ DUNNE, Timothy, SCHMIDT, Brian C., “Realism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.), *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.*, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, págs. 172-174.

⁴⁶ Idem, págs. 174-175.

⁴⁷ WALTZ, Kenneth, *Teoria das Relações Internacionais.*, Edições Gradiva, Lisboa, 2002, pág. 165.

⁴⁸ Idem, pág. 155.

⁴⁹ “Balance of Power” na designação anglo-saxónica. Muitas vezes traduzido como Balança de Poderes.

Em relação à questão do poder e segurança existe uma divergência fundamental que leva à distinção entre realistas ofensivos e defensivos. O realismo ofensivo considera que os Estados tentam maximizar o poder. Os Estados procurarão sempre oportunidades de maximizar o poder sendo o prémio último a hegemonia, enquanto os realistas defensivos afirmam que os Estados procuram maximizar a segurança. Assim, o poder necessário é somente aquele que garante a segurança, sendo que o excesso de poder pode fazer perigar a segurança do Estado⁵¹.

O Liberalismo, de acordo com a posição de Scott Burchill, é um dos grandes produtos do Iluminismo europeu⁵². O pensamento liberal tem assumido muitas formas, desde o utopismo ou idealismo, passando pelas vertentes do pluralismo, transnacionalismo, teoria da interdependência, ao neoliberalismo institucional. Todavia, todas estas vertentes partilham algumas premissas fundamentais que formam a matriz básica do liberalismo. Um dos aspectos fundamentais do liberalismo é uma aproximação de “dentro para fora” nas Relações Internacionais. Isto, no sentido em que os liberalistas relevam a importância da legitimidade interna na explicação da política externa dos Estados, facto que contrasta vivamente com a aproximação realista⁵³.

Liberalismo é uma outra designação das correntes que foram retrospectivamente agrupadas e baptizadas, num claro golpe de relações públicas, pelo nome de idealistas. Esta visão “idealista” foi prevalecente e a mais influente no período entre a primeira e a segunda guerra mundial. Contudo, o deflagrar da segunda grande guerra deu origem a um criticismo generalizado das posições liberais e a uma predominância dos paradigmas realistas, que ainda hoje se mantêm. Já no final da segunda guerra mundial assistiu-se a

Julgamos que é um termo não tão feliz. João Gomes Cravinho também traduz esta expressão para Equilíbrio de Poderes. Cfr. Cravinho, “*Visões do Mundo*”, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2006, pág. 78.

⁵⁰ DUNNE, Timothy, SCHMIDT, Brian C., “Realism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.), “*The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*.”, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, págs. 175-176.

⁵¹ DUNNE, Timothy, SCHMIDT, Brian C., “Realism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.), “*The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*.”, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, págs. 174-175.

⁵² BURCHILL, Steve, “Liberalism.” In BURCHILL, Steve, et al. “*Theories of International Relations*.”, Palgrave MacMillan 3rd ed, revised and updated, Hampshire, New York, 2005, pág. 55.

⁵³ Idem, pág. 57.

ressurgimento das posições liberais devido à criação das Nações Unidas. Contudo, o início da guerra fria veio deitar por terra estas visões⁵⁴.

De acordo com o pensamento de Cravinho, o termo liberal ou neoliberal, não é o mais apropriado pois não tem correspondência com a forma como o termo é empregue em economia ou em ciência política. Este termo, em relações internacionais, corresponde essencialmente a uma abordagem que tem como base principal a crença na possibilidade do progresso internacional, sendo este definido em termos de incrementos de paz, cooperação e ajuda mútua de forma a resolver problemas comuns, através de instituições internacionais⁵⁵.

Apesar disto, quer em Dunne⁵⁶, quer no que se refere à utilização do termo liberal ou neoliberal na obra de Dougherty e Pfaltzgraff Jr.⁵⁷, bem como em Burchill⁵⁸, considera-se existir uma determinada “fertilização” conceptual proveniente do liberalismo económico. Desta forma, apesar da destrição que Cravinho estabelece fazer sentido e parecer adequada, não parece ser a adoptada nos textos de referência de relações internacionais, pelo que, na sua maioria, o conceito de liberalismo das relações internacionais aparece associado ao conceito de filosofia política ou ao económico. Para os liberais, a paz é o Estado normal das relações internacionais. As leis da natureza ditam a harmonia e a cooperação entre os povos. Desta forma a guerra aparece como contranatura e irracional, uma construção artificial e não resultado de alguma particularidade da natureza humana. Os liberais acreditam no progresso e no aperfeiçoamento da condição humana. Através da sua fé no poder da razão humana e na capacidade de os seres humanos realizarem o seu potencial interior, permanecem confiantes de que a nódoa da guerra conseguirá ser removida da experiência humana. Uma das linhas comuns do pensamento de Rosseau⁵⁹, Kant e outros é a de que as

⁵⁴ DUNNE, Timothy, “Liberalism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). *“The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.”*, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, pág. 186.

⁵⁵ CRAVINHO, João G. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª ed. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pág. 222.

⁵⁶ DUNNE, Timothy, “Liberalism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). *“The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.”*, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, pág. 186.

⁵⁷ Cfr. *“Relações Internacionais: As Teorias em Conflito.”*, Ed. Gradiva, Lisboa, 2002, p 529.

⁵⁸ BURCHILL, Steve, “Liberalism.” In BURCHILL, Steve, et al. *“Theories of International Relations.”*, Palgrave MacMillan 3rd ed, revised and updated, Hampshire, New York, 2005, pág. 59.

⁵⁹ Um dos aspectos particularmente interessantes é o facto de Rosseau ser ora considerado realista ora considerado liberal.

guerras são provocadas por governos militaristas e não democráticos, de forma a satisfazer os seus próprios interesses⁶⁰.

A concepção central para o idealismo baseava-se na constituição de uma organização internacional de modo a facilitar a mudança pacífica, o desarmamento, a arbitragem, e, onde e caso fosse necessário, a aplicação de normas com recurso à força. Nesta aspiração, foi, em 1920, criada a Liga das Nações mas o seu sistema de segurança colectivo foi ineficaz na prevenção de uma nova guerra mundial, pelo que dá lugar ao aparecimento das Nações Unidas, após esta nova guerra no mundo. Esta organização apresenta-se diferente em dois aspectos essenciais: a adesão torna-se praticamente universal, e as grandes potências estão equipadas com mecanismos que podem evitar acções contrárias aos seus interesses. No período pós 1945, os liberais apoiam-se em instituições internacionais a fim de executar funções que o Estado não podia desempenhar. Este é o catalisador para a teoria de integração na Europa e para o Pluralismo nos Estados Unidos⁶¹.

O Neoliberalismo representa um desafio teórico sofisticado ao Realismo contemporâneo. Os Neoliberais explicam a durabilidade das instituições apesar de mudanças significativas no contexto internacional. De acordo com os neoliberais, as instituições exercem uma força causal nas relações internacionais, moldando as preferências dos Estados e “encerrando-os” em acordos de cooperação⁶². O Neoliberalismo desenvolveu-se em resposta ao dilema de como explicar padrões de cooperação num mundo anárquico. Para que os Estados cooperem, eles devem superar uma série de problemas colectivos. Como não existe nenhuma autoridade superior no sistema internacional, implica que qualquer que seja o acordo, este deve ser auto-imposto. Assim os Estados deverão evitar enganar-se mutuamente⁶³. Algumas das principais áreas de interesse para o neoliberalismo, e que foram sujeitas a um escrutínio empírico maior, são a aquiescência dos Estados a regras e regimes internacionais e a relação entre a forma e a finalidade das Organizações Internacionais. Estas organizações

⁶⁰ BURCHILL, Steve, “Liberalism.” In BURCHILL, Steve, et al. *“Theories of International Relations.”*, Palgrave Macmillan 3rd ed, revised and updated, Hampshire, New York, 2005, pág. 58.

⁶¹ DUNNE, Timothy, “Liberalism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). *“The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.”*, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, pág. 195.

⁶² Idem.

⁶³ MARTIN, Lisa, “Neo-liberalism”, In DUNNE, Timothy, KURKI, Milja, SMITH, Steve (eds.). *“International Relations Theories: Discipline and Diversity.”* Oxford University Press, London, 2006, pág. 3.

desempenham um papel crucial ao assegurar que os Estados cumprem os acordos que assinaram. Para além disso, uma vez que não tem poder para forçar os actores a seguir as regras, eles contam com instrumentos não coercivos⁶⁴.

No seu âmago, o estudo neoliberal das Organizações Internacionais identifica os problemas que o paradigma neoliberal procura resolver. Estes problemas envolvem superação de obstáculos às negociações, a monitorização do cumprimento de acordos e a imposição de acordos. No curso desta análise das instituições, a teoria neoliberal empenha-se em debates teóricos importantes sobre a estrutura das instituições, bem como a relação entre o poder e as regras, e a autonomia relativa de instituições⁶⁵. Actualmente a Paz Democrática e o neoliberalismo são as correntes dominantes no pensamento liberal⁶⁶.

Do debate que se desenvolve entre neo-realistas e neoliberais ocorre uma definição de posições que se traduz no conceito de “síntese neo-neo.” Esta síntese, assim baptizada por Wæver⁶⁷, traduz a convergência entre vários pressupostos dos dois paradigmas e a delimitação mais clara dos pontos de discórdia. Cravinho, mencionando um texto de 1993 de David Baldwin, refere seis pontos, como temas principais da discussão entre neo-realistas e neoliberais.⁶⁸ Assim, esta confrontação de pontos de vista pode ser resumida no seguinte:

1. Ambas as perspectivas concordam que o relacionamento internacional assenta sobre uma base de anarquia internacional. Para os neo-realistas a cooperação e a interdependência são factores conjunturais, episódicos e temporários. Para os neoliberais estes factores atenuam a natureza anárquica do sistema internacional;

⁶⁴ MARTIN, Lisa, “Neo-liberalism”, In DUNNE, Timothy, KURKI, Milja, SMITH, Steve (eds.). *“International Relations Theories: Discipline and Diversity.”* Oxford University Press, London, 2006, págs. 6-8.

⁶⁵ MARTIN, Lisa, “Neo-liberalism”, In DUNNE, Timothy, KURKI, Milja, SMITH, Steve (eds.). *“International Relations Theories: Discipline and Diversity.”* Oxford University Press, London, 2006, pág. 10.

⁶⁶ DUNNE, Timothy, “Liberalism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). *“The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.”*, Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006, pág. 195.

⁶⁷ CRAVINHO, João G., *“Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo.”*, Imprensa de Ciências Sociais, 2ª ed., Lisboa, 2006, pág. 227.

⁶⁸ De realçar que o texto de Stephen Lamy, *Contemporary Mainstream Approaches: Neo-realism and Neo-liberalism*, (em BAYLIS, John, SMITH, Steve. *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*) também se baseia na análise de Baldwin para caracterizar o debate Neo-realismo Neoliberalismo.

2. A cooperação internacional existe mas os neo-realistas consideram que é mais difícil de obter e manter do que os neoliberais;
3. Os neo-realistas consideram que os Estados calculam os seus interesses em função dos ganhos relativos que obtêm face a outros Estados, enquanto os neoliberais sublinham principalmente os ganhos absolutos resultantes de actividades cooperativas internacionais;
4. Para os neo-realistas as questões de segurança predominam nas prioridades do Estado, enquanto, para os neoliberais, o progresso económico é mais prioritário;
5. Os neoliberais atribuem importância aos objectivos e às preferências dos Estados, enquanto os neo-realistas interpretam o comportamento dos Estados em função das suas capacidades, termo normalmente utilizado pelos neo-realistas para se referirem a poder;
6. Ambos os paradigmas concordam que existem regimes e instituições internacionais, mas discordam quanto ao seu impacto. Para os neoliberais estas estruturas atenuam a anarquia e alteram o comportamento dos Estados, os neo-realistas argumentam que as instituições nada alteram em matéria da essência da política internacional.⁶⁹

A estas podemos acrescentar um outro ponto comum das várias teorias de Relações Internacionais: a racionalidade do Estado. Aliás, segundo vários autores, fará pouco sentido falar de teorias de Relações Internacionais se não se subentender que o Estado é uma entidade racional.

I.2. Os Poderes Presidenciais e a Representação do Estado

“O Presidente da República é o Chefe de Estado. Embora na Constituição de 1976 não haja qualquer referência a Chefe de Estado, a designação significa que o Presidente da República representa juridicamente o Estado⁷⁰ no plano internacional. A designação Presidente da República testemunha sobretudo o papel por ele desempenhado de representante da comunidade nacional.”⁷¹

⁶⁹ Adaptado de João Cravinho. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 2ª ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2006, págs. 224-225.

⁷⁰ cfr. Art. 7º. Da Convenção de Viena sobre direito dos tratados

⁷¹ CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª edição, Almedina, pag. 619.

“Em virtude da sua legitimidade democrática directa e em face das competências específicas e autónomas politicamente conformadoras atribuídas pela Constituição da República, torna-o um órgão presidencial autónomo. Assim, o Presidente da República dispõe de poderes próprios e de poderes partilhados, sendo que os poderes próprios são, juridicamente, os actos e decisões que a Constituição autoriza o Presidente a praticar ou a tomar, só e pessoalmente, mesmo que lhe seja exigida a obtenção do parecer prévio de outros órgãos.”⁷²

Segundo Gomes Canotilho⁷³, ao “*Presidente da República não compete, dirigir a política externa nem concluir ou ajustar tratados internacionais.*” Esta competência foi transferida para o Governo, Artº 197 nº1 al b) e c) da CRP, de acordo com o princípio geral de que é a este que compete a “condução da política geral”⁷⁴ do país. A função de representação externa da República, que cabe ao Presidente, Artº 120 da CRP, deve ser distinguida da condução da política externa, tornando-se necessária uma tarefa de “concordância prática” para as conjugar.⁷⁵

Ao Presidente da República Portuguesa, no exercício da mais alta magistratura do País, e no âmbito das Relações Internacionais, cabe, segundo o Artº 135, al a) da Constituição da República, “Nomear os Embaixadores e os enviados extraordinários, sob proposta do Governo, e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros;”. Esta competência não é mais do que um costume internacional que hoje se encontra codificado pela Convenção de Viena de 18 de Abril de 1961. O procedimento a adoptar é regulado pelo direito internacional geral, mas fundamentalmente consta de 4 fases: (1) nomeação por parte de um Estado estrangeiro; (2) graduação do agente diplomático pelo

As Constituições republicanas parecem evitar o termo Chefe de Estado. A designação de Chefe de Estado remonta às Constituições monárquicas outorgadas nas quais o Rei era qualificado como órgão supremo ou Chefe de Estado. Cfr. *Carta Constitucional de 1826*, artº 71, onde se considera o Rei «Chefe Supremo da Nação». O termo «Chefe de Estado» é recolhido e acentuado pela Constituição de 1933, que se refere no seu artº 72 ao Chefe de Estado como sendo o Presidente da República eleito pela Nação. O documento constitucional de 1976 evitou deliberadamente a expressão de Chefe de Estado, não só para marcar uma decidida ruptura em relação ao texto constitucional corporativo, mas também para significar que o Presidente da República beneficia de uma legitimidade republicana, ou seja, de uma legitimidade baseada na vontade popular através de eleições periódicas. Além disso, o Presidente não «encarna» o Estado como nas monarquias constitucionais: é, sim, um representante da república. (cfr. Artº 120).

⁷² CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª edição, Almedina, pag. 620.

⁷³ CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2º volume, 2ª edição, Coimbra Editora, 1984

⁷⁴ Constituição da República Portuguesa, Artº 182, Governo, Função e estrutura, Definição.

⁷⁵ CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2º volume, 2ª edição, Coimbra Editora, 1984

mesmo Estado; (3) outorga da “carta credencial” ao agente; (4) entrega solene da carta credencial ao Chefe de Estado.⁷⁶

“A nomeação de embaixadores e representantes diplomáticos é feita sob proposta do Governo, o que indica tratar-se de um acto partilhado entre o Presidente da República e o Governo.”⁷⁷

A articulação destas competências conduz ao seguinte processo: (1) Proposta de nomeação, destino e colocação pelo Governo; (2) nomeação pelo Presidente da República, através de decreto, pertencendo-lhe um controlo de mérito sobre a escolha dos representantes diplomáticos. Este regime dá satisfação a dois requisitos: (a) o agente diplomático é um representante do Estado português, e quem representa o Estado nas relações externas é o Presidente da República; (b) o agente diplomático é um executor da política geral do Governo nas relações externas, motivo pelo qual se justifica a proposta e iniciativa do Governo. Impõe-se, assim, uma tarefa de cooperação política entre o Presidente da República e o Governo, pois o Presidente nunca pode escolher um agente diplomático que não lhe tenha sido proposto pelo Governo, e este não pode impor unilateralmente uma nomeação, pois esta tem que ser feita por decreto do Presidente da República. O que é válido para uma nomeação é igualmente válido para a exoneração.⁷⁸

Ao Presidente da República, e segundo a al. b) do Artº 135 da Constituição da República Portuguesa, cabe, também, “Ratificar os tratados internacionais, depois de devidamente aprovados;”. Do Presidente da República depende a vinculação internacional do Estado português através dos tratados internacionais. A ratificação é o acto presidencial com a forma de decreto (decreto presidencial da ratificação) que atesta e declara a vinculação do Estado português por um tratado previamente aprovado (pela Assembleia da República ou pelo Governo) com a subsequente produção de efeitos na ordem jurídica interna.⁷⁹ A ratificação constitui, desta forma, uma condição de perfeição dos tratados solenes (os acordos em forma simplificada não carecem de ratificação), não só para efeitos do direito internacional (vinculação internacional do Estado português),

⁷⁶ CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2º volume, 2ª edição, Coimbra Editora, 1984, pág. 594.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2º volume, 2ª edição, Coimbra Editora, 1984, pág. 595.

⁷⁹ Constituição da República Portuguesa, Artº 8, nº 2, Princípios fundamentais, Direito internacional.

mas também para efeitos de recepção no direito interno (produção de efeitos na ordem jurídica interna).⁸⁰

O decreto presidencial de ratificação deve ser publicado no Diário da República,⁸¹ (DR) e distingue-se da carta (carta de ratificação) ou instrumento dele extraído para depósito (tratados multilaterais) ou troca (tratados bilaterais). A ratificação só pode ter lugar após a aprovação do tratado pela Assembleia da República ou do Governo, conforme o caso.⁸² A ratificação é um acto livre do Presidente da República, não sendo este obrigado a ratificar os tratados, nos mesmos termos em que pode ser obrigado a promulgar as leis aprovadas pela Assembleia da República.⁸³

As restantes convenções internacionais, acordos internacionais, na terminologia constitucional, não são ratificados pelo Presidente da República, mas cabe a este assinar os decretos governamentais da sua aprovação.⁸⁴

De acordo com Jorge Miranda⁸⁵, “*o Presidente não pode nomear embaixadores (...) sem proposta do Governo, nem ratificar tratados não aprovados pelo Parlamento. Em contrapartida, goza de poder de recusar, não está adstrito a aceitar tudo o que lhe é proposto ou submetido. Por isso, se não há esferas reservadas do Presidente na política externa, tão pouco lhe está vedado interferir nas decisões sobre aquelas matérias.*” Segundo o artigo 201, nº1, alínea c) da Constituição da República Portuguesa, o Primeiro-Ministro tem o dever de informar o Presidente da República sobre os assuntos respeitantes à condução da política externa, permitindo assim habilitar o Presidente a decidir num sentido ou noutro.

No que se refere à nomeação dos embaixadores e dos enviados diplomáticos, conforme a alínea a) do artigo 135 da Constituição da República Portuguesa, comenta Jorge Miranda,⁸⁶ que “*este serviço, de acordo com o artigo 15 nº 3 do referido texto,*

⁸⁰ CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2º volume, 2ª edição, Coimbra Editora, 1984, pág.595.

⁸¹ Constituição da República Portuguesa, Artº119, nº 1, al) d, Organização do poder político, Publicidade dos actos.

⁸² Constituição da República Portuguesa, Artº 161, al) i, Assembleia da República, Competências, Competência política e legislativa; Ou Artº 197, nº1, al) c, Governo, competência, Competência política;

⁸³ Constituição da República Portuguesa, Artº 136, Presidente da República, Promulgação e veto.

⁸⁴ Constituição da República Portuguesa, Artº 197, nº2, Governo, competência, Competência política; E última parte do Artº 134, al) b, Presidente da República, Competência para a prática de actos próprios.

⁸⁵ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo II, artº 135, pag 398 e ss, Coimbra Editora, 2006.

⁸⁶ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo II, artº 135, pag 399 e seguintes, Coimbra Editora, 2006.

assenta num carreira e, por isso, é importante distinguir a categoria de embaixador e o posto de embaixador”⁸⁷.

Na carreira diplomática o Presidente da República não pode jamais interferir, já que esta, apesar de ter regras especiais, é uma carreira da função pública.⁸⁸ Já no que concerne à colocação de um diplomata em qualquer posto, o Presidente da República intervém no exercício do poder aqui previsto. Mas, na prática, a possibilidade de recusa de proposta do Governo é, de uma forma geral, exígua.⁸⁹

Quanto à acreditação de representantes diplomáticos estrangeiros, contemplado na segunda parte da alínea do artigo supra referido, o Presidente, embora no limite, pode opor-se à concessão de *agrément* a qualquer embaixador estrangeiro, pelo que esta competência também não tem carácter meramente simbólico.⁹⁰

A alínea b) do mesmo artigo do texto constitucional diz que é, ainda, competência do Presidente da República, a ratificação dos tratados internacionais. Assim que é aprovado na Assembleia da República qualquer tratado, cabe ao Presidente proceder à declaração solene de vinculação internacional do Estado. Este acto toma a forma de *Carta de Ratificação*⁹¹, a que corresponde, no Direito interno, o aviso de ratificação⁹².

Terminado o processo de conclusão do tratado, a ratificação não interfere no seu conteúdo. O Presidente da República não pode formular reservas. Pelo contrário, pode recusá-la. O entendimento/costume internacional é de que ele é livre.⁹³ À ratificação assimila-se a adesão, o acto homólogo relativo à aceitação superveniente de um tratado.

⁸⁷ A categoria de embaixador é a categoria mais elevada da carreira, enquanto o posto de embaixador corresponde à representação do Estado em qualquer Estado estrangeiro ou perante outro sujeito de Direito internacional, expressão do clássico *jus legationis*.

⁸⁸ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo II, artº 135, Coimbra Editora, 2006, pág 399.

⁸⁹ Só é maior, no caso, pouco recomendável, de embaixadores fora da carreira, isto é, de embaixadores designados por “políticos”.

⁹⁰ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo II, artº 135, Coimbra Editora, 2006, pág 399.

⁹¹ Esta Carta de Ratificação destina-se a troca entre Estados ou a depósito, consoante o tratado seja bilateral ou multilateral.

⁹² Artigo 119º, nº1, alínea b), 2ª parte da Constituição da República Portuguesa. Segundo Jorge Miranda, a prática de publicação de um decreto presidencial de ratificação, seguida nos últimos anos, não se compreende, e até entra em contradição com o previsto na CRP, no seu artigo 8º, nº2, que regula a recepção automática.

⁹³ Só não o é quando tenha havido referendo, pois ela não pode ser recusada em caso de resposta favorável dos cidadãos e terá de ser recusada se, apesar de resposta negativa, o Parlamento vier a aprovar o tratado.

Parece difícil supor que o Presidente da República goze de total liberdade em domínios como este, com implicações evidentes na condução da política externa do país, já que esta, como anteriormente referido, pertence à esfera do Governo.⁹⁴

Um prazo plausível, e ainda de acordo com o comentário do artigo feito por Jorge Miranda, seria, na falta de norma expressa, o de 20 dias subsequentes à recepção do acto da Assembleia.⁹⁵ Mas, nestes casos, talvez se justifique um prazo mais alargado, por a conclusão de um tratado exigir maior ponderação do que a aprovação de uma lei que o próprio Estado pode, a qualquer momento, se assim o entender, revogar. Deverá, por isso, existir alguma flexibilidade, neste assunto, adequada a cada tratado em concreto.⁹⁶

Naturalmente, se o Presidente da República decidir não ratificar, deverá indicá-lo em tempo útil ao Parlamento. Neste caso, a Assembleia pode voltar a deliberar sobre o tratado para efeito de confirmação ou, eventualmente, de introdução de reservas ou alterações ou revogação de reservas antes formuladas.⁹⁷

A integração europeia tornou-se a mais forte componente das relações internacionais da República. Seria, por isso, de supor que o Presidente, que é o seu legítimo representante, recebesse competências específicas nessa matéria, tal como sucede com a Assembleia da República⁹⁸, com o Governo⁹⁹ e com os órgãos das regiões autónomas¹⁰⁰. As revisões constitucionais nada previram, a não ser a marcação de data das eleições dos Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, previsto no Artigo 133º, alínea b).

⁹⁴ Valendo isto, também, por maioria de razão, para a assinatura de resoluções e de decretos de aprovação de acordos em forma simplificada.

⁹⁵ Segundo Jorge Miranda, por analogia com os 20 dias para a promulgação das leis, previsto no artigo 136, nº1, do texto constitucional.

⁹⁶ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo II, artº 135, Coimbra Editora, 2006, pág. 400.

⁹⁷ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo II, artº 135, Coimbra Editora, 2006, pág. 400. Apesar de o texto constitucional, bem como o do regimento, ser omissos no que concerne a este assunto, em face do regime de fiscalização preventiva, consagrado no artigo 279º, nº4 da Constituição, deverá ser dada esta possibilidade à Assembleia. Se na ocorrência de inconstitucionalidade, é possível a confirmação, também esta há-de ser possível na ocorrência de discordância política. Em todo o caso, o Presidente continua a ser livre de ratificar ou não.

⁹⁸ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo II, artº 135, Coimbra Editora, 2006, pág. 401. Ver Artigo 161º, alínea u), 163º, alínea f) e 164º, alínea p), da Constituição da República Portuguesa.

⁹⁹ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo II, artº 135, Coimbra Editora, 2006, pág. 401. Ver Artigo 197º, nº 1, alínea i), da Constituição da República Portuguesa.

¹⁰⁰ MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo II, artº 135, Coimbra Editora, 2006, pág. 401. Ver Artigo 227º, nº 1, alíneas v) e x), da Constituição da República Portuguesa.

Desta forma, o Presidente da República só acompanha os assuntos de política externa, através das suas competências genéricas, como a da ratificação de tratados ou de convocação de referendos, ou das informações que o Primeiro-Ministro lhe presta acerca destes assuntos.

Assim, e porque a nossa Constituição o prevê, é ao Presidente da República que cabe, na qualidade de mais alto Magistrado do Estado, representar Portugal nas relações com os demais Estados.

II. POLÍTICA INTERNA, POLÍTICA EXTERNA E AS VISITAS PRESIDENCIAIS

II.1. O Princípio do Século e a 1ª República

Viviam-se os últimos dias da Monarquia e o partido republicano, sentindo que a sua hora estava iminente, cuidava com perícia da revolução. Desta forma, chamou à sua causa os quadros da Armada e do Exército, sobretudo os mais jovens e idealistas, a par de largos sectores da burguesia e das classes proletárias das grandes cidades, onde se distinguem professores, estudantes universitários, médicos, advogados, jornalistas, mas também operários, comerciantes, bem como funcionários públicos. Uma rede de sociedades secretas, filiadas ou simpatizantes da maçonaria, ia minando a disciplina e a lealdade das Forças Armadas à Coroa e aliciando os quadros e as tropas, ao mesmo tempo que acendia a chama revolucionária no seio da sociedade civil, sobretudo junto da média e pequena burguesia e do proletariado.

Para chefiar as forças revolucionárias em formação, foi eleito o Almirante Cândido dos Reis, à época Capitão-de-mar-e-guerra, alma impoluta de republicano e patriota.

Por essa altura, o então Segundo-tenente José Mendes Cabeçadas Júnior integrava a guarnição do “Adamastor”, que se encontrava fundeado no rio Tejo. Ainda não pertencia à Maçonaria, mas é quase certo que seria um dos elementos da Carbonária, tal como muitos dos seus companheiros de armas, tendo participado numa das reuniões conspiratórias que antecederam o 5 de Outubro, ficando assim ao corrente do plano. Neste período a Marinha está fortemente politizada, com muitos dos seus elementos pertencendo à Maçonaria e à Carbonária.¹⁰¹

II.2. Hermes da Fonseca e a Revolução de 5 de Outubro de 1910

Visitava Lisboa o Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca, que havia chegado ao cais de Belém no sábado, 1 de Outubro de 1910. D Manuel II vai a bordo do couraçado “São Paulo” para saudar o Marechal, ao

¹⁰¹ ALÍPIO, Elsa Santos, *Fotobiografia de José Mendes Cabeçadas Júnior*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2006.

mesmo tempo que os republicanos portugueses festejam este acontecimento, não pela visita em si mas pela presença de um Presidente da Republica em Portugal! Milhares de pessoas juntam-se a esta festa ao longo do percurso entre o cais e o Palácio de Belém. A revolução estava iminente e todos o sentiam nesta vibrante demonstração ao Marechal. Esta demonstração prolonga-se até defronte do Palácio de Belém, onde na noite de 3 de Outubro, teria lugar um banquete oficial.

Nessa mesma noite, Lisboa vivia uma agitação acrescida pela notícia da morte do doutor Miguel Bombarda, presidente da junta Liberal, sendo esta atribuída a um “atentado reaccionário”, o que era mentira já que o assassino, um oficial de infantaria de nome Aparício Rebelo, cometera o crime motivado por uma simples mania de loucos contra os seus médicos. O facto dera-se às seis horas da tarde, tornando a revolução inadiável dado o estado de agitação da população em Lisboa.¹⁰²

O Presidente do Conselho foi avisado da iminência da acção quando se dirigia para o banquete de Belém.

Quando Hermes da Fonseca, ele próprio um maçom, oferecia um jantar em honra do Rei no Palácio de Belém, circulavam por Lisboa os boatos de que a revolução não tardava. De certa forma a presença do futuro presidente do Brasil em Belém, impedindo ou atrasando a reunião de emergência entre os membros do Governo, acabou por facilitar a revolução da qual é bem provável que Hermes da Fonseca tivesse conhecimento. A reforçar esta ideia está o facto de poucos dias depois, ainda em Lisboa, o Presidente do Brasil ter recebido os representantes do Governo Provisório da Republica Portuguesa.¹⁰³

Esta questão ainda hoje é controversa, já que outros autores referem que o Marechal terá deixado o porto de Lisboa na tarde do dia 5 de Outubro.¹⁰⁴

No entanto, segundo Rocha Martins¹⁰⁵, na manhã de 4 de Outubro, o Marechal Hermes da Fonseca, ao ser informado dos acontecimentos, apressa-se a sair do Palácio de Belém, onde pernoitara, em direcção ao cruzador “S. Paulo”, com o intuito de dispensar a Guarda do Palácio pois esta poderia fazer falta noutro lugar, bem como de livrar o Governo da preocupação da segurança do ilustre convidado. Ainda no decorrer

¹⁰² MARTINS, Rocha, *História de Portugal*, 2ª Edição, tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1930.

¹⁰³ BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira, *O Ideário Republicano nas relações Brasil/Portugal, 1880-1891*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2002.

¹⁰⁴ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 208.

¹⁰⁵ MARTINS, Rocha, *D Manuel II – História do seu Reinado e da Implantação da Republica*, Edição do Autor, Composto e impresso nas oficinas do “ABC”, Lisboa, MCMXXXI, pág. 527-528.

dessa manhã, o Marechal, encarrega Batalha de Freitas, representante do Ministério dos Estrangeiros e que acompanhara Hermes da Fonseca ao seu navio, de se dirigir ao Palácio das Necessidades, onde se encontrava o Rei, a fim de “dizer a El-Rei que, se entendia que a sua pessoa corria algum perigo, ele teria muita honra em lhe oferecer abrigo a bordo do “S. Paulo”.

Para o efeito, o Marechal incumbiu o seu ajudante de campo, tenente brasileiro Américo Pimentel de acompanhar o diplomata às Necessidades mas isso foi impossível, já que o Palácio onde se encontrava D. Manuel, estava sob a ameaça das armas republicanas. Desta forma, Batalha de Freitas, dirige-se para o Palácio de Belém e, andando de corredor em corredor, regressa à companhia do tenente dizendo que já transmitira o recado e que deveriam voltar ao cruzador onde esperariam pela resposta.

Quando Hermes da Fonseca perguntou pelo resultado da diligência, o representante do Protocolo responde que tinha chegado um mensageiro do Rei com o recado de “*Que Sua Majestade agradecia muito ao Marechal mas não era caso...*”¹⁰⁶.

A ordem de iniciar a revolta, conjuntamente com as três bandeiras republicanas que deveriam ser hasteadas, é transmitida aos cruzadores “S. Rafael”, “D. Carlos” e “Adamastor”, todos eles fundeados no Tejo.

Conforme combinado, no início da madrugada do dia 4 de Outubro, Mendes Cabeçadas dispara os tiros de sinal e bombardeia o Palácio da Necessidades, onde o Rei se refugiara. Seguem-se vários combates em Lisboa e alguns equívocos. Face à falta de adesão de algumas unidades do Exército, há quem chegue a pensar que estava tudo perdido. O almirante Cândido dos Reis suicidara-se e muitos soldados abandonam os seus postos de combate.¹⁰⁷

Na manhã do dia 5 de Outubro, José Relvas e Eusébio Leão, membros do Partido Republicano, proclamam a República na varanda dos Paços do Concelho, anunciando a constituição do Governo Provisório.

Entretanto, no dia 22 de Outubro, o Brasil seria o primeiro país a reconhecer oficialmente o novo regime português. A primeira reacção oficial brasileira à implantação da República consiste numa comunicação oral, feita pelo Ministro do Brasil José Pereira da Costa Mota, ao Governo Provisório, de que o reconhecimento formal do recém regime seria feito assim que o Governo brasileiro tivesse conhecimento

¹⁰⁶ MARTINS, Rocha, *D. Manuel II – História do seu Reinado e da Implantação da República*, Edição do Autor, Composto e impresso nas oficinas do “ABC”, Lisboa, MCMXXXI, pág. 527-528.

¹⁰⁷ ALÍPIO, Elsa Santos, *Fotobiografia de José Mendes Cabeçadas Júnior*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2006.

de que a maioria do povo português aceitava o regime republicano. Porém, o Ministro brasileiro, em nome do seu Governo, comunica, a 22 de Outubro, ao Governo Provisório o reconhecimento formal brasileiro da República Portuguesa.¹⁰⁸

Na sequência do reconhecimento do novo regime, o Ministro do Brasil Costa Mota, acusa, a 26 de Outubro, a recepção da nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 5 de Outubro que anuncia a proclamação da República Portuguesa e a formação do seu Governo Provisório.¹⁰⁹

Imediatamente o Governo Português trata de manifestar a sua intenção de intensificar e consolidar as relações luso-brasileiras e, no início do ano seguinte nomeia, como Ministro (Embaixador) de Portugal no Rio de Janeiro, António Luís Gomes, figura importante do Partido Republicano Português e que fizera parte do Governo Provisório. Este embaixador chegou ao Brasil no dia 6 de Fevereiro, onde é acolhido, pelas autoridades brasileiras e importantes sectores do povo brasileiro, com muita simpatia¹¹⁰.

No que concerne à posição da colónia portuguesa, esta encontrava-se dividida. Existia um forte núcleo de republicanos, organizados em torno do Grémio Republicano Português, que prepara uma grande recepção ao Embaixador Português. Por outro lado existe um outro sector, bastante importante desta colónia e saudosistas da monarquia, que, através de alguns jornais conservadores, desenvolvem uma forte campanha contra a recém criada República Portuguesa, que se intensifica com as notícias dos primeiros conflitos que entretanto surgiam entre o novo regime e a Igreja Católica, bem como a chegada ao Brasil de vários exilados monárquicos que, por sua vez, engrossam as alas anti-republicanas desta colónia. Apesar destas divisões entre portugueses terem criado, durante os primeiros anos, algumas dificuldades aos representantes da República Portuguesa, não afectaram as relações entre os governos de Lisboa e do Rio de Janeiro.¹¹¹

Em Julho de 1912, António Luís Gomes é substituído por Bernardino Machado Guimarães, nascido no Brasil e educado em Portugal, também figura de grande relevo

¹⁰⁸ AHD, Correspondência da Secretaria de Estado para a Legação de Portugal no Rio de Janeiro, telegrama de 23 de Outubro de 1910.

¹⁰⁹ AHD, Correspondência da Legação do Brasil para a secretaria de Estado, nota de 26 de Outubro de 1910.

¹¹⁰ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 208.

¹¹¹ AHD, Correspondência da Legação no Rio de Janeiro para a Secretaria de Estado, ofícios de 13 de Fevereiro, 11 de Abril, 12 de Junho, 18 de Junho, 28 de Junho, 4 de Julho, 5 de Julho, 28 de Agosto e 9 de Outubro de 1911.

do regime republicano português, tendo desempenhado o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório.

Com o objectivo de estreitar ainda mais as relações entre Portugal e o Brasil, os dois governos determinam a elevação das suas representações diplomáticas ao nível de Embaixada, sendo Lisboa em 1913 e o Rio de Janeiro em 1914.¹¹² De tal forma o Governo de Lisboa deu importância a esta relação que a representação diplomática portuguesa no Brasil foi a única missão diplomática com categoria de embaixada durante mais de dez anos.

Bernardino Machado, que havia sido elevado à categoria de Embaixador em 1 de Novembro de 1913, teve que regressar a Portugal em Janeiro de 1914 por ter sido eleito Deputado, vindo, logo em Fevereiro, a assumir a chefia do Governo português.

Entre Portugal e o Brasil sempre existiram fortes ligações histórico-culturais, económicas e de “sangue”, que foram ainda mais fortemente alicerçadas pela maciça e continua emigração dos portugueses para o Brasil e pela existência de um intercâmbio cultural, com personalidades tanto portuguesas como brasileiras a tentar solidificar os laços de amizade entre os dois países. Esta ligação não é de todo de estranhar já que o Brasil surge como um grande país e império após ter sido uma das colónias portuguesas.

Mas, tal situação não foi impeditiva de deflagrarem, de tempos a tempos, movimentos de um nacionalismo exacerbado. Em Portugal, em 1913, surge uma campanha contra o Brasil, o que mais tarde, no início da década dos anos vinte, em princípio de 1921, desencadeia o aparecimento de um movimento que ficou conhecido como o “nativismo”, numa fase culturalmente radical do republicanismo, que misturado com o ressentimento popular contra os lojistas portugueses, orquestrado por alguns jornais brasileiros e certos partidos políticos, conduz a uma campanha contra os portugueses no Brasil, criando, desta forma, um ambiente de tensão e de mal-estar entre os dois países.

¹¹² Anuário Diplomático e Consular Português, 1913-1914, pág. 163; Lei de 10 de Julho de 1913 que autoriza o Governo português a elevar à categoria de Embaixada a Legação de Portugal no Rio de Janeiro; Decreto de 1 de Novembro de 1913, dando execução a esta Lei. O Parlamento brasileiro procede de igual forma, autorizando o seu Governo a elevar a Legação do Brasil em Lisboa à categoria de Embaixada, sendo sancionado pelo Decreto de 7 de Janeiro de 1914. O primeiro Embaixador do Brasil em Lisboa foi F. Régis de Oliveira, designado a 22 de Abril de 1914.

II.3. Canto e Castro recebe Epiácio Pessoa em Lisboa

Anos mais tarde, o fenómeno do pós guerra também se faz sentir no Brasil, pelo que, devido ao baixo custo de mão-de-obra, se assiste a um crescimento da industrialização, apesar de não se poder falar em surto industrial. Não obstante este crescimento a balança comercial é deficitária, já que os produtos importados têm mais valor comercial do que os exportados.

Também a nível social, tanto em Portugal como no Brasil, verifica-se o aparecimento dos “novos-ricos” e, conseqüentemente dos “novos pobres”. Os camponeses, que têm uma vida miserável, à procura de uma vida melhor, migram para os grandes centros urbanos. No caso de Portugal, também emigram para o Brasil, Estados Unidos da América, França e outros países do sul do continente americano.

A classe média dos dois países sente-se empobrecida e defraudada nas suas aspirações económicas, políticas e sociais, o que leva as pessoas a tomarem posições extremas, implicando um aumento de pressão sobre o Estado, e a conseqüente instabilidade política e social.

No Brasil, as manifestações e revoltas de Estados sucedem-se, bem como os levantamentos armados, provando que a democracia liberal ocultava o domínio de uma pequeníssima mas bastante poderosa e rica classe sobre o resto de uma imensa população, que não consegue, por parte do Estado, a resolução dos seus problemas.¹¹³

Assim, e perante as dificuldades em conseguir um consenso entre os vários Estados, no que se refere à sucessão do Presidente Delfim Moreira, que se encontra demasiado doente para completar o seu mandato, é eleito sem campanha, pois encontrava-se na Europa como chefe da missão brasileira à Conferência de Versalhes, (Conferencia de Paz), Epiácio Pessoa, com 54 anos de idade. (1919-1922).

Epiácio Pessoa é formalmente convidado pelo Presidente de Portugal Canto e Castro, por via telegráfica, no dia 14 de Maio de 1919, quando este se encontrava em Paris¹¹⁴ e é eleito como Presidente dos Estados Unidos do Brasil.

Afonso Costa responde, em 23 do mesmo mês, também por telegrama¹¹⁵, que depois de longa conferencia com o Dr. Epiácio Pessoa acerca da sua visita a Lisboa, o

¹¹³ BELLO, José Maria, *Historia da Republica (1889-1954) Síntese de Sessenta e cinco anos da vida brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, S/d.

¹¹⁴ AHMNE (Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros), Cota 3P-A11-M410, Viagem do Presidente eleito do Brasil a Portugal – 1919- Telegrama enviado através do MNE a Afonso Costa em Paris, a fim de ser entregue ao Presidente de Brasil, 14 de Maio de 1919.

Presidente brasileiro tinha aceite o convite e que o único “embaraço” seria o problema do transporte. No entanto, essa situação ficou resolvida porque o Governo francês disponibilizou um navio de guerra para transportar o Presidente até aos Estados Unidos da América, passando por Lisboa.

O Presidente eleito do Brasil, tinha então que programar a sua visita a Inglaterra mas, segundo Teixeira Gomes, da delegação de Portugal em Londres, o Dr Epitácio Pessoa, afirmara que esta visita e recepção se deveria subordinar à visita a Portugal, já que de forma alguma deixaria de a fazer.¹¹⁶

Assim, o Presidente eleito do Brasil parte de Paris com destino a Londres e no dia 6 de Junho embarca com destino a Lisboa. É intenção do Presidente demorar-se três dias em Lisboa e para isso, segundo Teixeira Gomes, em telegrama ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 5 de Junho, véspera do embarque de Epitácio Pessoa com destino a Portugal, afirma que o presidente telegrafou ao Governo brasileiro mas que ainda não tinha obtido a resposta.

Na manhã do dia 8 de Junho, o navio francês que transporta o Presidente Brasileiro é recebido, fora da barra, pela Divisão Naval e acompanhado por cortejo fluvial até à Praça do Comercio, onde Epitácio Pessoa é recebido pelo Presidente de Portugal Canto e Castro, com a assistência do Corpo Diplomático, Deputados do Senado, Câmara Municipal e várias entidades oficiais.

Daqui partem em cortejo para a Câmara Municipal para assistir a sessão solene de recepção. No final da cerimónia e cerca das 17h30, o Presidente Pessoa, recebe elementos da colónia brasileira no Palácio de Belém, onde fica alojado com a sua senhora, filha, chefe de gabinete, parente próximo e três criados. Às 20 horas, janta com Canto e Castro, também em Belém, seguindo para o Teatro de S. Carlos para assistir a um Concerto de Gala.

No dia seguinte, o Presidente eleito do Brasil tem um almoço íntimo no Palácio de Belém, seguindo para uma visita à Sociedade de Geografia.

Às 15h30 desloca-se para o Congresso da República, onde está preparada uma sessão de homenagem ao Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil. Seguem-se discursos proferidos pelo Presidente do Congresso, Augusto Monteiro em nome do

¹¹⁵ AHMNE, Cota 3P-A11-M410, Viagem do Presidente eleito do Brasil a Portugal – 1919- Telegrama enviado da Delegação de Portugal em Paris, por Afonso Costa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paris, 23 de Maio de 1919.

¹¹⁶ AHMNE. Cota 3P-A11-M410, Viagem do Presidente eleito do Brasil a Portugal - 1919 -Telegrama enviado ao MNE, por Teixeira Gomes da delegação diplomática de Portugal em Londres, 30 de Maio de 1919.

Senado, Dr. António José d'Almeida em nome da Câmara dos Deputados, o Presidente do Ministério em nome do Governo, bem como outros oradores. Epiácio Pessoa responde com um “admirável e emocionado” discurso, afirmando que aquela tinha sido a demonstração de apreço, de entre todas as que tinha recebido na sua vida, a que mais intimamente lhe tocara no coração, concluindo da seguinte forma: *“Quando chegar ao meu País e transmitir as vossas homenagens vereis a alma do grande povo brasileiro vibrar uníssono com a alma lusitana, estendendo-vos os braços através dos mares num complexo entusiasmo de fraternidade e carinho.”*¹¹⁷.

Segue-se, para terminar o dia, um jantar de Gala no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que culmina com fogo-de-artifício no Tejo, em frente ao Palácio das Necessidades.

No dia seguinte, 10 de Junho de 1919, Epiácio Pessoa goza o seu último dia de visita com um passeio a Sintra, tendo almoçado no Palácio da Pena. Ao fim do dia, depois de oferecer um jantar ao Almirante Canto e Castro, recebeu as honras devidas, no Pavilhão do Terreiro do Paço, e entusiásticas e calorosas manifestações de amizade e simpatia, quer por parte dos órgãos de soberania, quer por parte do povo, embarcando de seguida no Navio de Guerra francês “Jeanne d’Arc”, com destino aos Estados Unidos da América.¹¹⁸

De imediato, o Ministro dos Negócios estrangeiros, Xavier de Brito, informa o Dr. Afonso Costa, em Paris, bem como a delegação de Londres, de que o Presidente acabara de embarcar e que, conforme havia sido indicado o Presidente do Brasil tinha sido condecorado com a Banda das Três Ordens, que a mulher do Presidente e a filha tinham recebido “lindos presentes” e os restantes membros da Comitiva também tinham sido condecorados “adequadamente”¹¹⁹.

O Assunto das Condecorações tinha sido bastante discutido porque em telegrama enviado por Teixeira Gomes da delegação de Portugal em Londres a anunciar a saída de Inglaterra com destino a Lisboa do navio que transportava o Presidente eleito do Brasil e a descrever a forma calorosa com que tinha sido recebido neste País, refere-

¹¹⁷ AHMNE. Cota 3P-A11-M410, Viagem do Presidente eleito do Brasil a Portugal – 1919 - Telegrama enviado ao Dr. Afonso Costa da delegação diplomática de Portugal em Paris, por Xavier de Brito, 10 de Junho de 1919.

¹¹⁸ AHMNE. Cota 3P-A11-M410, Viagem do Presidente eleito do Brasil a Portugal - 1919 -Programa da Visita de S. Ex^a o Senhor Presidente Eleito da Republica dos Estados Unidos do Brasil a Lisboa, 8 a 11 de Junho de 1919.

¹¹⁹AHMNE. Cota 3P-A11-M410. Viagem do Presidente eleito do Brasil a Portugal – 1919. Telegrama enviado ao Dr. Afonso Costa da delegação diplomática de Portugal em Paris, por Xavier de Brito em 16 de Junho de 1919.

se especificamente que o presidente tinha sido condecorado, (exactamente da mesma maneira que Bernardino Machado e sua comitiva, aquando da visita a Inglaterra), bem como outros elementos da sua comitiva, e que em conversa tinha tido a informação de que também esperavam receber condecorações portuguesas. Mas e porque a Constituição Brasileira impedia a aceitação de condecorações, estas deveriam ser impostas, sem anuncio prévio, de forma a que não pudessem ser “recusadas”! *“Feita entrega como que de surpresa não serão recusadas...”*. Diz ainda o telegrama que *“o presidente tem sido brilhantemente recebido em toda a parte, sendo por isso de maior alcance que a nossa recepção exceda todas e que tenha cooperação popular.”*¹²⁰

Assim, esta curta visita teve como objectivo principal o estreitar de relações entre os dois países, primando sobretudo por apelos à fraternidade do país onde habitava uma crescente comunidade portuguesa emigrada, tendo o programa dos três dias de visita sido bastante criticado pela imprensa da época, por ser pobre e ter pouco significado, uma vez que se restringia a homenagens e banquetes de honra.

No mês seguinte, em Julho de 1919, ocorre a derradeira cerimónia oficial do Almirante Canto e Castro enquanto Presidente da Republica, que será um banquete oferecido ao Corpo Diplomático e à classe política, celebrando o final da I Guerra Mundial, o restabelecimento da paz na Europa, prestando homenagem a todos os combatentes.

Entretanto, em Agosto, decorreram as eleições presidenciais que deram a vitória a António José d’Almeida. Foi instituído o Concelho Parlamentar (que seria um antecessor do actual Concelho de Estado), um órgão consultivo, a ser convocado pelo Chefe de Estado em caso de necessidade, formado por antigos Presidentes da Republica e pelos cinco últimos Presidentes do Ministério.¹²¹

Canto e Castro, que se tinha mudado para o Palácio da Cidadela, em Cascais, mediante o pagamento de uma renda ao Estado, regressa, pela última vez ao Palácio de Belém, a fim de levar a cabo a cerimónia de transferência de poderes para o novo presidente.

¹²⁰ AHNME. Cota 3P-A11-M410, Viagem do Presidente eleito do Brasil a Portugal – 1919. - Telegrama enviado ao MNE, por Teixeira Gomes da delegação diplomática de Portugal em Londres, 6 de Junho de 1919.

¹²¹ CASALEIRO, Óscar, *Fotobiografia de João do Canto e Castro*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2006.

II.4. Do “Nativismo” ao Apogeu

A 6 de Agosto de 1919 o Congresso elege para Presidente da República, no terceiro sufrágio, António José d’Almeida, que toma posse em 5 de Outubro do mesmo ano. Foi seu opositor Manuel Teixeira Gomes, que lhe haveria de suceder em 1923.

Como já anteriormente foi referido, no início da década de vinte, início de 1921, aparece, no Brasil, um movimento a que se deu o nome de “nativismo”, que apanha o mandato de António José d’Almeida a meio.

Para esta campanha, contribuiu, sem dúvida nenhuma, a crise económica de 21 com reflexos, também, em Portugal e no Brasil, e é contemporânea da assinatura do decreto que regulava a permanência de estrangeiros, de Janeiro de 1921.¹²²

Nos primeiros meses de 1921, aparecem no “Diário de Noticias” e no “Comércio do Porto”, alguns artigos sobre a persistência da campanha nativista, mas de imediato (Fevereiro), o Embaixador português no Rio de Janeiro, Duarte Leite, envia um telegrama ao ministério dos Negócios Estrangeiros, esclarecendo que, a coberto do nacionalismo e do nome do Presidente Epitácio Pessoa, esta campanha começava a declinar, não tendo repercussão, pelo que apesar de ter mantido conversa com o Ministro das Relações Exteriores, tinha achado por bem não interferir e considerando, para terminar, de que não se deveria dar muita importância ao que os jornais diziam.¹²³

Mas, as relações económicas com o Brasil são demasiado fortes e prevalecem sobre qualquer campanha de “difamação”, pelo que, ainda durante o mês de Janeiro desse ano, o “Trás-os-Montes”, dos Transportes Marítimos do Estado, estabelece uma ligação directa para o Brasil, ligação esta que é muito saudada por jornalistas e escritores brasileiros, bem como pela colónia portuguesa no Brasil. A imprensa reage, congratulando-se pela iniciativa, escrevendo que tal ligação “*concorrerá poderosamente para o estreitamento cada vez mais acentuado das relações de amizade entre duas nações de língua portuguesa.*”¹²⁴

Também por parte do Brasil verifica-se um esforço no sentido de reverter a campanha desfavorável e em Março de 1921 o Embaixador do Brasil em Lisboa, ao

¹²² Este decreto referia-se a cidadãos expulsos de outros países por motivos de ordem religiosa ou política, que professassem teorias prejudiciais à segurança pública, evadidos, condenados por homicídio, roubo, falência fraudulenta, estelionato, moeda falsa, aleijados, mutilados, cegos, mendigos, doentes incuráveis ou com moléstia contagiosa ou que se entregassem a explorações ilícitas.

¹²³ AHMNE. Cota 3P-A18-M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil – 1922 - Telegrama enviado ao MNE, pelo Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Duarte Leite, Fevereiro de 1921.

¹²⁴ Diário de Noticias, Lisboa, 15 de Janeiro de 1921.

regressar de uma viagem ao seu país, declara, em entrevista ao “Comercio do Porto”, que as relações entre os dois países “nunca foram mais amistosas”, desmentindo desta forma que os portugueses no Brasil sofressem qualquer tipo de perseguição, desvalorizando a importância da campanha nativista.

II.5. Portugal na Exposição Internacional Fluminense e a Travessia Aérea do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral

Em 8 de Abril, o Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Duarte Leite, transmite ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Barreto, o convite que o Governo brasileiro dirige a Portugal para participar na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922, exposição essa que se engloba dentro das festividades para celebrar o I Centenário da Independência do Brasil.¹²⁵ Este convite é reiterado pelo Embaixador do Brasil em Lisboa, Xavier Fontoura, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, a 13 de Maio de 1921.

Para celebrar o primeiro centenário da proclamação da independência do Brasil, o Governo brasileiro promove uma exposição internacional que seria solenemente inaugurada a 7 de Setembro de 1922, onde estariam presentes as delegações de um grande número de países do continente americano, bem como de todos os cantos do Mundo¹²⁶. Como Portugal havia sido convidado, o Presidente António José d’Almeida decide chefiar a delegação oficial que o Governo de Lisboa designara para representar o País nestes festejos. Esta seria a primeira vez que um Chefe de Estado Português visitava o Brasil. O Rei D. Carlos havia sido convidado¹²⁷ mas a visita projectada não se chegou a realizar. Já, nessa altura, o Rei D. Carlos, atribuíra uma grande importância a essa viagem ao Brasil, conforme escreve, em carta dirigida à Duquesa de Uzes, em 12 de Dezembro de 1907, dizendo tratar-se de “*uma viagem infinitamente política e de uma importância capital para a minha obra*”¹²⁸. O assassinato do Rei e do Príncipe Real no dia 1 de

¹²⁵ AHMNE, Cota 3P-A10-M133, Processo 301/21, Exposição Internacional do Rio de Janeiro, Carta do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1921.

¹²⁶ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 207.

¹²⁷ Por ocasião da celebração, com uma exposição internacional, o primeiro centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio mundial, que havia sido decretada por D. João VI, a 28 de Janeiro de 1808.

¹²⁸ CARVALHEIRO, Rodrigues, *D. Carlos e o Brasil*, Lisboa, 1957, (separata do *Diário da Manhã*), pag 20.

Fevereiro de 1908, pôs um termo trágico ao projecto de viagem de que Camelo Lampreia¹²⁹ se tinha ocupado com muito interesse e empenho. Tratava-se, assim, de um acontecimento de grande envergadura política que, infelizmente não foi preparado com o cuidado que merecia.

A participação de Portugal na Exposição Internacional Fluminense contribuiu para o fortalecimento dos laços de afecto e de amizade entre Portugal e o Brasil, permitindo a projecção dos nossos produtos no Brasil, na América e até no Mundo, reconquistando o mercado brasileiro e conquistando outros mercados, procurando ainda mostrar a capacidade produtiva, organizativa e o grau de desenvolvimento do povo e da indústria portuguesa.

Também durante o ano de 1922, a 30 de Março, tem lugar um outro acontecimento histórico que faz com que os povos e nações irmãs se aproximem de modo particularmente emotivo. Trata-se da travessia aérea do Oceano Atlântico, entre Portugal e o Brasil, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Esta viagem estava planeada desde 1919, aquando da visita de Epiácio Pessoa a Portugal, como forma de aproximação dos dois países, e é inteiramente acompanhada pela imprensa e pelo povo de ambos os países, e culmina com festejos que se repetirão durante longos anos.

A repercussão causada pela visita do Presidente eleito Epiácio Pessoa a Portugal em 1919, bem como o seu apelo a uma maior aproximação entre o Brasil e Portugal e, ainda, a proximidade da celebração do I Centenário da Independência do Brasil, levaram o oficial de marinha e piloto aviador Artur Sacadura Cabral a conceber o projecto de uma travessia aérea do Atlântico-Sul, realizada por portugueses. Tratou-se de uma proposta arrojada numa altura em que a aviação civil se encontrava a dar os primeiros passos, exigindo, por isso, não só uma grande perícia na pilotagem como um profundo conhecimento da navegação aérea. Para este efeito, Sacadura Cabral convidou Carlos Gago Coutinho, que era um geógrafo de grande prestígio, que havia feito laboriosas investigações sobre a aplicação à navegação aérea do sextante de nível.

Obtida autorização, bem como os fundos necessários por parte do Ministério da Marinha, foi encomendado, a uma firma inglesa, o fabrico de um hidroavião, equipado com um motor Rolls-Royce Eagle. O percurso é inicialmente idealizado, sendo previsto

¹²⁹ Chefe da legação de Portugal no Brasil e amigo pessoal do Rei, transferido para a legação de Haia, por motivos políticos, dada a sua conhecida ligação com João Franco, destituído e perseguido pelo novo Governo.

para uma viagem que iria de Lisboa a Las Palmas e depois Porto Praia, em São Vicente do Cabo Verde, de onde se iniciaria a travessia do Atlântico com destino à ilha de Fernando Noronha, num percurso total de 4350 milhas náuticas (8050 Km). Foram preparados três Navios de Guerra para apoiarem logisticamente esta operação: o Cruzador “República”; o Aviso “5 de Outubro” e a Canhoneira “Bengo”.¹³⁰ Estes navios partem com rumo aos seus destinos a 22 de Março de 1922. No dia 30 o hidroavião, baptizado com o nome de Lusitânia, inicia o seu percurso com destino a Las Palmas, onde chega depois de nove horas de voo. A 5 de Abril parte em direcção a São Vicente, amarrando após dez horas em voo. Em São Vicente, Sacadura Cabral altera o destino desta que seria a última etapa, já que conclui que o consumo exagerado de combustível não lhe permitiria chegar a Fernando Noronha e opta por voar para uns penedos brasileiros chamados de São Pedro. Devido a dificuldades atmosféricas, este percurso só se inicia a 18 de Abril e de Porto Praia – Santiago, para encurtar o percurso em 170 milhas. Já ao chegar aos penedos de São Pedro, depois de dez horas de voo, uma vaga muito alta, fez afocinhar o hidroavião, quando tentavam a amarração, o que o destruiu quase completamente. Desta forma, as autoridades portuguesas enviaram para Fernando Noronha, onde se encontravam os aviadores, um segundo hidroavião e a 10 de Maio, recebido o avião, decidem retomar a sua viagem, voando para os penedos, de modo a que a partir daí seguissem a viagem até à costa brasileira. Este voo não vai durar muito tempo já que o aparelho avaria obrigando os aviadores a amarrar em alto mar. São recolhidos por um cargueiro inglês que os levou, novamente para Fernando Noronha.

No Brasil e em Portugal, em função dos acontecimentos, tem lugar uma subscrição pública para adquirir um novo avião que chega a Fernando Noronha, a bordo do Cruzador “Carvalho Araújo”, a 2 de Junho. Depois de baptizado com o nome de Santa Cruz, inicia o seu voo, a 5 do mesmo mês, com destino ao Recife, seguindo para a Baía, Porto Seguro, Vitória e Rio de Janeiro, fazendo a sua amarração na Baía de Guanabara cerca das 14H30 do dia 17 de Junho de 1922. Sacadura Cabral e Gago Coutinho são recebidos no meio de grandes manifestações populares. Apesar dos contratempos verificados ao longo do percurso, os aviadores tinham conseguido uma proeza notável, que até então nunca tinha sido alcançada. Este acontecimento produziu uma explosão de patriotismo luso-brasileiro, cujos ecos perduraram por muito tempo na memória dos portugueses e brasileiros.

¹³⁰ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 208.

II.6. António José d'Almeida e as Comemorações do Centenário da República no Rio de Janeiro

Em 13 de Abril de 1921, Epiácio Pessoa, aproveitando as comemorações do Centenário da Republica, dirige uma carta ao Presidente da Republica Portuguesa, Dr. António José d'Almeida, de quem afirma ser “leal amigo”, para lhe apresentar o desejo, pessoal e do povo brasileiro, de assistir às cerimónias. Para o Presidente brasileiro este “especial convite” irá estreitar ainda mais os laços de uma sincera e velha amizade entre Portugal e o Brasil. Esta carta é entregue em mão a António José d'Almeida pelo Embaixador brasileiro que diz que espera que desta viagem “...resulte um maior estreitamento dos laços de sincera e velha amizade entre os dois países.”¹³¹

Nesta carta, Epiácio Pessoa aproveita para recordar a “maneira cordialíssima” com que fora recebido em Portugal, aquando da visita realizada em Outubro de 1919, em que, estando em Paris é eleito Presidente dos Estados Unidos do Brasil e visita Portugal durante três dias.

Já em 1920, o mesmo convite tinha sido feito por Epiácio Pessoa ao Presidente António José d'Almeida, que, em telegrama da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro dirigido pelo Embaixador ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mello Barreto, no dia 24 de Julho de 1920, se pode ler o seguinte: “*Não sei como posso conciliar telegrama de V. Ex^a com telegrama directamente recebido pelo Senhor Presidente da Republica, no qual me declarou desistir da viagem ao Brasil este ano. Comuniquei a desistência ao Senhor Epiácio Pessoa, dizendo que o Presidente da Republica alegou provável falta de saúde....*”¹³²

Desta forma, o “nativismo” brasileiro parece completamente “enterrado”, dando lugar a um período de profundas e profícuas relações entre os dois países.

Em Portugal, apesar da viagem do Presidente ao Brasil, ser, entre todos os partidos, consensual, o Governo de António Maria da Silva¹³³ tem que ultrapassar um conjunto de adversidades, principalmente politicas, para conseguir reunir todas as condições para a realização desta viagem: paz social, trabalhos de recuperação e beneficiação do navio “Porto”, encerramento do Parlamento, de modo a evitar

¹³¹ AHMNE, cota 3P-A18-M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil - 1922 – Carta do Presidente Epiácio Pessoa dirigida a António José d'Almeida, Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1921.

¹³² AHMNE, Cota 3P-A11-M410. Telegrama enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 24 de Julho de 1920.

¹³³ Chefe do Governo e líder dos Democráticos, partido governamental.

confrontos políticos debilitantes da própria acção governativa, tentando, para esse efeito, ver aprovadas três leis – a do funcionalismo público, a das subvenções e a das finanças.

Os jornais, que acompanham, constantemente, a frágil saúde do Presidente, à medida que a viagem se aproxima, vão, informando que a viagem presidencial está dependente do estado de saúde, informando que o Presidente, em Julho, estava a passar uma temporada no Gerês para melhorar e poder aguentar a longa viagem até ao Brasil.

Por outro lado, diz o “Comércio do Porto”, que a partida do Presidente para o Brasil terá que se realizar, o mais tardar a 20 de Agosto, de modo a que possa chegar ao destino a 7 de Setembro. Este mesmo jornal informa a 31 de Julho que existe um outro problema com a viagem presidencial. Segundo o editor, a viagem “(...) *está dependente do esclarecimento da situação política, para que, por estes dias, se farão algumas combinações entre o governo e as oposições, visto que o chefe do Estado não deseja fazer essa viagem sem ter assegurado um período de tranquilidade política.*”

No dia 2 de Agosto à noite reúne-se o Conselho de Ministros, para que os partidos políticos entrem em acordo, apesar de esses esforços terem saído gorados. Neste encontro era discutida a situação financeira e política do país e a viagem do Presidente ao Brasil. Os delegados dos partidos apenas aprovam a viagem presidencial, dizendo que esta trará vantagens para Portugal, pelo que, e em função desta, prometem paz e concórdia. Mas o governo considera imprescindível, para que ela se concretize, que a estabilidade governativa fique garantida e que o Parlamento aprove, até ao dia 20, as propostas das finanças, o que os delegados dos partidos discordam em absoluto.

Desta forma, os deputados do partido dos Reconstituintes e do partido dos Liberais fazem uma série de reuniões na Câmara dos Deputados, de que resulta os Liberais acharem que a discussão da proposta das finanças deveria ser adiada para a reabertura do Parlamento devendo as câmaras serem encerradas após aprovada a proposta referente às subvenções e um ou outro projecto de maior urgência, enquanto os Reconstituintes resolvem dar todo o apoio e facilidades à viagem de António José d’Almeida ao Brasil, prometendo não levantar qualquer questão política durante a sua ausência, desde que o poder executivo não exorbitasse as suas funções perante os adversários. Consideram que o Parlamento deve ser encerrado, para reabrir a 15 de Outubro, também com o intuito de o governo dar conta da sua acção governativa.

No entanto, e antes que alguma decisão fosse tornada pública, a Confederação Geral do trabalho anuncia, em 7 de Agosto, uma greve geral, como resultado de uma

agitação cada vez mais violenta, que fora provocada pelo aumento do preço do pão, proposta pelo Ministro da Agricultura e aprovada pelo Parlamento, que foi publicada no Diário do Governo a 31 de Julho, pela Portaria 3.283.

No dia 9 de Agosto, António Maria da Silva, envia para a Mesa do Parlamento uma proposta de Lei para permitir que o Presidente António José d'Almeida se ausente de Portugal em visita de Estado ao Brasil, por ocasião do I Centenário da Independência, prevendo, ainda um orçamento de dois mil e quinhentos contos como verba destinada a despesas. Esta proposta de Lei é aprovada por todos os partidos na generalidade e na especialidade e enviada de imediato para o Senado.¹³⁴

Nesse mesmo dia, António José d'Almeida envia ao Presidente do Brasil, um telegrama¹³⁵, dizendo-lhe que o seu estado de saúde lhe permite fazer a viagem e que desta forma irá visitar o seu País, conforme o convite de Epiácio Pessoa. Informa, ainda que pretende embarcar em Lisboa a 20 ou a 21 de Agosto, de forma a chegar ao Brasil a tempo de participar nas celebrações do Dia da Independência. Este telegrama termina com a referencia ao “(...) *grande prazer e a alta honra que sinto em visitar, com assentimento e aplauso da opinião publica portuguesa, o grande povo de que Vossa Excelência é o chefe eminente.*”

Logo no dia seguinte, Epiácio Pessoa, responde, também por telegrama¹³⁶, a António José d'Almeida, dizendo-lhe que tinha sido com a maior satisfação que recebera a sua mensagem e que “*O Brasil acolherá com especial carinho o eminente estadista e chefe ilustre da gloriosa Nação Portuguesa.*”

Nesse mesmo dia, Barbosa de Magalhães¹³⁷, comunica, também por telegrama, ao seu homologo brasileiro, que o Parlamento português acabara de autorizar a viagem do Presidente ao Brasil, viagem essa que ele acompanhará como chefe de missão de estudo para “(...) *de alguma forma contribuir para a consolidação e intensificação das afectuosas relações entre os dois países.*”¹³⁸

Azevedo Marques, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, envia então um telegrama¹³⁹ de resposta a Barbosa Magalhães, acusando a recepção do seu e comunicando que o Governo Brasileiro “(...) *muito aprecia a significação da próxima*

¹³⁴ PT TT AOS/DIM/29/1/4, Proposta de Lei a autorizar a visita do Presidente António José d'Almeida a ausentar-se de Portugal em visita ao Brasil, fls 270, 9 de Agosto de 1922.

¹³⁵ DEROUET, Luís – *Duas Pátrias*, Sociedade Editora “O Mundo”, Lisboa, 1932, pág. 354.

¹³⁶ DEROUET, Luís - Ibidem, pág. 354.

¹³⁷ Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

¹³⁸ DEROUET, Luís – obra citada, pág. 354.

¹³⁹ DEROUET, Luís - Ibidem, pág. 354.

visita (...)” e reiterando a confiança de que esta viagem para estreitar as relações de afecto entre os dois países.

Por fim, a 11 de Agosto é publicada em Diário do Governo a Lei nº 1.309, que autoriza o Presidente da Republica de Portugal, António José d’Almeida, a ausentar-se do País por ocasião das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. E em 15 de Agosto é publicado, também em Diário do Governo, o Decreto nº 8.327, que abre um crédito especial de dois mil e quinhentos contos para despesas inerentes à visita do Presidente e para despesas extraordinárias da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, conforme tinha sido deliberado.

Entretanto, os ânimos da população vão-se acalmando com o avanço das negociações com o governo, que conjuga diálogo com prisões, procede ao encerramento de jornais e toma outras medidas energéticas para controlar a situação. Por esta via, o apelo que a Confederação Geral do Trabalho fizera antes, proclamando uma greve geral, redunda num fracasso.

Entretanto, a 12 de Agosto, Barbosa de Magalhães pede a Duarte Lima¹⁴⁰ que lhe envie o programa oficial da visita, informando que o Presidente tencionava demorar-se de 8 a 10 dias e pede que este programa não seja demasiado cansativo, porque o Presidente dormia mal de noite e por isso desejaria ter as manhãs livres¹⁴¹.

A 15 de Agosto, Barbosa de Magalhães comunica oficialmente a Belford Ramos, encarregado de Negócios do Brasil em Lisboa e que acumulava as funções do falecido Embaixador do Brasil em Portugal, Xavier Fontoura, a constituição da comitiva Presidencial portuguesa¹⁴².

Assim, da Presidência da Republica acompanhavam o Presidente da Republica: O Secretário-geral, Jaime Anahory Athias; o Chefe do Protocolo da Presidência, Luís Barreto da Cruz; o secretário particular do Presidente, Dr. José Nunes de Almeida Lopes; o médico, Dr. Francisco de Oliveira Luzes e um particular, Jaime Neves. Os Oficiais às ordens do Presidente eram: O Director do Colégio Militar, General Bernardo de Faria e Silva e o Vice-Almirante Augusto Eduardo Neuparth. Por sua vez, da missão de estudo, faziam parte o Magnifico Reitor da Universidade de Coimbra e antigo

¹⁴⁰ Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro.

¹⁴¹ AHMNE. Cota 3P, A18, M13 – Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil - 1922 – Minuta de telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal para o Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Lisboa, 12 de Agosto de 1922.

¹⁴² AHMNE. Cota 3P, A18, M13 – Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil - 1922 – Carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal para o Encarregado de Negócios do Brasil em Lisboa, Lisboa, 15 de Agosto de 1922.

Ministro do Fomento e primeiro embaixador de Portugal no Brasil, Dr. António Luíz Gomes; o Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Dr. José Caeiro da Matta; o Director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e antigo Ministro da Instrução, Dr. Leonardo Coimbra; o Director da Biblioteca Nacional de Lisboa e sócio da Academia de Ciências de Lisboa, Dr. Jaime Cortesão; o Director do Instituto Superior de Comercio e antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco António Correia; o Comissário do Governo Português junto da Exposição Internacional do Rio de Janeiro e antigo Ministro das Colónias, Engº Alfredo Lisboa de Lima; o Deputado e antigo Ministro das Finanças, Engº Ventura Malheiro Reimão; e o Secretário-geral do Ministério da Instrução Publica e sócio da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, Dr. João de Barros.

Faziam ainda parte desta comitiva o Comandante de Bandeira do Navio Presidencial, Capitão-de-fragata Alberto Coriolano Ferreira da Costa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barbosa de Magalhães e o seu chefe de gabinete e professor da Escola Militar, Capitão Manuel da Costa Dias.

Para além desta comitiva, acompanhavam, na viagem, o Presidente, 7 jornalistas portugueses e 2 brasileiros.

Depois de muitas reuniões, sessões parlamentares e com o pedido de demissão, entretanto ocorrido, do Ministro das Finanças, Portugal Durão, que é substituído por Lima Bastos, que fica a acumular com a pasta do Comércio e Comunicações, a 26 de Agosto os problemas políticos estavam sanados e o Presidente poderia então viajar.

Também a 26 de Agosto, os jornais diários noticiam a partida do Presidente, informando que esta decisão fora tomada no Conselho de Ministros que se realizara na véspera à noite. Ficava o embarque de António José d'Almeida previsto para às 18.00 horas, com partida às 19.00 horas. Desta forma, o Governo de António Maria da Silva, tinha conseguido ultrapassar todos os obstáculos que dificultavam a viagem do Presidente, que apesar de tardia, era finalmente efectuada.

A viagem tinha começado com vários dias de atraso e como se isso não bastasse, uma série de avarias no “Porto”, impedem o Presidente de confirmar a sua presença no Brasil no dia das comemorações do I Centenário da Independência do Brasil.

A delegação portuguesa embarcou em Lisboa a 28 de Agosto, no referido paquete, que pertencia aos Transportes Marítimos do Estado, que em virtude de vários contratemplos, só chegou ao Rio de Janeiro a 17 de Setembro em vez, de como previsto a 7 desse mês. Além de várias avarias, verificou-se que o carvão que havia sido

fornecido era de má qualidade o que impedia o navio de viajar à velocidade inicialmente prevista, o que impediria a chegada ao Brasil na data programada. Este paquete era um dos navios alemães que as autoridades portuguesas haviam apresado após a declaração de guerra da Alemanha que, juntamente com outros navios apresados, constituíram a frota mercante que foi entregue à empresa estatal dos Transportes Marítimos do Estado, cuja má administração conduziram à sua falência fraudulenta, originando um dos escândalos políticos que abalou a primeira República.¹⁴³

Mas, o atraso da chegada do Presidente português ao Rio de Janeiro veio a constituir-se numa circunstância favorável para que a sua recepção pelas autoridades brasileiras se revestisse de um carácter muito particular e caloroso, já que, na data, já não estavam no Brasil as outras delegações dos países participantes nos festejos. Desta forma, as atenções oficiais e do povo centram-se na pessoa de António José d'Almeida, cujas qualidades de orador empolgam todos quantos ouviram os seus dezasseis discursos proferidos, quer em sessões públicas quer em reservadas, durante os dez dias que permaneceu no Brasil.¹⁴⁴

Depois da troca de telegramas entre os dois presidentes e entre os dois Ministros de Negócios Estrangeiros, a lamentar o atraso, Azevedo Coutinho, que era o Ministro da Marinha e que ficara a acumular a pasta dos Negócios Estrangeiros durante a ausência de Barbosa de Magalhães, informa o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que como o Presidente e o Ministro dos Negócios Estrangeiros não poderiam estar presentes a 7 de Setembro, decidira creditar o seu Embaixador Extraordinário, para representar Portugal junto do Governo brasileiro, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Duarte Leite, a quem dava plenos poderes.

Assim, o dia do I Centenário da Independência do Brasil, era comemorado no Brasil, com a inauguração da Exposição Internacional do Rio de Janeiro e com uma série de cerimónias oficiais, em que Portugal se faz representar, não só pela sua colónia, mas também pelo Embaixador, Cônsul, os aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral e os cruzadores “Carvalho Araújo” e “Republica”.

Em Portugal, o Senado e a Câmara dos Deputados enviam as saudações a Belford Ramos, o qual oferece uma recepção para comemorar o acontecimento, onde estão presentes, para além de membros da comunidade brasileira, membros da

¹⁴³ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 212.

¹⁴⁴ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 213.

sociedade portuguesa, altas autoridades portuguesas e membros do corpo diplomático com representação em Portugal.

A bordo do “Porto” celebra-se este dia com um banquete e discursos.

Depois de muitas avarias e peripécias a bordo do “Porto”, o navio entra em águas brasileiras e daí, António José d’Almeida saúda o Brasil¹⁴⁵, considerando os brasileiros como irmãos, que com os portugueses são “*colaboradores da mesma obra de civilização*”. A todos transmite “*o amor dos portugueses*” ao Brasil, onde tantos trabalham.

A 17 de Setembro de 1922 o Presidente desembarca no Brasil com a sua comitiva, debaixo de uma apoteose.

Quando Epiácio Pessoa se desloca a bordo do “Porto” para saudar o Presidente de Portugal e este lamenta o facto de ter faltado às comemorações do I Centenário da Independência do Brasil, o Presidente brasileiro responde que “*chegando agora, V.Ex^a poderá melhor considerar como provocadas pela sua honrosa presença as manifestações do povo brasileiro e avaliar toda a extensão da nossa simpatia por Portugal.*”¹⁴⁶

O Presidente desembarca acompanhado pelo Presidente brasileiro e forma-se um cortejo até ao Palácio Guanabara, onde ficará acomodado.

Da parte da tarde, desloca-se ao Palácio do Catete acompanhado de Duarte Leite e Barbosa de Magalhães, onde é recebido por Epiácio Pessoa. De volta ao Palácio da Guanabara, o Presidente recebe os cumprimentos do Chefe do Protocolo, delegado do Ministério das Relações Externas junto das missões exteriores e de alguns membros da colónia portuguesa.

Barbosa de Magalhães envia uma mensagem de calorosa saudação à imprensa e ao povo brasileiro, recordando a descoberta e a colonização portuguesa do Brasil, o que levou a que este país se tivesse desenvolvido e tornado grande, rico, respeitado e independente. Termina a mensagem dizendo que “*os corações e as almas dos dois países vibram em uníssono no mesmo sentimento indefenível, mixto de prazer, admiração, reconhecimento, orgulho, saudade e amor.*”¹⁴⁷

Todos os jornais fluminenses fazem alusão ao acontecimento. O “País” afirma que com o Presidente Português vem o “*exemplo de Portugal*” e que, apesar de não ter

¹⁴⁵ DEROUET, Luís – *Duas Pátrias*, Sociedade Editora “O Mundo”, Lisboa, 1932, pág. 10.

¹⁴⁶ DEROUET, Luís, Idem, pág. 116.

¹⁴⁷ Diário de Notícias, Lisboa, 20 de Setembro de 1922.

chegado a tempo dos festejos do I Centenário da Independência do Brasil, “*não marcámos falta nem a Portugal nem ao seu Presidente.*” Afirma, ainda, que o Brasil e Portugal vivem um “*facto único na história das nações: a política separou-nos, mas o amor uniu-nos!*”. Assim, o Presidente poderia ver que Portugal é um país respeitado no Brasil e que os emigrantes portugueses eram tratados como naturais. Sublinha-se, por outro lado, o facto de o Presidente ser pessoa de “*(...) ampla cultura, carácter impoluto, cidadão virtuoso, gentelman perfeito(...)*”.¹⁴⁸

Também o “Jornal do Comercio”, noticia que Portugal só poderia enviar para estas celebrações os seus maiores Homens e como Guerra Junqueiro estava doente e com idade avançada, Portugal tinha enviado Gago Coutinho e Sacadura Cabral, bem como o próprio António José d’Almeida, que mesmo que não ocupasse o lugar de Presidente, seria o mais indicado, devido a ser um “*político exemplar*” e porque “*À sua inteligência, verdadeiramente superior, correspondia uma sinceridade perfeita, e a mais rigorosa honestidade.*”

No dia seguinte, 18 de Setembro de 1922, teve lugar no Palácio da Embaixada, a recepção à colónia portuguesa. Neste mesmo dia o Presidente português condecorou com a Gran Cruz de Cristo, o novo Embaixador do Brasil em Lisboa, Dr. Cardoso de Oliveira.

De manhã, António José d’Almeida, a convite do Perfeito do Rio de Janeiro, acompanhado por Epiácio Pessoa, visita a Tijuca, almoçando de seguida na colónia de férias, onde profere um discurso improvisado.

No retorno ao Palácio onde ficara alojado, António José d’Almeida inaugura a nova avenida “Portugal”. À noite tem lugar, no Palácio do Catete, uma grande recepção e os primeiros grandes discursos oficiais.

Epiácio Pessoa no seu discurso¹⁴⁹ pergunta porque não comemoraria Portugal a independência do Brasil, dizendo que “*a guerra da independência não foi uma luta de brasileiros contra portugueses, mas de brasileiros e portugueses, aliados entre si, contra a orientação retrógrada e impolítica das Cortes de Lisboa (...)*”. Considera ainda que D. João VI foi um dos Reis que mais trabalhou para a independência brasileira e que o “*grito do Ipiranga*” de D. Pedro “*(...) não foi, nem podia ser, um brado de guerra contra Portugal, mas um protesto vibrante contra os desatinos das Cortes de Lisboa.*” Mesmo depois da independência, as relações entre os dois povos

¹⁴⁸ DEROUET, Luís – *Duas Pátrias*, Sociedade Editora “O Mundo”, Lisboa, 1932, pág. 14-17.

¹⁴⁹ DEROUET, Luís – *Duas Pátrias*. Sociedade Editora “O Mundo”, Lisboa, 1932, pág. 185-186.

mantiveram-se cordiais. “O 7 de Setembro de 1822 é, pois, uma data luso-brasileira, é uma data de raça.”

António José d’Almeida responde que a independência do Brasil é a “(...) consequência de uma evolução inexorável (...)”, dado que a consciência nacional brasileira se vinha formando desde longa data. O “nervosismo” com que Portugal recebera a notícia da independência do Brasil, rapidamente desaparecera. Desta forma, o Brasil deveria agradecer a Portugal o facto de ter sido descoberto, povoado, defendido e acrescentado por este país, mas Portugal deveria agradecer ao Brasil “(...) a energia, a bravura a inteligência e o amor da Raça com que ele tem sustentado, aumentando-a, desenvolvendo-a e dourando-a de uma maior magestade e beleza, a sua obra, que foi a maior glória do seu passado. Creio que estamos pagos pela História.”¹⁵⁰

Concorda, ainda, que o dia 7 de Setembro é, efectivamente uma data luso-brasileira e que deve ser celebrada como uma festa da Raça, acrescentando que o “Brasil e Portugal são duas Pátrias irmãs, cada uma vivendo em sua casa, tendo um passado, até há cem anos, comum e um futuro, em muitos pontos diversos, mas em tantos outros equivalente. Os brasileiros sentem-se em Portugal como na sua Pátria. Os portugueses, em vastos núcleos de trabalhadores, sentem-se no Brasil como na sua própria terra.”. Recorda que ambos os países têm as mesmas instituições republicanas e a mesma língua. Termina com um agradecimento, em seu nome e em nome de Portugal, à entusiástica e comovente recepção que lhe fizeram, desejando felicidades a Epiácio Pessoa e ao Brasil.

A imprensa fluminense reage de imediato, subindo para um tom mais caloroso todos os artigos e comentários. O jornal “A Noite”¹⁵¹, compara a gala nas ruas e as demonstrações de alegria por parte da população à recepção ao Presidente de Portugal como as que tinham ocorrido no passado dia 7 de Setembro, por ocasião das comemorações do I Centenário da Independência do Brasil. Pode ler-se, ainda, neste artigo que esse entusiasmo colectivo “(...) não se concentrava em torno de uma data ou da inesquecível cerimónia da maior comemoração brasileira, e sim de uma simples figura de homem, admirada e aclamada, como imagem viva de Portugal e símbolo da sua grandeza, recebida e festejada como o mais nobre e elevado mensageiro de todos os bons e leais sentimentos do povo irmão.”

¹⁵⁰ ALMEIDA, António José d’, Discurso no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1922, in DEROUET, Luís – obra citada.

¹⁵¹ DEROUET, Luís – *Dois Pátrias*. Sociedade Editora “O Mundo”, Lisboa, 1932, pág. 32-33.

Assim, o Brasil deveria estar orgulhoso, e nem outra coisa se poderia esperar de Portugal, que só se sentiria bem a homenagear o Brasil enviando o seu mais alto representante, já que o Centenário da Independência é também uma celebração de Portugal.

No dia 19, o Presidente recebe, no Palácio de Guanabara, as missões sul-americanas, começando pelo Uruguai, seguindo-se a de Cuba, Colômbia, Peru e Paraguai. À noite visita a Exposição Internacional do Rio de Janeiro.

Mas, enquanto a visita continua a ser um sucesso, a comitiva e em especial Barbosa de Magalhães, tem problemas sérios, graves e urgentes para resolver. Em telegrama que dirige a Azevedo Coutinho¹⁵², marcado como urgente, confidencial e reservado, informa que o “Porto” tem o êmbolo da máquina de estibordo avariado, o Arsenal da Marinha demorava trinta dias para fazer um novo mas uma fábrica particular promete fazê-lo em alguns dias.

O dia 20 começa com a deslocação do Presidente ao Palácio da Biblioteca, onde está a funcionar, provisoriamente a Câmara dos Deputados. À chegada é saudado por António Azevedo, Vice-Presidente do Senado, que no seu discurso¹⁵³ elogia o Presidente e o povo português e lembra o papel do primeiro Imperador, que conseguiu a independência do Brasil, revoltando-se contra o Seu Pai e Rei.

Segue-se Arnolfo Azevedo, presidente da Câmara dos Deputados, que, após cumprimentar o Presidente, saúda e agradece a Portugal “(...) *a forma cativante de gentileza ... e a tam alta distinção (...)*” de se ter feito representar pelo Presidente. Acrescenta, ainda que, filho de Portugal, o Brasil emancipou-se como os filhos adultos fazem.¹⁵⁴

Surge a vez de António José d’Almeida discursar, discurso esse que pela sua força e pelas ideias, tem um enorme impacto não só na imprensa e nos meios oficiais, mas também no povo brasileiro. Esse discurso foi de tal forma importante que, durante os restantes dias da estada, é frequentemente citado como um ponto áureo de aproximação afectiva entre os dois países e povos.

¹⁵² AHDMNE, cota 3P, A18, M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil – 1922 – Telegrama de Barbosa de Magalhães para o Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros, Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1922.

¹⁵³ DEROUET, Luís – obra citada, pág. 187-189.

¹⁵⁴ DEROUET, Luís – Idem, pág. 189-190.

No discurso¹⁵⁵, o Presidente diz que perante as eloquentes palavras que acabara de ouvir, se não tivesse medo de “(...) *ofender a generosidade, a amabilidade, a ternura, o espírito fraternal que animou (...)*” as saudações, escolheria apenas duas palavras “(...) *muitíssimo portuguesas, muitíssimo brasileiras: “Muito obrigado! (...)*”

Este discurso foi frequentemente interrompido por aclamações, palmas e “*muito bem*”, vendo-se a assembleia de pé a aplaudir, por várias vezes. No final do discurso, as aclamações às duas Pátrias, bem como aos dois presidentes, mantiveram-se por largos momentos.

Ainda nesse dia, António José d’Almeida é recebido no supremo Tribunal Federal, onde foi saudado pelo Ministro André Cavalcanti, a quem responde com algumas palavras de apreso.

Sempre acompanhado por Epiácio Pessoa, o Presidente português desloca-se, ainda, ao Gabinete Português de Leitura, onde na presença de uma ilustríssima audiência, constituída por altas autoridades e membros mais importantes da colónia portuguesa no Brasil, foi recebido com um discurso de Eduardo Dias¹⁵⁶ que, após traçar uma pequena biografia do Presidente, recorda o amor que os portugueses emigrados no Brasil sentem pela Pátria, agradecendo-lhe a sua presença. Termina dizendo que se sentem sempre presos entre “(...) *a gratidão ao Brasil e a saudade de Portugal(...)*”.

Também Epiácio Pessoa e a sua “*cordialidade inquebrável*” e do seu País com Portugal, é motivo de aplauso num discurso de saudação dirigido por Carlos Malheiro Dias ao Presidente do Brasil.¹⁵⁷ Termina formulando votos de destinos felizes aos dois países e faz-se um “Viva o Brasil!”

Na resposta,¹⁵⁸ o Presidente de Portugal começa por dizer que trouxe consigo o coração de Portugal e que regressa com o coração do Brasil, de tal forma estão estes países ligados. Recorda as responsabilidades, mas também o receio que tem perante os mortos e os vivos de não conseguir cumprir a missão de transmitir os profundos sentimentos que ligam as duas Pátrias. Transmite à colónia portuguesa as saudações de todo o Portugal e compreende que, apesar de amarem o Brasil, sintam saudades de Portugal.

Epiácio Pessoa encerra os discursos, agradecendo as palavras que lhe são dirigidas pelos ilustríssimos representantes da colónia portuguesa no Brasil e diz que a

¹⁵⁵ DEROUET, Luís – Idem, pág. 190-194.

¹⁵⁶ DEROUET, Luís – Idem, pág. 222-225.

¹⁵⁷ DEROUET, Luís – Idem, pág. 225-232.

¹⁵⁸ DEROUET, Luís – Idem, pág. 233-237.

ideia de convidar António José d'Almeida a visitar o Brasil sempre lhe agradou, justamente para demonstrar ao Mundo que não existem ressentimentos entre os dois países. O Presidente português, grande amigo do Brasil, poderia assim ver pessoalmente “(...) *a inconsistência das intrigas espalhadas(...)*” e confirmar que, portugueses e brasileiros constituem “(...) *uma só família, unidos pelos mesmos interesses, inspirados pelos mesmos ideais (...)*”, o que fora provado pela recepção ao Presidente, logo à sua chegada ao Brasil. Nele também era aclamado Portugal.¹⁵⁹

A 21 de Setembro, no Senado, o Senador Irineu Machado recorda o inesquecível discurso ali feito por António José d'Almeida, pedindo aos seus colegas que se faça a transcrição integral na acta do Senado, pois ele vale como a “celebração de um tratado” As suas palavras são como que um pacto nos destinos das duas Nações. Acredita na federação dos povos e das raças, união esta que deverá evitar guerras futuras colaborando na construção de uma humanidade melhor. As palavras de António José d'Almeida são a fonte “(...) *da união luso-brasileira (...)*” e imortalizam a língua e o ideal brasileiro. Esta também seria uma homenagem de reconhecimento ao Presidente Português. A proposta foi unanimemente aprovada.¹⁶⁰

Entretanto, Barbosa de Magalhães informava o chefe do Governo português¹⁶¹ da decisão do Presidente em fazer a viagem, juntamente com o Embaixador brasileiro e família, bem como a comitiva, no “Arlanza”, que sai com destino a Lisboa a 27 de Setembro, enquanto os jornalistas partiriam no mesmo dia mas no “Gebria”. Pede também, neste telegrama, respostas sobre as despesas com o “Porto” dizendo que as negociações dos tratados estão bem encaminhadas.

Este foi, para o Presidente, um dia mais calmo, tendo-se realizado um chá dançante no Palácio da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, que contou com a presença de Epitácio Pessoa e à noite uma récita de gala no Teatro Municipal.

Enquanto António José d'Almeida a todos conquistava com os seus discursos, a diplomacia portuguesa não se esquecia dos seus objectivos para aquela viagem. Assim, Barbosa de Magalhães entra novamente em contacto com António Maria da Silva e pede-lhe plenos poderes, já que as negociações da convenção literária estão praticamente prontas e as outras muito adiantadas. Pede ainda, que o Conselho de

¹⁵⁹ DEROUET, Luís – Idem, pág. 237-238.

¹⁶⁰ DEROUET, Luís – Idem, pág. 216-218.

¹⁶¹ AHDMNE, cota 3P, A18, M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil – 1922 – Telegrama de Barbosa de Magalhães para António Maria da Silva, Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1922.

Ministros tome uma resolução sobre a possibilidade da redução dos custos das taxas postais sobre os livros e os jornais. Informa, também que o “Porto” deverá estar pronto no dia 27, mas que os lugares no “Arlanza” já estão confirmados.¹⁶²

O dia 22 também não foi demasiadamente preenchido. Na agenda do Presidente apenas constava a recepção na Academia de Medicina e a visita ao Grémio Republicano Português. Na Câmara dos Deputados¹⁶³, Carvalho Neto decidia apresentar em conjunto com outros 24 Deputados, um requerimento para que fosse integralmente incorporado nos Anais da Câmara de Deputados, o discurso presidencial de António José d’Almeida, proposta esta que foi aprovada por unanimidade.

Os jornais continuam a cobrir a viagem do Presidente. “A Notícia”¹⁶⁴ reportava que na reunião do Conselho Municipal do Rio do dia 21, se tinha concedido a António José d’Almeida o título de cidadão “carioca”, dizendo que o Presidente “(...) *veio-nos português e é um carioca que Portugal nos levará!*” Afirma que Portugal e o Brasil são irmãos e só quando Portugal chegou é que as comemorações ficaram completas. O protocolo deve ser posto de lado, pois só a fraternidade conta entre irmãos. Portugal sabe que os portugueses no Brasil são tratados como brasileiros.

Por seu turno, “A Pátria” recorda as palavras de Epiácio Pessoa no Gabinete Português de Leitura, em que afirma que diplomatas e políticos não se deveriam preocupar com tratados, (que entre nações irmãs não são tão essenciais,) pois o que conta são os sentimentos. Apesar disto, Portugal e o Brasil vão assinar um convénio económico, um artístico e um de emigração, que Epiácio Pessoa expressa o desejo de referendar.¹⁶⁵

Estes convénios são obra da cuidada diplomacia de Duarte Leite, Azevedo Marques e de Barbosa de Magalhães, como se sabe. Diz ainda este jornal que Portugal deseja “(...) *a redução da pauta sobre os seus vinhos; pleiteia concessões de pauta em nossas alfândegas para diversos artigos de exportação; e desejar negociar connosco uma convenção literária e artística. Em troca, e muito justamente, Portugal, que já aplica aos produtos brasileiros a pauta mínima, sem reciprocidade, pretende estabelecer para eles a mesma pauta que vigora para as suas colónias*”. Termina saudando Barbosa de Magalhães considerando-o como uma “(...) *das forças mentais*

¹⁶² AHDMNE, cota 3P, A18, M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil – 1922 – Telegrama de Barbosa de Magalhães para António Maria da Silva, Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1922.

¹⁶³ DEROUET, Luís – Obra citada, pág. 214.

¹⁶⁴ DEROUET, Luís – Idem, pág. 63-64 e 73-74.

¹⁶⁵ DEROUET, Luís – Idem, pág. 77-78.

preponderantes no êxito do magnífico passo diplomático que será a assinatura do acordo comercial, artístico e literário entre o Brasil e Portugal.”

A 23 de Setembro, Barbosa de Magalhães volta a pedir ao chefe do Governo Português que lhe envie plenos poderes, o que deixa bem claro o bom andamento das negociações.¹⁶⁶

È também neste dia, que se reúnem no Palácio de Guanabara, o Dr. António Luís Gomes e o Dr. Francisco António Correia, membros da missão que acompanhava o Presidente, o Dr. José Augusto de Magalhães, cônsul de Portugal em S. Paulo, José Carvalho das Neves, Adido Comercial à Embaixada, o Dr. José Augusto Prestes, director geral dos frigoríficos de Santa Luzia e antigo director geral do Porto do Rio de Janeiro, Eugénio Torres Lima, delegado extraordinário da Câmara Portuguesa de Comercio de S. Paulo e J. Machado, secretário desta instituição. Nesta reunião eram lançadas as bases da criação da zona franca nas duas margens do Tejo, em Lisboa, incluindo zona frigorífica e de Armazém.¹⁶⁷

António José d’Almeida dedicou este dia a visitar várias instituições e estabelecimentos portugueses e galardoou o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dr. Azevedo Marques, com a Gran Cruz da Ordem de Cristo.

Entretanto, ao Palácio de Guanabara, chegavam diariamente centenas de telegramas vindos de Portugal e de todos os Estados do Brasil, bem como dos Presidentes da Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia.¹⁶⁸

Como forma de homenagear os brasileiros, por meio de um dos seus grandes nomes vivos, o Presidente português, acompanhado por Epiácio Pessoa, Sacadura Cabral e Gago Coutinho, participa no lançamento da primeira pedra do monumento ao aviador Santos Dumont, resultado de uma proposta dos dois aviadores portugueses.¹⁶⁹

Também nesta data, é anunciado pelo jornal “A Vanguarda” que a colónia portuguesa, querendo festejar a data, resolve oferecer ao Brasil um Panteão Brasileiro, tendo até à data reunido 3.000 contos, Panteão este que será erguido na praia do Russel e que será o “(...) *monumento mais sumptuoso da cidade.*”¹⁷⁰

¹⁶⁶ AHDMNE, cota 3P, A18, M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil – 1922 – Telegrama de Barbosa de Magalhães para António Maria da Silva, Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1922.

¹⁶⁷ AHDMNE. DGNC. Cota 3P, A1. Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil – 1922 – Acta da reunião no Palácio de Guanabara, Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1922.

¹⁶⁸ Diário de Noticias, Lisboa, 24 de Setembro de 1922, pág. 1.

¹⁶⁹ DEROUET, Luís – Obra citada, pág. 242-243.

¹⁷⁰ DEROUET, Luís – Idem, pág. 86.

A 24 de Setembro, Barbosa de Magalhães comunica a António Maria da Silva, que em reunião com o Presidente, o Embaixador, o Almirante Neuparth, o Comandante de bandeira, o Capitão do vapor e o primeiro maquinista do “Porto”, foi discutida a viagem de regresso do Presidente, tendo ficado definitivamente decidido optar pelo “Arlanza”, já que, mesmo que o “Porto” estivesse pronto, era necessário fazer uma vistoria em alto mar. Aproveita para pedir instruções sobre o pagamento de 350 contos que é a conta do carvão e das reparações do navio.¹⁷¹

Neste dia, o Presidente visita Rui Barbosa, em sua casa, onde a idade e a doença o mantém¹⁷². Almoça no Jockey Club, numa confraternização com antigos alunos de Coimbra e à tarde, desloca-se à Exposição Internacional do Rio de Janeiro mas de forma a poder estar com o povo. Em resposta ao discurso do Dr. Rafael Pinheiro e diante de uma multidão entusiasmada de cerca de trezentos mil visitantes, António José d’Almeida, chamando ao povo seu amigo e irmão, considera-o como “(...) *a alma geradora desta grande Pátria*(...)”, que sempre esteve presente em todos os grandes momentos da História brasileira, citando alguns episódios. Considerou que foi o povo, que já antes da independência formava uma Nação, com o seu trabalho tornou o Brasil num grande, rico e poderoso país.¹⁷³ Saúda, depois, o povo português, que fez a autonomia e de seguida a expansão da Pátria, que sempre participou na sua grande História, que fez o 5 de Outubro e que participou na Grande Guerra. Regozija-se por ambas as Pátrias estarem ali e unidas. Dá vivas ao Brasil e a Portugal, sendo imediata e entusiasticamente saudado por todos. À noite participa num banquete no Clube dos Diários, oferecido pelo comércio e indústria do Rio de Janeiro, onde volta a discursar sempre interrompido por forte aplausos e com uma extraordinária ovação assim que termina¹⁷⁴.

A 25 de Setembro, Barbosa de Magalhães volta a mandar um telegrama¹⁷⁵ ao Chefe do Governo português para que lhe sejam enviados plenos poderes até ao dia seguinte pelas 17.00horas, sendo que, ainda nesse mesmo dia, António Maria da Silva, através da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, responde que o Conselho de

¹⁷¹ AHDMNE, cota 3P, A18, M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil -1922 - Telegrama de Barbosa de Magalhães para António Maria da Silva, Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1922

¹⁷² Diário de Notícias, Lisboa, 25 de Setembro de 1922, pág. 1.

¹⁷³ DEROUET, Luís – Obra citada, pág. 249-250.

¹⁷⁴ DEROUET, Luís – Ibidem, pág. 257-260.

¹⁷⁵ AHDMNE, cota 3P, A18, M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil -1922 - Telegrama de Barbosa de Magalhães para António Maria da Silva, Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1922

Ministros lhe outorgava os plenos poderes “(...) *a fim de assinar ad referendum do parlamento quaisquer acordos, tratados ou convenções com o Governo da Republica Brasileira.*”¹⁷⁶

Duarte Leite, comunicava, entretanto, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁷⁷ que os plenos poderes de Barbosa de Magalhães tinham sido transmitidos, telegraficamente, ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, obtendo como explicação que, estes não lhe tinham sido enviados nos termos protocolares devido à falta de tempo.

Durante a manhã, na praia do Russel, tinha-se realizado a cerimónia do lançamento da primeira pedra do Panteão oferecido pela colónia portuguesa, onde pudessem repousar os despojos dos vultos gloriosos do Brasil. A esta cerimónia assistiram os dois presidentes, Governo, representantes da Câmara dos Deputados e do Senado e outros altos funcionários.¹⁷⁸ Discursou Carlos Malheiro Dias, declarando que esta era a melhor forma da colónia portuguesa agradecer ao Brasil e ao mesmo tempo coroar, “(...) *a semana inolvidável em que as duas Pátrias se abraçaram com tamanha efusão.*”¹⁷⁹ Epitácio Pessoa agradeceu “(...) *a dádiva generosa(...)*”, pela qual a colónia portuguesa se quis associar às comemorações do I Centenário da Independência do Brasil.¹⁸⁰

Pela tarde¹⁸¹ foi lançada a primeira pedra do edifício onde seriam instalados os serviços da zona franca, na Ilha do Governador, assistindo à cerimónia, os dois presidentes e os ministros da Fazenda, Marinha e Aviação, tendo, em seguida, o Presidente, visitado a Câmara Portuguesa do Comércio e Industria do Rio de Janeiro.

À noite, realizou-se no Palácio de Guanabara o baile oferecido por António José d’Almeida a Epitácio Pessoa, com a presença de todo o corpo diplomático, artistas, homens de letras, bem como das melhores famílias cariocas e da colónia portuguesa.

A 26 de Setembro o Presidente deslocou-se ao “Jornal do Comércio”.

Entretanto, no Senado, Irineu Machado propõe que se forme uma comissão de 21 membros para acompanhar e apresentar as despedidas ao Presidente português e que

¹⁷⁶ AHDMNE, cota 3P, A18, M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil -1922 - Telegrama de António Maria da Silva a Barbosa de Magalhães, Lisboa, 25 de Setembro de 1922

¹⁷⁷ AHDMNE, cota 3P, A18, M13, Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil -1922 – Carta do Embaixador para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1922.

¹⁷⁸ Comércio do Porto, Porto, 27 de Setembro de 1922, pág.1.

¹⁷⁹ DEROUET, Luís – Obra citada, pág. 268.

¹⁸⁰ DEROUET, Luís – Idem, pág. 268-269.

¹⁸¹ Comércio do Porto, Porto, 27 de Setembro de 1922, pág. 1.

no dia seguinte, dia da partida, os trabalhos sejam suspensos, de forma a que todos possam estar presentes. Esta proposta, apresentada por Francisco Valadares, também na Câmara dos Deputados, é aprovada por unanimidade, quer no Senado, quer na Câmara dos Deputados.¹⁸²

Enquanto isso, Barbosa de Magalhães e Azevedo Marques, assinam um Tratado que regula a isenção do Serviço Militar e a dupla nacionalidade, uma Convenção de emigração e trabalho e uma Convenção sobre propriedade literária e artística.¹⁸³

O Tratado da isenção do serviço militar e dupla nacionalidade, estabelece que os cidadãos que já tivessem prestado serviço militar num dos países, ficariam isentos de o fazer no outro, determinando os casos em que os cidadãos só podiam ficar com uma das nacionalidades.

A convenção de emigração e trabalho estabelecia reciprocidade de direitos, garantias e benefícios aos trabalhadores de ambos os países, aplicando as disposições do convénio ítalo-brasileiro, obrigando-se o Governo Federal a facilitar a conclusão e execução destas convenções entre Portugal e qualquer Estado da União.

A Convenção sobre propriedade literária e artística assentava na base da Convenção de Berna de 9 de Setembro de 1889, estabelecendo ainda a permuta de livros entre Bibliotecas Nacionais de Lisboa e do Rio de Janeiro, bem como a isenção de direitos para os livros editados em ambos os países e para as produções literárias e artísticas compreendidas na referida Convenção.

Foram assinadas com grande cerimónia e entusiasmo, tendo-se realizado à noite, um banquete no Palácio Itamaraty, em honra de Barbosa de Magalhães.

A 27 de Setembro de 1922, Epitácio Pessoa desloca-se ao Palácio de Guanabara a fim de acompanhar António José d'Almeida, que, juntamente com a sua comitiva e o Embaixador do Brasil em Portugal, deve embarcar no “Arlanza” na viagem de regresso. Ao longo deste percurso, milhares de pessoas vêm à rua para se despedirem do Presidente de Portugal. No Cais Mauá, estavam os membros das comissões do Senado e da Câmara dos Deputados, Ministros, corpo diplomático, magistrados, altos funcionários e sociedade carioca.¹⁸⁴

¹⁸²DEROUET, Luís – Obra citada, pág. 218-220.

¹⁸³ Diário de Notícias, Lisboa, 28 de Setembro de 1922, pág. 1.

¹⁸⁴ Diário de Notícias, Lisboa, 28 de Setembro de 1922, pág. 2.

A bordo do “Arlanza” o Presidente é recebido por Sir John Tilley, Embaixador inglês, que estava mandatado pelo seu Governo de saudar e desejar boa viagem, a bordo de um navio inglês, a António José d’Almeida e comitiva.¹⁸⁵

A 29 de Setembro¹⁸⁶, o Senador Irineu Machado, apresenta no Senado Brasileiro, uma proposta de lei, assinada por 21 deputados, na qual se concedia a António José d’Almeida as honras de cidadão brasileiro e se mandava o Governo erigir, na capital da Republica, um monumento comemorativo da sua visita. Esta proposta de Lei foi discutida e aprovada imediatamente, no meio de entusiásticas aclamações, tendo sido enviada à Câmara dos Deputados para aprovação.

Também nesse dia o Presidente desembarcava na Baía¹⁸⁷, a convite do Governador do Estado, J. Seabra tendo sido recebido pelos membros do Governo, altas autoridades do Estado e um mar de povo, que o aclamou entusiasticamente. Entretanto, saía do Brasil o “Porto” que regressava a Portugal com os ilustres aviadores portugueses.¹⁸⁸

No dia 1 de Outubro, o Presidente passa por Pernambuco mas sem desembarcar devido ao seu estado de saúde. A viagem presidencial prosseguirá sem sobressaltos, chegando ao Funchal no dia 9, onde é condignamente homenageado. A 11 desembarca em Lisboa, tendo os dois jornais diários feito uma exaustiva cobertura da recepção e dos preparativos que a antecederam.

A missão que acompanhou António José d’Almeida nesta viagem tinha intenção de negociar alguns convénios com as autoridades brasileiras, mas o único acordo que foi firmado e que havia sido preparado por dois homens de letras, Jaime Cortesão e João de Barros, foi a Convenção sobre propriedade literária e artística, de 22 de Setembro, que só viria a ser ratificada a 4 de Abril de 1924, já durante a presidência de Teixeira Gomes.

Também Francisco António Correia, economista, tentou, através de vários encontros com personalidades importantes do mundo económico, preparar um acordo comercial, mas nada de consistente aqui foi conseguido, bem como noutros domínios em que esta missão se havia empenhado. O mandato presidencial de Epiácio Pessoa iria terminar a 15 de Novembro seguinte, cerca de dois meses após esta visita, e a

¹⁸⁵ DEROUET, Luís – Obra citada, 1932, pág. 157.

¹⁸⁶ DEROUET, Luís – Idem, 1932, pág. 349.

Diário de Noticias, Lisboa, 30 de Setembro de 1922, pág. 2.

¹⁸⁷ Diário de Noticias, Lisboa, 1 e 2 de Outubro de 1922, pág. 2

¹⁸⁸ Diário de Noticias, Lisboa, 1 de Outubro de 1922, pág. 2.

administração brasileira não se mostrava disponível para assumir quaisquer compromissos que vinculassem o Brasil no futuro.¹⁸⁹

A 7 de Dezembro de 1923 Portugal tenta, novamente, negociar com o Brasil um acordo comercial contendo várias reduções tarifárias em favor de produtos brasileiros importados em Portugal, apresentado, para esse efeito, o Governo português uma proposta de lei ao Parlamento, mas este acordo acaba por não ter nenhum resultado prático em virtude de novas disposições proteccionistas introduzidas na pauta brasileira.¹⁹⁰

Assim, podemos verificar que a maratona oratória de António José d'Almeida deixou no Brasil uma onda de renovada simpatia por Portugal, mas, apesar disso, nenhum benefício resultou para qualquer dos países. Desta forma, esta viagem traduz-se num triunfo pessoal do Presidente português, que por decreto assinado pelo Presidente Epitácio Pessoa, a 18 de Outubro de 1922, entrega a António José d'Almeida, as honras de cidadania brasileira, sendo o Governo brasileiro autorizado, através do mesmo decreto, a erigir no Rio de Janeiro um monumento comemorativo da sua visita.¹⁹¹

¹⁸⁹ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 208.

¹⁹⁰ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 213.

¹⁹¹ AHDMNE, Viagem do Presidente António José d'Almeida ao Brasil, 3º P, A 18, M13.

III. O ESTADO NOVO E AS POLÍTICAS DE SALAZAR

III.1. A Política Externa Portuguesa durante a Presidência de Craveiro Lopes

Neste período em referência, as relações com o Brasil vão sendo conduzidas de forma regular mas sem grandes movimentações ou acontecimentos. Só na década de cinquenta, e por questões que serão devidamente abordadas, é que se intensificam as relações com o “País irmão”, com o General Craveiro Lopes na alta magistratura de Portugal.

No entanto a política externa portuguesa durante a presidência de Craveiro Lopes (1951-1958) foi sempre elaborada pelo chefe do governo, Professor Doutor Oliveira Salazar, em conjunto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Paulo Cunha. Isso aconteceu durante todo o consulado de Salazar de 1936 a 1968 e prolongou-se também ao período do governo de Marcelo Caetano (1968-1974).

Na década de cinquenta Portugal vivia o ambiente internacional do pós-guerra. Portugal tinha grandes interesses e muita responsabilidade mas era um país pequeno e com pouca força, por isso a sua política externa tinha que ser ambiciosa, mas ao mesmo tempo muito cautelosa.

Os ministros dos negócios estrangeiros portugueses mostraram-se exímios negociadores executando uma política que praticamente lhes era ditada, nas suas grandes linhas, pelo Presidente do Conselho, professor Oliveira Salazar.

Embora Portugal aderisse em 4 de Abril de 1949, ao Tratado do Atlântico Norte e decidisse alinhar com os Estados Unidos segundo a lógica de aliado marítimo, o que é facto é que, avesso às Organizações Internacionais, Salazar continuava com a sua política de “orgulhosamente sós”. O período de seis anos entre 1949 (entrada na NATO)¹⁹² e 1955 (entrada na ONU)¹⁹³ é provavelmente o melhor e o mais bem sucedido ao nível da política externa portuguesa. Em 1955 dá-se a entrada simultânea de Portugal e Espanha na ONU. Se a entrada da Espanha na ONU significou a saída do isolamento que até aí estava votada na cena internacional, para Portugal a entrada na ONU marca o declínio da tolerância externa para com a sua administração, e o início da verdadeira pressão internacional. Assim, aos poucos Portugal fica condicionado pelo

¹⁹² Organização do Tratado do Atlântico Norte

¹⁹³ Organização das Nações Unidas

seu isolamento, já que quase todos os países criticam Portugal, no que se refere à sua política ultramarina, chegando mesmo a exigir que Portugal retire dos países Africanos.

O regime ditatorial e autoritário de Salazar teimava em manter uma atitude de independência, afastamento e mesmo de hostilidade face a todo e qualquer projecto de natureza política, mas ao mesmo tempo fazia questão de participar e marcar presença nas Organizações de natureza económica.

A opção pela política do “orgulhosamente sós” repercutir-se-á também nas relações do Presidente da República com os seus homólogos de outros países da Europa e também das Américas.

Desta forma, o Presidente Craveiro Lopes apenas efectuou três visitas de Estado, sendo uma a Espanha de Francisco Franco, entre 15 e 20 de Maio de 1953, outra a Inglaterra a convite da Rainha Isabel II, entre 25 e 28 de Outubro de 1955, e outra ao Brasil, com o Presidente Juscelino de Oliveira, entre 5 e 25 de Junho de 1957.

Para além destas viagens oficiais Craveiro Lopes, visitou as Províncias Ultramarinas portuguesas.

A 18 de Julho de 1936 começa a Guerra Civil de Espanha. Salazar sabe da importância do desfecho do conflito para a sobrevivência do seu regime. Na maior discrição são colocados ao serviço das forças franquistas todos os recursos que Portugal podia dispor. A “questão espanhola” ocupa o centro das preocupações de Salazar entre Fevereiro de 1936 e finais de Março de 1939

No Verão de 1938, em plena crise centro-europeia originada pelas pretensões agressivas do nacional-socialismo alemão de Hitler sobre a região dos Sudetas e sobre a Checoslováquia, o irmão do general Francisco Franco, Nicolau Franco, dirige-se a Portugal para propor a Salazar um Tratado de amizade e segurança de fronteiras. O tratado luso-espanhol é assinado em Março de 1939 nas vésperas da vitória franquista. A partir do Inverno de 1942 este tratado passa a ser conhecido como Pacto Ibérico.

Após a ofensiva vitoriosa da Alemanha hitleriana sobre a França, a Espanha declara o seu estatuto de potência não-beligerante. Muda assim a posição assumida no início do conflito em que afirmava a sua neutralidade quase em simultâneo com Portugal.

Essa alteração da política espanhola leva a intensas e breves negociações entre Portugal e Espanha e leva à assinatura do I Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade de Março de 1939, em 29 de Julho de 1940. Os dois Estados ibéricos ficam obrigados a

consultas mútuas obrigatórias no caso de se verificarem circunstâncias em qualquer um deles que “implicassem” com a segurança e o estatuto internacional do outro.

A preocupação central de Salazar passa a ser doravante a eventualidade de Espanha entrar na Guerra. Em Fevereiro de 1942 encontra-se em Sevilha com o general Franco, a quem repetidamente chama a atenção para os efeitos da germanização da Europa. A partir de Novembro de 1942 e da invasão do Norte de África pelas tropas Aliadas e da evolução definitiva de Espanha para a neutralidade, que ficou clara com a visita do Conde de Jordana, Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, a Portugal, a atenção passa a ser dedicada às negociações com os Aliados.

É precisamente esta matéria que ocasiona uma divergência entre os 2 países. Excluída a possibilidade da Espanha entrar na NATO, o governo espanhol pressiona Portugal no sentido da não adesão, alegando a incompatibilidade com o Tratado de Março de 1939 e com o Protocolo Adicional posterior.

As diligências não têm sucesso e as tensões são dissipadas na visita de Franco a Portugal em Outubro de 1949.

O acento na continuidade da legitimidade constitucional evitava uma tomada de posição clara em relação ao novo regime instituído. Além do mais, quando esse regime se comprometia a seguir a mesma orientação anterior no que concerne às grandes linhas de política externa. Este compromisso, patente nas circulares enviadas sucessivamente (à medida que a situação política e os seus protagonistas se iam modificando) aos representantes diplomáticos estrangeiros acreditados em Portugal, é confirmado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros português, em entrevista a jornal espanhol, onde explicita as linhas mestras da política externa portuguesa: a aliança secular com a Inglaterra; a relação privilegiada com o Brasil; o reatamento das relações com a Alemanha; as relações culturais com a França; o aprofundamento das relações com a Espanha, tanto com o povo, como com o Governo; e a inexistência de contactos com os “soviets”, agora no poder na Rússia.

A intensificação das relações luso-espanholas merece aqui uma atenção particular. Desde 1923 que a Espanha era governada por uma ditadura militar, chefiada pelo General Primo de Rivera, com a conivência do rei Afonso XIII. Não seria de admirar que a implantação de regime idêntico em Portugal provocasse uma aproximação entre os dois países. Foi o que sucedeu. Logo após o golpe de 28 de Maio chega a Lisboa a notícia que a Espanha pretendia elevar a sua representação diplomática em Portugal à categoria de embaixada. Tal informação, veiculada pelo ministro

português encarregue da Legação de Portugal em Madrid, causa impacto no meio político português, que imediatamente inicia as diligências no sentido de retribuir, o que leva a cabo, através do decreto n.º 11750, redigido nos termos seguintes: “*Considerando os sinceros sentimentos de amizade que reciprocamente nutrem as Nações Portuguesa e Espanhola, sentimentos derivados não só da vizinhança e afinidade de raça como de sólidos vínculos, tais como a História, a mentalidade, as descobertas que deram à civilização um novo mundo, vínculos que naturalmente impelem a uma íntima aproximação, sem exclusão do respeito mútuo pelas suas soberanias, e às relações fraternais entre os dois países (...).*”

Considerando ainda o alto apreço em que foi tida pelo Governo de Sua Majestade o Rei de Espanha de estimular a cordialidade de afectos e solidariedade de interesses entre os dois povos irmãos, elevando à categoria de Embaixada a sua Legação em Lisboa (...).

*Havemos por bem, de harmonia com a resolução em Conselho de Ministros, decretar o seguinte: Artigo 1.º É elevada à categoria de Embaixada a Legação da República Portuguesa em Madrid.”*¹⁹⁴

Portugal elevava deste modo o número das suas embaixadas para três: Brasil, Grã-Bretanha e agora Espanha. São diversos os exemplos que ilustram esta aproximação entre os países ibéricos, entre os quais podemos citar: os acordos de cooperação económica celebrados nesta altura, a visita oficial do Presidente da República Portuguesa a Espanha, acompanhado pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, realizada em Outubro de 1929, a censura prévia em relação a notícias pouco abonatórias para Portugal¹⁹⁵, o controle governamental sobre as movimentações dos exilados políticos portugueses em solo espanhol, etc. Porém, as relações “arrefecem” um pouco com a vitória republicana em Espanha, em Abril de 1931. Se é certo que Portugal reconheceu o novo regime quase automaticamente (a 18 de Abril de 1931), também o é que as similitudes entre as formas de governar desapareceram, surgindo no seu lugar uma desconfiança surda, em que estava presente a nostalgia dos tempos antigos pelo lado português, e a clara simpatia espanhola pela causa dos exilados políticos portugueses.

¹⁹⁴ *Diário do Governo*, I Série, n.º 132, 22 de Junho de 1926, p. 1.

¹⁹⁵ O Embaixador Mello Barreto está autorizado pelo próprio Primo de Rivera para actuar directamente sobre os órgãos de censura, sem que o chefe do governo tivesse de interferir.

Na sequência da nova ordem internacional resultante do pós-II Guerra Mundial e designadamente das pressões para a descolonização, Portugal procura angariar apoios externos às suas posições. Essa necessidade cresce particularmente após os primeiros conflitos com a União Indiana. Ainda para mais quando um dos aliados preferenciais de Portugal, o país vizinho, não se solidariza com a política externa portuguesa. Em Maio de 1956 o governo espanhol inicia mesmo relações diplomáticas com Nova Delhi.

Reforçam-se as tentativas de construção de uma comunidade luso-brasileira, celebrando-se, desta forma, o Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro, cujos documentos de ratificação são trocados entre Paulo Cunha e Olegário Mariano em 5 de Janeiro de 1955: salvaguarda para os 2 países a fidelidade às raízes, sem prejuízo das relações específicas com outras nações; princípio da consulta, consignado quanto a problemas internacionais de interesse comum e que torna viável uma coordenação de atitudes e de esforços.

A visita a Portugal de Café Filho, vice-presidente brasileiro que ascendera à chefia do Estado na sequência da morte de Getúlio Vargas em finais de Agosto de 1954, acontece em Abril de 1955.

A 22 de Janeiro de 1956 Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente eleito do Brasil, Chega a Portugal. A visita, não sendo oficial é conduzida como se fosse. É nesta altura que convida Craveiro Lopes a visitar o Brasil.

A visita de Craveiro Lopes, dado o seu interesse político e a desconfiança de Salazar relativamente ao à sensibilidade política do chefe de Estado para a conduzir, é preparada por aquele ao pormenor. A confiança do chefe do Governo no Presidente da República já não é a mesma. Salazar teme algum “deslize” do presidente perante o assédio da imprensa brasileira e sobretudo teme o prestígio que a viagem lhe possa trazer se bem sucedida. Salazar combina os ínfimos pormenores com Craveiro Lopes e com o MNE que o acompanha na viagem.

A 4 de Junho de 1957 o chefe de Estado parte para o Brasil por via aérea. Da comitiva faz parte Paulo Cunha, que partira alguns dias antes em transporte marítimo e Mário de Figueiredo, depois de muito instado por Salazar.

Na sequência da nova ordem internacional resultante do pós-II Guerra Mundial e designadamente das pressões para a descolonização, Portugal procura angariar apoios externos às suas posições. Na década de 50 e depois dos primeiros conflitos com a União Indiana, a questão colonial adquire progressivamente um papel central como motivação de toda a política externa portuguesa. Esse papel será evidente após a

Primavera de 1961 e do deflagrar do conflito em Angola. Portugal tenta construir uma rede de apoio externo à posição por si defendida. Os seus objectivos são consolidar a posição de Portugal no seio da NATO, reforçar o entendimento com o Brasil e alargar o relacionamento externo de Portugal. É neste contexto que se insere a visita oficial do presidente da Indonésia a Portugal.

A visita faz parte de um conjunto bem mais vasto, que se inicia com as visitas do presidente brasileiro Café Filho (1955) e do presidente eleito do mesmo país Kubitschek de Oliveira (1956). A prossecução dessa política continuará com uma série de visitas de chefes de Estado a Portugal, que demonstram bem os esforços diplomáticos portugueses: em 1957 dão-se as visitas de Isabel II de Inglaterra e do presidente do Paquistão; em 1959 as visitas do imperador etíope Hailé Selassié e do primeiro-ministro de Marrocos; em 1960 as visitas do Secretário Geral da ONU, do presidente do Peru, do presidente dos Estados Unidos da América, dos reis do Nepal e da Tailândia.

III.2. 33 Anos depois: a visita de Café Filho

Depois da viagem ao Brasil, realizada em 1922 pelo Presidente António José d'Almeida, só em 1955, 33anos depois, o Brasil retribui, com a visita do Presidente João Café Filho.

Esta viagem decorre do convite endereçado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil, pelo Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes, entregue em mão pelo Dr. Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, aquando da sua viagem ao Brasil, em 1954.¹⁹⁶ Esta viagem, inicialmente marcada para o dia 28 de Março, viu-se adiada para o dia 22 de Abril, já que não era desejo do Presidente Café Filho ausentar-se do País antes da situação política ficar esclarecida.¹⁹⁷ É de referir que nesta altura discute-se, no palácio do Catête o problema da sucessão presidencial, procurando-se resolver quem ocupará o lugar da suprema magistratura da Nação. Mas apesar disso, nem Café Filho hesitou em realizar a visita a Portugal, nem o Brasil, ao autorizar esta

¹⁹⁶ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Carta de Café Filho a Craveiro Lopes, agradecendo e aceitando o convite para visitar Portugal, Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1954.

¹⁹⁷ Jornal "O Globo", Brasil, 28 de Fevereiro de 1955.

viagem, deixou de “classificar devidamente a alta importância e alcance deste encontro entre dois Chefes de Estado.”¹⁹⁸

A viagem do Presidente é votada na Câmara dos Deputados e autorizada com 119 votos a favor e 84 contra, seguindo o projecto para aprovação por parte do Senado.¹⁹⁹

Getúlio Vargas tinha voltado ao poder nas eleições de 3 de Outubro de 1950. Café Filho era o vice-presidente. A entourage de Vargas tentou matar o seu principal opositor, deputado Carlos Lacerda. O atentado frustrou-se mas vitimou um coronel da Aeronáutica. As Forças Armadas exigiram o seu afastamento do poder. Surpreendendo todos, Vargas suicida-se a 24 de Agosto de 1954. É nesta altura que Café Filho assumiu a presidência. A situação era de todo instável. Café Filho alia-se aos anti-getulistas e tenta dificultar a posse do Presidente eleito, nas eleições de 3 de Outubro de 1955, pouco mais de um ano após a posse de Café Filho.

Por outro lado, o Brasil vivia uma crise económica muito grave e a oposição argumentava um acréscimo, considerado grande, nas contas do Estado com a deslocação do Presidente a Portugal. A este propósito escreve o cronista brasileiro Augusto Frederico Schmidt, proeminente jornalista brasileiro da época, “*Não sei se o sr. Café Filho deveria ter escolhido o presente momento político e económico para visitar Portugal. Mas sei que anunciada essa viagem será deprimoso, e além do mais, péssima propaganda para o Brasil que o nosso Presidente da Republica deixe de retribuir uma visita que há tantos anos devemos ao País que tão profundas ligações tem com o nosso, o país que nos deu as próprias características de nossa personalidade nacional: Língua, religião, a unidade geográfica e espiritual.*

*Não viajar agora o sr. Café Filho, pelas razões alegadas de que não dispomos de alguns dólares, será proclamar de maneira solene e publica – por um acto sem dívida vergonhoso – o que membros do governo actual têm cansado de repetir, isto é, que nos achamos em bancarrota, na miséria, no abismo etc.”*²⁰⁰

Desta forma, o Presidente brasileiro embarca, com a sua comitiva, num quadrimotor comercial da Panair do Brasil, com destino a Casablanca. Nesta cidade, apenas desembarca o Presidente Café Filho, o Ministro da Marinha, Almirante Amorim do Vale e o Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, António Faria. Os restantes

¹⁹⁸ Jornal “O Estado da Bahia”, Cidade de Salvador, 11 de Fevereiro de 1955.

¹⁹⁹ Jornal “Diário de Notícias”, Lisboa, 2 de Abril de 1955.

²⁰⁰ Jornal “O correio da manhã” Baía, 6 de Março de 1955.

membros da comitiva, entre os quais o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Raul Fernandes, continuam a viagem no mesmo avião até Lisboa, onde chegam na noite de 21 de Abril de 1955. Em Casablanca, o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Ministro da Marinha e o Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, embarcam no Cruzador “Almirante Tamandaré” com destino a Lisboa, onde chega na manhã de 22 de Abril de 1955.²⁰¹

Quando o “Tamandaré” chega ao largo de Sines, três contra-torpedeiros portugueses estão à sua espera para o acompanharem até aos navios de guerra portuguesa que o esperam. Este cruzador brasileiro é aguardado em alto mar, por uma unidade da Marinha portuguesa, a fim de prestar as devidas honras e escoltar a embarcação que transporta o Presidente Café Filho até à Praça do Comércio. Assim, os navios de guerra portugueses “Nuno Tristão”, “Vouga”, “Tejo” e “Dão”, bem como os paquetes, que representam a Marinha Mercante, “Moçambique”, “Santa Maria”, “Rita Maria” e “Monte Brasil”, esperam, em alto mar, o Cruzador brasileiro, que transporta o Presidente Café Filho que o escoltaram até ao Tejo. Em Santo Amaro de Oeiras, aguardavam o “Almirante Tamandaré” centenas de embarcações todas decoradas, como sendo ferry-boats, das empresas fluviais, iates, arrastões da pesca do bacalhau e muitos outros. Uma série de bandas de música tomaram lugar nos rebocadores da Administração do Porto de Lisboa. Assim que esta concentração de pessoas avistou o navio brasileiro, nas embarcações tocavam as sirenes e ao longo do passeio marítimo, milhares de bandeiras eram agitadas pelo povo. Ouviam-se foguetes, bem como as bandas de música, ao que o Presidente brasileiro responde com o acenar de uma bandeira de Portugal.

Eram 10h15m quando uma vedeta, conduzindo o Ministro da Marinha de Portugal, Almirante Américo Tomás, o Dr. Heitor Lira, Embaixador do Brasil em Lisboa, o Dr. Augusto de Castro, Chefe do Protocolo Especial e outras Entidades à disposição do Presidente Café Filho, abordou o Cruzador “Tamandaré”, sendo recebidos calorosamente pelo Chefe da Nação, bem como pelos membros da sua comitiva, fazendo juntos o último trajecto da viagem até ao Terreiro do Paço.²⁰²

Quando o Presidente brasileiro desce as escadas do navio que o transportara, o Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes desceu do Pavilhão, especialmente

²⁰¹ Jornal “Diário de Notícias”, Rio de Janeiro 24 de Março de 1955.

²⁰² PT IANTT (Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo) AOS/CO/PC-38, Programa da visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Sr. Café Filho a Portugal, fls 445-463, Lisboa, Abril de 1955.

montado para esta cerimónia, dirigindo-se aos degraus do Cais das Colunas, seguido pelo Presidente do Conselho, os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e do Brasil e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O Presidente Café Filho, após uma pequena pausa para responder às saudações do povo, dirige-se ao Chefe de Estado português, seguido da comitiva brasileira e portuguesa. Os dois Chefes de Estado abraçam-se demorada e afectuosamente.²⁰³ De seguida, dirige-se ao Professor Oliveira Salazar e aperta-lhe a mão. Saúda, ainda, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, bem como o Ministro da Marinha, o chanceler brasileiro e o Tenente-Coronel Salvação Barreto, presidente do Município da Lisboa.

Lado a lado, o Presidente Café Filho à direita e o General Craveiro Lopes à esquerda, os dois Chefes de Estado sobem os degraus até à tribuna, enquanto os cadetes da Armada lhes prestam continência e a multidão aplaude efusivamente. Os presidentes tomam os devidos lugares na tribuna e a banda da Marinha toca o hino do Brasil, seguido do hino de Portugal tocado pela banda do Exército. De seguida segue-se um aparatoso desfile militar, com um exército que estava modernizado, exibindo peças de artilharia de guerra que eram vistas pelo povo pela primeira vez. Após uma largada de pombos, inicia-se o cortejo presidencial até ao Palácio Nacional de Queluz. Os dois presidentes, depois de uma infindável salva de palmas e “vivas”, desfilam num carro descapotável e Café Filho ao ver os milhares de bandeiras dos dois países que são agitadas pelo povo que se encontra vibrante ao longo de todo o percurso, pede uma bandeira de Portugal que agita também, como resposta à vibrante recepção. Quando o cortejo entra na Rua Augusta, rebentou uma “ovação infindável e delirante”²⁰⁴, sendo lançados das janelas, varandas e telhados, papéis das cores da bandeira do Brasil e de Portugal. Em todas as janelas se viam bandeiras do Brasil e de Portugal ou da cidade, ou da Mocidade Portuguesa ou da legião portuguesa, bem como colchas. Na embocadura do Rossio, alongava-se uma faixa de pano verde e amarelo e verde e vermelho com a legenda: “Salve Brasil – Portugal inteiro te saúda!”

O cortejo presidencial segue viagem pela auto-estrada até Queluz e a multidão que acompanha o cortejo dentro de Lisboa é substituída pelos carros e motociclos que

²⁰³ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Notícias de Portugal, Boletim semanal do Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, Palácio Foz, 30 de Abril de 1955, Ano VIII, Nº 417, pag. 4.

²⁰⁴ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Notícias de Portugal, Boletim semanal do Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, Palácio Foz, 30 de Abril de 1955, Ano VIII, Nº 417, pag. 6.

esperam os presidentes na auto-estrada. Já em Queluz, Craveiro Lopes acompanha Café Filho ao interior do Palácio, onde conversam durante alguns momentos. O povo e os carros que, entretanto tinham acompanhado os presidentes até Queluz, reúnem-se à frente do Palácio e buzinam incessantemente. Depois do Chefe de Estado português abandonar o Palácio de regresso com a sua escolta a Lisboa, Café Filho, abeira-se de uma janela, a fim de agradecer a calorosa manifestação de simpatia que o povo português lhe oferecia, agitando novamente a Bandeira de Portugal.

Devido à crise, quer política quer económica que se atravessava à época no Brasil e que aqui já foi referida e para que a oposição não levantasse mais problemas em relação à viagem do Presidente a Portugal, os gastos com esta foram reduzidos ao indispensável, de forma a que não tivesse que ser aprovado um orçamento suplementar e que estes gastos fossem inteiramente suportados pelo orçamento das Relações Exteriores. Assim a comitiva do Presidente foi muitíssimo reduzida, sendo composta pelo, Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Vice-Almirante Amorim do Vale, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, o Dr. Monteiro de Castro, Chefe do Gabinete Civil, o Sr. Castelo Branco, Ministro Plenipotenciário, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, o Sr. José Jobim, Ministro Plenipotenciário, Chefe do Cerimonial da Presidência da República, o Coronel Ernesto Géiser, Subchefe do Gabinete Militar, o Sr. Oseas Martins, Secretário Particular do Presidente, o Sr. Alves Barbosa, Conselheiro da Embaixada, Secretário do Ministro das Relações Exteriores, o Dr. Brito, Médico do Presidente, o Major Pinto de Mendonça, Ajudante de Ordens, o Capitão-tenente Guarita, Ajudante de Ordens do Ministro da Marinha e o Dr. António de Faria, Embaixador de Portugal no Brasil. Acompanharam também o Chefe de Estado brasileiro, as mulheres do Ministro das Relações Exteriores e da Marinha, do Chefe do Gabinete Civil, do Chefe do Cerimonial da Presidência, do Subchefe do Gabinete Militar, do Secretário do Ministro das Relações Exteriores, do Médico, do Ajudante de Ordens e do Ajudante de Ordens do Ministro da Marinha.²⁰⁵

Depois de um almoço íntimo, em Queluz, o Presidente do Brasil deslocou-se com a sua comitiva, às 16h30m, ao Palácio Nacional de Belém, a fim de retribuir os

²⁰⁵ AHD, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Notícias de Portugal, Programa da visita, Lisboa, Abril de 1955.

cumprimentos que o General Craveiro Lopes lhe havia apresentado no desembarque, no Terreiro do Paço.²⁰⁶

A praça Afonso de Albuquerque estava repleta de pessoas desejosas de ver o Sr. Café Filho, e contida a multidão por um forte dispositivo policial, o Presidente segue de carro, correspondendo ao povo que aplaudia e acenava com bandeiras de Portugal e do Brasil.

Craveiro Lopes aguardava o seu homólogo na sala dourada, acompanhado pelos membros do Governo, Secretário-Geral da Presidência, Oficiais da Casa Militar e o director e adjuntos do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Após a troca de cumprimentos, passaram à sala azul, onde o Presidente de Portugal procede à cerimónia da imposição da Banda das Três Ordens ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil. *“Senhor Presidente dos Estados Unidos do Brasil: muito me apraz aproveitar a oportunidade desta visita para entregar a V. Ex.^a. As insígnias da Grã-Cruz da Banda das Três Ordens com que, no uso da prerrogativa que me é conferida pela lei, agraciei V. Ex.^a. Esta decisão, em que Portugal inteiro me acompanha, patenteia o muito apreço em que tenho os méritos de V. Ex.^a e manifesta à querida e grande nação brasileira a amizade fraterna que lhe dedicamos. Que esta condecoração que V. Ex.^a recebe, como Primeiro Magistrado da Republica do Brasil, recorde a todos os brasileiros que as três Ordens da Cavalaria – Cristo, Avis e Sant’Iago – que escreveram capítulos gloriosos da historia que é comum às duas Pátrias.”*²⁰⁷

Café Filho responde, desejando assinalar, ao receber tão elevada condecoração, a coincidência que se verificava de há 455 anos, Portugal, na pessoa do navegador Pedro Álvares Cabral, ter incorporado o Brasil no património da civilização ocidental.

Pelas 17h00, com grande cerimonial, o Presidente do Brasil, acompanhado pelo Ministro Plenipotenciário de 1ª classe Dr. Sampaio Corte-Real, o General Vilas-Boas Vilar e o Comodoro Duarte Silva, entidades à disposição do Presidente Café Filho, Chega ao Palácio de S. Bento, sempre com uma vasta multidão ao longo do percurso e em frente a S. Bento. Aqui é recebido pelo presidente da Assembleia Nacional, Conselheiro Albino dos Reis e pelo presidente da Câmara Corporativa, Professor

²⁰⁶ PT IANTT AOS/CO/PC-38, Programa da visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Sr. Café Filho a Portugal, fls 445-463, Lisboa, Abril de 1955.

²⁰⁷ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Notícias de Portugal, Boletim semanal do Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, Palácio Foz, 30 de Abril de 1955, Ano VIII, Nº 417, pag. 8.

Doutor Marcelo Caetano. Embaixadores, Políticos, Procuradores, centenas de convidados afluíram ao hemiciclo a fim de homenagear o ilustre convidado.

A sessão foi aberta pelo Conselheiro Albino dos Reis e as palmas foram ainda mais vibrantes quando, a convite dos presidentes da Assembleia e da Câmara Corporativa, se deslocou para o lugar da presidência da mesa. Após os agradecimentos do Presidente Café Filho, o Conselheiro proferiu as seguintes palavras: *“Senhor Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Em nome da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa aqui reunidas eu quero agradecer a alta honra de Presidência de V. Ex.^a a esta sessão conjunta. É, efectivamente, a maior honra a que poderíamos aspirar e, ao mesmo tempo a mais expressiva homenagem que poderíamos prestar à Nação brasileira e ao seu primeiro Magistrado....”*²⁰⁸

Após estes discursos a que o Presidente Dr. João Café Filho agradece e retribui com o seu próprio discurso, o Conselheiro Albino dos Reis, em nome do visitante, anuncia estar encerrada a sessão conjunta, retirando-se o Presidente dos Estados Unidos do Brasil.

Para terminar o seu primeiro dia de visita a Portugal, o Presidente faz um jantar íntimo e segue para assistir à récita de gala no Teatro de S. Carlos, em sua honra, com a ópera “Cenenterola” de Rocini. Neste tributo ao Presidente Café Filho, estiveram presentes os Presidente de Portugal, Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, membros do Governo, Corpo Diplomático, bem como muitas personalidades civis e militares.

III.3. As declarações do Presidente eleito sobre o Tratado de Amizade e Consulta e a questão da Índia Portuguesa

No dia seguinte, dia 23, o Presidente Café Filho recebe os jornalistas em Queluz para uma entrevista colectiva à imprensa. Após os cumprimentos o Presidente leu as suas declarações e referindo-se ao Tratado de Amizade e consulta diz o seguinte: *“...Nele se estabelece que em cada uma das Pátrias será concedida aos nacionais de outra um tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que,*

²⁰⁸ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Notícias de Portugal, Boletim semanal do Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, Palácio Foz, 30 de Abril de 1955, Ano VIII, Nº 417, pag. 10.

de outro modo, não estiver directamente regulado nas disposições constitucionais das duas nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comerciais, económicas, financeira e cultural, devendo a protecção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais. Como se vê é um tratamento recíproco de uma largueza e profundidade tais que não tem similar na história das relações entre países soberanos....”²⁰⁹

Ainda neste encontro com os jornalistas, e após ter feito declarações, Café Filho respondeu a várias perguntas dos jornalistas. De realçar a questão da posição do Brasil no que se refere à Índia Portuguesa. Se se agravasse a questão de Goa e esta voltasse a correr perigo, o Brasil manteria a posição de Agosto último, ao lado de Portugal? A esta pergunta, o Presidente do Brasil responde de forma pronta e inequívoca dizendo que *“Formaremos com os Portugueses em qualquer parte do mundo, porque somos uma comunidade indissolúvel!”*²¹⁰, ao que de uma forma espontânea e em tom de agradecimento os jornalistas respondem com uma salva de palmas.

Esta questão da Índia portuguesa era um assunto da ordem internacional e muito sensível para Portugal. O reiterar de apoio inequívoco por parte do Brasil é crucial na Política externa do Professor Oliveira Salazar. À altura este apoio é, sem dúvida nenhuma, um dos assuntos que politicamente mais interessam a Portugal no decurso desta visita presidencial. É, assim, satisfatoriamente atingido um dos grandes objectivos políticos deste convite.

De seguida, o Presidente do Brasil tem um almoço íntimo e às 17 horas visita os Paços do Concelho a fim de receber solenemente os cumprimentos da edilidade. Mais uma vez, milhares de pessoas reúnem-se na Praça do Município para novamente dispensar ao ilustre visitante os votos de boa estada.²¹¹

O Sr. Café Filho é recebido pelo Presidente da Câmara Municipal, Tenente-coronel Salvação Barreto, onde no seu gabinete lhe apresenta a vereação. Seguidamente passa ao Salão Nobre, onde lhe são apresentados os funcionários superiores dos serviços centrais do Município e numerosas figuras representativas das actividades da capital.

²⁰⁹ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Notícias de Portugal, Boletim semanal do Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, Palácio Foz, 30 de Abril de 1955, Ano VIII, Nº 417, pag. 22.

²¹⁰ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Notícias de Portugal, Boletim semanal do Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, Palácio Foz, 30 de Abril de 1955, Ano VIII, Nº 417, pag. 23.

²¹¹ PT IANTT AOS/CO/PC-38, Programa da visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Sr. Café Filho a Portugal, fls 445-463, Lisboa, Abril de 1955.

À noite o General Craveiro Lopes oferece ao seu homólogo um banquete no Palácio da Ajuda. Chegada a hora dos brindes, o Presidente de Portugal discursa começando por saudar o Povo brasileiro na pessoa do seu Presidente e em nome do Povo português reiterar o agradecimento pela honra da visita de Estado que está a decorrer. Realça o valor sentimental do Tratado de Amizade e consulta, dizendo que apesar de só três meses antes se terem trocado entre Governos os instrumentos de ratificação deste, “...mas tornou-se único ao verificar-se que a sua execução precedeu a sua existência legal. Pois que outra coisa foi a esplêndida reacção brasileira quando, vai para um ano, foram atacados ou ameaçados territórios portugueses...”²¹², referindo-se a Goa. Assim tornara-se evidente a importância do Tratado, com a espontânea antecipação de um instrumento que só meses depois se torna Lei. Realça a importância dos estreitos vínculos que unem os dois Países, bem como as prestigiadas comunidades de brasileiros em Portugal e de portugueses no Brasil. Termina brindando e desejando felicidades pessoais ao Presidente Café Filho e à sua Senhora e à prosperidade da Nação brasileira.

O Presidente do Brasil levanta-se e responde a Craveiro Lopes, agradecendo mais uma vez a calorosa e inesquecível recepção em Portugal e valorizando as relações de amizade e fraternidade existentes entre os dois países. Diz que o Brasil está e sempre estará ao lado de Portugal, já que “... Através do tempo e do espaço, tudo conduz Portugal e o Brasil a uma vida comum...Não são apenas os vínculos da história, da raça e da cultura que fazem de portugueses e brasileiros os membros de uma comunidade internacional.... No Mundo de hoje, não há mais lugar para o isolacionismo das Nações e dos Continentes.”²¹³ Neste mesmo discurso, Café Filho diz que “...o Brasil só tem motivos para orgulhar-se da sua filiação histórica a um povo de tão gloriosas tradições...”²¹⁴

No que se refere à situação de Goa, o Presidente, e já quase a terminar o seu discurso, diz “A atitude assumida recentemente pelo Brasil quando sobre territórios portugueses pairaram ameaças intranquilizadoras, não foi senão o espontâneo cumprimento de um dever de fraternidade, que não deve prevalecer apenas nos

²¹²AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Discurso do General Craveiro Lopes no banquete do Palácio da Ajuda, Lisboa, 23 de Abril de 1955.

²¹³AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Discurso do Dr. Café Filho no banquete do Palácio da Ajuda, Lisboa, 23 de Abril de 1955.

²¹⁴ Idem

momentos de regozijo, mas igualmente nas horas difíceis.”²¹⁵ Termina o seu discurso dizendo que o seu gesto de aceitar o honroso convite para esta visita e a atitude de Craveiro Lopes ao convidá-lo e a proporcionar-lhe este acolhimento, tem como significado o firme propósito de intensificar a aproximação entre as duas Pátrias. Deseja, igualmente felicidades pessoais ao Presidente e mulher e votos pelo crescente progresso da Nação portuguesa. Faz ainda questão de aproveitar a ocasião para salientar o seu apreço ao Professor Oliveira Salazar, a quem tanto devem as boas relações entre Portugal e o Brasil, bem como ao Ministro dos Negócios estrangeiros português, Dr. Paulo Cunha. Termina o discurso erguendo a taça em honra do seu homólogo e do povo português.²¹⁶

No dia 24, pelas 9h15, o Presidente Café Filho e o Presidente Craveiro Lopes partiram de Queluz, em comboio especial, para o Luso, de onde seguiram de carro para Coimbra, depois de passar pelo Buçaco. Na antiga Capital da Nação os dois presidentes são recebidos em apoteose, com uma grande manifestação em honra do Presidente Café Filho, que foi receber, na Universidade, o título de doutor “honoris causa”, pela Faculdade de Direito. Entre as milhares de pessoas que se juntaram ao longo do percurso, sobressaíam as “capas negras” dos estudantes que acolhiam o Presidente com as saudações académicas, que rompendo o cordão policial estendiam as suas capas para o carro presidencial passar sobre elas.

O General Craveiro Lopes chegou a Coimbra pouco depois das 17 horas, acompanhado pelo Ministro da Presidência, Professor Costa Leite Lumbrals e pelos membros das suas Casas Militar e Civil. O Dr. Café Filho entrou na cidade 15 minutos mais tarde, sendo acompanhado pelos Ministros da Marinha e das Relações Exteriores do Brasil, membros da comitiva, Embaixadores do Brasil em Lisboa e de Portugal no Rio de Janeiro e pelo Ministro português da Educação Nacional, Professor Pires de Lima.²¹⁷

Já na “Colina Sagrada”, onde se situa a cidade universitária, um batalhão de infantaria presta as devidas honras militares, executando o hino brasileiro, e onde

²¹⁵ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Discurso do Dr. Café Filho no banquete do Palácio da Ajuda, Lisboa, 23 de Abril de 1955.

²¹⁶ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, Notícias de Portugal, Boletim semanal do Secretariado Nacional da Informação, Lisboa, Palácio Foz, 30 de Abril de 1955, Ano VIII, Nº 417, pag. 31.

²¹⁷ PT IANTT AOS/CO/PC-38, Programa da visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Sr. Café Filho a Portugal, fls 445-463, Lisboa, Abril de 1955.

centenas de estudantes voltam a aclamar o Presidente com as tradicionais “vivas” académicas, quando este entrou a Porta Férrea para o secular Terreiro da Universidade.

Os sinos da Torre, a tradicional “cabra”, repicaram festivamente no momento em que Café Filho, acompanhado pelo Reitor da Universidade, Professor Maximino Correia, e pelo Ministro da Educação Nacional, com os seus trajes doutorais, se dirige para o histórico edifício da Biblioteca Geral, onde já se encontrava organizado o cortejo universitário que se põe em marcha para a sala dos Capelos, assim que o Presidente do Brasil veste o capelo escarlata da Faculdade de Direito. À entrada do cortejo na sala dos Capelos tocou-se o hino Nacional de Portugal e do Brasil.

O Secretario da Universidade, mestre das cerimónias, declara aberta a sessão e depois de vários discursos, o Presidente brasileiro pronuncia a fórmula latina para a sua investidura e são-lhe entregues, pelo director da Faculdade de Direito, as insígnias doutorais, a borla, o anel (símbolo de aliança) e o livro (símbolo da ciência), ao mesmo tempo que a charamela executa o hino académico.

À noite, nos salões da Reitoria, cerca das 20 horas, realizou-se o banquete de gala, em honra do Chefe de Estado brasileiro, ao qual o General Craveiro Lopes assiste, na companhia dos referidos Ministros, o Reitor, o vice-Reitor e os Directores das Faculdades. Mais tarde, teve lugar uma recepção no Paço das Escolas, durante a qual o Orfeão Académico de Coimbra entrega ao Sr. Café Filho o diploma de sócio de honra, em homenagem de gratidão pelo acolhimento “carinhoso” dispensado no Brasil aos estudantes de Coimbra.²¹⁸

Na Manhã seguinte, cerca das 10 horas, os dois Chefes de Estado, partem do Luso com destino ao Porto. À chegada ao Porto, cerca das 11h30, no Quartel da Serra do Pilar, a bateria salvou, marcando chegada dos dois Chefes de Estado. Também no Porto os dois Presidentes foram aclamados, já que “não há família no Norte que não tenha um familiar emigrado no Brasil”²¹⁹ Esperavam os visitantes, o Governador Civil do Porto, Comandantes da 1ª Região Militar e da Polícia de Segurança Pública, Presidentes da Câmara Municipal do Porto, de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos.

Os Presidentes embarcam num automóvel descapotável, com uma Escolta de Honra constituído por um Esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional Republicana. Ao

²¹⁸ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, ANI, Agência Nacional de Informação, Diário de Portugal, fascículo nº 95, folha 2, Lisboa, 24 de Abril de 1955.

²¹⁹ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, ANI, Agência Nacional de Informação, Diário de Portugal, fascículo nº 96, folha 1, Lisboa, 25 de Abril de 1955.

longo do percurso, milhares de pessoas aclamavam os Chefes de Estado. Ao chegar ao Terreiro de D. Afonso Henriques, tocaram-se os hinos de Portugal e do Brasil e as forças em Parada prestavam continência. Depois de, acompanhados pelo General Comandante da Região Militar, passarem revista às forças, os estudantes romperam o cordão policial e estendem as capas pretas pelo chão, para que os Presidentes passassem por cima, com destino à Câmara Municipal. Aqui eram aguardados pelo Ministro do Interior, presidente do Município, Engenheiro José Vaz e toda a sua Vereação.

Depois dos normais discursos os Presidentes voltam a entrar no carro e, atravessando as principais artérias da cidade com destino ao Hotel Infante Sagres, onde decorre um almoço íntimo, são novamente aclamados ao longo do percurso, bem como são lançadas flores sobre o carro presidencial.²²⁰

Às 15h15 os Presidentes saem com destino a Guimarães. Passam por Santo Tirso, onde são recebidos com uma Guarda de Honra da Mocidade Portuguesa, Famalicão, onde se faz uma largada de pombos-correios, no momento em que o cortejo chega à Vila e por fim chegam a Guimarães, cerca das 16h30. Mais uma vez, os Presidentes são aclamados por milhares de pessoas que vieram de todos os pontos do Minho para festejar a visita do Sr. Café Filho. O primeiro acto do Presidente do Brasil foi a deposição de uma coroa de louros no monumento ao primeiro Rei de Portugal, prestando assim a homenagem do seu País àquele que foi o fundador da Nação portuguesa. O acto foi marcado com uma salva de vinte e um tiros e ao qual assistiram as principais individualidades do norte, entre as quais o Arcebispo Primaz de Braga, os Governadores Cívicos e os Presidentes de todos os Municípios do Norte. Seguem para o Palácio dos Duques de Bragança, visitando no caminho, a Igreja de S. Miguel do Castelo e o Castelo de Guimarães. No Salão Nobre do Paço, os presidentes são recebidos e saudados pelo Presidente da Câmara, Dr. José Maria de Castro Ferreira, ao que se segue um “Porto de honra”. Os presidentes assistem a cantares e danças regionais e de seguida voltam ao Porto. No Palácio da Bolsa, onde são aguardados por um batalhão da Guarda Nacional Republicana para lhes prestar as Honras Militares, decorre nessa noite um banquete. Findo o banquete, os Presidentes dirigiram-se para o salão árabe, onde se realizou uma recepção a que assistiram cerca de seiscentas personalidades brasileiras e portuguesas. Aí assistiram a um concerto sinfónico em

²²⁰AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, ANI, Agência Nacional de Informação, Diário de Portugal, fascículo nº 96, folha 2, Lisboa, 25 de Abril de 1955.

honra dos Chefes de Estado e no final deslocam-se para a varanda do Palácio para uma sessão de fogo-de-artifício.²²¹

Durante a manhã do dia seguinte, fazem uma visita à cidade do Porto e às 12h20, embarcam em comboio especial com destino a Queluz, na estação de S. Bento. A chegada a Queluz foi às 17 horas e às 18h30, Café Filho, recebe neste Palácio, a colónia brasileira. Segue-se um jantar íntimo e cerca das 22 horas os Presidentes deslocam-se para o Castelo de S. Jorge onde assistem a festejos populares com cantos regionais por vários ranchos e outros números de arte popular e a um espectáculo de pirotecnia.

Na manhã seguinte, véspera da partida do Presidente, Café Filho fez um pequeno passeio pela cidade de Lisboa e às 11h30, o Presidente dos Estados Unidos do Brasil visitou o Sindicato Nacional dos Jornalistas, acompanhado pelos membros da sua Casa Militar e Casa Civil. À sua chegada, esperava-o o presidente da Direcção do Sindicato, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa e os corpos gerentes do Sindicato. Na sala do Sindicato, repleta de jornalistas, estavam presentes de todas as redacções dos Jornais Diários de Lisboa e dos jornalistas brasileiros que haviam viajado para Portugal por motivo da visita presidencial, bem como alguns directores destes jornais²²².

Depois dos cumprimentos, saudações e discursos o Sr. Café Filho retirou-se com destino a assistir à inauguração da Exposição de Pratas Portuguesas, na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (Escola de Artes Decorativas). Esta exposição tinha estado no Louvre, em Paris, uns meses antes e por iniciativa do próprio Ricardo Espírito Santo Silva, tinha vindo para Lisboa, para o seu Museu, no antigo Solar da brasileira, D. Maria Vicência da Cunha, para homenagear o Chefe de Estado do Brasil.²²³

Momentos antes da Chegada de Café Filho, chegara às Portas do Sol o General Craveiro Lopes. Para além do Chefe de Estado de Portugal, esperavam pelo Presidente do Brasil os Ministros da Presidência, das Finanças, da Educação Nacional, do Interior e da Justiça; os Subsecretários de Estado do Tesouro e da Assistência; o Núncio Apostólico e membros do Corpo Diplomático, além de outras altas individualidades.

²²¹ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, ANI, Agência Nacional de Informação, Diário de Portugal, fascículo nº 96, folha 2, Lisboa, 25 de Abril de 1955.

²²² AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, ANI, Agência Nacional de Informação, Diário de Portugal, fascículo nº 98, folha 2, Lisboa, 25 de Abril de 1955

²²³ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, ANI, Agência Nacional de Informação, Diário de Portugal, fascículo nº 98, folha 3, Lisboa, 25 de Abril de 1955

À porta, receberam o Sr. Café Filho, que chegou com a sua comitiva cerca do meio-dia, o Dr. Manuel Espírito Santo, Director da Fundação e o Professor Reinaldo dos Santos, presidente da Academia Nacional de Belas Artes. À saída, à semelhança do que acontecera à entrada, o povo aclamou os Presidentes das duas Pátrias Irmãs.²²⁴

O Sr. Café Filho sai para um almoço íntimo e prepara-se para uma recepção oferecida pelo Presidente do Conselho, Professor Oliveira Salazar, no Palácio da Pena, em Sintra, que teve lugar às 17 horas.²²⁵

Às 21 horas, o Presidente do Brasil ofereceu, no Palácio Nacional de Queluz, um banquete, seguido de uma recepção.²²⁶

Na manhã seguinte, cerca das 11 horas, o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, parte num avião da Panair com destino ao seu País. Tem no aeroporto, na sua despedida, o Presidente Craveiro Lopes, que se faz acompanhar de uma grande quantidade de membros do Governo, bem como altas individualidade civis e militares.

Depois da partida o Sr. Café Filho manda um telegrama ao Presidente Craveiro Lopes dizendo o seguinte: *“Ao transpor as lindes de Portugal quero reiterar a Vossa Excelência e sua Exm^a esposa, ao Governo e ao povo do país irmão os meus mais vivos e comovidos agradecimentos pela inesquecível acolhida que me foi dispensada. As demonstrações de afecto e amizade, generosas e espontâneas, que em toda a parte cercaram a presença do Presidente da Republica do Brasil em Portugal, bem traduzem a realidade dos profundos e permanentes laços que ligam as duas Nações.”*²²⁷

O General Craveiro Lopes responde dizendo, *“Ao agradecer as suas amáveis palavras de despedida, quero afirmar-lhe uma vez mais, sr. Presidente, quanto foi grata a todos os portugueses a visita de Vossa Excelência, que proporcionou aos dois povos irmãos encontrarem-se e estreitarem-se em confiante e afectuoso abraço, por sobre este Atlântico que para nós constitui perpetuo e insubstituível elemento de ligação. O entusiasmo e carinho com que o povo português recebeu e aclamou Vossa Excelência, se traduziram os sentimentos de respeitosa simpatia e admiração que a sua atraente personalidade em todos suscitou, mostram por igual a vibração espontânea e profunda*

²²⁴ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, a Portugal, ANI, Agência Nacional de Informação, Diário de Portugal, fascículo nº 98, folha 3, Lisboa, 25 de Abril de 1955.

²²⁵ PT IANTT AOS/CO/PC-38, Programa da visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Sr. Café Filho a Portugal, fls 445-463, Lisboa, Abril de 1955.

²²⁶ PT IANTT AOS/CO/PC-38, Programa da visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Sr. Café Filho a Portugal, fls 445-463, Lisboa, Abril de 1955.

²²⁷ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, Abril de 1955.

*com que Portugal inteiro se consagra à continuidade da velha e indissolúvel afeição de família que une as duas Pátrias.”*²²⁸

Em Junho seguinte, no dia 2, no Palácio da Presidência no Rio de Janeiro, Café Filho volta a escrever uma carta a Craveiro Lopes reiterando os agradecimentos pela “...recepção, magnífica e generosa, que me foi dispensada pelo Governo e pelo Povo de Portugal.”²²⁹ Continua dizendo que “As visitas de Chefes de Estado a países estrangeiros são de tradição e bom conselho. Expressam, em regra, por parte das Nações que os mesmos representam, uma intenção cordial e, não raro, um propósito político. A visita que acabo de fazer-lhe, Senhor Presidente, foi, contudo, de singular natureza, pois que as duas Nações irmãs, no abraço que há pouco as uniu, demonstraram que o tempo e a distância de nada valem contra o elo criado pelo passado comum.

Num mixto sentimento de orgulho patriótico e pessoal desvanecimento, coube-me, com indizível emoção, sentir a espontaneidade com que Portugal, por seu Governo e seu Povo, acolheu, em minha pessoa, o Brasil, defensor, herdeiro e continuador, no Continente Americano, de suas nobres tradições históricas....”

É de salientar que, excluindo visitas de Presidentes eleitos do Brasil a Portugal, desde 1889, esta foi a primeira vez que um Presidente da Republica brasileira pisa o solo português, oficialmente, como supremo magistrado do Brasil.²³⁰

Como foi já dito, Café Filho teve grandes resistências políticas aquando da sua aceitação do convite de Craveiro Lopes para visitar Portugal. Não se pode afirmar com grande certeza o que levou o Presidente “de substituição” a realizar esta viagem num momento tão desfavorável para si mesmo e para o Brasil, devido à crise política, social e económica que este país atravessava, mas é provável que o Presidente esperasse, à conta da popularidade que Portugal gozava no Brasil, repercussões positivas para a sua posição política interna, que sofrera grandes quebras nos meses que antecederam esta visita.

Por outro lado, Café Filho estava “de saída”, não se podendo candidatar devido a restrições da Constituição brasileira, mas tinha intenção de poder influenciar a escolha do seu sucessor nas eleições de Outubro desse ano. Estas eleições ocorreram no dia 3

²²⁸ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, Abril de 1955.

²²⁹ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, carta dirigida a Craveiro Lopes por Café Filho, a 2 de Junho de 1955.

²³⁰ AHDMNE, 2P, A59, M235, Visita do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Café Filho, recorte de jornal, “Correio Radical” do dia 30 de Abril de 1955.

desse mês e, contra as expectativas de Café Filho, o vencedor foi o Governador social-democrata do Estado de Minas-Gerais, Kubitschek, com o apoio de muitos círculos brasileiros, inclusive os adeptos do falecido Getúlio Vargas que, entretanto tinham ganho bastante influencia. Estes apoiantes de Kubitschek vêm no recém-eleito Presidente o realizador do programa social com que Vargas havia fracassado perante a resistência de poderosos interesses militares e financeiros, assim como a corrupção dentro do seu próprio partido.²³¹

III.4. Juscelino Kubitschek de escala em Lisboa

Apesar de esta visita não ser considerada “visita de Estado”, visto que Juscelino Kubitschek tinha sido eleito mas não havia tomado posse, o Presidente de Portugal e o Governo de Salazar fez questão de o receber na condição de Presidente.

Assim, a 22 de Janeiro de 1956, e depois de ter visitado vários países da Europa e da América, o Presidente eleito do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, chega ao aeroporto de Lisboa, vindo de Madrid, para uma visita de dois dias, como hóspede do Governo português.²³²

No aeroporto é aguardado pelo Presidente do Conselho, Professor Oliveira Salazar, cercado de membros do seu Governo, entre os quais o seu colaborador directo, o Ministro da Presidência do Conselho, Professor Marcelo Caetano e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Cunha, bem como os Embaixadores do Brasil em Lisboa, Heitor Lyra e o de Portugal no Rio de Janeiro, António de Faria. Ainda no aeroporto e depois dos cordiais cumprimentos e apresentações, cumpre-se o protocolo com a deslocação do Presidente eleito para a plataforma, onde recebe as honras militares inerentes à situação. Tocam-se os acordes dos hinos do Brasil e de Portugal e quando Kubitschek de Oliveira inicia a revista à formação, ouvem-se os aplausos da multidão que assistia à chegada do Presidente.²³³

²³¹ CHACON, Vamireh, *História dos Partidos brasileiros, Os Partidos na Quarta Republica (1945-1964)*, Coleção Temas Brasileiros, Volume V, Editora Universidade de Brasília, 2ª Edição, Brasília, 1985.

²³² AHDMNE, 2P, A61, M42, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Kubitschek de Oliveira a Portugal, Janeiro de 1956, Circular nº3 do MNE para as Missões Diplomáticas e Consulados indicados, Lisboa, 3 de Fevereiro de 1956.

²³³ PT IANTT AOS/CO/PC-40, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, fls 819-822, Lisboa, Janeiro de 1956.

Depois de trocar algumas palavras com Salazar, ao chegar ao átrio do aeroporto, o Sr. Kubitschek é interpelado pelos jornalistas e, a pedido destes, profere uma breve saudação ao povo português e aos governantes de Portugal.²³⁴

Seguidamente, depois de receber a continência da cavalaria da Guarda Nacional Republicana, encarregues da escolta de Honra, o Presidente entra no automóvel presidencial e organiza-se o cortejo que segue para o Palácio Nacional de Belém. Ao longo de todo o percurso, apesar de serem cerca das 10 horas da manhã, os passeios estão cheios de pessoas que saúdam entusiasticamente o Presidente eleito. Por volta das 11 horas, o cortejo presidencial chega a Belém, onde o Dr. Juscelino Kubitschek, depois de receber as Honras Militares, é recebido pelo Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes, a quem, entre outros assuntos, convida para visitar o Brasil.²³⁵

Já no Palácio, e depois dos cumprimentos, o General Craveiro Lopes, que ostentava a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul, depois de apresentar ao Presidente eleito dos elementos da sua Casa Civil e Militar e este, por sua vez apresentar ao Presidente português as entidades que o acompanhavam na viagem à Europa, condecorou o Presidente brasileiro com as insígnias da Grã-Cruz de Torre e Espada. Proferindo, a propósito, breves palavras, disse que era desejo constante dos portugueses, manifestarem a sua admiração, amizade e afecto à Nação brasileira. Interpretando esse sentimento que desde sempre contribuía para estreitar cada vez mais as relações existentes entre os dois Povos, tinha grande satisfação em entregar ao Presidente do Brasil uma Ordem muito antiga e nobilíssima, destinada a distinguir altas virtudes e a premiar o valor, a lealdade e o mérito. Termina, formulando, em nome de Portugal, os mais sinceros votos para que Juscelino Kubitschek seja muito feliz no elevado cargo que iria, dentro de poucos dias, assumir.²³⁶

Respondendo, o agraciado disse receber com muita honra esta Ordem e que conhecia perfeitamente o valor e o significado daquela venerável condecoração, ligada ao nome de um Rei que foi dos portugueses e dos brasileiros – D. João VI. Conclui, declarando que agradecia, emocionado, aquela homenagem, que interpretava como envolvendo todo o povo brasileiro, em nome do qual saudava o Presidente de Portugal

²³⁴ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, Boletim Semanal do Secretariado Nacional de Informação, Notícias de Portugal, Ano IX, N° 456, pag. 2, Lisboa, 28 de Janeiro de 1956.

²³⁵ PT IANTT AOS/CO/PC-40, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, fls 824-826, Lisboa, Janeiro de 1956.

²³⁶ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, Boletim Semanal do Secretariado Nacional de Informação, Notícias de Portugal, Ano IX, N° 456, pag. 4, Lisboa, 28 de Janeiro de 1956.

com os votos mais ardentes pelas relações, cada vez mais fraternas, entre portugueses e brasileiros.

No final desta cerimónia, os presidentes despediram-se com um efusivo aperto de mão e o Sr. Juscelino de Oliveira segue para o Palácio de Queluz, onde fica alojado. Era cerca do meio-dia quando o Presidente eleito chegou a Queluz e esperava-o uma multidão de pessoas que queriam ver e saudar o Presidente. Voltou a ter honras militares e depois de passar revista à formação dirigiu-se à janela dos seus aposentos, a fim de responder às manifestações populares de que continuava a ser alvo. Pouco depois, desce novamente à entrada, mas desta vez para receber o General Craveiro Lopes que, por breves momentos, retribui a visita. Pouco depois o Presidente de Portugal voltou a Belém e o Presidente eleito do Brasil prepara-se para o almoço, que se realizou na Embaixada do Brasil.²³⁷

Depois de um almoço íntimo na Embaixada do Brasil, o Presidente dirigiu-se para o Estádio Nacional para assistir a uma partida de futebol, onde foi aclamado por mais de cinquenta mil espectadores que presenciavam o jogo. Depois dos agradecimentos, sentou-se entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional e assistiu ao encontro até ao final da 1ª parte. Antes de se retirar foi alvo de outra grande manifestação de simpatia.

Seguiu então para o Palácio das Necessidades onde o Dr. Paulo Cunha, Ministro dos Negócios estrangeiros de Portugal, apresenta o Presidente eleito às altas individualidades do meio cultural, científico, financeiro e económico de Portugal. Depois da recepção, o Ministro dos Negócios Estrangeiros usou da palavra para, num brinde ao Presidente eleito do Brasil, reafirmar a honra que sentia em recebe-lo no Palácio das Necessidades, local onde nascera a ideia do Tratado de Amizade e Consulta, instrumento que consagrara uma política de sincera amizade e de constante entendimento, característica dominante na Comunidade Luso-Brasileira. Termina relembrando o passado glorioso da Nação brasileira e da sua vitalidade e desejando as maiores venturas pessoais e no desempenho do seu novo cargo, sendo que a sua obra, a

²³⁷ AHDME, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, Boletim Semanal do Secretariado Nacional de Informação, Notícias de Portugal, Ano IX, N° 456, pag. 5, Lisboa, 28 de Janeiro de 1956.

bem do Brasil, iria ser acompanhada e sentida pelos portugueses como se se tratasse de Portugal, tão íntima era a ligação entre as duas Pátrias.²³⁸

Em resposta, o Dr. Juscelino de Oliveira recorda os objectivos da sua viagem, querendo estabelecer contacto com as altas individualidades da política, cultura e da economia e que sendo essa a intenção poderia não ter visitado Portugal pois aqui já conhecia uma grande parte das pessoas em questão. Mas isso seria um crime “lesa-pátria”, já que “*Portugal representa a fonte e o berço de todas as maiores aspirações do Brasil e estar em terra portuguesa corresponde para um brasileiro, à visita de um filho à casa paterna.*”²³⁹

Após afirmar que a calorosa recepção de que era alvo em Lisboa confirmava as suas palavras, o Presidente declara que no seu mandato de cinco anos iria procurar apertar ainda mais os laços de união entre as duas Pátrias. Refere ainda que o Brasil estaria sempre aberto a todos os entendimentos, convénios e acordos com Portugal, visto não haver quaisquer fronteiras entre os dois países.

Termina agradecendo a presença de tão ilustres individualidades e dizendo que “*levo saudades deste Portugal tão querido para os brasileiros. Levarei aos seus ouvidos e corações os ecos desta extraordinária recepção, que traduz o elo indestrutível de ligação de dois povos que o destino uniu e que cada um de nós – cada um dos Portugueses e cada um dos Brasileiros – deve procurar sempre tornar mais amigos e prósperos.*”²⁴⁰

III.5. A posição do Brasil e a questão de Goa

O Dr. Kubitschek deixou o Palácio das Necessidades cerca das 18h30 e às 20 horas, em Queluz, realizou-se a conferência de imprensa. O “Diário de Notícias” do dia seguinte, depois de referir a simpatia e a maneira cativante de falar, cita uma declaração do Presidente respeitante à questão de Goa: “*O meu Governo vai aumentar a*

²³⁸ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, Boletim Semanal do Secretariado Nacional de Informação, Notícias de Portugal, Ano IX, Nº 456, pag. 7, Lisboa, 28 de Janeiro de 1956.

²³⁹ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Discurso do Presidente eleito na recepção do Palácio das Necessidades, Lisboa, 22 de Janeiro de 1956.

²⁴⁰ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Discurso do Presidente eleito na recepção do Palácio das Necessidades, Lisboa, 22 de Janeiro de 1956.

solidariedade com Portugal no caso de Goa e em todos os terrenos.”²⁴¹, política esta que vem no seguimento das medidas já anteriormente adoptadas pelo Presidente, ainda em exercício, Sr. Café Filho.

Mais tarde, ainda nessa noite, realizou-se, no Palácio Nacional da Ajuda, um banquete que o Chefe de Estado, General Craveiro Lopes, ofereceu em honra do Presidente eleito, Sr. Juscelino de Oliveira. Neste banquete estiveram presentes uma grande quantidade de individualidades portuguesas e estrangeiras. Desde o Presidente do Conselho, o Núncio Apostólico, o Presidente da Assembleia Nacional, o Presidente da Câmara Corporativa, Embaixadores de vários países acreditados em Portugal, bem como alguns Ministros estrangeiros, assim como Ministros portugueses. Altas entidades militares e civil, desde a esfera política à cultural e financeira. Na hora do brinde e dos discursos que se seguiram não faltaram palavras de cortesia e elogios mútuos entre os presidentes nem mesmo uma referencia a Salazar, por parte do Presidente brasileiro, que diz: *“Ao Portugal das descobertas não é possível deixar de ter presente o Portugal viril de hoje, administrado moderadamente, e a quem um homem de alto valor, o Senhor Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, emprestou a força serena, meditada, de sua natureza de estadista, e eu diria mesmo de vidente, se a palavra não constituísse uma heresia em relação a quem se distinguiu pela exactidão, pelo constante realismo com que se conduz na arte de tratar os problemas do Estado.”*²⁴²

No dia seguinte, Juscelino de Oliveira, iniciou as suas visitas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Vindo do Mosteiro dos Jerónimos e após uma breve visita por Sintra e Cascais, o Presidente eleito, chegou ao LNEC cerca da 10h40, acompanhado do Ministro português dos Negócios Estrangeiros, o Embaixador do Brasil em Lisboa e algumas individualidades da sua comitiva. À chegada, foi recebido pelo Ministro e Subsecretario de Estado das Obras Publicas, respectivamente o Engenheiro Arantes e Oliveira e o Engenheiro Saraiva e Sousa, bem como o Director do LNEC e outras personalidades nacionais ligadas à engenharia e obras públicas.

²⁴¹ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Recorte do Jornal Diário de Notícias, Lisboa, 23 de Janeiro de 1956.

²⁴² AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Discurso do Presidente eleito no banquete oferecido pelo General Craveiro Lopes, no Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa, 22 de Janeiro de 1956.

Cerca das 11h30 e também acompanhado pelo Dr. Paulo Cunha e pelo Embaixador Heitor Lyra, o Presidente eleito do Brasil, inaugurou oficialmente as novas instalações da Panair do Brasil, na Avenida da Liberdade.²⁴³

Uma hora depois, na residência oficial do Presidente do Conselho, o Sr. Juscelino de Oliveira foi recebido pelo Professor Doutor Oliveira Salazar, depois de muito saudado pelos populares e residentes dos prédios vizinhos, para um almoço íntimo, apenas com alguns Ministros do Governo português e altas individualidades brasileiras.

Paralelamente, no Círculo Eça de Queirós, o Secretariado Nacional da Informação, oferecia um almoço de homenagem aos jornalistas e cineastas brasileiros que acompanhavam o Presidente Kubitschek na sua visita a Portugal.²⁴⁴

O Sr. Kubitschek sai do almoço com o Presidente do Conselho e cerca das 16 horas chega ao Palácio da Assembleia Nacional, onde depois das devidas Honras Militares prestadas pela GNR (Guarda Nacional Republicana) é recebido pelo Presidente da Assembleia Nacional, Conselheiro Albino dos Reis e pelo Presidente da Câmara Corporativa, Professor Doutor Costa Leite. O Conselheiro Albino dos Reis discursa perante todos os Deputados, seguido do Presidente da Câmara Corporativa e de, por fim, o Presidente eleito do Brasil. A cordialidade e os elogios mútuos sucedem-se, mas as mensagens de interesse político, muito para além das de amizade e fraternidade, vão sendo transmitidas, no sentido de procurar no Brasil o apoio de que Portugal necessita. Assim, o Presidente da Câmara Corporativa, no seguimento do seu discurso e referindo-se a todos os governantes, políticos e ao povo em geral, diz ao Presidente eleito do Brasil o seguinte: *“Todos querem, enfim, exprimir a V. Ex^a. – com o respeito e admiração pessoal que seus reconhecidos méritos impõem – que fazem votos por que, sob a suprema magistratura de V. Ex^a., o Brasil prossiga na senda de progresso e da glória que está traçada e continue a ser com Portugal, neste momento crucial da história do Mundo, portador da mensagem lusa, exprimindo, na mesma linguagem, a alma comum.”*²⁴⁵

²⁴³ PT IANTT AOS/CO/PC-40, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, fls 824-826, Lisboa, Janeiro de 1956

²⁴⁴ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, Boletim Semanal do Secretariado Nacional de Informação, Notícias de Portugal, Ano IX, N° 456, pag. 10, Lisboa, 28 de Janeiro de 1956

²⁴⁵ AHDMNE, 2P, A59, M244, processo 336,3, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Discurso do Presidente da Câmara Corporativa, Professor Doutor Costa Leite, na Assembleia Nacional, Palácio de S. Bento, Lisboa, 23 de Janeiro de 1956.

Juscelino de Oliveira responde agradecendo a forma como foi recebido em Portugal e diz que a cada passo recordava o Brasil. Ainda há pouco, em Queluz, se detivera em “carinhosa” evocação no quarto onde nascera e morrera o homem que havia de levantar a independência do Brasil. “*E quisera o destino, ou a visão dos homens, que ela viesse pela própria mão de um português para que fosse um laço mais poderoso aquele que unisse o coração dos dois povos. Em Queluz, deambulando através das sugestões ali colhidas, via que a história do Brasil é a história de Portugal.*”²⁴⁶

Termina dizendo que Portugal “*tem feito e continua a fazer uma admirável epopeia; e mais tarde, quando se cumprirem os desígnios do Brasil, este, terá o orgulho de filho, que não se esquece dos pais, e terá sempre uma palavra amiga de carinho, para quem o arrancou do desconhecido e o colocou na linha dos mais altos destinos da luminosidade cristã em que as grandes nações se encontram, nos objectivos, que se propõem atingir, de paz, de conforto a bem da Humanidade.*”²⁴⁷. Com estas palavras, o Presidente eleito do Brasil, vincula a posição do seu país e reafirma o apoio a Portugal, como havia anunciado em conferência de imprensa, em Queluz, na véspera.

Quando terminou a cerimónia em S. Bento, o Dr. Juscelino de Oliveira seguiu para a Câmara Municipal de Lisboa, onde chegou pouco depois das 17 horas. A Praça do Município encontrava-se completamente cheio de pessoas que queriam ver e saudar o ilustre visitante, e assim que saiu do carro que o transportava, foi saudado com calorosa e demorada ovação, pela multidão que agitava pequenas bandeiras dos dois países, enquanto as bandas executavam os hinos nacionais brasileiro e português. Depois das honras militares, dirigiu-se, na companhia do Tenente Coronel Salvação Barreto, Presidente da Câmara Municipal, bem como de alguns Ministros e outras altas entidades, ao gabinete do Presidente do Município, onde foi apresentado aos seus colaboradores. Seguidamente foi assinar o Livro de Honra da Cidade, manifestando vontade de se dirigir à varanda para ver “*o bom povo de Lisboa, que tanto o sensibilizara.*” Assim que apareceu à varanda, a multidão rompeu com uma nova ovação e vivas ao Brasil, enquanto o Presidente eleito do Brasil agradecia a simpatia.²⁴⁸

²⁴⁶ AHDMNE, 2P, A59, M244, processo 336,3, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Discurso do Presidente eleito na Assembleia Nacional, Palácio de S. Bento, Lisboa, 23 de Janeiro de 1956.

²⁴⁷ AHDMNE, 2P, A59, M244, processo 336,3, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Discurso do Presidente eleito na Assembleia Nacional, Palácio de S. Bento, Lisboa, 23 de Janeiro de 1956.

²⁴⁸ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, Boletim Semanal do Secretariado Nacional de Informação, Notícias de Portugal, Ano IX, Nº 456, pag. 14, Lisboa, 28 de Janeiro de 1956

Já em hora dos discursos inerentes à situação, o Presidente do Município elogia o Presidente, o Brasil e o povo brasileiro, voltando a dar ênfase às relações entre Portugal e o Brasil. O Presidente eleito do Brasil responde, referindo-se a esta relação dizendo: *“Esteja certo V. Ex^a., Sr. Presidente, de que tudo farei, no que me couber, e de que também me empenharei junto dos órgãos do Poder Legislativo do meu país para que uma estreita e efectiva colaboração entre os nossos povos concretize o sonho de uma comunhão mais íntima das duas nacionalidades.”*²⁴⁹

Acrescenta, ainda, depois de agradecer *“...os requintes de fidalguia com que bondosamente me acolheu esta cidade bela cidade de Lisboa...”* que *“Volto para o meu país profundamente emocionado com a acolhida generosa e hospitaleira que aqui tive e seguro de que nada jamais separará as nossas duas Nações, que, pela comunhão total de cultura, de crença, de raça e de língua, nasceram para viver juntas as glórias e as agruras da sua historia e para dar ao Mundo um admirável exemplo de amor e de cooperação integral entre dois povos.”*²⁵⁰

Depois de muito aplaudido pelo discurso e de as ofertas do Município entregues, o Presidente Kubitschek despediu-se com destino ao Hospital de Santa Maria, a fim de visitar a faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e, simultaneamente o Hospital Escola, onde chegou cerca das 17h50.²⁵¹

À noite, na Embaixada do Brasil, o Dr. Juscelino Kubitschek, ofereceu um banquete em honra do Presidente da Republica Portuguesa, General Craveiro Lopes, com sessenta e quatro convidados. O Presidente eleito, ostentando a banda e comenda da Grã-Cruz da Torre e Espada, chegou pouco depois das 20 horas e às 20h30 chegou o Presidente Craveiro Lopes e a sua mulher, acompanhado pelo pessoal da sua Casa Militar. Foi recebido pelo Embaixador Heitor Lyra e sua mulher e pelo Chefe do Protocolo, Dr. Eduardo Brazão.²⁵²

²⁴⁹ AHDMNE, 2P, A59, M244, processo 336,3, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Discurso do Presidente eleito na Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 23 de Janeiro de 1956.

²⁵⁰ AHDMNE, 2P, A59, M244, processo 336,3, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Portugal, Discurso do Presidente eleito na Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 23 de Janeiro de 1956.

²⁵¹ PT IANTT AOS/CO/PC-40, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, fls 824-826, Lisboa, Janeiro de 1956.

²⁵² PT IANTT AOS/CO/PC-40, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, fls 819-822, Lisboa, Janeiro de 1956.

No final do banquete, o Presidente eleito, levantou a sua taça, bebendo pelo Chefe do Estado Português, tendo o General Craveiro Lopes respondido da mesma maneira.

Na manhã seguinte, cerca das 11h45, quando o General Craveiro Lopes chegou ao aeroporto, acompanhado dos membros da sua Casa Militar, para se despedir do Presidente Kubitschek de Oliveira, já se encontravam, no aeroporto, todas as altas individualidades do Governo e do meio político e cultural. Cinco minutos depois, acompanhado do Embaixador do Brasil, do Almirante Nuno de Brion, seu Oficial às ordens, e do Dr. Eduardo Brazão, Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chegou o Presidente eleito do Brasil, que, depois de sair do seu automóvel ao som do hino nacional brasileiro e dos primeiros acordes da “Portuguesa”, recebeu as honras militares, prestadas pela GNR. Recebeu, também, dos milhares de pessoas que se haviam concentrado no local para se despedirem, uma salva de palmas e vivas ao Brasil, ao que o Presidente agradeceu comovido e impressionado com a despedida afectuosa que o povo português lhe prestava.

O presidente português esperava o seu homólogo à entrada do hall do aeroporto e quando os dois presidentes se encontraram trocaram breves palavras e abraçaram-se. A reacção do povo e das entidades oficiais e brasileiras não se fez esperar, tendo batido palmas. Poucos minutos depois, acompanhado pelo General Craveiro Lopes e seguido dos elementos do Governo, o Presidente Juscelino de Oliveira, dirigiu-se ao avião que o levava ao Brasil, com escala na ilha do Sal. A despedida foi breve. Os dois presidentes abraçaram-se e o Presidente eleito despede-se com as seguintes palavras: “*Senhor Presidente, muito obrigado, muito obrigado! Vou emocionado e feliz. Abraço-o com afecto, com o meu coração, e espero ver V. Ex^a. Muito em breve no Brasil, onde será recebido com todas as honras.*”²⁵³

Já a bordo do avião em que regressou ao Brasil, o Presidente Kubitschek dirigiu ao Chefe do Estado português a seguinte mensagem: “*No momento em que acabo de deixar as terras de Portugal, onde fui recebido de maneira tão desvanecedora, quero expressar a V. Ex^a., ao seu Governo e ao seu Povo, minha gratidão mais comovida por todas as homenagens que recebi. Conservarei sempre a lembrança dessas horas*

²⁵³AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, Boletim Semanal do Secretariado Nacional de Informação, Notícias de Portugal, Ano IX, Nº 456, pág. 19, Lisboa, 28 de Janeiro de 1956.

*inesquecíveis, como penhor seguro da fraterna amizade entre as nossas duas nações.”*²⁵⁴

Também, na mesma ocasião, endereçou ao Presidente do Conselho, Professor Oliveira Salazar, o seguinte telegrama: *“Quero manifestar a V. Ex^a. Meu agradecimento muito comovido pelas homenagens que me foram tributadas durante minha visita à nobre Pátria Portuguesa. Saúdo em V. Ex^a. As altas virtudes do povo português e expresso uma vez mais a minha fé inabalável no futuro glorioso da Comunidade Luso-Brasileira.”*²⁵⁵

O Presidente Craveiro Lopes responde ao Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, também por telegrama, dizendo o seguinte: *“Recebi com muita satisfação as amáveis palavras que houve por bem enviar-me ao deixar Portugal, e nelas vejo bem vivamente expressos os sentimentos de V. Ex^a. Pelo meu país, já com tanta eloquência por V. Ex^a. Manifestados durante a sua estada em Lisboa.*

*Reafirmo que esta foi uma excelente ocasião para o Povo e o Governo de Portugal, e para mim próprio, de conhecer tão ilustre homem de Estado e de estreitar ainda mais e duradouramente os laços da grande Comunidade Lusíada que as nossas nações felizmente constituem.”*²⁵⁶

No dia 3 de Março de 1956, Portugal envia ao Brasil, a missão especial para assistir às cerimónias da solene investidura do Presidente Juscelino de Oliveira na Suprema Magistratura da Nação brasileira. Essa missão é presidida pelo Conselheiro Albino dos Reis, Presidente da Assembleia Nacional e Presidente do Supremo Tribunal Administrativo. É, ainda, constituída pelo Professor Doutor José Gabriel Pinto Coelho, Reitor da Universidade Clássica de Lisboa e Procurador à Câmara Corporativa, de que fora Presidente durante alguns anos, o General Carlos Sanches de Castro da Costa Macedo, Chefe do Estado Maior da Força Aérea, o Dr. Albino Pinto de Lemos, Director

²⁵⁴ AHDMNE, 2P, A61, M42, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Kubitschek de Oliveira a Portugal, Telegrama do Presidente eleito do Brasil dirigida ao Presidente Craveiro Lopes, a bordo do avião no seu regresso ao Brasil, Lisboa, 24 de Janeiro de 1956.

²⁵⁵ AHDMNE, 2P, A61, M42, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Kubitschek de Oliveira a Portugal, Telegrama do Presidente eleito do Brasil dirigida ao Presidente do Conselho, Professor Oliveira Salazar, a bordo do avião no seu regresso ao Brasil, Lisboa, 24 de Janeiro de 1956.

²⁵⁶ AHDMNE, 2P, A61, M42, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Kubitschek de Oliveira a Portugal, Telegrama do Presidente Craveiro Lopes ao dirigido ao Presidente eleito do Brasil, a bordo do avião no seu regresso ao Brasil, Lisboa, 24 de Janeiro de 1956.

Geral Adjunto dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Dr. José Venâncio Paulo Rodrigues, Deputado da Nação.²⁵⁷

III.6. A viagem de Craveiro Lopes face aos receios de Salazar

Sendo já Portugal membro da NATO e da ONU e começando a ser pressionado pela comunidade internacional no que se refere à questão colonial, Salazar vê-se no dilema de “autorizar” esta viagem, já que a decisão do Partido União Nacional não propôr a recandidatura de Craveiro Lopes às eleições presidenciais no ano seguinte, já estaria tomada. O Presidente do Conselho sabia que o Chefe de Estado iria voltar a ter popularidade com esta viagem, o que não seria aconselhável, mas o isolamento agravava-se e era necessário “recolher simpatia” nos países que maior ligação tinham com Portugal. As relações entre Portugal e Brasil mantiveram-se de modo geral estáveis e abertas. Ao longo de todo o século XX muitos Tratados, Acordos e Actos Internacionais, foram celebrados entre os dois Países, de entre os quais o “Tratado de Comércio de 1933” e o “Tratado de Amizade e Consulta de 1953”, este com um âmbito bastante alargado, com acordos sobre uma grande variedade de vertentes que vão do comércio à cultura passando pela emigração, cooperação ao nível da justiça, etc.

O Tratado de Amizade e Consulta veio dar forma jurídica e conteúdo político-diplomático, isto é, deu um alicerce jurídico e diplomático às “relações especiais” que à muito se mantinham entre os dois países. Com o Tratado de 1953, Portugal passou a ocupar, de facto e de direito, um lugar de realce na política externa do Brasil.²⁵⁸ No âmbito deste Tratado, novos acordos são assinados entre os dois Presidentes, dando origem, entre outros aspectos, ao nascimento da “Comunidade Luso-Brasileira”.

Craveiro Lopes havia sido convidado a visitar o Brasil pelo Presidente Kubitschek de Oliveira, aquando da sua visita a Portugal e assim em 5 de Junho de 1957 o Presidente de Portugal viaja para o Brasil para aceder ao convite do Presidente.

²⁵⁷ AHDMNE, 2P, A59, M320, Visita do Presidente eleito dos Estados Unidos do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira a Portugal, Boletim Semanal do Secretariado Nacional de Informação, Notícias de Portugal, Ano IX, Nº 456, pág. 20, Lisboa, 28 de Janeiro de 1956.

²⁵⁸ MENEZES Pedro Ribeiro de, *As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal*, Revista “Negócios Estrangeiros”, Lisboa, MNE, 2001.

A 17 de Março, o Ministro dos Negócios Estrangeiros comunica à Imprensa que o Sr. Presidente da Republica, General Craveiro Lopes deverá realizar uma visita oficial ao Brasil, durante o mês de Junho desse ano²⁵⁹.

Os meios oficiais recordam as visitas que fizeram a Portugal, o Presidente dos Estados Unidos do Brasil, Sr. Café Filho e o então, Presidente eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira, bem como o acolhimento entusiástico que os dois presidentes do Brasil receberam do povo português e do seu Governo, tendo estas duas visitas contribuído da maneira mais feliz para o fortalecimento dos laços de amizade que ligam as duas nações irmãs que constituem a comunidade luso-brasileira.

Esta viagem, para que fora Craveiro Lopes pessoalmente convidado pelo Presidente brasileiro aquando da sua visita a Lisboa e mais tarde renovado pelo Embaixador do Brasil em Portugal, Álvaro Lins, “...*enquadrar-se-ia na tradicional política de fraterna amizade entre as duas nações e dela deveriam esperar-se os mais benéficos resultados para as duas Pátrias unidas pelo sangue, pela língua e pela história.*”²⁶⁰

A 2 de Maio de 1957, o Embaixador de Portugal no Brasil desloca-se à cidade de Salvador, na Baía, para receber, na Faculdade de Ciências da Universidade local o grau e as insígnias de Professor “honoris causa”. Nessa cidade apercebe-se do entusiasmo entre as autoridades e o povo, sobre a visita do Chefe de Estado português e aumentado pelo facto de que o avião em que o Presidente Craveiro Lopes aterrar em Salvador. Escreve um jornal local, o “Diário de Notícias”, que “...*ao desembarcar na Bahia, estará, (o Presidente português) desembarcando numa província portuguesa, estará desembarcando em Portugal.*”²⁶¹

No dia 4 de Junho à noite, Portugal despede-se do Presidente que embarca no aeroporto da Portela com rumo ao Brasil. O destino do avião, onde também segue a sua comitiva,²⁶² é a cidade de Salvador, o que não é de admirar já que é onde reside a maior comunidade portuguesa no Brasil.

A comitiva presidencial era constituída pelo Professor Doutor Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros e mulher; Professor Doutor Caeiro da Matta;

²⁵⁹ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, MNE, Serviços de imprensa, recorte do Jornal “A Voz”, 17 de Março de 1957.

²⁶⁰ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, MNE, Serviços de imprensa, recorte do Jornal “A Voz”, 17 de Março de 1957.

²⁶¹ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, ofício nº 21307 de 16 de Maio de 1957 do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

²⁶² AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Comitiva do Presidente Craveiro Lopes.

Ministro Henrique Bacelar Caldeira Queirós, Director Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros; General Carlos Mário Sanches de Castro da Costa Macedo, Chefe do Estado-maior da Força Aérea; Comodoro Fernando Quintanilha e Mendonça Dias, Adjunto do Estado-maior da Armada e comandante da Flotilha que se desloca ao Brasil; Coronel Bento da França Pinto de Oliveira, Chefe da Casa Militar do Presidente; Coronel Mário Rafael da Cunha, Comandante Geral da Polícia de Segurança Pública; Dr. Luís Maria José d'Orey Pereira Coutinho, Secretário da Presidência da República; Dr. Rui Eduardo Moura Braz Mimoso, Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros; Capitão João Carlos Craveiro Lopes e Capitão Octávio Hugo de Almeida e Vasconcelos Pimentel, Ajudantes de Campo do Presidente; 1º Tenente Manuel da Rocha Santos Prado, Oficial às ordens; e Dr. Ricardo Horta, Medico do Presidente.

III.7. Os objectivos em função do isolamento

Esta comitiva foi notoriamente pequena, o que é indicativo de que esta viagem foi uma visita de cortesia sem grandes objectivos económicos mas sim, e apenas com objectivos políticos. O isolacionismo a que Portugal estava a ser sujeito pela comunidade internacional devido às questões relacionadas com as Províncias Ultramarinas, obriga Portugal a procurar apoio político nos Países com quem tinha mais ligações e o Brasil estava, por isso no “topo da lista”.

Após a calorosa recepção no aeroporto de Salvador, Craveiro Lopes faz algumas visitas e depois almoça no Palácio da Aclamação, oferecido pelo Governador do Estado, partindo para o Rio de Janeiro, a bordo do Cruzador “Almirante Barroso”, às 17 horas.

Ao fim de dois dias de viagem o cruzador chega ao Arsenal da Marinha, onde o Presidente é recebido e é realizado um cortejo até ao Palácio das Laranjeiras. Ao fim da tarde faz uma visita ao Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira, no Palácio do Catete, onde condecora, durante uma pequena cerimonia, a Banda das Três Ordens ao Presidente e a Grã Cruz de Cristo à Senhora Kubistcheck, bem como ao Vice-Presidente, Sr. João Goulart.²⁶³

²⁶³ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Lista de entidades a serem condecoradas durante a viagem, MNE, Lisboa Maio de 1957.

No sábado, dia 8 de Junho, o Chefe do Estado português dá, no Palácio das Laranjeiras, uma entrevista colectiva à imprensa e no final do almoço assiste a uma sessão conjunta do Congresso Nacional no Palácio Tiradentes, seguindo, no final desta, para uma visita ao Supremo Tribunal Federal, regressando ao Palácio das Laranjeiras para um Circulo Diplomático. Às 20h30, é-lhe oferecido pelo Presidente do Brasil, no Palácio Itamaraty, um banquete em sua honra, durante o qual os dois presidentes fazem os seus discursos, onde ambos enfatizam as questões da amizade e fraternidade entre as duas Nações, estando esta amizade “... *muito longe das questões protocolares, está assente na história, no sangue e na língua.*”²⁶⁴ Depois do banquete, realizou-se uma recepção.

No dia seguinte, Craveiro Lopes preside à inauguração da nova sede da Casa das Beiras, seguindo para uma visita ao Perfeito do Distrito Federal, no Palácio Guanabara e ainda uma visita à Câmara Municipal. De seguida assiste à missa na Igreja da Candelária, celebrada por Sua Eminência o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro. Segue para o hipódromo da Gávea, onde almoça e assiste, mais tarde, às corridas de cavalos. Depois deste roteiro, visita o Corcovado, a Igreja da Penha e a Igreja da Senhora da Glória. Às 20 horas, desloca-se para o Clube Ginástico Português, onde a Federação das Associações Portuguesas do Brasil oferecem ao Presidente Craveiro Lopes um banquete em sua honra, seguindo depois para uma festa numa casa particular. Durante o referido banquete, o Presidente condecora um grande número de entidades com as Ordens Oficial de Cristo, Comendador de Cristo, Cavaleiro de Cristo, Comendador da Benemerência e Oficial da Benemerência.²⁶⁵

O dia 10 de Junho, dia de Portugal, é passado no Brasil, Rio de Janeiro, onde também se comemora o dia Nacional. Afirmara o Presidente Kubitschek, relativamente à visita do Presidente de Portugal, o seguinte: “*O General Craveiro Lopes, a quem eu havia convidado para visitar o nosso País, deseja estar entre nós no dia 10 de Junho, data nacional de Portugal. Será uma honra para nós esta visita e, para mais numa tal data.*”²⁶⁶ O presidente Juscelino Kubitschek, que recebera esta notícia por telefone no Palácio Rio Negro, por intermédio do Embaixador Décio Moura, Secretário-geral do

²⁶⁴ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Discurso do Presidente Craveiro Lopes durante o banquete oferecido pelo Presidente dos Estados Unidos do Brasil no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, 8 de Junho de 1957.

²⁶⁵ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Listagem das entidades e condecorações a atribuir durante o banquete da Federação das Associações Portuguesas, MNE, Lisboa, Maio de 1957.

²⁶⁶ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, recorte do jornal “Correio do Povo”, Brasil, Porto Alegre, 15 de Março de 1957.

Itamary, anuncio “euforicamente” às pessoas que o rodeavam, os auxiliares do seu gabinete e frisou várias vezes, para demonstrar a sua satisfação, a coincidência da data. “*O General Craveiro Lopes estará no Brasil no dia de Portugal, que é também o dia do Brasil!*”²⁶⁷

A agenda presidencial nesse dia é intensa, começando com uma Parada Militar com os três Ramos das Forças Armadas Brasileiras, que dura cerca de três horas. Às 13 horas o Presidente almoça no Copacabana Palace Hotel, almoço que é oferecido pelos Oficiais Gerais das Forças Armadas Brasileiras. Neste almoço, o Presidente do Brasil entrega a Craveiro Lopes uma Espada de Oficial General do Exército Brasileiro, como prova de amizade e de prestígio junto daquele povo e País. Simultaneamente, decorre outro almoço para as Senhoras destas individualidades, numa casa particular. Às 16 horas o Presidente de Portugal preside à inauguração da Exposição Camoneana, na Biblioteca Nacional, estando, uma hora depois, na Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, para uma recepção à Colónia Portuguesa. Nessa noite, preside a uma sessão solene no Real Gabinete Português de Leitura, convidando para estar presente o seu homólogo, Sr. Juscelino de Oliveira, que discursa “com muita emoção”²⁶⁸. Durante esta cerimónia várias entidades são condecoradas por Craveiro Lopes com as ordens de Oficial de Cristo, Comendador de Cristo, Cavaleiro de Cristo, Comendador da Benemerência e Oficial da Benemerência.²⁶⁹

III.8. A Assinatura do Acto que Regulamenta o Tratado de Amizade e Consulta

No dia seguinte, no Palácio do Catete, por S.E. o Presidente Craveiro Lopes e Sua Excelência o Presidente Juscelino de Oliveira, é assinado o Acto relativo à regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil.

Consta do Acto a seguinte redacção:

“O Presidente da Republica Portuguesa e o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, reunidos no Rio de Janeiro, a 11 de Junho de 1957, congratulam-se

²⁶⁷ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, recorte do jornal “Correio do Povo”, Brasil, Porto Alegre, 15 de Março de 1957.

²⁶⁸ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Discurso do Presidente do Brasil na cerimónia do Real Gabinete Português de Leitura, Brasil, Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1957.

²⁶⁹ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Lista de entidades a serem condecoradas e condecorações a atribuir por Craveiro Lopes durante a cerimónia do Real Gabinete Português de Leitura, Brasil, Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1957.

porque se estão concretizando as elevadas intenções que presidiram à celebração do Tratado de Amizade e Consulta, firmado a 16 de Novembro de 1953 e porque uma nova fase de execução, ampla e profícua, se anuncia de forma promissora.

As Comissões nacionais portuguesa e brasileira, encarregadas de estudar a aplicação daquele Tratado, de acordo com os altos princípios nele enunciados, chegaram, respectivamente, a conclusões concretas que serão estudadas e devidamente coordenadas por uma Comissão Mista Brasil-Portugal, que deverá reunir-se dentro do prazo de 90 dias.

Assim, o Tratado de Amizade e Consulta, marco de partida para um novo rumo nas relações entre os dois países, já não representa tão-somente a forma jurídica que enquadra a situação especial que, de facto e desde sempre, portugueses e brasileiros têm usufruído, respectivamente, no Brasil e em Portugal; nem constitui tão só documento diplomático que consubstancia as razões da Comunidade luso-brasileira, condensando-as numa fórmula em que cabem os imperativos do sangue, da língua e de todos os índices espirituais que imanam as duas Nações: o Tratado de Amizade e consulta já vai tendo a sua projecção pratica e criadora, determinando uma colaboração mais fecunda e íntima dos dois Governos na esfera de sua politica externa, estreitando sempre mais os laços tradicionais que os unem e os interesses solidários do vasto mundo de língua portuguesa.

Portugal e Brasil, na realização de uma concepção em que os ideais e interesses nacionais encontram seu lugar no quadro mais lato dos ideais e interesses comuns, tomam posição, de mãos dadas, na política mundial. Mas nem Portugal, nem o Brasil, abandonam, diminuem ou de qualquer modo afectam os seus sentimentos ou os seus respectivos compromissos continentais. Pelo contrário, desejam os dois Governos agir em consonância com tais compromissos, procurando melhor cumpri-los, pela participação mais consciente na solução de todos os seus problemas externos.

Firmemente unidos na sua fidelidade aos princípios fundamentais da civilização ocidental cristã, Portugal e o Brasil, um através do outro, estarão sempre presentes na América e na Europa, acrescentando às injunções do passado aquelas que derivam das posições geográficas que um e outro detêm e que, pela evolução dos acontecimentos, adquiriram incontestável relevo e evidente actualidade.

Ao entrar nesta nova fase de execução do Tratado de Amizade e Consulta, expressam os Governos de Portugal e dos Estados Unidos do Brasil, o seu profundo

regozijo e renovam o seu voto de confiança recíproco, manifestando a sua fé constante e firme quanto ao futuro das duas Pátrias.”²⁷⁰

Ainda nessa manhã, cerca das 11 horas, o General Craveiro Lopes assiste a uma cerimónia militar, frente à estátua do Almirante Barroso²⁷¹, onde depõe uma coroa de flores. Ao meio-dia, o Presidente português desloca-se ao Jardim Botânico para plantar uma palmeira, justamente ao lado de uma outra que fora plantada pelo Rei de Portugal, D. João VI. Depois desta cerimónia, o Chefe de Estado português segue para o Palácio das Laranjeiras para um almoço privado. Paralelamente as Senhoras têm um almoço numa casa particular enquanto o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Cunha, oferece um almoço aos representantes dos países americanos, que haviam apresentado mensagens pessoais de boas vindas ao continente americano, dos seus presidentes. É de realçar que quase todos os Chefes de Estado dos Países americanos, ou se fazem representar ou mandam mensagens pessoais de congratulações ao Presidente português pela sua vinda ao Brasil, como já o haviam feito aquando da visita do Presidente António José d’Almeida, em 1922. Os Países que o fazem, depois de um convite dirigido pelo Jornalista Paulo Tecla, do “Jornal do Brasil” para o efeito, são: a Republica Dominicana, Honduras, Uruguai, Cuba, Nicarágua, El Salvador, Bolívia, Chile, Haiti, Panamá, Argentina,²⁷² Peru, Guatemala, México e o Canadá. Alguns dos Países mencionados, para além das cordiais mensagens de boas vindas dirigidas pelos respectivos Presidentes, enviaram ao Brasil Diplomatas credenciados ou, em alguns casos, os seus Ministros dos Negócios Estrangeiros, para apresentar felicitações ao Presidente Craveiro Lopes e a Portugal.²⁷³

No final do almoço privado, o Presidente português é convidado para uma cerimónia na Sociedade de Geografia e do Instituto de Historia Militar, onde lhe é entregue o Diploma de Presidente de Honra do Instituto Histórico desta Sociedade.

²⁷⁰ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Texto integral do Acto assinado entre Craveiro Lopes e Juscelino de Oliveira relativamente à regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, Brasil, Rio de Janeiro, 11 de Junho de 1957.

²⁷¹ Comandante que conduziu a Armada Brasileira à vitória na Batalha do Riachuelo, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Como consequência dessa vitória, houve expressiva redução na capacidade naval paraguaia, tendo aquela nação, a partir de então, passado a adoptar estratégias defensivas até ao fim do conflito.

²⁷² Relembrar o facto de que Portugal foi a primeira Nação a reconhecer a independência da Argentina em 1827.

²⁷³ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, recortes de jornais com as mensagens de felicitações dos Presidentes dos países referidos a Craveiro Lopes, Brasil, Rio de Janeiro, Junho de 1957.

Às 16 horas o Presidente português visita a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência. Também durante esta visita Craveiro Lopes impõem uma série de condecorações a algumas entidades.²⁷⁴ Daqui segue para o Liceu Literário Português, para mais uma visita e mais uma cerimónia de imposição de condecorações.²⁷⁵ Uma hora depois tem outra visita e desta vez à Associação Comercial do Rio de Janeiro e de seguida uma visita à Associação Brasileira de Imprensa. À noite, o Chefe de Estado português participa num jantar privado e termina a noite assistindo a uma partida de futebol no Estádio do Maracanã.

No dia seguinte, dia 13, logo de manhã, viaja até Petrópolis e faz uma visita ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, no Palácio Itaboray. Segue para a Real e Benemerita Sociedade de Beneficência Portuguesa de Petrópolis e inaugura o Monumento Comemorativo da primeira travessia aérea do Atlântico Sul. Segue para uma visita ao Tumulo dos Imperadores, na Catedral de Petrópolis e visita o Museu Imperial. Almoça numa Fazenda e cerca das 15h30 regressa ao Rio de Janeiro para visitar, cerca das 17 horas, o Clube de Regatas Vasco da Gama, onde volta a condecorar alguns “ilustres”.²⁷⁶ Às 18 horas dessa tarde, o Presidente desloca-se à Universidade do Brasil para assistir a uma sessão solene em que lhe é conferido o título de Doutor “Honoris Causa” desta Universidade, seguindo para um banquete, que, desta vez, é oferecido por Craveiro Lopes ao Presidente do Brasil e a governantes, bem como a altas individualidades civis e militares, no Palácio das Laranjeiras, seguindo-se uma grandiosa recepção.

No dia seguinte, o Chefe do Estado português, faz uma visita de dois dias a São Paulo e entra numa nova fase da sua visita que compreende uma série de visitas e Cidades e outros Estados do Brasil. No dia 15 de Junho visita a cidade de Santos, regressando a São Paulo ao final da tarde, para no dia seguinte partir de visita a Curitiba e da parte da tarde faz a chegada a Porto Alegre, que visita no dia seguinte, dia 17. Ao final da tarde parte para Belo Horizonte onde faz um dia de repouso. No dia 19 de Junho visita Belo Horizonte e Sabará, viajando, de forma a poder visitar Ouro Preto e

²⁷⁴ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Lista de entidades a serem condecoradas e condecorações a atribuir por Craveiro Lopes durante a cerimónia do Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, Brasil, Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1957.

²⁷⁵ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Lista de entidades a serem condecoradas e condecorações a atribuir por Craveiro Lopes durante a cerimónia do Liceu Literário Português, Brasil, Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1957.

²⁷⁶ AHDMNE, 2P, A57, M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil em Junho de 1957, Lista de entidades a serem condecoradas e condecorações a atribuir por Craveiro Lopes durante a visita ao Clube de Regatas Vasco da Gama, Brasil, Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1957.

Congonhas do Campo no dia seguinte. Regressa a Belo Horizonte e no dia seguinte viaja para Brasília, onde em conjunto com o Presidente Juscelino faz o “lançamento” da primeira pedra do Monumento da Comunidade Luso-Brasileira. Ao fim do dia viaja para Manaus, que visita pela manhã. No dia 23 de Junho visita Belém e segue viagem para o Recife ao fim do dia, visitando esta cidade no dia 24, véspera da sua partida de regresso a Portugal. No dia 25 de Junho de 1957, Craveiro Lopes, depois de fazer um dia de repouso no Recife, embarca com destino a “casa”, às 22 horas.

Durante estas curtas visitas às cidades brasileiras, Craveiro Lopes é excepcionalmente bem recebido, com grande simpatia e declarações de fraterna amizade, chegando ao ponto de determinados Estados decretarem feriado Municipal o dia da visita do Presidente de Portugal, como é exemplo a Cidade de Santos. É sempre recebido com “pompa e circunstância”, sendo-lhe oferecidos banquetes em todas estas paragens, onde autoridades civis e militares, bem como a população, quer brasileira quer emigrantes portugueses, lhe prestam as mais altas homenagens, como as mais calorosas manifestações de amizade e apreço possíveis.

Também durante estas visitas curas e rápidas a estas cidades do Brasil, foram condecoradas, por Craveiro Lopes, muitas pessoas, quer da esfera política quer da esfera cultural, brasileiras e portuguesas.

No regresso a Portugal, os receios de Salazar tomam forma, já que o Presidente é recebido em apoteose pelo povo português, significado do grande prestígio, respeito, simpatia, popularidade e devoção que lhe tem o povo de quem Craveiro Lopes é o mais alto Magistrado.

Pode-se dizer que Craveiro Lopes dá início a um novo ciclo da Diplomacia Portuguesa, fazendo, durante o seu mandato como Presidente da Republica, visitas de Estado aos três Países, Espanha, Grã-bretanha e por fim o Brasil, que mais simpatia e apoio poderiam nutrir e demonstrar ao Mundo Ocidental, recolhendo desta forma algum apoio no que começava a ser o “cerco” a Portugal, no que respeita à sua política colonial, quer em África, quer na Índia, feito pelo mundo, mais propriamente os Aliados e os membros das Nações Unidas, organizações em que Portugal já estava integrado.

III.9. Américo Tomás e a Política Externa Portuguesa durante a sua Presidência

A política externa portuguesa durante a presidência de Américo Tomás (1958-1974) foi sempre elaborada pelo chefe do governo em conjunto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Isso aconteceu durante todo o consulado de Oliveira Salazar de 1936 a 1968 e prolongou-se também ao período do governo de Marcelo Caetano (1968-1974).

Na década de cinquenta Portugal vivia no ambiente internacional do pós-guerra. Os anos eram críticos, Portugal tinha grandes interesses e muita responsabilidade mas era um pequeno País com pouca força, por isso a sua política externa tinha de ser ambiciosa, mas ao mesmo tempo muito cautelosa.

Os ministros dos negócios estrangeiros portugueses mostraram-se exímios negociadores executando uma política que praticamente lhes era ditada nas suas grandes linhas pelo Presidente do Conselho.

Entre 1961 e 1974 todos os esforços militares vão para África e todos os esforços diplomáticos vão para manter as colónias portuguesas em África.

Embora Portugal aderisse em 4 de Abril de 1949, ao Tratado do Atlântico Norte e decidisse alinhar com os Estados Unidos segundo a lógica de aliado marítimo, o que é facto é que, avesso às Organizações Internacionais, Salazar continuava com a sua política de “orgulhosamente sós”. O período de seis anos entre 1949 (adesão de Portugal à NATO) e 1955 (adesão à ONU) é provavelmente o melhor e o mais bem sucedido ao nível da política externa portuguesa. Com o passar do tempo e aos poucos Portugal ficava condicionado pelo seu isolamento.

Numa abordagem simplista, o isolamento de Portugal era o resultado do regime imposto por Salazar e da sua política externa.

O regime ditatorial e autoritário de Salazar teimava em manter uma atitude de independência, afastamento e mesmo de hostilidade face a todo e qualquer projecto de natureza política, mas ao mesmo tempo fazia questão de participar e marcar presença nas Organizações de natureza económica. Exemplo disso foi a participação de Portugal, como membro fundador, na Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) que resulta da Convenção de Estocolmo, de 4 de Janeiro de 1960.

Em 1955 dá-se a entrada simultânea de Portugal e Espanha na Organização das Nações Unidas. Se a entrada da Espanha na ONU significou a saída do isolamento que até aí estava votada na cena internacional, para Portugal a entrada na ONU marca o

declínio da tolerância externa para com a sua administração, e o início da verdadeira pressão internacional.

A pressão internacional agrava-se em 1961 com o eclodir da guerra nas colónias portuguesas. Portugal está agora cada vez mais isolado. A sua integração na Comunidade Europeia depende da descolonização mas Salazar e depois Marcello Caetano não abrem mão das Províncias Ultramarinas.

Em 1965, num esforço para resolver a situação, o então embaixador Norte-Americano Almirante George Anderson, tenta convencer o governo português a efectuar uma descolonização negociada e faseada. Esta proposta que ficou conhecida como o “Plano Anderson” constava de uma descolonização por fases, com ajudas económicas a Portugal e estender-se-ia por dez anos, findos os quais a descolonização estaria completa.

Esta última tentativa de resolver a questão colonial antes do fim do Salazarismo mostrou ser uma “missão impossível” de realizar uma vez que os princípios que norteavam a política externa portuguesa e em particular a sua política colonial, não contemplavam a mínima abertura a uma descolonização. Salazar “via a África como um prolongamento natural da Europa” por isso nunca aceitou esta proposta.

A situação de isolamento e pressão internacional manter-se-á até 25 de Abril de 1974, altura em que o golpe militar pôs fim ao regime Salazarista.

Era este portanto o quadro da política externa portuguesa durante a presidência do Almirante Américo Tomás, que decorre entre 1958 até à queda do regime em 1974.

A opção pela política do “orgulhosamente sós” repercutir-se-á também nas relações do Presidente da República com os seus congéneres de outros países da Europa e também das Américas.

Em consequência disso, o Presidente Américo Tomás apenas efectuou duas visitas oficiais, uma à Espanha de Francisco Franco, de 20 a 26 de Novembro de 1961, e outra ao Brasil de Emílio Garrastazu Médici de 22 a 28 de Abril de 1972.

Para além destas viagens oficiais Américo Tomás visitou, como é de imaginar, as Províncias Ultramarinas portuguesas.

Registe-se também que entre 1960 e 1969 Américo Tomás é regularmente convidado por Francisco Franco para participar em caçadas em Espanha. Américo Tomás aceita de bom grado cada convite e por isso periodicamente desloca-se a Espanha em viagens particulares.

III.10. A Fragilidade das Relações entre Portugal e o Brasil após o caso de Humberto Delgado

O General Humberto Delgado concorreu às eleições presidenciais pela oposição, contra o candidato do Governo, Américo Tomás. Quando o Governo anuncia a vitória do seu candidato, o General contesta a validade do processo eleitoral e faz algumas declarações públicas que afrontam o regime. Sofre um processo disciplinar e é excluído das Forças Armadas.

Assim, no dia 12 de Janeiro de 1959, Humberto Delgado dirige-se à chancelaria da embaixada do Brasil em Lisboa para pedir asilo político por considerar que estaria eminente a sua prisão por motivos políticos.

À época o embaixador brasileiro, Álvaro Lins, que tinha sido chefe da Casa Civil do Presidente Kubitschek e seu amigo pessoal, sem consultar o seu Governo, acede imediatamente ao pedido e informa oralmente o facto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Marcelo Mathias.

Se recuarmos um pouco atrás neste trabalho, recordamo-nos que em 1957, quando Craveiro Lopes visita o Brasil, já o faz com algum receio de Salazar, já que a relação entre o Presidente da República e o Presidente do Concelho, começava a deteriorar-se. O embaixador Lins, que havia desempenhado um papel importante durante essa visita por força das suas funções, apercebera-se da frieza dessa relação. Por outro lado, o referido embaixador, tinha estado em Portugal entre 1952 e 1954 como professor, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Lisboa e relacionara-se com variadíssimos intelectuais, na sua grande maioria, opositores do regime de Salazar.

Apesar de, como embaixador, procurar manter sempre a postura do “diplomaticamente correcto”, a sua animosidade ao regime era identificada nos meios políticos e intelectuais de Lisboa.

Não obstante existir no Itamaraty²⁷⁷ uma importante corrente a pro-Portugal, o Governo do Rio de Janeiro não desautorizou o seu embaixador em Lisboa, tendo sancionado o asilo político concedido ao General Humberto Delgado. A discussão entre Álvaro Lins e o Governo português sobre a forma como levar o General, que se havia instalado na residência do embaixador, para o Brasil, já que este exigia a concessão de

²⁷⁷ Palácio do Governo brasileiro, no Rio de Janeiro.

um salvo-conduto de forma a que Humberto Delgado pudesse embarcar para o Brasil, sob protecção diplomática, enquanto o Governo de Lisboa argumentava, para não aceitar o asilo, que Portugal nunca tinha acedido a nenhuma convenção internacional que contemplasse essa figura jurídica²⁷⁸, durou até Abril.

Esta situação gerou, no Brasil, uma acesa discussão, sendo o embaixador sempre defendido, na sua posição nos meios de esquerda e nacionalistas, mas ferozmente atacado pelos meios que apoiavam o Governo de Lisboa. A questão parecia ter tendência a eternizar-se, pondo em causa as boas relações entre Portugal e o Brasil.

O meio diplomático português exerce pressão sobre uma classe política influente que defendiam a posição de Portugal e ao mesmo tempo, aproveitando as comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, que se iriam realizar no Verão do seguinte ano, Américo Tomás convida o Presidente Kubitschek para co-anfitrião na presidência das cerimónias.

Desta forma, o Presidente do Brasil decide por fim a esta “crise”, procurando encontrar uma solução de compromisso que permitisse trazer o General Delgado para o Brasil, dando indicações ao seu amigo e embaixador em Lisboa para transigir e aceitar uma forma de deixar de exigir o salvo-conduto para o General.

Álvaro Lins sente-se desprestigiado e pede demissão. Ao chegar ao Brasil escreve uma carta ao Presidente a romper as relações políticas e pessoais, onde se pode ler: *“Fui traído pela sua conduta para com os sentimentos democráticos da nossa opinião pública e a dignidade da representação diplomática do nosso País no estrangeiro”*²⁷⁹

III.11. O Brasil e a questão Colonial Portuguesa

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, surge um grande movimento no sentido de conceder a independência política a muitos territórios e povos, especialmente em África e na Ásia, que se encontravam na dependência de algumas potências europeias e dos Estados Unidos.

²⁷⁸ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pag. 225.

²⁷⁹ LINS, Álvaro, *Missão em Portugal*, Edições Civilização Brasileira, volume I, pag 361 e ss.

Portugal, na qualidade de detentor de um vastíssimo império colonial, desde os descobrimentos do século XV, entrava na lista dos países afectados por este movimento, que encontrou na ONU o seu principal palco de debate e actuação.

Este problema começa a tomar forma quando a União Indiana se torna num Estado independente, a 15 de Agosto de 1947, e declara que os territórios sob administração estrangeira, situados no seio do seu país, deveriam ser incorporados na União. O Governo de Portugal não perde tempo a contestar esta declaração, argumentando que os territórios do “Estado Português da Índia” constituíam parte integrante do Estado português, pelo que, a partir daí, se desenrola uma longa disputa diplomática, em torno desta questão, que durará catorze anos, entre os governos de Lisboa e de Nova Deli.²⁸⁰

Este problema toma contornos bem diferentes quando, em 20 de Julho de 1954, os pequenos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, pertencentes ao distrito de Damão, são invadidos por mil e duzentos “voluntários”, tendo as autoridades indianas impedido as autoridades portuguesas de passar pelo território indiano, a fim de repor a ordem nestes enclaves.

A 27 de Julho desse ano, o Governo do Brasil, envia um comunicado à imprensa, alusivo à visita do embaixador de Portugal ao Secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, narrando os acontecimentos, no qual dizia: «*O Secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Vasco Leitão da Cunha, na ausência do Ministro de Estado, Professor Vicente Ráo, reiterou ao embaixador de Portugal os sentimentos de solidariedade do Brasil para com Portugal e manifestou o vivo empenho do Governo brasileiro de ver resolvida por meios pacíficos a presente situação.*”²⁸¹ De imediato o Itamaraty desenvolve uma série de actividades de apoio à causa portuguesa junto de um grande número de países com que o Brasil mantinha relações diplomáticas.²⁸²

Na impossibilidade de recorrer à força e estando vedado a Portugal a hipótese de se socorrer da intervenção do Tribunal Internacional de Justiça, já que Portugal, nessa altura, ainda não era membro da ONU, o Governo de Lisboa, após ter denunciado a

²⁸⁰ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pag. 228.

²⁸¹ *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, volume II, Lisboa, 1967, pág. 3.

²⁸² Idem, pág. 184. Nesse grupo de países inclui-se o Líbano, a China Nacionalista, a Síria, Israel, Finlândia, Jugoslávia, Austrália, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Haiti, Cuba, Nicarágua, Peru, Paraguai, Guatemala, Bolívia, Equador, Salvador e Irão.

ocupação dos territórios que estavam sob a sua administração, lança uma grande campanha internacional contra a União Indiana, sob a acusação de esta ter violado o direito internacional. A resposta da União Indiana não se faz demorar e solicita o encerramento da legação portuguesa em Nova Deli. O pedido é feito a 25 de Julho de 1955 e o encerramento é efectuado a 8 de Agosto do mesmo ano.²⁸³ Nesta data o Governo de Lisboa solicita ao Governo do Rio de Janeiro que assuma a representação dos interesses de Portugal na União Indiana²⁸⁴, pedido esse que o Brasil aceita prontamente.²⁸⁵

A 23 de Dezembro de 1955 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas vota a favor da admissão de Portugal a esta organização e, imediatamente, o Governo português apresenta queixa contra a União Indiana, no Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, pela ocupação ilegal dos enclaves sob a sua administração, bem como a recusa do direito de passagem às autoridades portuguesas para se deslocarem a esses territórios. Esta disputa transfere-se para os palcos da ONU, onde os representantes indianos organizam uma vasta campanha contra a política ultramarina portuguesa. O que para Portugal parecia um meio de, diplomaticamente ou pela imposição da ONU, resolver os seus problemas, vem, muito depressa, a tornar-se no pior pesadelo para o Governo da Metrópole.

O Secretário-geral da ONU, logo após a admissão de Portugal na organização, envia uma nota ao Governo português a inquirir se Portugal administrava alguns territórios não autónomos, onde se aplicasse o preceito descrito no artigo 73 da Carta das Nações Unidas. A resposta de Portugal é negativa, dizendo que Portugal não administrava territórios não autónomos ou colónias, e que os territórios ultramarinos portugueses faziam parte integrante do Estado português, de acordo com a sua Constituição da República. O grupo de países afro-asiáticos, que por força de se terem tornado independentes começam a ter assento na ONU, apoiados pelo bloco soviético, contestam a posição portuguesa.

²⁸³ *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, volume II, Lisboa, 1967, págs. 444-445.

²⁸⁴ Podemos lembrar aqui que a 21 de Janeiro de 1942 o Governo brasileiro tinha já tomado uma iniciativa desta natureza, quando dá instruções à sua embaixada em Lisboa para consultar o Governo português no sentido de perguntar se este estaria disposto a assumir a protecção dos interesses do Brasil na Alemanha, Itália e Japão, no caso do Brasil romper as suas relações diplomáticas com estes países. Portugal aceita o encargo.

²⁸⁵ *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, volume II, págs. 447-449.

Durante os governos dos Presidentes Getúlio Vargas, Café Filho e Kubitschek de Oliveira, os representantes brasileiros na ONU declaram-se sempre solidários com a posição de Portugal, mas com a ascensão à presidência do Brasil do Governador de São Paulo, Jânio Quadros, a posição do governo brasileiro iria modificar-se completamente, no que diz respeito ao problema colonial português. A nova posição da nova administração brasileira, tinha por base os grandes interesses do mercado brasileiro de café, já que os seus produtores enfrentavam uma crise séria no mercado internacional, devido à concorrência do café africano e Portugal, como atrás referido, tinha excluído as Províncias Ultramarinas do acordo de comércio com o Brasil, voltando Portugal a reiterar a sua posição relativamente a este assunto. Por outro lado, Jânio Quadros era movido por tendências políticas de esquerda, vindo a protagonizar o estabelecimento das relações com a União Soviética e o apoio a Fidel Castro. Ainda antes de ser eleito, o futuro Presidente do Brasil, em 31 de Maio de 1960, em entrevista ao Jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro²⁸⁶, Quadros anuncia os “moldes vitorianos” da política externa brasileira, dizendo que os povos asiáticos e africanos poderiam encontrar na maturidade internacional do Brasil “*o ânimo de que carecem para que se lhes abrevie a emancipação inevitável*”²⁸⁷. Num dos discursos que pronuncia, a 31 de Janeiro de 1961, já como Presidente eleito, refere-se ao momento «*em que países e povos secularmente dominados se levantam e libertam da opressão colonialista.*» Na mensagem que dirige ao Congresso Nacional, em 15 de Março do mesmo ano, define a nova política africana do Brasil como um instrumento contra o colonialismo e o racismo, preconizando a autodeterminação dos povos africanos.²⁸⁸

Neste propósito, também Afonso Arinos de Mello Franco²⁸⁹, no discurso da sua tomada de posse, a 1 de Fevereiro de 1961, afirma: “*O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais.*”

Durante este ano o Governo brasileiro toma várias medidas para que esta anunciada política africana tome corpo. É criado no Palácio do Governo uma Divisão de

²⁸⁶ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 231.

²⁸⁷ SARAIVA, José Flávio Sombra, *Do silêncio à afirmação: relações do Brasil com África (O Desafio Internacional)*, Editora UNB, 1994, pág. 290.

²⁸⁸ QUADROS, Jânio, Mensagem ao Congresso Nacional, Rio de Janeiro, Departamento da Imprensa Nacional, 1961, págs 91-101.

²⁸⁹ Ministro das Relações Exteriores do Brasil e um dos inspiradores da nova política africana do Brasil.

África e inicia-se a instalação de embaixadas brasileiras em vários países de África e consulados em Luanda e Lourenço Marques.

O Governo de Jânio Quadros dura apenas duzentos dias, já que, inesperadamente, renuncia ao cargo de Presidente, em Agosto de 1961. Este lugar é, então assumido pelo Vice-Presidente, João Goulart, que fez questão de manter quer a política de esquerda, quer a nova posição do Brasil no que se refere aos países africanos, e por conseguinte, a posição na questão de Portugal e das suas Províncias Ultramarinas.

Entretanto o Tribunal Internacional de Justiça, num Acórdão de 12 de Abril de 1960, havia reconhecido o direito de passagem das autoridades portuguesas para os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli, que tinham sido, ilegalmente ocupados pela União Indiana. Como nesta altura era o Brasil que representava os interesses de Portugal na União Indiana, o Governo de Lisboa, pede ao Brasil, que por intermédio da sua embaixada em Nova Deli, entregasse ao Governo indiano um memorando onde solicitava uma tomada de posição deste perante o referido Acórdão e indicasse as suas intenções quanto à forma do exercício do direito de passagem por parte das autoridades portuguesas para os seus territórios, em obediência à decisão do Tribunal de Haia.²⁹⁰ Em resposta, o Ministro dos Assuntos Exteriores da União Indiana, emite uma nota de 8 de Setembro para a embaixada brasileira, dizendo que os referidos territórios tinham passado a fazer parte da União Indiana desde o dia 11 de Agosto de 1961, data do memorando português.²⁹¹

Desta forma tornou-se evidente que a União Indiana estava disposta a usar a força para integrar no seu território as possessões portuguesas de Goa, Damão e Diu, chegando, proveniente de todos os lados, às autoridades portuguesas, informações que confirmavam este intento e que estava a ser preparada uma invasão que iria, por ventura, ocorrer em Dezembro desse ano.²⁹²

Portugal serve-se de todos os meios ao seu alcance para, quase em desespero de causa, evitar perder estes distritos e, entre outras medidas, promove visitas a Goa de algumas altas personalidades da política internacional.

Em 6 de Dezembro o embaixador brasileiro em Nova Deli encontra-se com o Primeiro-ministro da União Indiana, Nehru, e aproveita a situação para lhe manifestar a

²⁹⁰ *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1968, volume IV, págs. 5-6.

²⁹¹ *Idem*, pág. 22.

²⁹² CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 232.

preocupação do Brasil relativamente aos rumores de um ataque iminente a Goa. A resposta de Nehru, com “ar enfasiado” é que era difícil conter a reacção da opinião pública Indiana em face do protelamento da resolução pacífica da questão.²⁹³ O embaixador informa o Itamaraty de que havia lugar para apreensão, existindo indícios de movimento de tropas e acréscimo de intensidade na campanha da rádio contra Portugal. Depois de algumas negociações entre Portugal e o Brasil, o embaixador brasileiro em Lisboa entrega uma nota ao Governo de Lisboa, no dia 11 de Dezembro e que diz: *“O Brasil tendo tomado conhecimento, com a maior preocupação, das notícias que circulam sobre a possibilidade de uma acção militar contra os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu, reafirma a sua formal rejeição do emprego da força armada e manifesta a confiança de que a União Indiana se absterá de quaisquer medidas contrárias às disposições da Carta das Nações Unidas. O Governo brasileiro, dentro dos princípios que fundamentam o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil, continua a acompanhar os acontecimentos com a maior atenção, pronto a prestar a sua inteira colaboração para que os processos pacíficos de solução de controvérsias tradicionalmente defendidos pelos mais ilustres leaders da União Indiana se apliquem às actuais divergências com Portugal.”*²⁹⁴

A 15 de Dezembro há uma última tentativa e desta vez é o embaixador brasileiro Afonso Arinos, em conjunto com o embaixador americano Stevenson, que diligenciam junto do Secretário-geral da ONU, que, nesse mesmo dia, envia uma mensagem ao Primeiro-ministro Nehru. Indiferente a qualquer apelo, o Governo da União Indiana ordena a invasão dos territórios portugueses, a 18 de Dezembro de 1961. Nesse mesmo dia, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que tinha substituído o seu colega Afonso Arino, na Pasta do Ministério por ocasião da renúncia de Quadros e ascensão ao cargo de Presidente de Goulart, emite um comunicado à imprensa onde se lê: *“As notícias de que forças militares da União iniciaram operações de guerra contra os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu surpreenderam dolorosamente o povo e o Governo do Brasil. Ainda recentemente o embaixador do Brasil em Lisboa expressou publicamente as apreensões do Governo Brasileiro em relação aos preparativos militares, então em curso, da União Indiana. E reafirmara uma confiança em que os princípios de solução pacífica da controvérsia viessem a prevalecer. Tais esperanças*

²⁹³ *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1968, volume IV, pág. 76.

²⁹⁴ *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1968, volume IV, págs. 130-131.

foram dissipadas pelos acontecimentos. O povo brasileiro compartilha dos sentimentos do povo português em face desta grave ocorrência que importa a flagrante violação da Carta das Nações Unidas.”²⁹⁵

Nesse ano, no mês de Fevereiro, eclodira em Luanda uma revolta que tinha por objectivo a libertação dos prisioneiros do movimento MPLA²⁹⁶, e logo no mês seguinte, Março de 1961, desencadeia-se, no norte de Angola, uma insurreição, de que resultam milhares de mortos.

Nesta altura, e a propósito dos acontecimentos de Angola, reatam-se os debates na ONU sobre o “colonialismo português.” Afonso Arinos, à época, chefe da delegação brasileira na organização, no debate sobre a questão de Angola na sessão de 15 de Janeiro de 1962, reafirma a amizade do Brasil por Portugal e todos os laços que ligam as duas nações, mas continua a posicionar o Brasil como anticolonialista, posição esta que já tivera oportunidade de expor perante esta assembleia em discurso de 22 de Setembro de 1961.

A atitude de declarado apoio à posição portuguesa durante os governos de Getúlio Vargas e Kubitschek de Oliveira tinham terminado abruptamente com os governos de Jânio Quadros e de João Goulart. No entanto, esta posição hostil, volta a terminar com os governos militares que se iniciam em 1964, que apesar de reafirmarem sempre a sua posição anticolonialista, adoptam, em relação à questão colonial portuguesa, uma atitude de abstinência, mais ou menos disfarçada. Apesar de haver quem considere que havia nesta posição uma cumplicidade para com a política portuguesa, o Governo de Lisboa pretendia do Brasil muito mais do que uma atitude evasiva.²⁹⁷

Mas, em 30 de Outubro de 1969, quando é nomeado para Ministro das Relações Exteriores do Brasil, do Presidente Medici, o embaixador Mário Gibson Barbosa, a posição oficial brasileira em relação ao problema colonial português, volta a sofrer modificações. Gibson Barbosa, nesta posição, vê-se confrontado com um dilema: se por um lado a sua convicção anticolonialista crescera desde que exercera funções na delegação brasileira junto das Nações Unidas entre 1959 e 1960, no período em que se tinha começado a discutir a descolonização dos territórios dependentes da administração

²⁹⁵ *Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1968, volume IV, pág. 215.

²⁹⁶ Movimento Pela Libertação de Angola (movimento de carácter nacionalista independentista e de libertação)

²⁹⁷ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 238.

de outros, e mais tarde, como chefe de Gabinete do Ministro Afonso Arinos, no Governo de Quadros, altura em que a posição oficial brasileira anticolonialista tinha sido mais vincada, por outro lado, ele agora como Ministro, tinha que manter, até porque era sentida, a sua amizade com Portugal e por isso impunha-se-lhe uma atitude de não hostilização do Governo de Lisboa. Nas suas memórias pode ler-se: “*A situação do Brasil era única; tradicionalmente mantínhamos – e deveríamos continuar a manter, por motivos óbvios – relações especiais com Portugal, célula-mater da nossa nacionalidade, de quem herdámos a língua, a cultura básica, a união territorial, os laços familiares através de sucessivas gerações de imigrantes...*”²⁹⁸

Para resolver este dilema entre o desejo de prosseguir na linha da sua política africana e procurar, por outro lado, manter e desenvolver com Portugal, as boas relações, Gibson Barbosa, tenta pôr em execução uma política de mediação, não solicitada, entre o Governo português e os governos africanos, seus adversários. Este plano tinha que, obrigatoriamente ser conduzido com o segredo máximo, já que, e segundo Gibson Barbosa, “*Nosso esforço de mediação estaria fatalmente condenado à falência se viessem a público as iniciativas que adoptámos ao longo daqueles quatro anos de intensa actividade diplomática.*”²⁹⁹

Em Maio de 1973, quando o Presidente Medici visita oficialmente Portugal, viagem essa que descreveremos mais adiante, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Gibson Barbosa, que acompanha Medici, tem uma conversa muito franca com Marcelo Caetano acerca da questão das Províncias Ultramarinas. O Presidente do Concelho admite encontrar grandes dificuldades para que haja lugar a aberturas na ordem interna, que sem as quais não pode fazer qualquer mudança na política ultramarina. O Ministro brasileiro diz que é essencial e urgente a resolução da questão colonial, através da concessão da autonomia dos territórios, registando, ainda sobre este assunto, o seguinte: “*Visivelmente abalado, Marcelo Caetano reconheceu que a Guiné Portuguesa era um caso à parte, diferente da situação de Angola e Moçambique... Trata-se de um caso típico de colonialismo... E acrescentou que estaria disposto a entabular conversações para a sua independência, ou mesmo concedê-la unilateralmente, desde já, se não fosse seu receio – ou mesmo certeza – de que “o louco do Sékou-Touré”*”³⁰⁰ ... anexaria o território da Guiné Portuguesa assim que esta se

²⁹⁸ BARBOSA, Mário Gibson, *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*, Editora record, pág 254.

²⁹⁹ BARBOSA, Mário Gibson, *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*, Editora record, págs. 255-256.

³⁰⁰ Presidente da Guiné-Conakry.

*tornasse independente.” “De qualquer modo, teria que se separar a questão da Guiné do caso de Cabo Verde, pois o arquipélago de Cabo Verde são ilhas que Portugal descobriu desabitadas e que povoou com europeus e africanos. Se se lograsse separar as duas questões, muito se poderia avançar na concessão da independência da Guiné Portuguesa.”*³⁰¹ Apesar de Gibson Barbosa ter visto, nas palavras de Marcelo Caetano, alguma abertura, que encaminharia na resolução dos problemas, e apesar do Ministro Brasileiro ter tomado algumas iniciativas no sentido de dar garantias ao Governo português de que a sua Guiné jamais seria anexada, nomeadamente junto do Presidente do Senegal, Leopoldo Senghor, Marcelo Caetano, vem, mais tarde a declarar a um jornal brasileiro, que Portugal não desejava a intermediação do Brasil na busca de soluções para o problema das possessões portuguesas em África.

O mandato do Presidente Medici termina a 15 de Março de 1974 e Gibson Barbosa, também na mesma data, abandona o cargo de Ministro das Relações Exteriores da República do Brasil.

Após o fracasso da tentativa de mediação, por parte do Brasil, na resolução deste conflito, e o repúdio do Governo português de qualquer mediação, é a vez de aparecerem em cena, e com o mesmo intuito, as autoridades britânicas, que, em Janeiro de 1974, informam as autoridades portuguesas de que o Presidente da Nigéria, General Gorook, lhes declarara estar em posição de promover um encontro entre representantes do PAIGC e representantes do Governo português.³⁰² Assim, e pouco antes da revolução portuguesa de Abril de 1974, um funcionário diplomático português teve dois encontros secretos e apenas exploratórios e sem qualquer agenda estabelecida, com três representantes do PAIGC³⁰³, em Londres.³⁰⁴

A 25 de Abril desse ano, um golpe militar depõe o Governo de Marcello Caetano, acabando, desta forma o regime ditatorial do Estado Novo, iniciado por Salazar em 1926, restaurando o regime democrático que tinha caracterizado a Primeira República.

³⁰¹ BARBOSA, Mário Gibson, *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*, Editora record, pág. 270.

³⁰² CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 243.

³⁰³ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

³⁰⁴ BARBOSA, Mário Gibson, *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*, Editora record, pág. 271.

III.12. A “Paz entre Irmãos” com Kubitschek como Anfitrião nas comemorações do quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique

Américo Tomás dirige, ao Presidente da República Federativa do Brasil, Jusélio Kubitschek de Oliveira, um convite para visitar Portugal e para, juntamente com o Chefe de Estado português, presidir às cerimónias de comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique o Navegador, Infante de Sagres.³⁰⁵

Depois de ter aceite o convite, iniciaram-se as conversações e troca de correspondência entre os respectivos ministérios dos negócios estrangeiros. Inicialmente prevista para ter uma duração de dez dias, a visita teve que ser reduzida a cinco dias por motivo inerentes à situação política do Brasil e que exigiam a sua presença junto do seu povo.

Assim, no dia 5 de Agosto de 1960, o Presidente dos Estados Federados do Brasil embarca num jacto da VARIG, com destino à base aérea do Montijo, onde muda para um helicóptero que o transporta para o cruzador brasileiro “Almirante Barroso”, fazendo a sua chegada oficial com o Presidente Américo Tomás e altas entidades portuguesas. Os Navios de Guerra portugueses escoltarão o Navio brasileiro nesta curta viagem, que anuncia a sua chegada a Lisboa, fundeando em frente ao Cais das Colunas, com uma salva de 21 tiros de canhão.³⁰⁶

Depois de desembarcarem e receberem os cumprimentos por parte do Cardeal Patriarca, o Presidente do Conselho, os Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Presidente da Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, assistem a uma cerimónia Militar no Terreiro do Paço. De seguida, o Sr. Presidente do Brasil e a Primeira-dama deslocam-se, em cortejo, acompanhados do presidente de Portugal e sua Senhora, para o Palácio de Queluz.³⁰⁷ Já no Palácio de Queluz, onde o Presidente Kubitschek e parte da sua comitiva ficam alojados,³⁰⁸ recebe os cumprimentos das

³⁰⁵ Apesar do Infante D. Henrique ter morrido 40 anos antes da descoberta do Brasil, pode-se dizer que é a ele que se devem as Terras de Vera Cruz, pelo incremento que deu à navegação e aos Descobrimentos.

³⁰⁶ AHDME, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, recorte de jornal da imprensa “Jornal do Comércio”, Terça-feira, 2 de Agosto de 1960.

³⁰⁷ É de referir que o Palácio de Queluz havia sofrido obras profundas, 2 anos antes, para acomodar a Rainha de Inglaterra e o Príncipe Filipe, aquando da sua visita a Portugal.

³⁰⁸ Esta comitiva e outros acompanhantes e convidados de Portugal, incluindo jornalistas, é tão grande que foi necessário acomodar as restantes pessoas no Hotel Ritz, em Lisboa.

autoridades locais e faz a apresentação da comitiva. Depois de um almoço íntimo neste Palácio, recebe o Corpo Diplomático. Às 16h15 o Presidente do Brasil visita o Presidente Tomás no Palácio de Belém para, por volta das 17 horas, apanharem, na Estação do Cais do Sodré, o comboio que os transporta para o Algarve. O jantar é servido a bordo e a chegada a Lagos dá-se às 22h40, ficando alojado nessa noite no Hotel da Meia Praia.³⁰⁹

Às 10 horas do segundo dia de visita, Domingo, 7 de Agosto, os presidentes Kubitschek e Tomás chegam à Fortaleza de Sagres onde assistem à Cerimónia Religiosa e inauguram, juntos, o Padrão, segundo para uma curta visita aos lugares Históricos de Sagres, para, às 11h30 darem início ao desfile Naval dos Navios Escola à vela e das Marinhas de Guerra. Todos os Países, mais de cinquenta, com quem Portugal mantém relações diplomáticas e outros que, apesar de não ter delegações, defendem a posição do regime em sede da ONU, são convidados a assistir e a participar nestas comemorações, pelo que este evento se torna “mundialmente” reconhecido e acompanhado presencialmente ao mais alto nível ou por diplomatas, quer acreditados em Portugal, quer se fazendo representar.³¹⁰ Uma hora depois os dois presidentes embarcam no vapor “Vera Cruz”, onde almoçam, com destino à Gare Marítima de Alcântara, em Lisboa, por volta das 19h30.³¹¹

Sua Excelência o Presidente da República e a Senhora Dona Gertrudes Rodrigues Tomás oferecem, no Palácio da Ajuda, em honra do Presidente do Brasil e Primeira-dama, um banquete, à 21h30, seguido de uma recepção.

No dia seguinte, às 8 horas da manhã, os dois presidentes e respectivas comitivas embarcam no comboio, na estação de Queluz, com destino a Coimbra, onde, na centenária Universidade, o Presidente Kubitschek recebe, ao meio-dia, com a pompa e circunstância de que se reveste o acto, o Doutoramento “Honoris Causa” em Direito e Ciências Políticas.³¹² Porém, logo à chegada à estação de comboios, quebrando todas as

³⁰⁹ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

³¹⁰ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Ofícios trocados entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e os países convidados a participar.

³¹¹ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

³¹² AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

regras de protocolo, os estudantes, que aguardavam a sua chegada, colocaram sobre os ombros do Presidente Kubitschek uma capa preta de estudante. À chegada do Presidente à Universidade, as Capas Pretas estendem-se no chão para que o novo Doutor passe por cima delas e assista às cerimónias militares. Professores, alunos, convidados, bem como centenas de cidadãos de toda a Província da Beira, aplaudem o Presidente convidado e desfilam a caminho da sala de cerimónias. O cortejo organizou-se nas salas Joaninas da Biblioteca.³¹³ A abrir o cortejo apresenta-se uma charamela privativa da Universidade, seguida da guarda de arqueiros em grande uniforme. Seguem-se as Faculdades por ordem de antiguidade: Farmácia (capelos roxos), Ciências (capelos azuis claros), Medicina (capelos amarelos), Direito (capelos vermelhos) e, por fim, Letras (capelos azuis escuros). O novo Doutor é apresentado pelo Cardeal Cerejeira, também ele Doutor de Coimbra e seu Padrinho de Doutoramento.³¹⁴ Ao despedir-se de Coimbra, da sua Universidade e do seu povo, o novo Doutor, foi agraciado com entusiásticos aplausos e uma chuva de flores.

Logo de seguida, os presidentes e as respectivas comitivas apanham o comboio para o Porto, almoçando durante a viagem. No momento da partida, Kubitschek profere a seguinte afirmação: “realizei o maior sonho da minha vida, que era visitar Coimbra.”³¹⁵ Já na estação de S. Bento, depois de receberem os cumprimentos das altas entidades da região norte do País, assistem à protocolar cerimónia militar, seguindo para a Câmara Municipal do Porto. Já neste edifício, os dois presidentes dirigem-se à varanda do primeiro andar, onde agradecem os aplausos da multidão que se concentra por toda a Avenida dos Aliados e Praça do Município. Diz o “Jornal do Commercio” ainda na sua edição do dia 9 de Agosto que “*se as boas-vindas a Kubitschek em Lisboa foram entusiásticas; se, em Coimbra, ele se sentiu como se estivesse em casa; o que ele acaba de testemunhar no Porto deve tê-lo deixado sem respiração, literalmente sufocado.*” Seguem para o salão onde se realiza a sessão solene e o Presidente da Câmara discursa dando as boas-vindas ao Presidente do Brasil, frisando que a “glória do Brasil é também a glória de Portugal.”³¹⁶ O Presidente Juscelino, no seu discurso de

³¹³ Esta biblioteca fora construída por D. João V, em 1724, com decoração em ouro proveniente do Brasil, bem como a madeira que fora cortada nas florestas brasileiras.

³¹⁴ AHDMNE, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, recorte de imprensa, “jornal do Commercio”, Terça-feira, 9 de Agosto de 1960.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ AHDMNE, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, recorte de imprensa, “jornal do Commercio”, Terça-feira, 9 de Agosto de 1960.

agradecimento, lembra que, anos atrás, na qualidade de Presidente eleito, de visita a Portugal, tivera uma palestra, conversa frutuosa, como lhe chamou, de duas horas com o professor Salazar e que aprendera muita coisa com este estadista, coisas essas que o ajudaram no seu Governo no Brasil. Termina dizendo que “*quando ainda em campanha afirmei que faria o Brasil progredir cinquenta anos nos cinco anos do meu mandato. Não existe hoje um só brasileiro que, lealmente, assevere que eu não cumpri a promessa.*”³¹⁷ Depois desta sessão, os dois presidentes voltam à varanda da Câmara Municipal para agradecer novamente o entusiasmo da população que aí permaneceu e assistirem a um espectáculo de folclore, regressando à sala onde o Sr. Kubitscheck assina o livro de honra deste Município.

Da Câmara seguem, também em cortejo presidencial para o Palácio da Bolsa, apeando-se na Praça Infante D. Henrique, descendo em seguida a Rua do Infante D. Henrique de modo a poderem apreciar, quer o exterior da casa do Infante, quer duas Naus e uma Caravela do século XV, da época da conquista de Ceuta, que estão fundeadas mesmo em frente, no Rio Douro. Regressam à casa do Infante onde se procede a uma pequena cerimónia. Depois de descansarem um pouco, seguem, a pé, para o Palácio da Bolsa, sendo que ao passar, novamente na Praça do Infante, o Presidente convidado depõe uma coroa de bronze junto à estátua do homenageado.³¹⁸

Chegados ao Palácio da Bolsa, são recebidos pelo Presidente da Associação Comercial do Porto, bem como por todos os membros da direcção e são convidados a deslocarem-se ao gabinete da direcção onde assinam o livro de honra. Finda esta cortesia, o Presidente de Portugal convida o Presidente do Brasil a entregar à Santa Casa da Misericórdia do Porto as insígnias da Grão Cruz de Benemerência, deslocando-se à Biblioteca para este efeito.³¹⁹

Terminada a cerimónia de entrega das insígnias, e já no Salão Árabe do Palácio, é tocado o Hino de ambos os países e escutam as palavras de saudação do Presidente da referida Associação. Após um “porto de honra”, os presidentes dão um passeio de carro pela cidade do Porto, seguindo para o aeroporto de Pedras Rubras, vendo, em todo o

³¹⁷ AHDMNE, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, recorte de imprensa, “jornal do Commercio”, Terça-feira, 9 de Agosto de 1960.

³¹⁸ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

³¹⁹ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

percurso, pessoas que se aglomeram para dar “vivas” ao Presidente e ao Brasil. Já no aeroporto, depois de passarem revista à Guarda de Honra, assistem a um espectáculo folclórico, findo o qual despedem-se das entidades e embarcam no avião que os transporta a Lisboa. Para terminar o dia, e porque a hora de chegada a Lisboa é às 21 horas, os dois presidentes assistem a uma Tourada de Gala, em honra do Presidente Kubitschek, na Praça de touros do Campo Pequeno que tem início às 21h30.³²⁰

Na terça-feira, dia 9 de Agosto, o Presidente do Brasil recebe pelas 10 horas, na embaixada do seu País, a Colónia Brasileira e uma hora depois os representantes da Imprensa. Uma hora depois visita a Câmara Municipal de Lisboa.

Às 17 horas os dois presidentes deslocam-se à Praça dos Descobrimentos, saindo em coche aberto do Palácio de Belém, com escolta da Cavalaria da Guarda Nacional Republicana. Fazendo todo o percurso entre alas de marinheiros portugueses e brasileiros, passam pela Avenida de Brasília, que é inaugurada com o acto de passagem dos dois presidentes. Paralelamente, o Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa descerra uma lápide, assinalando a inauguração da referida Avenida.

O coche onde seguem o Almirante Américo Tomás e o Presidente Kubitschek pára no passeio que fica de frente para o Monumento comemorativo dos Descobrimentos e os dois presidentes descem para, após a bênção dada pelo Cardeal-Patriarca, ambos descerrarem a placa comemorativa, ao mesmo tempo que as bandeiras de Portugal e do Brasil são içadas. Ao mesmo tempo o acto é saudado com salvas de vinte e um tiros, disparados do Forte do Bom Sucesso e do Forte de Almada. Finalizam esta cerimónia com discursos e com a inauguração da Exposição Henriquina, que estará patente no interior do Padrão dos Descobrimentos, acabado de inaugurar.³²¹

Ainda nesta tarde, às 19h30, o Presidente do Conselho, Professor Oliveira Salazar, visita o Presidente do Brasil, no Palácio de Queluz. É aguardado pelo embaixador do Brasil, Dr. Negrão Lima, que o conduz ao Presidente Kubitschek, que o encaminha para o seu gabinete. Esta visita tem o cunho de uma visita de cortesia, mas permite aos dois estadistas a troca sobre as questões políticas sobre os dois países e sobre o mundo. Diz a este propósito o Presidente do Brasil, referindo-se a Salazar, aos jornalistas com quem fala a seguir a esta visita, que “*Salazar é um dos maiores políticos de todos os tempos; seria um «líder» em qualquer parte.*” Depois de ter terminado este

³²⁰ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

³²¹ Idem.

encontro, a que assistiu o Embaixador do Brasil em Portugal, Oliveira Salazar despediu-se do Presidente Kubitschek³²², manifestando-lhe o prazer que tivera em reunião e desejando-lhe uma boa viagem de regresso ao Brasil.³²³ Em declarações ao “Diário de Notícias” o Presidente Kubitschek refere-se a este encontro e a Salazar como “*um grande homem, na verdade um dos maiores políticos de todos os tempos. Todos os problemas da actualidade lhe são familiares, é uma autoridade em política internacional e conhece como poucos as questões que afligem o Mundo dos nossos dias.*” E acrescenta, terminando, “*Quer saber?! Até os problemas do Brasil, os problemas internos do meu País, lhe são familiares.*”

O Presidente Kubitschek era aguardado pelos seus convidados, já que, às 21 horas, oferece, em honra do Presidente de Portugal e Primeira-dama, um banquete, seguido de recepção, no Palácio de Queluz.³²⁴

Na manhã do dia 10 de Janeiro, último dia da visita, são assinados, na Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo seu Ministro, Dr. Marcello Mathias³²⁵ e o Ministro das Relações Externas do Brasil, Dr. Horácio Lafer, na presença dos dois presidentes, bem como outras altas entidades, seis Acordos, que têm por intenção estabelecer normas para a aplicação prática do Tratado de Amizade e Cooperação que havia sido celebrado em 1953.³²⁶ Os Acordos são os seguintes:

Acordo sobre representação diplomática e consular;

Convenção sobre dupla nacionalidade;

Acordo, por troca de notas, sobre vistos em passaportes,

Acordo sobre turismo;

Tratado de extradição e cooperação judiciária em matéria penal;

³²² É de relembrar que o Presidente Kubitschek já conhecia o Professor Salazar, aquando da sua passagem por Portugal, regressado da Europa e já eleito presidente, em Janeiro de 1956, pelo qual nutria uma grande simpatia e admiração, chegando-se a dizer que ostentaria uma fotografia de Salazar no seu gabinete.

³²³ AHDMNE, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, recorte de Jornal “Diário de Notícias”, Lisboa, 11 de Agosto de 1960.

³²⁴ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

³²⁵ AHDMNE, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Procuração, assinada e selada com o selo branco da República, pelo Presidente Américo Tomás, nomeando, para este efeito, seu Plenipotenciário o Dr. Marcello Mathias, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Palácio Nacional de Belém, 8 de Agosto de 1960.

³²⁶ AHDMNE, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, telegrama cifrado nº 3484, do MNE para a embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Lisboa, 10 de Agosto de 1960.

Convenção sobre assistência judiciária gratuita;

Foi igualmente assinada uma declaração sobre as relações económicas entre o Brasil e Portugal, que previa a criação de uma Comissão Mista Especial, encarregue de estudar todas as questões relativas às trocas de mercadorias e serviços entre os dois países e do exame de novas fórmulas de cooperação, com vista a incrementar o volume e o valor do comércio recíproco.³²⁷

Às 10 horas o Presidente Kubitschek e o Presidente Tomás assistem, na Avenida da Liberdade, à Parada das Marinhas de Guerra que tinham participado no desfile de Sagres e que ainda se encontravam em Portugal.³²⁸

Antes de partir de regresso ao Brasil, os dois presidentes assinam uma declaração conjunta onde se pode ler que “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, aceitando o convite do Presidente da República Portuguesa, presidiu, juntamente com o Chefe de Estado português, durante sua estada em Portugal, de 6 a 10 de Agosto de 1960, às celebrações do quinto centenário da morte do Infante de Sagres.

O Chefe de Estado brasileiro teve ocasião de examinar com o chefe do governo português, todos os aspectos das relações entre o Brasil e Portugal, bem como a composição de ambos os países na actual conjuntura mundial, com o firme propósito de tornar cada vez mais sólidos os laços de estreita amizade já existentes entre as duas nações irmãs e de fortalecer a estrutura da comunidade luso-brasileira. No decurso das conversações, foram debatidas e estudadas as principais questões que afectam os interesses luso-brasileiros, tanto no plano das relações bilaterais, entre o Brasil e Portugal, como no dos problemas relacionados com suas responsabilidades perante a situação internacional, tendo se relevado em perfeita identidade de pontos de vista. Conheceu-se a conveniência de consultas frequentes entre os dois governos, a fim de assegurar uma actuação harmónica e coordenada em todos os assuntos de interesse para os dois países.”³²⁹

³²⁷ AHDMNE, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Circular nº. 22 do MNE, Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, Lisboa, 11 de Agosto de 1960.

³²⁸ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

³²⁹ AHDMNE, PEA, M 23, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, recorte de jornal, “Diário de Pernambuco”, Brasil, 11 de Agosto de 1960.

É desta forma que o Presidente se despede de Portugal, já que ao meio dia, em ponto, sobe ao avião que o leva de regresso ao seu País.³³⁰ Num dia apenas, entre as 9 horas da manhã e as 5 horas da tarde, o Presidente do Brasil “pisa” três continentes. O avião que o transporta faz escala em Casablanca, Marrocos, onde recebe as homenagens do Príncipe Moulay Hassan, filho do Sultão marroquino e herdeiro do trono.

Esta é uma visita com muito significado emocional mas politicamente, mesmo que houvesse intenção, de nada surtiria efeito. Na verdade, se as relações entre Portugal e o Brasil sempre haviam sido baseadas numa grande amizade e, até fraternidade, devido ao passado histórico comum, os anos da presidência de Juscelino Kubitschek podem ser considerados os anos de ouro. O Presidente do Brasil nutria uma grande admiração pelo Professor Salazar, que somando à questão anteriormente exposta, fizeram com que o Brasil estivesse sempre ao lado de Portugal, mesmo nas questões do colonialismo português, que passa a ser frequentemente questionado nas Nações Unidas.

Mas, como o termo do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek termina em Janeiro de 1961, os convénios que haviam sido assinados a 9 de Agosto de 1960, aquando da sua visita a Portugal por ocasião das comemorações do quinto centenário da morte do Infante de Sagres, nunca vieram a ser ratificados, dada a mudança de política externa brasileira defendida pelo novo Presidente, Jânio Quadros.³³¹

Os anos que se seguem, no que concerne a Portugal, passam a ser de gestão muito difícil. Em 1961 eclode a guerra em África, nas províncias ultramarinas de Moçambique, Angola e Guiné, o que irá desgastar o poder político, bem como todo o País, sob todos os aspectos. Esta guerra só terminará treze anos mais tarde, com a revolução do 25 de Abril de 1974. Quanto às relações com o Brasil, Portugal também se afasta, já que com a substituição de Kubitschek por Jânio Quadros e toda a conjuntura nacional, trás consequências a este relacionamento. A agravar a situação é a posição e opções de esquerda que Jânio Quadros preconiza para o seu Governo, reabilitando as relações com o bloco soviético e que não são compatíveis com o Governo de Lisboa.

³³⁰ AHDMNE, PEA, M 24, Visita Oficial do Presidente do Brasil, Sr. Kubitschek de Oliveira a Portugal por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Programa Oficial da Visita, Agosto de 1960.

³³¹ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 224.

III.13. Américo Tomás: A Guerra Colonial e a “Campanha” no Brasil

Em 1972 a conjuntura internacional no que respeita à política externa de Portugal não se alterou substancialmente. Ou se sofreu algumas alterações foi no sentido negativo.

Desde o eclodir da guerra nas províncias ultramarinas em 1961, tinham passado onze anos dolorosos, onde dia após dia se fazia sentir cada vez mais a perda de vidas entre os nossos soldados. Todos os esforços económicos continuavam a ser canalizados para uma guerra que não tinha um fim à vista. O País desgastava-se, estava sem recursos, estava sem ajudas externas e sofria por isso, atrasando-se significativamente em relação a outros países Europeus. Internamente muitas vozes se levantavam contra este estado de coisas e por consequência contra o regime. Este descontentamento tendia a generalizar-se. Por outro lado as pressões internacionais no sentido da descolonização intensificavam-se cada vez mais tornando a situação praticamente insustentável.

No governo, Marcello Caetano, desde 1968, herdara do seu antecessor, uma problemática da qual era refém. Sem grande imaginação política para resolver os problemas de fundo que afectavam o País, nomeadamente a guerra, concentrou-se em questões menores optando quase sempre por soluções de continuidade.

É neste cenário difícil para a diplomacia Portuguesa que Américo Tomás decide aceitar o convite do Presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici para visitar o Brasil.

Podemos sem dúvida afirmar que as relações entre Portugal e Brasil quase sempre se mantiveram de modo geral estáveis e abertas. Ao longo de todo o século XX muitos Tratados, Acordos e Actos Internacionais, foram celebrados entre os dois Países, de entre os quais o “Tratado de Comércio de 1933” e o “Tratado de Amizade e Cooperação de 1953”, este com um âmbito bastante alargado, com acordos sobre uma grande variedade de vertentes que vão do comércio à cultura passando pela emigração, cooperação ao nível da justiça.

O Tratado de Amizade e Cooperação veio dar forma jurídica e conteúdo político-diplomático ou seja, deu um alicerce jurídico e diplomático às “relações especiais” que há muito se mantinham entre os dois países. Com o Tratado de 1953, Portugal passou a ocupar, de facto e de direito, um lugar de realce na política externa do Brasil.³³²

³³² MENEZES Pedro Ribeiro de, *As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal*, Revista “Negócios Estrangeiros”, Lisboa, MNE, 2001.

A contradizer estas “relações especiais” e o conceito de “luso-brasilidade” de Gilberto Freyre, permanecem no entanto algumas crises, como por exemplo o episódio do asilo político ao General Humberto Delgado, e também as posições do Brasil na ONU contrárias à política africana do Governo português.

Não obstante estes pequenos percalços, o Brasil, sempre com grande tacto, tentou, pela diplomacia apoiar Portugal com as reservas que se esperariam de um grande Estado cuja finalidade não era defender os interesses de Portugal mas sim os seus próprios interesses.³³³

A visita do Almirante Américo Tomás ao Brasil visava três objectivos: primeiro participação de Portugal nas comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil; englobado neste evento estava o segundo objectivo que era a trasladação dos restos mortais de D. Pedro (primeiro Imperador do Brasil), para aquele País; um terceiro objectivo prendia-se com a promulgação de uma Convenção sobre a “Igualdade de Direitos e Deveres entre Portugueses e Brasileiros”. Permitia esta Convenção que os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal gozassem de igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais. Este documento histórico já havia sido firmado a 7 de Setembro de 1971, em Brasília, e rectificado em Lisboa a 22 de Março de 1972. Os artífices desta nova política de igualdade luso-brasileira foram os Chanceleres dos dois Países, Rui Patrício por Portugal e o embaixador Mário Gibson Barbosa, pelo Brasil. Foram no entanto os Presidentes Américo Tomás e Garrastazu Médici que formalizaram e consolidaram o documento a 22 de Abril de 1972.

A estes três objectivos podemos juntar ainda uma outra razão para a visita. Como considerámos atrás, Portugal não gozava nesta altura de grande popularidade a nível internacional, por isso esta seria uma boa oportunidade de publicitar perante o “mundo” uma boa imagem de Portugal e da sua diplomacia.

A preparação e organização da visita do Presidente Américo Tomás ao Brasil estiveram a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em estreita colaboração com a Embaixada do Brasil em Portugal. Para além das normais e habituais “demarches” protocolares, a organização desta viagem seria um acontecimento fora do comum, já que se iria efectuar de barco³³⁴, por outro lado era necessário organizar e controlar todo o cerimonial relativo à trasladação dos restos mortais de D. Pedro,

³³³ KNOPFLI Francisco, *As políticas exteriores de Brasil e Portugal*, Lisboa, ISCSP, 2004.

³³⁴ O que nesta época já não se fazia. As viagens eram feitas de avião.

Imperador do Brasil, e, por último, haveria que cuidar do alojamento, alimentação e coordenação da vastíssima comitiva que acompanharia o Presidente da República.

Tudo foi programado com a devida antecedência como demonstra a vasta troca de correspondência entre a Presidência da República, a embaixada do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Todo o cerimonial de embarque foi programado em parceria com a Administração Geral do Porto de Lisboa.³³⁵

Era também necessário definir a comitiva³³⁶, bem como a lista das condecorações a atribuir a entidades portuguesas e brasileiras³³⁷ e por último acertar integralmente o programa da visita.

A Presidência da República exigia que toda a viagem fosse programada ao pormenor. Não havia margem para erros ou equívocos. O Presidente Português queria dar ao Brasil e ao Mundo uma imagem de eficiência e rigor. Neste particular foi considerada como referência a visita efectuada por Lanusse Presidente da Argentina, pouco tempo antes, ao Brasil. A Presidência da República quis saber todos os pormenores sobre a viagem de Lanusse por isso adquiriu exemplares da imprensa brasileira relativos a esse período. Constataram que Lanusse cometeu algumas imprudências protocolares que criaram mau ambiente na visita e que por pouco não geraram um incidente diplomático.³³⁸

O Presidente Tomás, não querendo cometer esse tipo de imprudências, exige a máxima organização. A 10 de Abril de 1972 tudo estava devidamente preparado.

Uma viagem com estas características envolvia também uma vasta comitiva, constituída pelos seguintes elementos: para além do Chefe do Estado e Primeira-dama, da família e da casa militar sete pessoas, da comitiva oficial vinte e seis pessoas, dos convidados vinte e duas pessoas, da imprensa e informação onze pessoas, outros passageiros cinco pessoas, pessoal privativo do Chefe de Estado seis pessoas, segurança

³³⁵ AHDMNE, Gabinete do Ministro, Pasta 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, correspondência trocada entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Administração do Porto de Lisboa.

³³⁶ AHDMNE, Gabinete do Ministro, Pasta 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, ofício da Presidência da República para o MNE, 30 de Março de 1972.

³³⁷ AHDMNE, Gabinete do Ministro, Pasta 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, Telegrama enviado do MNE para a embaixada de Portugal em Brasília, 19 de Março de 1972.

³³⁸ Idem, ofício do gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros para a Presidência da República, 28 de Março de 1972.

nove pessoas, Oficiais de Guarnição seis, Sargentos doze, e Praças cento e duas, num total de duzentas e dez pessoas.

A vasta comitiva ficou instalada no Hotel Nacional que foi decorado e preparado especialmente para receber o Chefe do Estado português. Como curiosidade na decoração foram gastos mais de seis mil metros de tergal brancos. Referindo-se ao local onde ficaria instalada a comitiva, o jornal Diário de Notícias escrevia na sua edição de 25 de Abril de 1972; “concluíram-se ontem no Hotel Nacional, os preparativos para a recepção ao Presidente português, cuja comitiva ocupa o sétimo, o oitavo e o nono andares, além de cinco salões, incluindo o da piscina. Os aposentos do Chefe do Estado português situam-se no nono andar.

No total, a vasta comitiva do presidente Tomás e as equipas portuguesas de reportagem, ocuparam dez suítes e noventa e cinco apartamentos”.

Às 19 horas do dia 10 de Abril de 1972, larga da Estação Marítima de Alcântara em Lisboa o navio “Funchal” com destino à Baía de Guanabara no Brasil. A bordo vai o Presidente da República de Portugal e a respectiva comitiva. Na sua mensagem de despedida o Presidente declarava “ *Ao deixar as terras de Santa Maria para demandar a terras de Santa Cruz, em viagem do mais alto significado, levo comigo o fraternal abraço do Povo Português para o povo brasileiro e os restos mortais do primeiro imperador da grande Nação Irmã...*”³³⁹. A viagem até terras do Brasil duraria doze dias. A bordo do navio e apesar da ondulação o ambiente era de grande requinte com almoços e jantares magníficos, como o provam as ementas, e animação de orquestra, bem como a projecção de alguns filmes.³⁴⁰

A caminho do Brasil o paquete “Funchal” fez uma curta paragem em Cabo Verde. O Presidente foi a terra onde assistiu ao desfile das tropas e visitou o palácio do Governo. Pelas ruas, alas compactas de povo aclamavam o primeiro magistrado da Nação.³⁴¹

No dia 17 o navio entra em águas territoriais brasileiras e é recebido por dois aviões da força aérea brasileira. Um dos pilotos do avião dá as boas vindas ao Presidente com a seguinte mensagem do Presidente do Brasil Emílio Médici: “*Quero*

³³⁹ AHDMNE, Gabinete do Ministro, Pasta 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, mensagem do Presidente, ao Povo Português, antes da partida no “Funchal” com destino ao Brasil, 10 de Abril de 1972.

³⁴⁰ AHDMNE, Gabinete do Ministro, Pasta 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, programa para a viagem do Presidente a bordo do “Funchal”, 10 a 22 de Abril de 1972.

³⁴¹ Idem, recorte de notícia do “Diário de Notícias”, Lisboa, 16 de Abril de 1972.

*transmitir-lhe as mais efusivas saudações do povo brasileiro. O Brasil o aguarda com emoção para expressar-lhe durante o nosso encontro fraterno, que constituirá certamente um dos mais significativos capítulos da história da comunidade luso-brasileira, a admiração e o afecto que desperta a figura do Presidente de Portugal, grande amigo do Brasil”.*³⁴²

Em resposta o Presidente Tomás agradecia efusivamente: *“na verdade é um grande amigo do Brasil aquele que em representação de Portugal vai chegar e sentirá a suprema honra de pisar de novo as vossas sagradas terras, também nossas no dizer gentilíssimo de vossa excelência”.*³⁴³

Às 8.30 do dia 22 de Abril o navio “Funchal” dava entrada na barra da Baía de Guanabara. Em seguida o Presidente e a comitiva desembarcam e recebem cumprimentos das entidades brasileiras bem como as honras militares, numa cidade devidamente engalanada. Neste primeiro dia cumpre-se um dos objectivos da viagem, com o desembarque dos restos mortais de D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal e a respectiva cerimónia da trasladação.³⁴⁴

A noite trouxe uma gala no Teatro Municipal onde estiveram presentes os dois Chefes de Estado, Presidente Tomás e Presidente Médici.

O segundo dia da visita³⁴⁵ foi preenchido com a inauguração do Hospital de Santa Maria e ainda um desfile das associações Portuguesas e luso-brasileiras, recreativas, desportivas e culturais no Estádio de São Januário.

À noite no Clube Naval o Presidente foi agraciado com o título de Sócio Benemérito do Clube.

No dia 24 o Presidente embarcou em avião especial com destino a Brasília.

No Palácio da Alvorada os Presidentes trocaram condecorações. À noite o Presidente Tomás é agraciado com um jantar no Palácio Itamaraty.

O dia 25 de Abril começou com troca de condecorações no Palácio Itamaraty, seguindo o Presidente para a Praça de Portugal, onde faz a sua inauguração oficial. Depois de visitar o Ministério das Relações Exteriores e o Supremo Tribunal Federal, o

³⁴² AHDMNE, Gabinete do Ministro, Pasta 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, Telegrama enviado do paquete “Funchal” para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 17 de Abril de 1972.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ AHDMNE, Gabinete do Ministro, Pasta 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, programa da viagem.

³⁴⁵ Idem.

Presidente Tomás a o Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta. À noite tem novamente um Banquete no Hotel Nacional.

No dia seguinte de manhã, 26 de Abril, os dois Presidentes assinam uma declaração conjunta, sobre a igualdade de direitos e deveres entre portugueses e brasileiros, seguindo para S. Paulo, onde o Presidente Tomás almoça, com a colónia portuguesa de S. Paulo. De tarde faz a deposição de uma palma em bronze no monumento à independência na colina do Ipiranga. De seguida procede ao lançamento da pedra fundamental do novo Hospital da Real e Benemérita Sociedade de Beneficência Portuguesa de S. Paulo e à noite janta no Palácio dos Bandeirantes.

Dia 27, parte para o Rio de Janeiro, visitando o Museu de Arte Moderna, e inaugura as cerimónias comemorativas do IV centenário de “Os Lusíadas”. Visita, de seguida a Academia Brasileira de Letras, terminando o dia com uma recepção que oferece à colónia Portuguesa do Brasil.

No dia 28 termina a visita e às 10 horas embarca no Navio “Funchal” com destino a Portugal.³⁴⁶

Esta viagem decorreu sem sobressaltos, onde tudo aconteceu conforme o previsto, sem polémicas sem críticas, sem momentos de tensão, quer do lado do Brasil quer do lado de Portugal. A cordialidade, os mútuos elogios, bem como as declarações de amizade estiveram sempre presentes durante toda a visita. Por outro lado, grande parte da visita foi composta por inaugurações, visitas culturais, condecorações, recepções, banquetes e comemorações.

Ao contrário de visitas efectuadas anteriormente, nos poucos discursos de circunstância efectuados por ambos os Presidentes nunca foram aflorados assuntos importantes como eram na altura a política interna portuguesa ou a política colonialista, bem como a guerra colonial. Houve um cuidado, quer por parte da imprensa quer por parte das entidades responsáveis, quer ainda por parte dos dois Presidentes em não entrar nesse “campo proibido”, já que o Brasil, como membro da ONU, continuava a manter uma posição contrária à política colonialista de Portugal em África.

Por outro lado, muito provavelmente o Presidente Tomás ainda não tinha esquecido o facto de o Brasil, contra a vontade de Portugal, ter concedido asilo político ao seu principal opositor nas eleições de 1958, Humberto Delgado.

³⁴⁶ AHDMNE, Gabinete do Ministro GM, Pasta P 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, programa da visita, Abril de 1972.

Também diferente do que se passou na visita a Espanha, esta viagem serviu para, através da convenção, igualar os direitos e os deveres dos portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal. Voltamos a focar o facto de não existirem referências nos documentos ou na imprensa que relata os acontecimentos a quaisquer acordos ou negociações económicas ou comerciais, o que justifica mais uma vez o carácter pouco ambicioso da viagem ao nível económico e comercial e político.

A visita ao Brasil em 1972 não teve nem de perto nem de longe o impacto publicitário, ao nível da imprensa, que se pretendia e que acontecera em viagens de Estado anteriores.

Da parte da imprensa portuguesa, apenas o Diário de Notícias tinha um enviado especial na comitiva. Os jornais portugueses embora noticiassem a visita ao Brasil desde o primeiro ao último dia, nunca chegaram a aproximar-se da “intensidade”, da exuberância e do ritmo a que foram relatadas as incidências de outras viagens. Pouco impacto em primeiras páginas e pequenas notícias, no máximo a ocuparem um quarto de página. Nas páginas interiores os artigos de “fundo” praticamente não existiram.

Da imprensa brasileira sabemos apenas que “alguns jornais dedicaram uma página inteira com fotografias e descrevem a cerimónia ...”³⁴⁷. Outros consagram artigos ao Presidente de Portugal Américo Tomás. Desta forma, também a imprensa brasileira dá pouca ênfase à visita.

A rádio, o cinema, mas em especial a televisão, tinham passado a ser os maiores e melhores veículos de propagação da notícia e em 1972 a maioria do povo português tinha, de uma forma ou de outra, acesso às imagens televisivas, pelo que a aposta da Secretaria de Estado da Informação foi sem dúvida na cobertura do evento através da RTP (Rádio Televisão Portuguesa), EN (Emissora Nacional) e Cinema TM (Telecine Moro). A atestar esta ideia está o facto de na lista dos convidados da imprensa e da informação que faziam parte da comitiva, constarem alguns efectivos da RTP, da EN e da TM.

Numa perspectiva diplomática pensamos que a viagem cumpriu os objectivos para que fora organizada: A trasladação dos restos mortais de D. Pedro, a formalização do acordo de igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros e o reforço dos laços

³⁴⁷ AHDMNE, Gabinete do Ministro, Pasta 55, Visita do Presidente de Portugal, Américo Tomás, ao Brasil, 22 a 28 de Abril de 1972, correspondência entre a embaixada de Portugal em Brasília com o MNE, nomeadamente recortes das notícias dedicadas a esta viagem.

de união e amizade entre os dois países, e por último, fazer passar a imagem de proximidade e união ao mundo.

Portugal é, nesta altura, um país desgastado e fragilizado por onze anos de guerra em África. A fragilidade não deriva apenas do desgaste económico, mas também do desgaste psicológico, desgaste este causado, não só pela guerra mas acima de tudo pela pressão constante e efectiva exercida no seio da ONU, que aos poucos arrastou Portugal para uma situação de extremo isolamento político.

No plano interno vivia-se um clima de mau estar que pressagiava já inevitáveis mudanças para o futuro político de Portugal, e isso não era bom para o regime. Assim sendo, era importante passar a ideia de que não estávamos sós. Esta era uma imagem que deveria passar para os portugueses, mas em especial para os países que mais duramente se opunham ao regime português e à sua política colonialista.

O Brasil, embora de boas relações diplomáticas com Portugal, não partilhava da política colonialista portuguesa e tinha mesmo assumido uma posição anti colonialista (contra Portugal) no seio da ONU. Mesmo em relação ao regime, não se ouviram declarações de apoio por parte das entidades brasileiras nem tomadas de posição a favor de Portugal. Mais ainda, em relação ao regime político e à situação nas colónias, a ausência de comentários de ambas as partes foi total e absoluta. Em 1972 tinham passado onze anos desde o início da guerra e Salazar, o grande baluarte do regime e da política colonialista, há muito que morrera. Portugal estava a atravessar uma fase de grande desgaste e já não tinha força anímica nem moral para trazer a “combate” assuntos como a questão do colonialismo, a guerra colonial, ou a legitimidade do regime político.

Por isso, em termos propagandísticos e de mobilização da opinião pública, a visita ao Brasil ficou muito aquém do que era de esperar pela necessidade que ela em si impunha.

III.14. Medici de visita a Lisboa no ano que antecede a Revolução de 25 de Abril de 1974

Após o Presidente do Brasil e o Presidente de Portugal terem anunciado que Medici visitaria, em Maio, o nosso país, começam a desenvolver-se contactos nos mais variados sectores. A 23 de Janeiro, dá entrada no Gabinete do Ministro dos negócios

estrangeiros, um telegrama, vido da nossa embaixada em Brasília, dizendo que a Rede Globo Televisão, pretendendo fazer a cobertura televisiva da visita do Presidente Medici, encarava a hipótese de aproveitar o acontecimento para, durante vinte dias transmitir, na sua edição do “Jornal Nacional” e “Jornal Internacional”, reportagens com a duração de um a dois minutos, a cores, sobre Portugal e o seu desenvolvimento nos diversos sectores. Assim, pretendendo para esse efeito, mandar equipas de reportagem dois meses antes da Viagem do Presidente, tem por objectivo estimular a implementação de empresas brasileiras para as Províncias Ultramarinas Portuguesas, após o levantamento, por parte das autoridades portuguesas, dos entraves burocráticos e legais que estão estabelecidas nessas províncias.³⁴⁸

Relembra-se que Portugal, nas negociações do tratado do comércio, havia reiteradamente excluído as Províncias Ultramarinas deste acordo. Portugal é, nesta altura o quarto produtor de café a nível mundial e o Brasil atravessa uma grave crise no sector. No entanto, e porque nesta altura interessa a Portugal ter o apoio do Brasil, relativamente à questão colonial portuguesa em África, no Conselho de Segurança da ONU, passa a ser pretensão das autoridades portuguesas incluir Angola e Moçambique neste acordo.

Vão aparecendo notícias sobre esta visita na comunicação social de ambos os países, bem como em países estrangeiros do Sul da América e Europa, ao longo deste período.

A quatro de Abril de 1973, o “Diário de Brasília” edita um artigo sobre esta viagem, onde se pode ler que “A visita do Presidente Garrastazu Medici a Lisboa, em Maio, deve ser encarada sob o aspecto sentimental e afectivo das relações entre Brasil e Portugal, sendo pequeno, portanto, o seu conteúdo político...”. Diz ainda o supra citado artigo que o motivo prende-se com o facto da agenda política portuguesa – política colonialista – não é a agenda brasileira, já que os dois países se encontram num impasse no que respeita a este assunto. Segundo o artigo, entre diplomatas, não há dúvida que o Presidente do Brasil deverá explicar ao Presidente Américo Tomás as razões da posição do Brasil, colocando especialmente a questão com base nos aspectos económicos, comerciais e até mesmo os culturais, que mais interessam a Brasília.³⁴⁹

³⁴⁸ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil Medici a Portugal. Telegrama da Embaixada de Portugal em Brasília para o MNE em 23 de Janeiro de 1973.

³⁴⁹ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil Medici a Portugal. Telegrama da Embaixada de Portugal em Brasília para o MNE em 5 de Abril de 1973.

Na realidade, apesar da posição oficial ser, nas palavras de Rui Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, de que “*como irmãos (Brasil e Portugal) não impõem restrições um ao outro, e não têm forçosamente de travar ou cortar relações com as pessoas amigas ou inimigas de cada um deles. Esta seria certamente uma situação que nunca surgiria na comunidade luso-brasileira. Cada país membro dela tem a sua política externa independente e autónoma*”³⁵⁰, nas conversas informais das autoridades portuguesas que defendem a manutenção do “status quo” em África, custa a aceita-la.

O Brasil começara a ter relações comerciais com África no ano anterior (1972) e estas não poderiam jamais ser interpretadas de forma a servir de mote a uma crise política entre Portugal e o Brasil. Assim, o Presidente Medici deveria mostrar que os brasileiros iriam continuar a opor-se, nas Nações Unidas, bem como outros organismos internacionais, às resoluções africanas que tenham inspiração meramente demagógica, não apresentando sugestões concretas e viáveis para a resolução do problema.³⁵¹ Mas também esta posição do Brasil não passa, ela própria, de uma posição demagógica!, já que o Brasil se declara não disposto a apoiar a política colonial portuguesa. Aliás, pouco tempo antes desta visita, numa viagem de duas semanas por oito nações africanas, o Ministro das Relações Externas do Brasil, Mário Gibson Barbosa, afirmara a neutralidade brasileira nesta questão. O Brasil decidira o não envolvimento devido ao seu interesse na crescente conquista dos mercados africanos³⁵². O apoio a Portugal prejudicaria seriamente este interesse e, por outro lado, o voto contra Portugal nas Nações Unidas, prejudicaria, igualmente, a relação com o país que lhes havia dado a oportunidade de serem o que eram na actualidade. O Brasil, em 1973, com Delfim Neto como Ministro da Fazenda³⁵³, a quem Joaquim Letria chama, no referido artigo, de “o Richelieu de Medici”, havia conseguido pôr a economia do seu país a crescer a uma média de 10% ao ano, o que muitas autoridades da economia mundial começavam a apelidar de “milagre brasileiro”. Nestes anos o Brasil estava com um incremento de 35% nas exportações e o Presidente Medici oferecia terrenos, bem como condições excepcionalmente favoráveis às multinacionais que se quisessem estabelecer no seu

³⁵⁰ AHDMNE, PEA, M 764, P 2, Visita Oficial do Presidente do Brasil Medici a Portugal, ofício número 25/2.1, da Embaixada de Portugal em Brasília para o MNE em 5 de Abril de 1973.

³⁵¹ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil Medici a Portugal. Telegrama da Embaixada de Portugal em Brasília para o MNE em 5 de Abril de 1973.

³⁵² AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, recorte de Imprensa, “O Jornal”, 10 de Abril de 1973.

³⁵³ O equivalente em Portugal ao Ministro da Economia e Finanças.

território. Desta forma, em 1972, o produto interno bruto de cinquenta e seis mil milhões de dólares, fora o décimo segundo na ordem de grandeza mundial.³⁵⁴

Às 20h45 do dia 13 de Maio de 1973, o Presidente do Brasil embarca, partindo de Brasília com destino a Lisboa, aterrando no aeroporto da Portela na manhã do dia seguinte.

Exactamente às 9h37m, o avião da VARIG que transporta o Presidente Medici a Portugal, sobrevoa o aeroporto da Portela e fá-lo até às 10h para aterrar rigorosamente à hora prevista no protocolo.

Cerca de trezentas pessoas aguardam o Senhor Presidente para, assim que este saiu do avião, o cumprimentarem com grandes “vivas” ao Brasil e a Portugal. A receber Medici e a Primeira-dama do Brasil, estava o Presidente de Portugal, Américo Tomás, a meio caminho de uma extensa passadeira vermelha, enquanto toda a comitiva desembarcava pela porta traseira do avião. Depois do longo cumprimento protocolar, os dois Chefes de Estado, enquanto as duas primeiras damas conversavam no interior da estação de passageiros, colocam-se frente à Guarda de Honra para ouvirem os hinos dos respectivos países. De seguida dirigem-se para um palanque, de onde assistem ao desfile da Guarda de Honra constituída por militares dos três Ramos das Forças Armadas.³⁵⁵ Enquanto o Presidente Medici passava revista às tropas, depois do desembarque, a Primeira-dama do País, Dona Scyla Medici, é conduzida pela Primeira-dama de Portugal, Dona Gertrudes Tomás, ao interior do aeroporto, onde a apresenta a todo os membros do gabinete português, inclusive Marcello Caetano. Entretanto a comitiva presidencial brasileira começa a chegar e forma fila paralela à de todos os ministros portugueses.

Ao ver o Ministro das Relações Externas do Brasil, Mário Gibson Barbosa, o Chefe do Governo português, Marcello Caetano, num gesto descontraído de amizade mas com quebra de protocolo, abandona o seu lugar e abraça o referido ministro.³⁵⁶

Instantes depois chegam os dois presidentes que lêem as suas saudações, na qual o Américo Tomás atribuí a visita de Medici a Portugal a “*uma nova consagração do espírito, sem par, que anima as duas nações que constituem a nossa comunidade, bem consciente do que ela já vale no presente e de quanto pode vir a realizar no futuro*”.

³⁵⁴ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, recorte de Imprensa, “Diário de Lisboa”, 14 de Maio de 1973.

³⁵⁵ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, recorte de Imprensa Brasileira, “A Cidade de Santos”, 15 de Maio de 1973.

³⁵⁶ Idem.

Medici agradece e diz *“alimentar a bem fundada esperança de que, das nossas conversações sairá mais fortalecida ainda a comunidade luso-brasileira, na qual procuramos assegurar para os nossos povos, com determinação e energia, um porvir tranquilo e solidário”*.³⁵⁷

Após esta breve cerimónia, o Presidente Medici e a Primeira-dama, seguem em cortejo automóvel para o Palácio de Queluz³⁵⁸, onde ficam alojados. Durante o percurso podem ver-se faixas, decorando as casas e o percurso em si com as cores da bandeira do Brasil e a de Portugal e sempre com alusão à amizade de países irmãos, bem como as boas-vindas ao Chefe de Estado do Brasil. Da mesma maneira vêm-se centenas de pessoas que saúdam este Presidente. Na parte da tarde Medici visita, no Palácio de Belém, onde é aguardado, mais uma vez, por muita gente que o aplaudem efusivamente, o Almirante Américo Tomás, oportunidade esta para trocar de condecorações. O Presidente do Brasil é agraciado com o Grande Colar da Torre de Belém³⁵⁹, a mais alta distinção que se confere a qualquer personalidade em Portugal. O Presidente de Portugal recebe das mãos de Medici a Ordem Nacional do Mérito, sendo que para o efeito, tinha sido o Senado Brasileiro a ter que aprovar, no dia 9 de Maio do corrente ano, em regime de urgência e a título excepcional, por iniciativa do Executivo, tal honraria. Esta licença necessitou desta aprovação, uma vez que por força da legislação brasileira em vigor, esta é uma insígnia do Chefe de Estado brasileiro e que é transmitida ao seu sucessor.³⁶⁰ Foram, também condecorados os membros da comitiva brasileira, inclusive os dois filhos do Presidente Medici.

Marcello Caetano, visitou o Chefe de Estado do Brasil no Palácio de Queluz, cerca das 18h30, onde ocorre um incidente de protocolo, já que a bandeira do Brasil, que assinala a presença do convidado, fora hasteada de “cabeça para baixo”, incidente que será corrigido, depois da chamada de atenção por parte dos fotógrafos, por um diplomata português. Este encontro decorre à porta fechada, tendo a duração de

³⁵⁷ MPR/APAT, caixa 068/025, Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, Discurso do Presidente Américo Tomás de boas-vindas ao Presidente Medici, Lisboa, 14 de Maio de 1973.

³⁵⁸ Palácio, em Queluz, construído em 1758 pelo Rei consorte D. Pedro III, marido de D. Maria I, onde nasceu e morreu D. Pedro I, Imperador do Brasil. Este palácio foi ao longo de muitos anos da história de Portugal, até há bem pouco tempo, residência Oficial dos Chefes de Estado que visitam oficialmente o nosso País.

³⁵⁹ É de referir que por esta altura os Chefes de Estado que visitavam Portugal, nomeadamente os do Brasil, deixaram de receber a Faixa das Três Bandas, já que esta é exclusivamente do Presidente de Portugal e apenas enquanto desempenha funções.

³⁶⁰ AHDME, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, recorte de Imprensa Brasileira, Jornal “A Tribuna”, de 10 de Maio de 1973.

aproximadamente quarenta minutos, onde se incluí, também com o Chefe de Governo português, a troca de presentes.³⁶¹

À noite, o Presidente Tomás oferece, no Palácio da Ajuda, um banquete em honra do Presidente Medici, durante o qual são proferidos os únicos discursos oficiais desta visita.

Depois de terem feito acordos sobre quase todos os assuntos possíveis, desde a igualdade de direitos entre os seus cidadãos até ao uso da energia nuclear, Brasil e Portugal encontravam-se agora numa posição de algum constrangimento: além da tradicional declaração conjunta, que englobava 18 pontos sem nada de novo, não dispunham de nenhum outro documento de importância que pudesse ser assinado pelos dois presidentes. Também por este facto, esta ser uma visita apenas de cortesia com uma agenda política muito pobre ou inexistente.

Na manhã seguinte, os dois chefes de Estado visitam a Fundação Calustre Gulbenkian onde fazem a inauguração da Exposição de Arte Sacra brasileira, que viera de Washington expressamente para este efeito, seguido de um almoço, oferecido pelo Professor Marcello Caetano, no Palácio da Vila de Sintra³⁶². Por volta das 17h30, já no Palácio de Queluz, o Corpo Diplomático apresenta, ao Presidente Medici, cumprimentos. Segue-se um jantar íntimo neste palácio para depois seguir para a Praça do Campo Pequeno, onde assiste a uma Tourada de Gala à antiga portuguesa.

No terceiro dia da visita, 16 de Maio de 1973, às 10 horas, o Presidente Medici deixa o Palácio de Queluz com rumo ao aeroporto da Portela, onde, meia hora depois, apanha um avião, especialmente fretado para o efeito, que o transporta até ao aeroporto de Pedras Rubras, para uma visita à cidade do Porto. Depois das habituais honras militares, é recebido pelo Governador Civil do Porto, os Presidente de Câmara Municipal do Porto, de Matosinhos, da Maia, o Comandante da Região Militar do Porto, o Cônsul-Geral e o Cônsul do Brasil no Porto. Segue para a Câmara Municipal do Porto, onde o espera uma recepção de boas-vindas, finda qual, lhe é oferecido, bem

³⁶¹ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, recorte de Imprensa Brasileira, Jornal “A Cidade de Santos”, 15 de Maio de 1973.

³⁶² AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, Programa Oficial da Visita de Sua Ex^a O Presidente da República Federativa do Brasil a Portugal, 14 a 19 de Maio de 1973, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

como ao Presidente Tomás, um almoço no Palácio da Bolsa. No fim de almoço seguem para uma visita à Igreja da Lapa³⁶³ e, logo de seguida, partem para Guimarães.³⁶⁴

Já em Guimarães é esperado, para a apresentação de cumprimentos, pelo Governador Civil de Braga, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Comandante do Batalhão de Cavalaria 6 e o Conservador do Paço Ducal de Guimarães, Paço este onde fica alojado.

À noite, o Presidente Américo Tomás oferece, em honra do Chefe de Estado do Brasil, um banquete, seguido de uma recepção.³⁶⁵

Na manhã seguinte e 4º dia de visita, 17 de Maio de 1973, o Presidente Medici sai de Guimarães com destino ao aeroporto de Pedras Rubras para voltar a Lisboa. Regressa ao Palácio de Queluz, onde faz um almoço íntimo, tendo a tarde inteira sem compromisso algum. Às 19h45 sai, sempre acompanhado pela sua comitiva, com destino à Câmara Municipal de Lisboa, onde é realizada uma recepção em sua honra. Depois de lhe serem prestadas as honras militares por um batalhão da GNR, formado no Largo do Município segue para a entrada dos Paços do Conselho, onde o aguardam os membros do Governo, o Presidente da Câmara, Coronel Silva Sebastião, Vice-presidentes e Vereação, bem como o Cardeal-Patriarca, D. António Ribeiro. Num dos salões do edifício esperam-no os cumprimentos do corpo diplomático, seguindo-se, no Salão Nobre, a sessão de boas-vindas³⁶⁶. Silva Sebastião saúda o Senhor Presidente e diz no seu discurso “*Lisboa vos saúda, Ex.^a, e vos agradece esta oportunidade que assim lhe ofereceis, de prestar ao Presidente da República Federativa do Brasil, as suas mais calorosas homenagens que não constituem mais do que fiel interpretação do sentir unânime das suas gentes.*”³⁶⁷

O Presidente Medici, emocionado, responde que “*Mais uma vez, nesta minha agradável visita a Portugal, encontro-me envolvido pelo abraço carinhoso do seu povo. Há três dias em peregrinação pelo velho Portugal, Porto, Guimarães,*³⁶⁸ *procurando e*

³⁶³ É nesta Igreja que se encontra o coração de D. Pedro IV, a quem os brasileiros reverenciam como seu próprio Imperador Dom Pedro I.

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, Programa Oficial da Visita de Sua Ex.^a O Presidente da República Federativa do Brasil a Portugal, 14 a 19 de Maio de 1973, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

³⁶⁷ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, recorte de Imprensa, “Diário de Lisboa” de 18 de Maio de 1973.

³⁶⁸ É de referir que esta zona do Porto, Guimarães e Braga, “fornece” grandes correntes de emigrantes para o Brasil, e as próprias autoridades diplomáticas, talvez num gesto de se fazer sentir maior

*vendo com os próprios olhos as origens do Brasil, vi mais do que isso, vi a alma e vi o calor, vi a amizade do povo português. Calor, alma e amizade que o português soube imprimir no meu povo”.*³⁶⁹ Ao terminar o seu discurso, Medici diz “*Agora, aqui estou na Câmara Municipal de Lisboa, ouvindo do seu presidente, palavras que acabaram de esgotar as minhas resistências emocionais. E, esgotando as minhas resistências emocionais, nada mais sincero, nada mais amigo, nada mais fraterno, para dois homens que pertencem, como já disse, à mesma pátria, embora um nascido no Brasil e outro nascido em Portugal, do que um sincero abraço de muito obrigado.*”³⁷⁰

Na recepção que se seguiu, estavam presentes as mais altas individualidades portuguesas, do Governo, civis e militares, deputados, Governo Civil, Directores de órgãos de Informação, presidentes de organismos corporativos, altos funcionários públicos, presidentes das juntas de freguesia de Lisboa, bem como individualidades ligadas a actividades económicas, artes e letras.

No dia seguinte, pelas 11h30, o Chefe de Estado convidado, segue de Queluz para Santarém, onde é esperado, na Casa do Campino, pelo Governador Civil, o Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Junta Distrital e o Governador Militar de Tomar. Aí, é-lhe oferecido um almoço, enquanto assiste a danças regionais. Segue, finda a refeição, para a Igreja da Graça, onde depõe uma coroa de flores no túmulo de Pedro Álvares Cabral.³⁷¹

Já de regresso a Queluz, cerca das 17 horas, o General Medici prepara-se para, em “sua casa” oferecer um banquete em honra do Almirante Américo Tomás, última cerimónia oficial da sua visita, que se iniciará às 21 horas, seguido de uma recepção com cerca de mil convidados.³⁷²

No 6º e último dia de visita a Portugal, o General Medici sai do Palácio de Queluz cerca das 10 horas com destino ao aeroporto da Portela, onde vai embarcar, com a toda a sua comitiva, de regresso ao Brasil, de onde voam às 11h45 com cerca de três quartos de hora de atraso. Estão no aeroporto, a fim de apresentar os cumprimentos de

proximidade, diziam que não existia, naquela região, ninguém que não tivesse um familiar ou amigo a residir no Brasil.

³⁶⁹ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, recorte de Imprensa, “Diário de Lisboa” de 18 de Maio de 1973.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Navegador português, que ao serviço desta coroa, descobriu o Brasil. Sepultado, com a sua mulher, na referida Igreja.

³⁷² AHDMNE, PAE/25, M 764, processo 337. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, recorte de Imprensa brasileira, “Diário da Tarde” do Estado de Minas Gerais, 19 de Maio de 1973.

despedida, o Presidente da República portuguesa, Almirante Américo Tomás acompanhado da Primeira-dama, Gertrudes Rodrigues Tomás, o Presidente do Conselho Professor Marcello Caetano, o Presidente da Assembleia Nacional, Amaral Neto, acompanhado da sua mulher, o Presidente da Câmara Corporativa, Supico Pinto e sua mulher, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Saraiva de Albuquerque e a sua mulher, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros.³⁷³

Esta foi, sem dúvida nenhuma a viagem mais pobre em termos políticos que se trocou entre presidentes do Brasil e Portugal ao longo destes sessenta anos. Por outro lado também terá sido a mais constrangedora. Enquanto Portugal tentava fazer-se valer da história que ligava o nosso País ao Brasil, este sentia a necessidade de, por um lado não quebrar esse lado mas por outro “desmarcar-se” da política colonial portuguesa, já que esse era o grande tema da actualidade, particularmente em sede de votação nas Nações Unidas. O Brasil abstinha-se nestas votações, não se comprometendo com Portugal, o que faria perigar a tão aclamada “fraternidade” e tão pouco se “embaraçava” nas negociações com os países africanos, com quem na época tentava estabelecer relações comerciais. Assim, como aqui já foi referido, para além de uma declaração conjunta de presidentes, mas que nada acrescenta ao quadro político estabelecido entre os dois países “irmãos”, esta viagem é perfeitamente inócua no que se refere à agenda política.

As relações entre Portugal e o Brasil mantêm-se inalteradas, isto é, sem “frutos”, até 25 de Abril de 1974, dia da Revolução que derruba o regime em Portugal e a “libertação” das Províncias Ultramarinas em África, entrando o nosso País num novo período de Democracia, em que novas formas de pensar e de estar no poder vêm dar outra “vida” às relações entre Portugal e o Brasil, que à semelhança das relações internacionais, o maior peso é o da economia, se, neste caso particular, descorar o “passado comum”!

³⁷³ AHDMNE, Gabinete do Ministro (GM) P 70. Visita Oficial do Presidente do Brasil General Garrastuza Medici a Portugal, Programa Oficial da Visita de Sua Ex^a O Presidente da República Federativa do Brasil a Portugal, 14 a 19 de Maio de 1973, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

IV A RETÓRICA DIPLOMÁTICA: EFEITO E PRÁTICA POLÍTICA

IV.1. Tratados e Acordos: 1910-1974

Durante os sessenta e quatro longos anos que são estudados neste trabalho, entre Portugal e o Brasil, celebraram-se alguns importantes Tratados e Acordos.

Estes Tratados reflectem, ou pretendem reflectir o tipo de relações que Portugal e o Brasil foram, ou tentaram ir criando ou mantendo ao longo deste período, independentemente do seu êxito operacional. São, assim, o “*expoente de realidades sócio-políticas indispensáveis para a compreensão das estruturas em que se inscrevem, do lugar que os contraentes ali pretendem ocupar e do modo delineado para o alcançar.*”³⁷⁴ Desta forma, “*as potencialidades dos Tratados Internacionais, assim como e todos os normativos congêneres, ultrapassam em muito os seus enunciados, pois exprimem vivências e valores que estão bem para além deles, mas de que fazem parte como um elo imprescindível ao todo, e o todo é a globalidade das relações entre os estados em determinada época e situação.*”³⁷⁵

Apesar de todos estes Tratados e Acordos realizados entre Portugal e o Brasil tivessem sido, neste período, elaborados e negociados em alturas que ambos os países vivenciavam situações económicas, políticas e sociais bem diferentes, têm sempre por base as ligações que estes actuais dois países mantêm desde o século XV.

IV.2. O Tratado do 1º Centenário, assinado a 26 de Setembro de 1922

No decorrer da visita de Estado que o Presidente António José d’Almeida fez ao Brasil em Setembro de 1922, para, com o Presidente brasileiro Epitácio Pessoa, comemorar os cem anos da independência do Brasil, foi assinado o primeiro destes “papeis pintados com tinta”³⁷⁶.

³⁷⁴ CASTRO, Zília Osório, SILVA, Júlio Rodrigues da, SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-200*, Apresentação do livro por CASTRO, Zília Osório, Colecção Biblioteca Diplomática, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pág.13.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratado do Milénio – 500 anos para Redescobrir a História*, in CASTRO, Zília Osório, SILVA, Júlio Rodrigues da, SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratados do*

Como já referido na explanação da supra referida viagem, neste Tratado é regulado a isenção do serviço militar e da dupla nacionalidade. É também assinada uma convenção sobre a emigração e o trabalho, bem como uma convenção especial sobre propriedade literária e artística. Tiveram como signatários, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Maria de Vilhena Barbosa de Magalhães e o Ministro das Relações Externas da República Federal do Brasil, José Manuel de Azevedo Marques.

IV.3. Tratado do Comércio, assinado no Rio de Janeiro a 26 de Agosto de 1933³⁷⁷

Iremos, agora, debruçar-nos sobre este Tratado, já que, por não decorrer de nenhuma visita presidencial, não é retratado durante este estudo.

Com o advento da presidência de Getúlio Vargas³⁷⁸, inicia-se uma época de grande aproximação entre Portugal e o Brasil, o que vem a proporcionar este acordo comercial. Desenvolvendo-se um novo ambiente político é, então possível a Martinho Nobre de Melo, embaixador de Portugal no Brasil, negociar com Afrânio de Mello Franco, Ministro das Relações Externas do Brasil.

O tratado baseava-se nos princípios da liberdade do comércio e navegação, na reciprocidade e no tratamento da nação mais favorecida. O seu artigo primeiro estabelecia, que «haverá inteira liberdade de comércio e navegação entre os nacionais das duas Partes Contratantes» e que «os privilégios, imunidades e outros quaisquer favores de que gozarem, em matéria de comércio e indústria, numa das Partes Contratantes, os nacionais de qualquer outro país, serão imediatamente, e sem compensação, concedidos aos nacionais da outra Parte Contratante». O seu artigo segundo estipulava que «as Partes Contratantes concordam em se conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e ilimitado da nação mais favorecida, em relação aos direitos alfandegários e a todos os direitos acessórios».³⁷⁹

Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000, Coleção Biblioteca Diplomática, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pág 289.

³⁷⁷ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, pág 303.

³⁷⁸ Getúlio Vargas foi Presidente do Brasil de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, tendo-se suicidado neste ano, ainda como Presidente. Apesar de ter sido convidado a retribuir a visita que António José d’Almeida em 1922, desde 1952 que vinha a adiar essa viagem, que nunca chegou a realizar, apesar de insistência do Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes.

³⁷⁹ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág 213.

Este tratado previa a criação de uma zona franca no território de cada um dos países e consagrava a protecção das marcas e designações que interessavam ao Brasil e a Portugal.

Mas a profunda crise económica mundial que surge em 1930 acaba por criar, no mundo inteiro, uma onda de protecção, que acaba por tornar ineficientes os acordos comerciais que se baseavam no princípio da liberdade do comércio. O Governo de Getúlio Vargas não foge a esta crise, e à semelhança de outros acordos entre outros países, o protecção brasileiro torna ineficaz este acordo de 1933, atribuindo à falta de iniciativa dos exportadores portugueses os seus fracos resultados. Perante a estagnação das trocas comerciais entre Portugal e o Brasil, o Governo português, em 1938, envia ao Brasil, uma importante delegação de estudo com o intuito de recomendar medidas que servissem para estimular este intercâmbio comercial. Desta forma, é assinado em Lisboa um protocolo adicional ao tratado do comércio de 1933, em 21 de Julho de 1941, onde é estabelecida, como forma de defesa da vaga crescente de protecção, a obrigação de não elevar os direitos aduaneiros e taxas conexas no que se referia a uma listagem de produtos que é anexa a este protocolo.³⁸⁰ Este protocolo tinha uma duração muito curta, já que iria terminar em Junho do ano seguinte. Os seus resultados, mais uma vez, foram muito reduzidos e apesar de ter surgido uma onda de liberalismo comercial no pós-guerra, a política comercial brasileira continuou bastante protecção. Em 9 de Novembro de 1949, foi assinado no Rio de Janeiro, um novo acordo comercial luso-brasileiro, baseado no «sistema de contingentamento das mercadorias trocadas e no sistema de pagamentos através de contas *clearing* mantidas pelos respectivos bancos centrais»³⁸¹.

Em 14 de Setembro de 1954, na sequência da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, visita o Brasil, é assinado um novo acordo que mantém o mesmo sistema, revendo-se apenas a lista dos produtos abrangidos.³⁸²

O Brasil, com a sua política de desenvolvimento e as suas dificuldades de balança de pagamentos, manteve a sua política de grande protecção. Portugal, pelo contrário, a partir de 1948, ligado ao Plano Marshall, optou por uma política de grande liberalização do comércio, em virtude da insuficiência do seu mercado interno e da necessidade de expandir as suas exportações. Desta forma, a partir de 1941, os acordos

³⁸⁰ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, págs. 172-175.

³⁸¹ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, págs. 214-218.

³⁸² *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, págs. 242-249.

comerciais celebrados entre Portugal e o Brasil não reduziram os obstáculos postos à expansão das trocas comerciais entre os dois países, por força de razões estruturais que impediram que o desenvolvimento económico entre ambos os países se fizesse exclusivamente através da mera troca de produtos. Torna-se necessário encontrar outra via e isso só acontece em 1966, com a assinatura de um novo acordo comercial, após longas negociações.³⁸³

Como já anteriormente dito, foi possível, com Getúlio Vargas, uma grande reaproximação entre Portugal e o Brasil, o que tornou possível, para além de acordos comerciais, outras negociações, o que permitiu a celebração de vários acordos na área cultural. Assim, em 30 de Abril de 1931, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras assinaram, simultaneamente, em Lisboa e no Rio de Janeiro, um Acordo Ortográfico, com o objectivo de preservar a unidade e promover a expansão da língua portuguesa. Este acordo foi oficializado pelo Governo português, em portaria de 27 de Maio de 1931, e pelo Governo Brasileiro, nos decretos 20 108, de 15 de Junho de 1931, e 23 028, de 2 de Agosto de 1933.

A execução deste acordo não seguiu o mesmo caminho nos dois países, o que levou os dois governos a decidir negociar uma convenção destinada a regular, de um modo estável, os respectivos sistemas ortográficos. Dessas negociações, resultou a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, assinada em Lisboa em 21 de Dezembro de 1943.³⁸⁴ Mas, na verdade, determinadas divergências, apesar da referida convenção, mantiveram-se, pelo que, em Lisboa, a 8 de Dezembro de 1945, depois de negociações entre delegações académicas de ambos os países, é assinada uma nova Convenção Ortográfica Luso-Brasileira.³⁸⁵

No entanto, o golpe militar de 29 de Outubro de 1945, impediram que este acordo entrasse em vigor. As eleições no Brasil levam à presidência do Brasil, o Marechal Gaspar Dutra³⁸⁶, pelo que o Governo brasileiro trata de informar a embaixada de Portugal no Rio de Janeiro que, tendo os dois acordos ortográficos de 1943 e de 1945 sido aprovados por decretos governamentais, seria necessário submetê-los à aprovação

³⁸³ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 215.

³⁸⁴ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, pág 181-183.

³⁸⁵ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, pág 184-201.

³⁸⁶ Presidente da República dos Estados Federados do Brasil, empossado em 31 de Janeiro de 1946. Dutra aproximou-se dos sectores conservadores.

do Congresso brasileiro. Apesar de intervenção de Getúlio Vargas, regressado entretanto ao poder, o Parlamento brasileiro não aprovou o acordo de 1945.³⁸⁷

Por ocasião da visita a Portugal do Chanceler brasileiro Raul Fernandes, é assinado, entre Portugal e o Brasil, a 6 de Dezembro de 1945, em Lisboa, um Acordo de Cooperação Intelectual.³⁸⁸

IV.4. O Tratado de Amizade e consulta entre Portugal e o Brasil, assinado em 16 de Novembro de 1953

A ideia de institucionalização da comunidade natural entre o povo português e o brasileiro foi sempre referido por intelectuais e políticos de ambos os países, ideia essa que paira no espírito destas personalidades desde os tempos da independência do Brasil, apesar de ao longo deste percurso temporal terem surgido esporadicamente, neste país, algumas correntes nativistas e anti-portuguesas.

A corroborar esta ideia, podemos dizer que já no preâmbulo do Tratado de Amizade e Aliança de 1825, em que Portugal reconhece, finalmente o “grito do Ipiranga” de 1822, o Rei D. João VI manifesta o “vivo desejo” de “restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre os povos irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpétua aliança”³⁸⁹.

Depois de esta ideia começar a tomar corpo em 1908, com uma conferência de um intelectual, que, na Academia das Ciências de Lisboa, propõe a criação de um político unindo Portugal e o Brasil. Esta ideia é repetida algumas vezes ao longo do tempo, até que em 1951, depois do regresso de Getúlio Vargas ao poder, depois do golpe militar do Marechal Dutra, de 29 de Outubro que o depusera como Presidente, Neves da Fontoura, que ocupa a Pasta das Relações Exteriores, este assunto volta a ser apreciado e em Julho desse ano, é entregue ao embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, um projecto que fora elaborado pelo embaixador do Brasil em Lisboa, Samuel de Sousa Leão Gracie.

³⁸⁷ AHD, telegrama da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para a Secretaria de Estado, de 13 de Outubro de 1951.

³⁸⁸ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, pág 211-213.

³⁸⁹ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 219.

Em Junho de 1952, o Governo de Lisboa, envia ao Governo brasileiro um contra-projecto de Tratado de Amizade e Consulta, que não divergia muito do anteriormente entregue pelo Brasil. Este projecto português é aceite, com pequenas alterações, pelo Governo brasileiro e em 16 de Novembro de 1953, no Rio de Janeiro, ele é, finalmente assinado, sendo os instrumentos de ratificação trocados em Lisboa, a 4 de Janeiro de 1955.³⁹⁰

Já durante a visita do Presidente Kubitschek de Oliveira a Portugal em Agosto de 1960, a fim de dar maior consistência ao Tratado de Amizade e Consulta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Marcelo Mathias e o Ministro das Relações Externas do Brasil, Horácio Lafer, assinam a 9 de Agosto uma série de acordos. Além de uma declaração sobre relações económicas, de que falaremos mais à frente, é assinado um Acordo por troca de notas sobre vistos, bem como as Convenções sobre dupla nacionalidade, sobre representação diplomática e consular e sobre a assistência Judiciária gratuita e, ainda um Tratado de extradição e um Acordo de turismo. Mas, com a substituição do Dr. Kubitschek na presidência do Brasil por Jânio Quadros, em Janeiro de 1961, os últimos cinco convénios supra citados, nunca chegaram a ser ratificados, dada a mudança que o novo Presidente introduziu na política externa do Brasil.³⁹¹

O Tratado de Amizade e Consulta consagra alguns princípios fundamentais, dos quais destacamos alguns. Os governos dos dois países deveriam consultar-se sempre “sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum”. Tanto os portugueses como os brasileiros deveriam ser equiparados aos respectivos nacionais “em tudo o que, de outro modo, não estiver directamente regulado nas disposições constitucionais das duas nações.” Os portugueses e os brasileiros eram autorizados a circular e a estabelecer-se livremente em ambos os países, tendo como únicas limitações as que fossem impostas ou pela segurança nacional ou pela saúde pública. O tratamento que coubesse à nação mais favorecida seria aplicado aos cidadãos dos dois países.³⁹²

Mas, como nem tudo é o que parece, Portugal, na assinatura do Tratado, condiciona, em “notas imperativas”, a aplicação do tratado apenas a Portugal continental e arquipélagos da Madeira e Açores, solicitando, o Governo português ao Governo brasileiro, que o termo «Portugal», usado para determinar a área de aplicação

³⁹⁰ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, pág. 228-230.

³⁹¹ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, pág. 254-278.

³⁹² CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 221.

do Tratado, fosse interpretado como referindo-se a Portugal metropolitano. Mas, como se não bastasse, cinco anos mais tarde, quando começa a ser pressionado nos debates nas Nações Unidas referentes ao “colonialismo” português em África, Portugal solicita ao Governo brasileiro que desse à expressão «Portugal», uma interpretação mais lata, no sentido de abranger as Províncias Ultramarinas.³⁹³

A infeliz exclusão dos brasileiros da equiparação aos portugueses nas Províncias Ultramarinas portuguesas é consequência de uma política de exclusivismo colonial, que teimosamente é prosseguida pelos governos portugueses, ao longo dos tempos e que se mantém até à revolução em Abril de 1974.³⁹⁴

Até 1966 as relações económicas entre Portugal e o Brasil ficaram-se por simples trocas regidas pelos obsoletos acordos de 1949 e de 1954. Por volta de 1960, estes acordos comerciais, que pretendiam reanimar o Tratado de Comércio de 1933, tinham perdido qualquer significado prático, o que leva à sua suspensão e à negociação de um novo acordo que fosse baseado em princípios de comércio liberal, bem como num sistema de cooperação económica muito mais ampla.

Estas precárias relações económicas luso-brasileiras preocuparam os respectivos governos que, ao prepararem a visita oficial do Presidente Kubitschek a Portugal em 1960, foi elaborado um projecto de declaração conjunta sobre as relações económicas, que é assinado a 9 de Agosto do mesmo ano. Esta prevê a criação de uma Comissão Mista Especial que se encarrega de estudar «todas as questões relativas às trocas de mercadorias e serviços entre Portugal e o Brasil e o exame de fórmulas novas de cooperação económica, através das quais os dois países possam incrementar o volume e o valor do seu comércio recíproco.»³⁹⁵ Com a mudança da administração brasileira, no início de 1961, esta comissão nunca chegou a ser formada.

A partir de 1965 o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal faz um profundo estudo para avaliar em que estado se encontravam as relações comerciais entre os dois países, concluindo que estas deveriam ser orientadas no sentido do estabelecimento de uma cooperação entre empresas portuguesas no Brasil e brasileiras em Portugal. Para este efeito é pedida a colaboração da Associação Industrial Portuguesa e a Federação das Industrias do Estado de São Paulo. No início de 1966,

³⁹³ MACHADO, Manuel de Sá, *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973, págs. 67-68.

³⁹⁴ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág. 222.

³⁹⁵ *Tratados e Actos Internacionais – Brasil-Portugal*, Lisboa, 1962, pág. 267-268.

novas negociações, realizadas no Rio de Janeiro, conduzem à preparação de outro acordo comercial, de uma declaração de cooperação económica, bem como de um acordo básico de cooperação técnica, que iriam pôr termo aos acordos de 1949 e de 1954, e cujos textos são assinados, em Lisboa, de 5 a 7 de Setembro do ano seguinte, por ocasião da visita do Ministro das Relações Externas do Brasil, Juracy de Magalhães. Neste novo acordo pode ler-se que «O Governo dos Estados Unidos do Brasil concederá em consonância com a legislação em vigor, as facilidades necessárias à instalação, em território brasileiro de empresas industriais de capital português e de capital associado brasileiro e português e assegurará à exploração de tais empresas e aos seus produtos o mesmo tratamento dispensado à indústria nacional brasileira e aos produtos desta. O Governo de Portugal concederá, em consonância com a legislação em vigor, as facilidades necessárias à instalação, em território português, de empresas industriais de capital brasileiro e de capital associado português e brasileiro e assegurará à exploração de tais empresas e aos seus produtos o mesmo tratamento dispensado à indústria nacional portuguesa e aos produtos desta.»³⁹⁶

Pela mesma altura é assinado um outro Acordo Cultural entre Portugal e o Brasil, que diz no seu artigo décimo quarto que «Cada Parte Contratante reconhecerá, para efeito de exercício de profissão em seu território, os diplomas e títulos profissionais idóneos expedidos por institutos de ensino da outra Parte e desde que devidamente legalizados e emitidos em favor de nacionais de uma ou de outra Parte, favorecendo, em caso de inexistência ou diferença de curso, as necessárias adaptações para o mais próximo.»³⁹⁷

O conjunto de instrumentos que foram assinados durante o ano de 1966 constituiu uma verdadeira viragem na história das relações económicas entre os dois países, produzindo efeitos ao longo dos anos e até hoje, apesar de se terem verificado com ritmos diferentes, já que este esteve sempre dependente das circunstâncias políticas que foram observando quer no Brasil, quer em Portugal.

³⁹⁶ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág.245.

³⁹⁷ CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000, pág.246.

CONCLUSÃO

As viagens de Estado são sempre programadas com muito tempo de antecedência e por uma equipe de pessoas especializadas que pretendem sempre atingir a perfeição.

Para um país que, apesar de ter sido um Império, com metade do mundo seu, (tratado de Tordesilhas) e que ao longo dos tempos foi perdendo poder e projecção, capaz de influenciar e impor vontade no Mundo inteiro, Portugal foi conseguindo “manipular” e atingir metas quase impossíveis de conquistar, graças à extraordinária capacidade dos seus diplomatas e da sua diplomacia, que, às vezes com graves dificuldades e privações, foram correndo os Continentes.

No início do século XX, já com o Império ameaçado, desde 1890 com o ultimatum inglês e o mapa cor-de-rosa, em que o direito histórico é preterido pelo direito económico, que Portugal e a sua diplomacia tem um esforço acrescido, cabendo a estes últimos “segurar” o que à partida estava perdido.

A vontade intrínseca de se relacionar com um país que foi colonizado e civilizado pelos portugueses ao longo de séculos e que em 1822 se torna independente depois de uma revolta contra a Coroa portuguesa, (Grito do Hipiranga) faz com que as viagens presidenciais que acabamos de descrever tenham tido muito significado para os dois países e alguma projecção no Mundo, sob muitos aspectos e em algumas situações em concreto.

Apesar do relacionamento entre Portugal e o Brasil nem sempre ter corrido conforme se desejara, recordemos aqui o “nativismo”, estes encontros entre Presidentes de “Países e Povos Irmãos”, podem provar que a este nível as melhores intenções são demonstradas e postas em Tratados e Convenções.

No entanto, e possivelmente pelo contexto que se vivia na altura em Portugal, já que atravessava uma crise económica, social e política bastante grave, a primeira visita de Estado de um presidente português ao Brasil, a viagem de António José d’Almeida no ano de 1922, torna-se de vital importância para o relacionamento entre estes países, bem como para a credibilidade que Portugal perdia a passos largos na esfera política, económica e social internacional, durante o período agora estudado.

Apesar de o Rei D. Carlos ter restabelecido as relações diplomáticas entre os dois países, após o grave “incidente” que envolveu a Marinha portuguesa, nenhum

Chefe de Estado tinha voltado ao Brasil. A preparação da visita de Estado do Rei D. Carlos saiu gorada já que em Fevereiro de 1908, ano programado para essa visita, na Praça do Comércio, em Lisboa é assassinado o Rei e o Príncipe herdeiro.

Em Outubro de 1910, dá-se a revolução que muda o regime em Portugal, passando o nosso país de uma Monarquia Constitucional, que implica a saída do Rei D. Manuel do seu país, para uma República. Exactamente nessa data, encontrava-se em Lisboa, em visita de Estado, o Presidente, também da recém formada República dos Estados Federados do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca. Após esta mudança, Portugal inicia uma escalada de conflitos políticos internos que, muitas vezes se transformam em guerras pessoais entre políticos e governantes que, escudados na sua “republicanidade” e defensores e lutadores do actual regime, procuram defender interesses pessoais, quase sempre por vaidade, ambição pessoal desmedida e sempre numa posição que é de tudo menos do estadista que defende os interesses da nação que reclama para si, ter ajudado a melhorar. Esta situação tem o seu pico na “noite sangrenta”, em que vários “Homens do Estado” são assassinados e que faz com que o Presidente António José d’Almeida tenha tido intenção de renunciar ao cargo de Presidente da República que desempenhava desde as eleições motivadas pelo assassinato do Presidente Sidónio Pais, na Estação do Rossio, em Lisboa, em 1919.

Portugal, desta forma, vai consecutivamente perdendo “peso” e credibilidade na cena internacional, junto de governos, chefes de Estado e países, com quem sempre procurara manter relações.

A visita de Estado de António José d’Almeida ao Brasil, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da República, bem como o feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, torna-se assim de vital importância, já que, pelo menos durante algum tempo, põe Portugal no centro de atenções de alguns países. Por outro lado, por motivos de distância e, consequentemente de logística, nesta altura não eram frequentes estas visitas de Estado que envolvessem distâncias tão grandes e estadias tão alargadas. O Presidente de Portugal, que acaba por ser o único durante a primeira República a cumprir o seu mandato até ao fim, era um orador nato, característica que lhe vinha desde Coimbra, onde frequentara o Curso de Medicina e desenvolvera a sua aptidão para a política, nessa altura como opositor da Casa Real portuguesa. Assim, usando desse trunfo, sai glorioso do Brasil, com importante obra realizada no que se refere a questões de diplomacia, firmando alguns acordos com o executivo do país irmão.

Segundo Derouet³⁹⁸, logo desde o primeiro dia a recepção do povo brasileiro ao Presidente Português, tinha sido apoteótica, mas, apesar deste povo ter recebido António José d'Almeida com “generoso e amigo acolhimento”, o Presidente, só passados dois ou três dias da sua estada e depois de os seus discursos se tornarem difundidos é que, então sim, o retraimento desapareceu e esta recepção se tornou verdadeiramente apoteótica por onde quer que o presidente português passasse ou estivesse.

Portugal e os seus Chefes de Estado, só voltariam a ter momentos como estes, já na década de 50 com as viagens de Estado do General Craveiro Lopes.

No entanto, e porque a primeira República se mostra completamente “podre” e sem hipótese de recuperação, em 1926, com o Professor da Universidade de Coimbra, Oliveira Salazar, o país e a sua situação política, económica e social, “legítima” a mudança de regime que passa de democrático a ditatorial, com o advento do Estado Novo.

Nesta nova era da República, o novo Governo, que virá a ser dirigido pelo Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, fruto dos resultados obtidos como Ministro das Finanças, controla todo o País, assim como a escolha do Presidente da República. Desta maneira consegue controlar também a política externa de Portugal ao assegurar que o Presidente é o escolhido pelo seu partido, já que o regime o toma como único.

As relações com o Brasil continuam a ser uma prioridade, apesar de só 33 anos depois da viagem de António José d'Almeida, se ter realizado outra Visita de Estado, desta vez com a presença do Presidente da República dos Estados Federados, Café Filho, em terras de Portugal.

Os acordos e tratados, bem como rectificações e actualizações dos mesmos sucedem-se, mas tendendo Portugal a uma desigualdade, que tinha sempre por base a fraternidade e a amizade do país irmão que outrora tinha sido uma das colónias do vastíssimo império português. Se esta dissimulada e intrínseca razão serviu de posição de, quase subserviência que Portugal “impunha” nas relações, principalmente económicas, com o Brasil, com alguns Presidentes e Governos do Brasil, através do nosso Presidente ou, e mais frequentemente, pelo corpo diplomático, que sempre foi exímio nas negociações, quer com o Brasil quer com outros estados, tendo em conta que

³⁹⁸ DEROUET, Luís – Obra citada, 1932, pág. 136.

Portugal, como já aqui foi dito, ia perdendo peso e posição na cena internacional, com outros isso não foi totalmente verdade.

Com a nova realidade que o mundo vive no final da segunda grande Guerra, que rejeita o conflito da bipolarização entre os Estados Unidos da América e o Bloco Soviético, que agora começa a tornar-se flexível, a política de descolonização prosseguida pelos países da Europa, outrora também com um vasto território em face das suas colónias, com a adesão à NATO e depois À ONU, Portugal, que persistia na sua política africana, de onde retira uma grande parte do seu produto interno bruto, começa a debater-se, em finais da década de cinquenta, com o confronto e indignação dos novos países que agora surgem em África e na Ásia e que vêm a ter assento nas Nações Unidas, bem como outros (europeus) aos quais já não se pode “apontar o dedo”, a reclamarem e a exigirem, nas Nações Unidas, a descolonização das nossas Províncias Ultramarinas. Esta designação, numa visão estratégica de um futuro próximo do Presidente do Conselho, havia sido alterada numa das revisões constitucionais que Salazar fizera de forma a salvaguardar a sua posição, a do governo e a de Portugal. É exemplo disto, a alteração que Salazar faz à Constituição da República, aquando da eleição de Américo Tomás para Presidente de Portugal, já que ficara com alguma dificuldade em gerir o poder do Presidente que podia dissolver o Parlamento e por conseguinte o Governo. Salazar, no fim do mandato de Craveiro Lopes, não estava muito satisfeito com o seu desempenho como Presidente da República e nunca lhe disse que não o iria reconduzir na sua candidatura por parte do partido exactamente com medo de que o General tomasse essa medida extrema.

Com efeito, estes acordos e tratados foram sempre firmados em ocasiões festivas, mais especificamente nas visitas dos chefes de Estado. Nesse sentido, podemos afirmar que se encontra algum “rendimento” nestas visitas. Mas a realidade é que o entusiasmo e a boa vontade depressa se esvai, findo o “rescaldo da festa”. Na prática, poderemos concluir que toda a relação entre Portugal e o Brasil foi desigual e enquanto o Brasil podia sustentar essa desigualdade ela foi subsistindo, tanto por falta de necessidade como por vontade expressa dos chefes de Estado e Governo. Mas quando o Brasil atravessa crises económicas e sociais, os tratados são questionados e largados ao esquecimento. A grave crise do café que o Brasil atravessa por ter encontrado nas colónias portuguesas uma grande competitividade, que o Brasil não pode combater em razão da distância, coincidindo com políticas mais à esquerda, como é o caso do presidente brasileiro Jânio Quadros, aliado ao isolamento que o nosso país vai sentindo,

face às resoluções da ONU, Portugal vê-se obrigado a usar de manobras diplomáticas para, em desespero de causa, tentar inverter esta situação.

Portugal que havia sempre excluído as Províncias Ultramarinas das negociações com o Brasil, numa altura em que procura desesperadamente obter o apoio deste, proporcionando ao Brasil uma cuidadosa aproximação económica dos seus territórios africanos. Os 5 anos da presidência do Brasil de Juscelino Kubitschek, em finais da década de cinquenta e início de sessenta (1956-1961) são, nitidamente, os anos de ouro nesta relação desigual. Kubitschek nutria uma grande admiração por Salazar, chegando mesmo em entrevista a afirmar que Salazar seria um “líder” em qualquer parte. Por outro lado, em 1956, aquando do seu regresso de uma viagem que fizera à Europa, feito, como Presidente eleito, uma escala de dois dias em Portugal, onde havia sido majestosamente recebido. Culminantemente, Kubitschek, que tinha um Ministro das Finanças que pusera o seu país a crescer a um ritmo de 10% ao ano, enquanto outras potências como o Japão ou os Estados Unidos da América não conseguiam chegar a esse crescimento, Governava um País que era agora o centro das atenções em todo o mundo e Portugal pretende tirar partido disso, mostrando-se ao mundo com uma relação de amizade com a nova “potência” que jamais poderia ser igualada por qualquer outro país.

O produto dessa relação traduz-se assim, numa política externa brasileira orientada para a defesa do império colonial português. Desde que toma posse, em que assume o legado do Governo que o antecederá, de apoio inequívoco à política portuguesa de não ceder face à reivindicação da União Indiana de anexar os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu, até às vésperas do seu mandato, quando no seu país já se previam manifestações contra a política colonial portuguesa, Kubitschek nunca faltou ao compromisso que assumira de sustentar e apoiar, quer política, quer diplomaticamente, os objectivos de Portugal.

Mas, com a mudança de Presidente, rapidamente este conceito e parceria desaparece. Agora o Brasil passa a ter um Governo com políticas de esquerda que preconiza a aproximação do seu país ao bloco soviético. Desta forma aparece um Brasil pouco interessado no passado comum, na mesma língua ou numa cultura que recebera de Portugal. Aparece um Brasil que está interessado em trocas comerciais vantajosas e isso Portugal não pode oferecer. Esta posição esvanece-se com a súbita posição de Jânio Quadros que abdica do Governo, apenas duzentos dias após ter tomado posse. É

substituído por João Goulart, outrora Vice-presidente de Kubitschek, que apesar de voltar a olhar para Portugal, não abdica das políticas iniciadas por Quadros.

Este relacionamento volta a melhorar com a substituição de Goulart. Mas é na presidência de Medici que as relações voltam a aproximar-se do que haviam sido com Kubitschek. Mas tinham passados dez anos e, tanto Portugal como o Brasil, tinham sofrido alterações sociais, políticas e económicas. Em 1961 rebentara a guerra colonial e o País estava completamente devastado. Um terço do seu Produto Interno Bruto PIB era canalizado para alimentar esta guerra, em que Portugal se via completamente sozinho e pressionado pela opinião internacional e pela ONU todos os dias. Milhares de homens eram mobilizados anualmente para esta guerra que nunca teve um fim à vista. O dinheiro escasseava, as famílias desmembradas o poder político insistia numa política condenada ao fracasso e isolamento. Esta situação vai-se agravando até ao dia 25 de Abril de 1974, quando um grupo de militares insatisfeitos organiza uma revolução que, noutra altura e noutro contexto estaria simplesmente condenada. Nesta data acaba a guerra, é dada a independência aos países que até então tinham sido colónias portuguesas e o poder em Portugal passa de uma ditadura a um regime democrático.

No que respeita às relações internacionais, em concreto com o Brasil, nada mais do que retórica e demagogia se podia esperar, já que os frutos das negociações que foram sendo feitas ao longo destes longos sessenta anos nunca ou quase nunca foram mensuráveis e profícuos.

BIBLIOGRAFIA

ALÍPIO, Elsa Santos, *Fotobiografia de José Mendes Cabeçadas Júnior*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2006.

Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Anuário Diplomático e Consular Português, 1913-1914.

AHDMNE, (Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros) Cota 3P-A11-M410. Viagem do Presidente eleito do Brasil a Portugal – 1919.

AHDMNE, Cota 3P-A18-M13, Viagem do Presidente da República Portuguesa ao Brasil – 1922.

AHDMNE. DGNC. Cota 3P, A1. Viagem do Presidente da Republica Portuguesa ao Brasil – 1922.

AHDMNE, Cota 3P-A10-M133, Processo 301/21, Exposição Internacional do Rio de Janeiro.

AHDMNE, Cota 2P-A59-M235, Visita do Presidente Café Filho a Portugal, 1955.

AHDMNE, Cota 2P-A59-M234, Visita do Presidente Café Filho a Portugal, 1955.

AHDMNE, Cota 2P-A59-M241, Carta de convite enviada ao Presidente Café Filho para visitar Portugal.

AHDMNE, Cota 2P-A59-M244, Processo 336,3 Visita do Presidente eleito Kubitschek a Portugal, 1956.

PT TT AOS (Arquivo de Oliveira Salazar) /CO/PC-40, fls 819-822, 824-826, Visita do Presidente eleito Kubitschek a Portugal, 1956.

PT TT AOS (Arquivo de Oliveira Salazar) /CO/PC-38, fls 445-463, Programa da Visita do Presidente eleito Kubitschek a Portugal, 1956.

PT TT AOS/DIM/29/1/4, fls. 270, Visita do Presidente eleito Kubitschek a Portugal, 1956.

AHDMNE, Cota 2P-A1-M515, Visita do Presidente eleito Kubitschek a Portugal, 1956.

AHDMNE, Cota 2P-A57-M27, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil, Tratado de Amizade e consulta, 1957.

AHDMNE, Cota 2P-A59-M240, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil, 1957.

MPR (Museu da Presidência da República) APCL (Arquivo Particular de Craveiro Lopes) Cx 01/Doc. 005, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil, 1957.

MPR APCL/Doc. 222, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil, 1957.

MPR APCL/Cx11/Doc. 15, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil, 1957.

MPR APCL/Cx12/Doc. 74, Visita do Presidente Craveiro Lopes ao Brasil, 1957.

AHDMNE, Cota 2P-A59-M320, Visita do Presidente Kubitschek a Portugal, 1960.

AHDMNE, Cota 2P-A61-M42, Visita do Presidente Kubitschek a Portugal, 1960.

AHDMNE, SP, M23, Visita do Presidente Kubitschek a Portugal, 1960.

AHDMNE, SP, M24, Visita do Presidente Kubitschek a Portugal, 1960.

PT AHP (Arquivo Histórico Parlamentar) DSAN/Nº68/11.1.1963/fls 1798-1799, Visita do Presidente Kubitschek a Portugal, 1960.

PT AHP (Arquivo Histórico Parlamentar) DSAN/Nº70/16.1.1963/fls.1831-1834/1829-1830, Visita do Presidente Kubitschek a Portugal, 1960.

AHDMNE, GM (Gabinete do Ministro), Pasta 55, Visita do Presidente Américo Tomás ao Brasil, 1972, Declaração Conjunta do Presidente de Portugal e do Brasil.

AHDMNE PEA, M732, Visita do Presidente Américo Tomás ao Brasil, 1972.

PT AHP (Arquivo Histórico Parlamentar) DSAN/Nº173/23.3.1972/fls.3441-3443, Visita do Presidente Tomás ao Brasil, 1972.

PT AHP DSAN/Nº176/5.4.1972/fls.3480, Visita do Presidente Tomás ao Brasil, 1972.

PT AHP DSAN/Nº177/6.4.1972/fls.3496-3498, Visita do Presidente Tomás ao Brasil, 1972.

PT AHP DSAN/Nº193/29.4.1972/fls.3862, Visita do Presidente Tomás ao Brasil, 1972.

PT AHP ACC/Nº124/16.11.1972/ fls. 1545-1547, Visita do Presidente Tomás ao Brasil, 1972.

AHDMNE PEA, M764, Pasta 2, Visita do Presidente Medici a Portugal, 1973, Programa da Visita ao Norte do Presidente do Brasil e do Presidente de Portugal.

AHDMNE PEA, M764, Pasta 6, Visita do Presidente Medici a Portugal, 1973.

PT MPR APAT (Arquivo Pessoal de Américo Tomás) /Cx 15/Doc. 829, Visita do Presidente Medici a Portugal, 1973.

PT MPR APAT/Cx 3/Doc. 99 e 104, Visita do Presidente Medici a Portugal, 1973.

PT MPR APAT/Cx 4/Doc. 178, Visita do Presidente Medici a Portugal, 1973.

PT MPR APAT/Cx 6/Doc. 246, Visita do Presidente Medici a Portugal, 1973.

BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira, *O Ideário Republicano nas relações Brasil/Portugal, 1880-1891*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2002.

BARBOSA, Mário Gibson, *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*, Editora record.

BATTISTELLA, Dario, *Théories de Relations Internationales*. 2ª Edição, Presses de Science po, Paris, 2006.

BELLO, José Maria, *Historia da Republica (1889-1954) Síntese de Sessenta e cinco anos da vida brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, S/d.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, volume 1, Editora UNB, Dinalivro, 12ª Edição.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco, *Dicionário de Política*, volume 2, Editora UNB, Dinalivro, 12ª Edição.

BRITO, Wladimir, *Direito Diplomático*, Coleção Biblioteca Diplomática, Série A, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dezembro, 2007.

BURCHILL, Steve, “Liberalism.” In BURCHILL, Steve, et al. *Theories of International Relations*. Palgrave MacMillan 3rd ed, revised and updated, Hampshire, New York, 2005.

CAETANO, Marcello, *Minhas Memórias de Salazar*, 4ª Ed., VERBO, Agosto, 2000.

CANOTILHO, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª edição, Almedina, Coimbra.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2º volume, 2ª edição, Coimbra Editora, 1984.

CARVALHEIRO, Rodrigues, *D. Carlos e o Brasil*, Lisboa, 1957, (separata do *Diário da Manhã*).

CASALEIRO, Óscar, *Fotobiografia de João do Canto e Castro*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2006.

CASTRO, Zília Osório de, (coordenação) *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, Cerimónias e Práticas*, Livros Horizonte, Lisboa, Fevereiro 2004.

CASTRO, Zília Osório, SILVA, Júlio Rodrigues da, SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-200*, Colecção Biblioteca Diplomática, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Fevereiro de 2006.

CERVO, Amando Luiz, MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Edição do Instituto Camões, 1ª edição, Lisboa, 2000.

CHACON, Vamireh, *História dos Partidos brasileiros, Os Partidos na Quarta República (1945-1964)*, Colecção Temas Brasileiros, Volume V, Editora Universidade de Brasília, 2ª Edição, Brasília, 1985.

CHARILLON, Frédéric (org.), *Politique Étrangère. Nouveaux Regards*, Press de Science Po, Paris, 2002.

CHEVALLIER, Jean-Jacques, GUCHET, Yves, *As Grandes Obras Políticas – De Maquiavel à Actualidade*, Biblioteca das Ideias, Publicações Europa-América, Tradução de Outubro de 2004.

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, 18 de Abril de 1961, Aprovada pelo Decreto-Lei Nº 48295 de 27 de Março de 1968.

COSTA, José Joaquim Ribeiro da, *Óscar Carmona (1869-1951) – Elementos para o Estudo Biográfico do Primeiro Presidente da República do Estado Novo*, Dissertação

de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993.

CRAVINHO, João G., *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo.*, Imprensa de Ciências Sociais, 2ª ed., Lisboa, 2006.

CUNHA, Joaquim da Silva, Pereira, Maria da Assunção do Vale, *Manual de Direito Internacional Público*, 2ª Edição, Livraria Almedina, Janeiro, 2004.

DEROUE, Luís – *Duas Pátrias*, Sociedade Editora “O Mundo”, Lisboa, 1932.

DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF Jr., Robert L. *Relações Internacionais: As Teorias em Conflito*. Ed. Gradiva, Lisboa, 2003.

DUNNE, Timothy, SCHMIDT, Brian C., “Realism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.), *“The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford University Press, 3rd ed. with corrections, New York, 2006.

DUNNE, Timothy, “Liberalism.” In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). *“The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford University Press 3rd ed. with corrections, New York, 2006.

FERNANDES, António José, *Introdução à Ciência Política – Teorias, Métodos e Temáticas*, Porto Editora, 1995.

FERNANDES, José Pedro Teixeira, *Teorias das Relações Internacionais – Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*, Livraria Almedina, Coimbra, Maio, 2004.

FONSECA, Carmen Sofia Rodrigues Silva, *O Brasil na Política Externa Portuguesa, 1976-2007. Entre a retórica e a Concretização*, Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos, da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

GONÇALVES, Williams da Silva, *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal – Do Tratado de Amizade ao Caso Delgado*, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Fevereiro de 2003.

GUEDES, Armando Marques, *Estudos Sobre Relações Internacionais*, Coleção Biblioteca Diplomática, Série A, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Outubro, 2005.

HILL, Christopher, *The Changing Politics of Foreign Policy*, Palgrave Macmillan, New York, 2003.

LAMY, Steven L., *Contemporary Mainstream Approaches: Neo-realism and Neo-liberalism*. In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford University Press, 3rd ed. with corrections, New York, 2006.

LINS, Álvaro, *Missão em Portugal*, volume I, edição Civilização Brasileira, 1960.

MACHADO, Manuel de Sá, *Para uma Comunidade Luso-Brasileira*, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.

MARCHUETA, Maria Regina, FONTES, José, *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Fundamentos Político-Diplomáticos*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica e Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente, 1ª Edição, Lisboa, 2001.

MARTIN, Lisa, “Neo-liberalism”, In DUNNE, Timothy, KURKI, Milja, SMITH, Steve (eds.). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford University Press, London, 2006.

MARTINS, Rocha, *D Manuel II – História do seu Reinado e da Implantação da Republica*, Edição do Autor, Composto e impresso nas oficinas do “ABC”, Lisboa, MCMXXXI.

MARTINS, Rocha, *História de Portugal*, 2ª Edição, tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1930.

MEARSHEIMER, John J.. *A Tragédia da Política das Grandes Potências*. Ed. Gradiva, Lisboa, 2007.

MENEZES Pedro Ribeiro de, *As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal*, Revista “Negócios Estrangeiros”, Lisboa, MNE, 2001.

MERLE, Marcel, *Traité de Science Politique*, Press Universitaires de France, Paris, 1984.

MIRANDA, Jorge; MEDEIROS, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo II, Coimbra Editora, 2006.

KNOPFLI, Francisco (coordenação), *As políticas exteriores de Brasil e Portugal. Visões Comparadas*, Universidade técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Maio, 2004.

ROSAS, Fernando, *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*, Volume 7, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

SARAIVA, José Flávio Sombra, *Do silêncio à afirmação: relações do Brasil com África (O Desafio Internacional)*, Editora UNB, 1994.

SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratado do Milénio – 500 anos para Redescobrir a História*, in CASTRO, Zília Osório, SILVA, Júlio Rodrigues da, SARMENTO, Cristina Montalvão, *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-200*, Colecção Biblioteca Diplomática, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

SCHMIDT, Brian C. *On the History and Historiography of International Relations*. In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, SIMMONS, Beth A. eds. 2002. *Handbook of International Relations*. Sage Publications, Reprinted in 2006, London.

SIMÕES, José Luís, *“As Correntes de Pensamento Emergentes nas Relações Internacionais e o Impacto dos Actores Não Estatais na Formulação Estratégica do Estado.”*, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2008.

TORGAL, Luís Reis, Fotobiografia de António José d’Almeida, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2006.

Tratados e Actos Internacionais, Brasil-Portugal, Lisboa, 1962.

WALTZ, Kenneth, *Teoria das Relações Internacionais*. Edições Gradiva, Lisboa, 2002.

Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia, Ministério dos Negócios Estrangeiros, volume II, Lisboa, 1967.

Vinte anos de defesa do Estado Português da Índia, Ministério dos Negócios Estrangeiros, volume IV, Lisboa, 1968.

VIOTTI, Paul R., KAUPPI, Mark V. *“International Relations and World Politics: Security, Economy, Identity”*. 3rd ed Prentice Hall, London, 2006.

SÍTIOS

<http://www.oup.com/uk/orc/bin/9780199298334/freelecturer/ppt/ch06.ppt>

<http://www.presidencia.pt/>

http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_rep.php?id=27

http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_rep.php?id=26

http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_rep.php?id=103

http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_rep.php?id=121

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ma%C3%A7onaria>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Carbon%C3%A1ria>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Republicano_Evolucionista

http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Sagrada

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Legi%C3%A3o_Portuguesa_\(Estado_Novo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Legi%C3%A3o_Portuguesa_(Estado_Novo))

<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/03/23/o-%C2%ABgolpe-da-se%C2%BB/>

http://maltez.info/respublica/portugalpolitico/revoltas/ditadura_e_estado_novo/abrilada_1961.htm

<http://sol.sapo.pt/blogs/olindagil/archive/2008/04/02/O-ultimato-ingl EA00 s-e-o- Mapa-cor 2D00 de 2D00 rosa.aspx>

<http://www.presidencia.gov.br/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes_da_Fonseca

http://pt.wikipedia.org/wiki/Epit%C3%A1cio_Pessoa

http://pt.wikipedia.org/wiki/Caf%C3%A9_Filho

http://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino_Kubitschek

http://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio_Garrastazu_M%C3%A9dici

http://www.dji.com.br/decretos_leis/1943-005452-clt/clt625aa625h.htm

<http://aindaamoscaazul.blogspot.com/2006/06/psd-e-ptb-todo-vapor.html>

ANEXOS

A. GALERIA DOS PRESIDENTES QUE PROTAGONIZARAM AS VISITAS ENTRE O BRASIL E PORTUGAL NESTE PERÍODO.

1. BRASILEIROS

Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923)

Presidente da República brasileiro (1910-1914), nascido em São Gabriel, Rio Grande do Sul, que como ministro da Guerra no governo Afonso Pena instituiu o serviço militar obrigatório no Brasil. Sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, ingressou na Escola Militar (1871), onde foi aluno de Benjamin Constant, de quem herdaria o pensamento positivista. Como capitão participou do movimento de 15 de Novembro pela proclamação da República ao lado do tio (1889) e por ocasião da revolta da esquadra (1893), destacou-se na defesa do Governo de Floriano Peixoto. Comandou a Brigada Policial do Rio de Janeiro (1899-1904), quando assumiu o comando da Escola Militar do Realengo. Promovido a Marechal pelo Presidente Rodrigues Alves, foi Ministro da Guerra no Governo seguinte, de Afonso Pena. Nesse ministério reformou os serviços técnicos e administrativos e instituiu o serviço militar obrigatório. Após regressar de uma viagem à Alemanha (1908), e numa disputa contra Rui Barbosa, foi eleito e empossado como o sexto Presidente da República. Logo no início do Governo enfrentou a revolta dos marinheiros (1910), seguida de um levante no batalhão de fuzileiros navais. Restabelecida a ordem pública e apoiado pelo Partido Republicano Conservador, liderado por Pinheiro Machado, retomou o esquema das administrações anteriores, porém teve que "administrar" o surto militarista que visava a derrubada das oligarquias que dominavam as regiões Norte e Nordeste e colocar militares na chefia dos Estados, em substituição aos políticos. Em política externa promoveu uma aproximação com os Estados Unidos e no plano interno prosseguiu o programa de construção de ferrovias e de escolas técnicoprofissionais, delineado no Governo Afonso Pena. Concluiu as reformas e obras da Vila Militar de Deodoro e do Hospital Central do

Exército, entre outras, além das vilas operárias, no Rio de Janeiro, no subúrbio de Marechal Hermes e no bairro da Gávea. Após deixar a presidência, em Novembro, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul (1915), mas não assumiu a cadeira, em virtude do assassinato de Pinheiro Machado, no dia em que deveria ser diplomado, em Setembro daquele ano. Viajou para a Europa e só retornou ao Brasil seis anos depois, quando se iniciava uma nova campanha presidencial. Na presidência do Clube Militar, apoiou a candidatura de Nilo Peçanha, no movimento reacção republicana. A sua prisão foi então decretada pelo Presidente Epitácio Pessoa e, seis meses depois, foi libertado graças a um habeas corpus. Doente, retirou-se para Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde morreu.

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942)

Presidente da República brasileira (1919-1922) nascido em Umbuzeiro, no Estado de Paraíba, cujas acções de Governo centraram-se no desenvolvimento siderúrgico, na recuperação económica do Nordeste e no incentivo à produção de café. Órfão dos pais após uma epidemia de varíola (1873), diplomou-se em direito pela Faculdade de Recife (1886), e foi promotor na cidade do Cabo (1887-1889). Depois de uma breve passagem pelo Rio de Janeiro, retornou a Paraíba (1889) após a proclamação da República, para assumir o cargo de Secretário-geral do Estado, sendo eleito deputado à Assembleia Constituinte (1890-1891). Na oposição a Floriano Peixoto, abandonou temporariamente a política até ser nomeado Ministro da Justiça (1898) pelo Presidente Campos Sales. Com grande prestígio junto ao Presidente, revelou-se um administrador competente e ganhou o respeito até da imprensa oposicionista e marcou sua passagem pelo ministério, apresentando o projecto do Código Civil e encaminhando-o ao Congresso Nacional (1901). Aposentado como Ministro do Supremo Tribunal Federal (1912), voltou a Paraíba, onde é eleito para o Senado e, depois (1915), para o Governo do Estado. Delegado do Brasil na Conferência de Versalhes (1919), tendo sido, neste mesmo ano eleito Presidente da República, tomando posse em 28 de Julho. Na presidência inovou nomeando civis para as pastas militares, fechou um contrato pioneiro com a Itabira Iron para a instalação de uma usina siderúrgica de 150.000 toneladas e deu impulso sem precedentes ao combate à seca no Nordeste. A sua sucessão foi marcada por uma agitação da campanha presidencial, que culminou com o levante dos 18 do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Após deixar a presidência

em 15 de Novembro, substituiu Rui Barbosa no Tribunal Internacional de Haia (1922-1930). Com forte prestígio na política nacional, indicou o sobrinho João Pessoa para a presidência de Paraíba e apoiou Getúlio Vargas, na campanha presidencial (1930). Sofreu um grande abalo, do qual não recuperou, ao ser surpreendido em Haia, pela notícia do assassinato de João Pessoa, desmotivando-se politicamente, deixou Haia e, acometido do mal de Parkinson (1936), morreu em 13 de Fevereiro, nos arredores de Petrópolis, Rio de Janeiro. Em vida publicou o livro «Pela verdade» (1925)

João Fernandes Café Filho (1899-1970)

Presidente da República brasileira (1954-1955) nascido em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, que após afastamento para tratamento de saúde foi impedido por, um movimento militar de reassumir a presidência. Trabalhou na actividade jornalística nos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e na capital, Rio de Janeiro, quando se envolveu na campanha da Aliança Liberal. Com a vitória da revolução (1930) tornou-se chefe de polícia em seu Estado e foi eleito Deputado Federal (1934). Combatendo a restrição às liberdades constitucionais em oposição ao Governo de Getúlio Vargas, exilou-se na Argentina após a instituição do Estado Novo, mas voltou ao Brasil no ano seguinte (1938). Com o fim do Estado Novo foi eleito novamente Deputado Federal (1945) pelo Partido Social Progressista, para a Assembleia Constituinte. Aliou-se a Getúlio e foi eleito Vice-presidente (1950). Conservador, defendeu a Petrobrás, mas opôs-se ao intervencionismo estatal na economia e o que considerava excessos da legislação trabalhista. Na crise de Agosto (1954), propôs a renúncia do Presidente e do Vice-presidente. Com o suicídio de Getúlio Vargas, exerceu a Presidência por pouco mais de um ano, até sofrer um ataque de coração, sendo obrigado a passar o Governo temporariamente ao Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Tentou retornar ao poder, mas foi impedido por um golpe militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra. O General Teixeira Lott, que defendia a posse do Presidente eleito para o período seguinte, Juscelino Kubitschek e do Vice-presidente João Goulart, declarou Carlos Luz e o Presidente licenciado impedidos e passou o Governo ao Vice-presidente do Senado, Nereu Ramos. "Deposto" deixou a política e já na década seguinte, foi nomeado pelo Governador

Carlos Lacerda Ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara (1961). Faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de Fevereiro.

Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976)

Presidente da República brasileira (1956-1960) nascido em Diamantina, Estado de Minas Gerais, cujo feito mais notável foi a construção de Brasília no planalto Central, para onde transferiu a Capital Federal, inaugurada em 21 de Abril (1960). Filho de um caixeiro-viajante e de uma professora pública, ficou órfão de pai aos três anos de idade. Estudou no seminário de Diamantina e concluiu o curso de medicina em Belo Horizonte (1927) trabalhando como telegrafista do serviço público, cargo no qual ingressara por concurso (1921). Estudou cirurgia em Paris com o professor Maurice Chevassu e estagiou no hospital Charité de Berlim (1930). De volta a Minas Gerais, casou-se com Sara Lemos (1931) e foi nomeado capitão-médico da polícia mineira, chefiando o hospital de sangue de Passa Quatro, Minas Gerais, onde se distinguiu como cirurgião durante a revolução (1932). Ingressou na política como Chefe de Gabinete de Benedito Valadares, na altura Procurador Federal em Minas Gerais (1934) e, no mesmo ano, é eleito Deputado Federal, mas perde o mandato (1937) com o advento do Estado Novo. Trabalhando como médico foi Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), numa administração, que projectou o nome então desconhecido de Óscar Niemeyer, com as obras do bairro de Pampulha. Eleito Deputado Federal pelo Partido Social Democrático (PSD)³⁹⁹, criado por Getúlio Vargas, (1946) e Governador de Minas Gerais (1950), criou as Centrais Eléctricas de Minas Gerais, a Cemig, e construiu cinco centrais eléctricas, elevando em trinta vezes o potencial instalado do Estado. Com o apoio do PSD e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁴⁰⁰, e com a oposição na União Democrática Nacional (UDN)⁴⁰¹ e de alguns sectores militares, foi eleito Presidente da

³⁹⁹ Partido Social Democrata, também inspirado por Getúlio Vargas, foi o maior partido político brasileiro entre 1946 e 1961. Em seus quadros havia tanto políticos mais à esquerda, como mais à direita do espectro político. Eurico Gaspar Dutra, presidente entre 1946 e 1950, e Juscelino Kubitschek, presidente entre 1956 e 1960, se elegeram pelo PSD.

⁴⁰⁰ Partido Trabalhista Brasileiro, fundado sob inspiração de Getúlio Vargas, em 1945, esteve sempre vinculado à defesa das leis trabalhistas, instituídas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - DL-005.452-1943. Durante o período de 1946 a 1964, esteve muito vinculado aos sindicatos, que sob a legislação getulista estavam ligados ao Ministério do Trabalho.

⁴⁰¹ União Democrática Nacional, partido situado à direita no espectro ideológico no quadro partidário do regime liberal-democrático que existiu no Brasil entre 1946 e 1964. Conservador com relação aos

República (1955), mas sua posse só foi garantida após a intervenção do então Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, em Novembro daquele ano. Com o propósito de realizar um vasto programa de desenvolvimento económico, energia e transporte, implantação das indústrias automobilística e de construção naval, além de incentivos à industrialização e à exportação de minérios. Construiu duas centrais hidrelétricas, Três Marias e Furnas, a abertura de rodovias e a pavimentação das já existentes, como a ligação por estrada asfaltada entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte e a construção das estradas Belo Horizonte-Brasília, Belém-Brasília e Brasília-Acre. Formulou também nova política social e económica para a região Nordeste. Porém a mudança da Capital para o planalto Central, prevista nas disposições transitórias da constituição (1946), foi considerada a síntese de suas metas, símbolo da ampliação das fronteiras e do início da integração da Amazônia na vida brasileira. Entrou em confronto com as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), por causa da sua política de investimentos, mas a sensação de progresso despertada no país, fez de seu Governo um marco de popularidade. Após passar o Governo para Jânio Quadros é eleito Senador por Goiás, tendo sido indicado pela convenção nacional do PSD (1964), porém o Governo militar cassou seu mandato e suspendeu seus direitos políticos por dez anos. Exilado, viveu em Nova York e depois em Paris. De volta ao Brasil, ingressou na empresa privada e começou a escrever suas memórias, intituladas “Meu caminho para Brasília”, em cinco volumes. Tornou-se membro da Academia Mineira de Letras (1975). Morreu num acidente de automóvel, perto de Resende, Rio de Janeiro, quando viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro, a 22 de Agosto.

Emílio Garrastazu Medici (1905-1985)

Presidente militar da República brasileira (1969-1974), nascido em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, considerado o mais repressor dos governos militares pós 31 de Março. Ex-aluno do Colégio Militar de Porto Alegre e da Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, tornou-se Aspirante (1927), General (1961) e a General-de-exército (1969). Comandou a Academia Militar de Agulhas Negras, a III Região Militar e o III Exército e chefiou o Serviço Nacional de Informações (SNI). Foi adido militar em

costumes, e liberal no plano económico. Lutava pela vinculação da economia brasileira ao capital mundial, e pelo alinhamento diplomático do Brasil aos Estados Unidos.

Washington, delegado na Junta Interamericana de Defesa e na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Com a morte do presidente Costa e Silva, foi indicado ao Congresso pela junta militar no poder para assumir como Presidente. Empossado na presidência em Novembro (1969), suspendeu o recesso do Congresso e das assembleias legislativas, determinado pela junta militar, concitou os partidos a se organizarem, embora sob vigilância, e manteve a plena iniciativa do executivo federal na elaboração das leis e as eleições indirectas para os governadores dos estados. Ampliou as exportações e desenvolveu uma política de atracção de capitais estrangeiros, quer como investimento quer como empréstimo, permitindo uma meta desenvolvimentista do governo que foi alimentada como o milagre brasileiro. Desenvolveu, também, um vasto programa de construção e pavimentação de rodovias, a expansão da indústria siderúrgica, a implantação de dois pólos petroquímicos, em São Paulo e na Bahia, e a construção de hidroeléctricas, onde concluiu o acordo com o Paraguai para a construção da central de Itaipu, destinada a ser a maior hidroeléctrica do mundo. Criou o Plano de Integração Nacional, o PIN, que propiciou a abertura das rodovias Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Perimetral Norte, e a construção da ponte Rio-Niterói, projectada no Governo Costa e Silva. No campo social, criou o Programa de Integração Social, o PIS, para participação dos trabalhadores nos lucros das empresas com base em contribuições calculadas pelo facturamento bruto e recolhidas a um fundo ao qual foram associados todos os trabalhadores, na proporção de seus salários. Paralelamente aos êxitos económicos de sua administração, e o clima de optimismo proporcionado pela conquista do tricampeonato mundial de futebol (1970), deram ao seu Governo instrumentos para manter um rígido controlo político interno, com a censura total dos meios de comunicação, e prisões arbitrárias, tortura e desaparecimento de presos políticos publicadas na imprensa internacional. Foi sucedido no governo pelo general Ernesto Geisel (1974) e morreu no Rio de Janeiro, em 9 de Outubro (1985).

2. PORTUGUESES;

João do Canto e Castro da Silva Antunes (1862-1934)

João do Canto e Castro da Silva Antunes nasce em Lisboa a 19 de Maio de 1862. É filho de José Ricardo da Costa Silva Antunes e de Maria da Conceição do Canto e Castro Mascarenhas Valdez. Em 1891 casa com Mariana de Santo António Moreira Freire Correia Manuel Torres d'Alvim, de quem três filhos. Sofrendo desde cedo de angina de peito, morre a 14 de Março de 1934 e vai a enterrar no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa.

Canto e Castro começa a sua carreira militar na Marinha como aspirante na Real Escola Naval. Em 1892 dá início à carreira na administração colonial, sendo nomeado governador de Lourenço Marques e depois governador de Moçâmedes. Em 1912 pretende abandonar a Marinha e monta um negócio de comissões e consignações, mas sem êxito. No ano seguinte recebe a missão para se deslocar a Macau e aí assumir o comando do cruzador Adamastor. Em Julho de 1915, é promovido a capitão-de-mar-e-guerra e nomeado comandante da Escola Prática de Artilharia Naval. Em Dezembro de 1917, após ocupar o cargo de director dos Serviços de Estado Maior Naval, é designado para elaborar um plano de melhoramento da defesa do litoral português de ataques dos submarinos alemães.

Em 1908, no último Parlamento da Monarquia, é eleito deputado, dedicando-se particularmente à reorganização das Forças Navais. Com o presidencialismo do regime sidonista, no qual os ministros eram designados por secretários de Estado, depois de muito instado, toma posse como secretário de Estado da Marinha a 9 de Setembro de 1918.

Apesar de monárquico convicto e assumido, a eleição de Canto e Castro processa-se de acordo com as regras da Constituição de 1911, repostas após a rotura sidonista. O seu mandato é marcado por constantes revoltas e tentativas de restauração monárquicas, bem como pela atribuição do poder de dissolução do Congresso ao Presidente da República. A 5 de Outubro de 1919, passa o testemunho a António José d'Almeida e depois da presidência, por proposta de Rocha e Cunha, ministro da Marinha, é promovido a almirante. Pouco depois, após ser designado para chanceler da Ordem da

Torre e Espada, ocupa o cargo de presidente do Conselho Superior de Disciplina da Armada. No dia 30 de Setembro de 1932, passa à situação de reforma.

António José d'Almeida (1866-1929)

António José d'Almeida nasce em Vale da Vinha, concelho de Penacova, a 17 de Julho de 1866. É filho de José António de Almeida e Maria Rita das Neves Almeida. A 14 de Dezembro de 1910 casa com Maria Joana Morais Queiroga, de quem tem uma filha. Atacado de gota, morre a 31 de Outubro de 1929 e vai a enterrar no Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. Conclui o curso de Medicina em 1895, mas apesar dos bons resultados, não é admitido no corpo docente da Faculdade como é seu desejo, partindo para S. Tomé e Príncipe onde exerce clínica e se especializa em doenças tropicais.

De regresso a Portugal em 1904, torna-se num médico querido de uma vasta clientela popular. Republicano activo desde o início da sua vida académica, vive intensamente o Ultimato inglês⁴⁰² e sobretudo nos comícios dos últimos anos da Monarquia, a sua eloquência e arte retórica fazem dele uma das figuras mais conhecidas e prestigiadas do republicanismo.

Em 1907 entra na Maçonaria⁴⁰³ e mais tarde também na Carbonária⁴⁰⁴. Conspirador contra a ditadura de João Franco, participa no movimento revolucionário

⁴⁰² O domínio dos europeus em África conduziu a profundas desigualdades sociais. Nos finais do século XIX e inícios do século XX, o imperialismo europeu exerceu-se, essencialmente, em África. Também Portugal se encontrava na corrida em busca de novas áreas de influência. Com a realização da Conferência de Berlim (1884/1885) onde ficou decidido o novo direito colonial, segundo o qual a ocupação efectiva de um território substituíra o direito histórico de descoberta, Portugal procurou formas de defender estas colónias, dado ter em 1822, perdido a colónia do Brasil. Assim, foram realizadas expedições de exploração do interior de África e em 1891 a Sociedade Portuguesa de Geografia apresenta o chamado mapa cor-de-rosa, ligando Angola a Moçambique.

A Inglaterra reage pois interessava-lhe aquela zona central – Chire – livre para passar do Cairo ao Cabo (colónias inglesas).

Desta feita, a Inglaterra envia um Ultimato a Portugal obrigando-o a retirar as suas tropas das regiões do Chire, o rei D. Carlos viu-se obrigado a ceder pois não podia, nem tinha condições de entrar em guerra com Inglaterra.

⁴⁰³ A maçonaria é uma associação de carácter universal, cujos membros cultivam a filantropia, justiça social, aclassismo, humanidade, os princípios da liberdade, democracia e igualdade, aperfeiçoamento intelectual e fraternidade, é assim uma associação iniciática, filosófica, filantrópica e educativa. Os maçons estruturam-se e reúnem-se em células autónomas, designadas por *oficinas*, *ateliers* ou (como são mais conhecidas e correctamente designadas) *Lojas*, "todas iguais em direitos e honras, e independentes entre si."

⁴⁰⁴ Em Portugal, a Carbonária foi estabelecida por volta de 1822. Nas suas primeiras décadas, teve um âmbito restrito e, sobretudo, localizado: surgiram várias associações independentes, sem ligação orgânica

para derrubar a Monarquia, acabando mesmo por ser preso, mas liberto após o regicídio. Nomeado Ministro do Interior proclamada a República, cria um polémico decreto que revoga a Lei Eleitoral de 1901 - a "Ignóbil Porcaria".

Em Fevereiro de 1912 funda o Partido Evolucionista⁴⁰⁵ e é eleito seu Presidente em Agosto seguinte. Após a eclosão da I Guerra Mundial, reconcilia-se com Afonso Costa e aceita a presidência do governo da "União Sagrada"⁴⁰⁶. António José de Almeida é o único Chefe de Estado da I República que cumpre os quatro anos de mandato estabelecidos na Constituição. Com poderes de dissolução do Parlamento, que utiliza por duas vezes, o seu mandato foi extremamente agitado com sucessivas e graves crises governativas.

Depois da presidência, regressa ainda às lides políticas, sendo eleito Deputado por Lisboa em 1925. Até ao fim dos seus dias continua a ser considerado como uma espécie de "Presidente honorário" da República, estatuto que lhe é reconhecido mesmo pelos dirigentes da Ditadura Militar instaurada em 1926, que ganham o hábito de o visitar no dia 5 de Outubro.

entre si e com pouca capacidade de intervenção social. De uma maneira geral, estas associações não duraram muito tempo nem tiveram realce histórico.

A Carbonária que teve importância na vida política nacional portuguesa foi fundada em 1896 por Luz de Almeida. Desenvolveu alguma actividade no domínio da educação popular e esteve envolvida em diversas conspirações antimonárquicas. Merece destaque óbvio a sua participação no assassinio do Rei D.Carlos I e do Príncipe Herdeiro Luís Filipe, e na revolução de 5 de Outubro de 1910, em que esteve associada a elementos da Maçonaria e do Partido Republicano.

⁴⁰⁵ O Partido Republicano Evolucionista (abreviadamente conhecido como Partido Evolucionista) foi um partido político português do tempo da I República, surgindo em 24 de Fevereiro de 1912 como consequência da primeira secessão do Partido Republicano Português (a par do Partido Democrático e do Partido Unionista).

Foi liderado por António José de Almeida, porventura o maior orador da República; daí a alcunha dos membros do partido, os almeidistas (por oposição aos afonsistas do Partido Democrático de Afonso Costa). Teve no afamado *República* o seu órgão de imprensa.

Ideologicamente situado à direita dos democráticos e à esquerda dos unionistas, poder-se-ia hoje considerar um partido de centro-direita. Foi o partido que mais se opôs à acção governativa dos democráticos, à parte o período em que com eles constituiu o Governo da União Sagrada, durante a I Guerra Mundial.

Opôs-se também ao sidonismo (1918), mas acabaria por desaparecer pouco depois, em 1919; com a eleição de António José de Almeida para a Presidência da República, o partido via perder a sua principal cabeça, e acabou por se fundir com o Partido Unionista (cujo líder, Brito Camacho, também se ausentara da política nacional por ter sido nomeado Alto-Comissário da República para Moçambique) num novo partido, o Partido Liberal Republicano. Um sector do partido que se opôs a fusão viria a constituir uma dissidência dos evolucionistas, o Partido Popular.

⁴⁰⁶ O Ministério da União Sagrada, ou simplesmente União Sagrada, foi um projecto político surgido em 16 de Março de 1916, uma semana após a declaração de guerra a Portugal pela Alemanha. Este projecto tinha por base a união de todos os partidos políticos, como resposta à nova conjuntura imposta pelos alemães.

Na prática, apenas dois partidos se uniram: o Partido Democrático, liderado por Afonso Costa, e o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida. Seria este último o seu presidente.

Esta união durou até 25 de Abril de 1917, constituindo um dos governos que mais tempo esteve em funções (cerca de 406 dias), durante a Primeira República Portuguesa

Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964)

Francisco Higinio Craveiro Lopes nasce em Lisboa a 12 de Abril de 1894. É filho de João Carlos Craveiro Lopes e de Júlia Clotilde Cristiano Craveiro Lopes. Em Dezembro de 1918 casa com Berta da Costa Ribeiro Artur em Lourenço Marques, de quem tem quatro filhos. Vítima de ataque cardíaco, morre em sua casa na Avenida Roma a 2 de Setembro de 1964 e vai a enterrar no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa.

Em 1915 é promovido a Alferes de cavalaria e mobilizado para as campanhas militares em Moçambique. Dois anos depois é o director da Divisão de Instrução da Escola Militar da Aeronáutica e no final da década de 30, após exercer cargos na administração colonial na Índia, regressa a Portugal e comanda a Base Aérea de Tancos. Em 1943 frequenta o curso de Altos Comandos e lecciona no Instituto de Altos Estudos Militares. Posteriormente é a vez de comandar a Base Aérea nº 4 na Ilha Terceira e a Base Aérea das Lajes, nos Açores.

Depois da eleição de Américo Tomás, é promovido a Marechal. É sobretudo na década de 30 que começa por envolver-se na política, ocupando vários cargos na administração da Índia portuguesa. Em 1944, regressado a Portugal, é nomeado Comandante-geral da Legião Portuguesa⁴⁰⁷ e no ano seguinte eleito deputado à Assembleia Nacional pelo distrito de Coimbra.

Ao abandonar a Presidência da República torna-se crítico do regime, participando no “Golpe da Sé”⁴⁰⁸ e na “Abrilada”⁴⁰⁹ de 1961. Das suas últimas

⁴⁰⁷ A Legião Portuguesa (LP) foi uma organização paramilitar, criada em Portugal em 1936, 15 anos depois de Hitler ter fundado na Alemanha as SA (em 1921), o famoso grupo paramilitar dos camisas castanhas que foi determinante na sua subida ao poder em 1933. A Legião Portuguesa era uma milícia que estava sob a alçada dos Ministérios do Interior e da Guerra. O seu objectivo era “*defender o património espiritual*” e “*combater a ameaça comunista e o anarquismo*”, de acordo com a ideologia do Estado Novo. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Legião Portuguesa foi a única organização oficial portuguesa que adoptou e defendeu abertamente as intenções de Hitler para a Europa.

A partir de meados da Segunda Guerra Mundial a Legião Portuguesa recebeu a missão de coordenar a Defesa Civil do Território. Essa missão manteve-se mesmo depois do fim da Guerra e, sobretudo a partir da entrada de Portugal na NATO, acabou por tornar-se a principal função da LP.

Nas décadas de 1950 e 1960, a sua acção policial caracterizou-se pela colaboração com a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) na repressão às forças da oposição, para a qual contribuiu o seu Serviço de Informações e a sua vasta rede de informadores. Foi também utilizada como força de choque na repressão de manifestantes e de instituições tidos por opositoristas ao regime.

Foi extinta em 1974, na sequência da Revolução de 25 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 171/74, de 25 de Abril.

⁴⁰⁸ Há 50 anos, na madrugada de 11 para 12 de Março de 1959, deveria ter eclodido o «golpe da Sé», assim chamado porque os conspiradores reuniram na Sé Patriarcal de Lisboa, de que era pároco o padre João Perestrelo de Vasconcelos, um dos participantes. Ainda está por fazer a história dessa falhada intentona que se propunha derrubar o governo de Salazar, na sequência da burla eleitoral das eleições presidenciais de 1958, em que a candidatura do general Humberto Delgado tinha incendiado o país. Em

intervenções políticas destaca-se o seu prefácio ao opúsculo de Manuel José Homem de Mello, Portugal o Ultramar e o Futuro, de 1963, no qual luta por uma “solução verdadeiramente nacional” que promova a “livre discussão”. Com a morte de Óscar Carmona coloca-se pela primeira vez ao regime salazarista o problema da escolha de um candidato presidencial. A oposição avança com os nomes de Manuel Carlos Quintão Meireles e de Ruy Luís Gomes, mas é Craveiro Lopes que sai vencedor, sendo investido a 9 de Agosto de 1951. Os crescentes contactos com sectores da oposição ao regime acabam por conduzi-lo ao seu afastamento nas eleições presidenciais de 1958, cumprindo apenas um mandato.

Américo de Deus Rodrigues Tomás (1884-1987)

Américo de Deus Rodrigues Tomás nasceu em Lisboa, a 19 de Novembro de 1884, e faleceu a 18 de Setembro de 1987, em Cascais.

Filho de António Rodrigues Tomás e de Maria da Assumpção Marques Tomás. Casou, em 1922, com Gertrudes Rodrigues. Do casamento teve duas filhas.

Em 1904 ingressou no Liceu da Lapa e em 1911 concluiu a sua formação secundária. Entre 1912 e 1914 frequentou a Faculdade de Ciências. Iniciou a sua carreira na

particular, estiveram envolvidos muitos elementos que a Polícia Internacional e de Defesa do Estado nunca detectou, foram feitos previamente muitos contactos pelos participantes directos no golpe entre oposicionistas ao regime para um eventual futuro governo provisório, em caso de vitória. No entanto, apenas me vou limitar a dar algumas informações sobre essa falhada tentativa de golpe, recolhidas no Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurça, polícia que terá sabido da eclosão do golpe com antecedência e conseguiu matá-lo à nascença.

⁴⁰⁹ Movimentação de várias personalidades do regime, lideradas pelo ministro da defesa, Júlio Botelho Moniz, e apoiadas pelo antigo presidente da república, Craveiro Lopes, visando afastar Salazar através de um golpe palaciano. Chega a falar-se no regresso de Craveiro Lopes à presidência, com Marcello Caetano a chefiar o governo. Tudo acontece quando acaba de tomar posse John Kennedy como presidente norte-americano (20 de Janeiro) e de começar o terrorismo em Angola (14 de Março), havendo uma votação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, contra a posição portuguesa. No dia 17 de Fevereiro, avista-se com Elbrick, embaixador norte-americano, informando-o sobre as projectadas movimentações, tendo em vista *forçar Salazar a liberalizar a sua política*. Nova reunião entre os dois em 6 de Março. Em 28 de Março, o ministro avista-se com Salazar. Em 5 de Abril tem uma audiência com Américo Tomás. No dia 6, Tomás reúne-se sucessivamente com Soares da Fonseca, Ulisses Cortês, Santos Costa e Salazar. No dia 11, nova reunião de Tomás com Salazar e na noite desse dia volta a receber Botelho Moniz que insiste na demissão de Salazar. No dia 12, Tomás almoça com o ministro do exército e volta a reunir-se com Salazar, Soares da Fonseca e Botelho Moniz. Mas, nesse dia, Kaulza de Arriaga, dem dar conhecimento ao ministro da defesa, põe várias unidades da força aérea em regime de prevenção. No dia 13 consuma-se o golpe de Botelho Moniz, com uma reunião na Cova da Moura entre os ilustres amotinados. Entretanto, previamente, Salazar remodelava o governo, assumindo Salazar a pasta da Defesa. Mário Silva, ministro do exército, com Jaime da Fonseca. Novo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Gomes de Araújo. Adriano Moreira assume a pasta do Ultramar. A explicação da remodelação era Angola: *andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão*.

Marinha em 1914, como aspirante no corpo de alunos da Armada. Termina o curso da Escola Naval em 1916. Começa então a sua longa ascensão na hierarquia da Marinha Portuguesa, que culminará 28 anos depois, em 1944, quando é chamado para ocupar o cargo de ministro da Marinha onde permanecerá 14 anos, até 1958.

Neste cargo usou a sua experiência para impulsionar o desenvolvimento da Marinha Mercante, definindo um plano de renovação no sector que deu origem a um incremento na indústria de construção naval. Este aumento de construção de navios tornou possível o incremento de carreiras entre o Ultramar e o Continente, tornando-as regulares, o que por sua vez incentivou e possibilitou a expansão do comércio interno e externo. Também na Marinha de Guerra encetou um vasto programa de modernização em especial no sector das instalações e nos quadros técnicos, recorrendo ao apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

Em 1958, é nomeado candidato pela União Nacional para disputar as eleições contra o General Humberto Delgado, candidato da oposição.

A 18 de Julho de 1958 é eleito Presidente da República, depois de umas eleições conturbadas e obscuras, onde surgem inclusive acusações de manipulação dos resultados eleitorais. A partir de então a União Nacional não correria novo risco de perder as eleições e por isso altera o texto constitucional de modo a que a eleição do Presidente da República passe a ser da responsabilidade de um colégio eleitoral restrito a 602 membros. É pois com naturalidade e sem sobressaltos que Américo Tomás é reeleito para o cargo em 1965 e 1972, por colégio eleitoral.

Ocupará este cargo de 9 de Agosto de 1958 até 25 de Abril de 1974, altura em que é demitido, expulso da Armada, preso e conduzido á ilha da Madeira de onde partirá para o exílio no Brasil.

Regressou a Portugal em 1980, por consentimento do então Presidente da República General Ramalho Eanes, uma vez que nunca lhe tinha sido instituído nenhum processo-crime. Solicitou o seu reingresso na Armada mas tal não lhe foi concedido.

A 18 de Setembro de 1987, o Almirante Américo Tomás morre na sua casa de Cascais.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I - DIPLOMACIA PRESIDENCIAL.....	4
I.1 – Diplomacia, Política Externa e Relações Internacionais	4
I.1.a. As teorias emergentes nas Relações Internacionais	9
I.1.b. Teorias e Correntes: O Realismo (Clássico e Neo-realismo), O Liberalismo (Matriz base e Neo-liberalismo) e a Síntese Neo-neo.	11
I.2. Os Poderes Presidenciais e a Representação do Estado	19
II. POLÍTICA INTERNA, POLÍTICA EXTERNA E AS VISITAS PRESIDENCIAIS	26
II.1. O Princípio do Século e a 1ª República	26
II.2. Hermes da Fonseca e a Revolução de 5 de Outubro de 1910	26
II.3. Canto e Castro recebe Epiácio Pessoa em Lisboa.....	31
II.4. Do “Nativismo” ao Apogeu	35
II.5. Portugal na Exposição Internacional Fluminense e a Travessia Aérea do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral	36
II.6. António José d’Almeida e as Comemorações do Centenário da República no Rio de Janeiro	39
III. O ESTADO NOVO E AS POLÍTICAS DE SALAZAR	58
III.1. A Política Externa Portuguesa durante a Presidência de Craveiro Lopes	58
III.2. 33 Anos depois: a visita de Café Filho	63
III.3. As declarações do Presidente eleito sobre o Tratado de Amizade e Consulta e a questão da Índia Portuguesa	69
III.4. Juscelino Kubitschek de escala em Lisboa	78
III.5. A posição do Brasil e a questão de Goa.....	81
III.6. A viagem de Craveiro Lopes face aos receios de Salazar	88
III.7. Os objectivos em função do isolamento	90
III.8. A Assinatura do Acto que Regulamenta o Tratado de Amizade e Consulta	92
III.9. Américo Tomás e a Política Externa Portuguesa durante a sua Presidência	97
III.10. A Fragilidade das Relações entre Portugal e o Brasil após o caso de Humberto Delgado	99
III.11. O Brasil e a questão Colonial Portuguesa.....	100
III.12. A “Paz entre Irmãos” com Kubitschek como Anfitrião nas comemorações do quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique	109

III.13. Américo Tomás: A Guerra Colonial e a “Campanha” no Brasil	117
III.14. Medici de visita a Lisboa no ano que antecede a Revolução de 25 de Abril de 1974	124
IV A RETÓRICA DIPLOMÁTICA: EFEITO E PRÁTICA POLÍTICA.....	133
IV.1. Tratados e Acordos: 1910-1974	133
IV.2. O Tratado do 1º Centenário, assinado a 26 de Setembro de 1922.....	133
IV.4. O Tratado de Amizade e consulta entre Portugal e o Brasil, assinado em 16 de Novembro de 1953	137
CONCLUSÃO	141
BIBLIOGRAFIA.....	147
ANEXOS.....	157
A. GALERIA DOS PRESIDENTES QUE PROTAGONIZARAM AS VISITAS ENTRE O BRASIL E PORTUGAL NESTE PERÍODO.	157
1. BRASILEIROS.....	157
2. PORTUGUESES;	163

*Dedico este trabalho aos meus pais que têm
sido o pilar da minha vida.
Para ambos o meu reconhecimento e amor.*

AGRADECIMENTOS

Numa perspectiva de que nenhum trabalho é produto exclusivo de um só indivíduo, é aqui, de toda a justiça realçar e agradecer todos os contributos, directos ou indirectos, que me proporcionaram a realização da dissertação que agora se apresenta.

À Presidência da República, meu local de trabalho, mais especificamente na área da investigação no arquivo dos Presidentes da República do Museu desta nobre Instituição, um grande agradecimento Exmo. Senhor Dr. Arnaldo Pereira Coutinho, mui Ilustre Secretário Geral da Presidência da República, e ao Exmo. Senhor Dr. Diogo Filipe Baptista Gaspar, Director do Museu da Presidência da República, bem como à sua excelente equipa, com que foi um enorme privilégio trabalhar.

Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, na pessoa do Exmo. Senhor Professor Doutor Armando Marques Guedes, Director do Instituto Diplomático, bem como a todos os seus colaboradores, que me permitiu fazer formação específica na área da Política Externa Portuguesa, assim como ao Arquivo Histórico e Diplomático deste Ministério que, chefiado pela Exma. Senhora Dr^a. Isabel Fevereiro, me proporcionou, sempre com simpatia, acesso à documentação necessária para que pudesse concluir esta investigação.

À Exma. Senhora Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento, um agradecimento muito especial pela sua incansável mas exigente dedicação que, numa altura de desânimo, com a sua perspicácia e amizade de douda docente, me reencaminhou e apoiou com valiosíssimas opiniões e sugestões até ao fim deste percurso.

Ao meu orientador, Exmo. Senhor Professor Doutor José Esteves Pereira pelo seu atento acompanhamento desde o dia que acedeu ao meu pedido para orientar este trabalho.

À minha família, a quem dedico este trabalho, por todo o incentivo e apoio nestes últimos anos em que escrevi esta dissertação, bem como o amor e carinho que me têm dedicado toda a vida.

Aos meus amigos que, muitas vezes se viram privados da minha companhia, mas sempre com um abraço e um sorriso de incentivo.

A todos reitero o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A DIPLOMACIA PRESIDENCIAL AS VISITAS DE ESTADO LUSO-BRASILEIRAS (1910-1974)

JOSÉ MIGUEL DA SILVA FERNANDES E TAVARES DUARTE

PALAVRAS-CHAVE: Brasil-Portugal, Visitas de Estado, Presidentes, Política, Economia, Tratados.

Os Presidentes da República mantiveram a função, outrora dos Reis, de representação, ao mais alto nível, do Estado Português na esfera internacional, após a implantação da República em Portugal, a 5 de Outubro de 1910, depois da revolução que mudou o regime de uma Monarquia Constitucional para uma República Democrática.

A forma, ainda hoje a mais eficaz, de estabelecer e consolidar as relações entre países, materializa-se com as visitas oficiais dos Chefes de Estado.

O Brasil, por motivos históricos, culturais, sociais, económicos e políticos, é uma prioridade neste contexto de Actores nas Relações Internacionais com Portugal.

No entanto, ao longo de mais de uma dezena e meia de anos de 1ª República e de mais de cinco décadas de Estado Novo, período aqui em estudo, as posições, as políticas, bem como a economia, foram variando muito neste relacionamento, por vezes

devido ao contexto internacional, como as duas guerras mundiais, outras por diferentes formas de entender e de estar na política por parte dos Chefes de Estado e governantes de ambos os países.

Neste contexto, são realizadas visitas de Estado bilaterais que, tiveram sempre, apesar umas mais do que outras, objectivos, entre outros, políticos e económicos. São, ao longo de mais de seis décadas, assinados e firmados vários Tratados, Acordos e Compromissos entre o Brasil e Portugal que, como “países irmãos” deveriam ter tido sempre muita cumplicidade.

No entanto, esta cumplicidade se foi efectiva durante alguns períodos e em alguns pontos, conforme a posição dos Chefes de Estado, a realidade é que no que toca aos Tratados e Acordos, muitos deles legitimando posições, foram de execução duvidosa e inconsequente, uma vez que, por vários motivos, estes nunca foram postos em prática, apesar de ao longo do tempo e de acordo com os interesses das partes, foram alterados e rectificados múltiplas e sucessivas vezes.

ABSTRACT

PRESIDENTIAL DIPLOMACY

LUSO-BRAZILIANS STATE VISITS (1910 - 1974)

José Miguel Da Silva Fernandes e Tavares Duarte

KEYWORDS: Brazil-Portugal, Official Visits, Presidents, Politics, Economy, Treatments.

Republican Presidents had kept the function, once belonging to the Kings, of representation, to the highest level, of the Portuguese State in the international sphere, after the implantation of Republic in Portugal, on October 5th 1910, after the revolution that changed the regimen from a Constitutional Monarchy for a Democratic Republican system.

The form, still today most efficient, to establish and to consolidate the relations between countries, is materialized with the official visits of the Heads of State.

Brazil, for historical, cultural, social, economic and politics reasons, is a priority in this context of actors in the International Relationship with Portugal.

However, throughout more than a decade of “1ª República” and more than five decades of “Estado Novo”, period here in study, the positions, the politics, as well

economy, had been changing in this relationship, sometimes to the international context, as the two world-wars, others for different forms to understand and to be in the politics of the government Heads of State of both countries.

In this context, bilateral visits of State are carried, despite ones more than others, with objectives, among others, economic and politics. There were, throughout more than six decades, signed and firmed some Treatments, Agreements and Commitments between Brazil and Portugal that, as “países irmãos”, should always have complicity.

However, this complicity, if was effective during some periods and in some points, as the position of the Heads of State, the reality is when we talk about Treatments and Agreements, many of them legitimizing positions, had been doubtful execution and with no expression, because, for some reasons, they had never been ranks in practice, although and throughout the time, in accordance with the interests of the parts, they had been modified and rectified successive and multiple times.